



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS  
Doutorado em Política Social

JANAICY PEREIRA DE ALMEIDA

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E ENFRENTAMENTO À  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NA AMÉRICA  
LATINA**

Brasília  
2017



JANAÍKY PEREIRA DE ALMEIDA

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E ENFRENTAMENTO A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NA AMÉRICA  
LATINA**

Tese apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutora, ao  
Programa de Pós-Graduação em Política  
Social, da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Cristina  
Yannoulas

Brasília  
2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AAL447 o	Almeida, Janaiky Pereira Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina / Janaiky Pereira Almeida; orientador Silvia Cristina Yannoulas. -- Brasília, 2017. 262 p.  Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) -- Universidade de Brasília, 2017.  1. América Latina. 2. Organismos Internacionais. 3. Relações patriarcais de gênero. 4. Divisão sexual do trabalho. I. Yannoulas, Silvia Cristina, orient. II. Título.
-------------	---

JANAÍKY PEREIRA DE ALMEIDA

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E ENFRENTAMENTO À PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA**

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvia Cristina Yannoulas (Orientadora – PPGPS/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mirla Cisne Alvaro (Examinadora Externa – PPGSSDS/UERN)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Gurgel da Silva (Examinadora Externa – PPGSSDS/UERN)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ivanete Salete Boschetti (Examinadora interna – PPGPS/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marlene Teixeira Rodrigues (Examinadora interna – PPGPS/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Célia Orlato Selem (suplente) (Examinadora interna – UnB)

Brasília  
2017

## **Dedicatória**

A Daniela Neves, amor da minha vida, por tudo e mais além do que as palavras podem descrever. Pela imensidão e leveza. Pelos muitos horizontes que vi e quero ver ao seu lado. “E as coisas lindas são mais lindas, porque você está”.

Ao meu avô, Pelópidas, (In Memoriam), pelo incentivo emocional e material nos primeiros passos de minha trajetória de estudos, sem o qual não teria alçado voos tão altos. “O amor fez parte de tudo que nos guiou”. “Te amo, e o tempo não varreu isso de mim”.

# Agradecimentos

Estes estudos são tributários de muitas lutas e resistências históricas das mulheres e da classe trabalhadora pelo acesso a Universidade Pública. Reconheço e compartilho de tais lutas na atualidade.

Consideramos que não há elaborações individuais que não sejam produto de conhecimentos, intercâmbios e diálogos históricos e coletivos. Na particularidade deste trabalho, para além das elaborações teóricas que tive o prazer de conhecer por meio das leituras, esta tese se beneficiou de algumas conversas tanto sobre o tema estudado, quanto os aparentemente a ela não relacionados, principalmente com Daniela Neves, Mirla Cisne, Verônica Ferreira, Telma Gurgel e Ilidiana Diniz. Sou grata a todos/as que participaram desses diálogos, assim como a todas as mulheres que compõem a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Tive a sorte de ter um ambiente intelectual e físico agradável e de contar com o companheirismo de muitas pessoas, entre elas destaco, para além de Dani com os cuidados cotidianos, Gerciane e Jhose Iale que assumiram oficialmente minhas disciplinas para que eu pudesse ter um ano de licença do trabalho e Ana Seal, Daniela Florêncio e Kyara Almeida que politicamente assumiram o apoio no trabalho durante meu processo de doutoramento.

Aos meus pais, Pelópidas e Zilmar por toda beleza e liberdade do nosso amor e pela alegria, torcida e incentivo em cada uma das minhas pequenas conquistas.

Aos meus irmãos, Jaqueline, Paulo e Pedro, pelo partilhar da vida no descobrimento de nós mesmo/as e nosso mundo diverso. O agradecimento se estende a Bené, Linda e Gi pelas acolhidas.

Aos pequenos amores da minha vida, meus sobrinhos Moisés, Mateus, Marina, Davi e Samuel. “Sejam sempre o sorriso de uma pequena criança em mim. Sejam sempre o seu brilho de vida em meus olhos”. Este brilho de alegria também se estende a Lua, uma sobrinha que a vida me deu de presente nas terras calorosas de Mossoró.

A D. Toinha (Antônia Neves) por todo o cuidado e horas acordadas nos finais de noite e madrugada a minha espera nas viagens para Brasília. Obrigada pelo carinho, sinceridade e apoio em todo este processo. O agradecimento também acompanha a todos/as os/as integrantes da grande família Neves pela acolhida afetiva e a S. Damião pelo acompanhamento nas chegadas ou partidas durante esta trajetória.

A família Pereira e Almeida por todo carinho e torcida. Em especial a tia Mira que sempre me acompanha com sua irreverência e alegria.

As amigas queridas de Mossoró pelas alegrias das chegadas e pela acolhida (Telma, Mirla, Ilidiana, Fernanda, Gabi, Vinicius, Sâmia, Vanessa e Aline); e as companheiras da seccional CRESS/RN pelo apoio em minhas ausências (Kleylenda, Ellen e Sônia).

A família Morales, em especial, minha amiga Paola, por me possibilitarem conhecer um pouco mais de nossa latino-américa, nas trilhas do outono pela Patagônia Argentina.

A Evelyne, por sonharmos juntas e por toda partilha de sentimentos.

A Silvia Yannoulas – minha orientadora – pelos debates, acompanhamentos e contribuições a este trabalho.

Aos/as docentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB que contribuíram significativamente para minhas reflexões e análises sobre a realidade social, no momento de aprendizado nas disciplinas: Ivanete Boschete, Evilásio Salvador, Rosa Stein e Potyara Pereira.

As muitas mãos que constroem o Programa de Pós-Graduação em Política Social, em especial a Domingas por todo o apoio objetivo durante o período do doutorado no cuidado com as orientações e realização e acompanhamento de nossas matrículas.

A Mirla Cisne. Potyara Pereira, Célia Orlato e Marlene Teixeira que contribuíram para o aprofundamento deste trabalho por meio das observações durante o processo de qualificação do projeto de tese.

A Telma Gurgel, Mirla Cisne, Ivanete Boschete e Marlene Teixeira pelo riquíssimo diálogo e contribuições durante o processo de defesa da tese.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa doutoral durante os últimos 10 meses de minha trajetória no doutorado.

## RESUMO

A análise dos processos históricos de luta das mulheres tem revelado, no campo teórico e na ação política, as determinações que dão sustentação ao processo de exploração e subordinação que as mulheres vivenciam na sociedade patriarcal. Tais determinações levaram as distintas análises sobre a articulação entre o patriarcado e o capitalismo, que na conexão também com o racismo, tem aprofundado as relações de exploração e subordinação vivenciadas pelas mulheres nos diferentes campos da vida cotidiana. São essas análises que norteiam o debate apresentado nesta tese sobre a superexploração do trabalho das mulheres na América Latina e o direcionamento das políticas e programas dos chamados Organismos Internacionais na proposta de superação das desigualdades entre homens e mulheres. Nossa pesquisa, em seu objetivo central, analisou a perspectiva de “gênero” dos Organismos Internacionais que orientam as políticas de trabalho para as mulheres na América Latina a partir da análise de documentos estratégicos da Cepal, OIT e ONU Mulheres. A investigação se estendeu além das políticas de trabalho para documentos destes Organismos que abordavam também a orientação para a chamada Igualdade entre homens e mulheres na sociedade, perpassando a análise dos conceitos de empoderamento e trabalho decente utilizados e difundidos por estas entidades internacionais. Na pesquisa realizada explicitamos os desafios e impossibilidades de materialização das orientações postas pelos Organismos Internacionais, devido à própria dinâmica de desenvolvimento da sociedade patriarcal e capitalista. Assim, ao final da nossa análise compreendemos que apesar dos documentos apresentarem a incorporação de pautas de lutas históricas do movimento feminista há limites em seu direcionamento conceitual e político uma vez que se fala de superação das desigualdades entre homens e mulheres sem apontar a superação da sociedade patriarcal e capitalista como base que sustenta tais desigualdades.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho; Organismos Internacionais; relações patriarcais de gênero; América Latina.



## RESUMEN

El análisis de los procesos históricos de lucha de las mujeres ha revelado, en el campo teórico y en la acción política, las determinaciones que dan soporte al proceso de explotación y subordinación que viven las mujeres en la sociedad patriarcal. Tales determinaciones condujeron a diferentes análisis sobre la articulación entre patriarcado y capitalismo, que en relación con el racismo, ha profundizado las relaciones de explotación y subordinación vivenciadas por las mujeres en los diversos ámbitos de la vida cotidiana. Son estos análisis que guían la discusión presentada en esta tesis sobre la sobreexplotación del trabajo de las mujeres en América Latina en relación a la dirección de políticas y programas de los denominados Organismos Internacionales en la propuesta para la superación de las desigualdades entre hombres y mujeres. Nuestra investigación, en su objetivo central, analizó la perspectiva de "género" de los Organismos Internacionales que rigen las políticas de trabajo para las mujeres en América Latina a partir del análisis de documentos estratégicos de la CEPAL, OIT y ONU mujeres. La investigación se extendió, además de las políticas de trabajo, hacia los documentos de estos organismos que abordaban también la dirección para la llamada igualdad entre hombres y mujeres en la sociedad, atravesando el análisis de los conceptos de empoderamiento y trabajo decente utilizados y difundidos por estas entidades internacionales. En la investigación realizada explicitamos los desafíos y las imposibilidades de materialización de las directrices de los Organismos Internacionales, debido a la propia dinámica de la sociedad patriarcal y capitalista. Al final de nuestro análisis, entendemos que a pesar de que los documentos presenten la incorporación de pautas de luchas históricas del movimiento feminista, hay límites en su sentido conceptual y político cuando se hace referencia a la superación de las desigualdades entre hombres y mujeres sin superar la sociedad patriarcal y capitalista como la base que sustenta esas desigualdades.

**Palabras clave:** División sexual del trabajo; Organismos Internacionales; relaciones patriarcales de género; América Latina.

## ABSTRACT

The analysis of historical processes in the fight for women has revealed, in the theoretical field and in political action, the determination which sustains the exploitation and subordination process that women experience in patriarchal societies. Such determinations lead to the various analyses on the articulation between patriarchy and capitalism, and when also connected to racism, have deepened the relations of exploitation and subordination experienced by women in the different aspects of their daily lives. These analyses are the guide to the debate presented in this thesis on the super-exploitation of women's labor in Latin America and the orientation of policies and programs of the so-called International Organizations in the proposal to overcome the inequality between men and women. Our research, in its core objective, analyzed the "gender" perspective of the International Organizations which guide labor policies for women in Latin America from the readings of strategic documents from Cepal, OIT and UN Women. The investigation not only ranged labor policies, it also encompassed documents from these Organizations which present the guidelines to the so-called Equality between men and women in society, while it also visited the analysis of the concepts of empowerment and working conditions utilized and diffused by these international entities. In this research, a rationale was provided on the challenges and impossibility of materialization of the guidelines posted by these International Organizations, due to society's own patriarchal and capitalist dynamic development. Thus, at the end of our analysis we understand that, although these documents present an agenda of historical battles in the feminist movement, there are limits to their conceptual and political targeting since the overcoming of inequality between men and women is addressed without indicating the need to surmount a patriarchal and capitalist society which is the very basis for such inequalities.

**Keywords:** Sexual division of work; International Organizations; patriarchal gender relations; Latin America

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AGIM - Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CERD – Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFI - Corporação Financeira Internacional

CINTERFOR – Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional.

CIRDI - Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos

CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

DAG – Divisão de Assuntos de Gênero

DAW – Divisão para o Avanço das Mulheres

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

ECOSOC – Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas.

FASSO – Faculdade de Serviço Social

FORMUJER – Proyecto de Formación Profesional para Mujeres de Bajos Ingresos.

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GED – Serviço de Gênero, Igualdade e Diversidade

GEF – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Sociais de Gênero e Feminismo

GPE – Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego

IED – Investimento Estrangeiro Direto

ILPES - Instituto Latinoamericano e do caribe de Planificação Econômica e social

INSTRAW – Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso das Mulheres

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIG – Observatório da Igualdade de Gênero

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSAGI – Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher

PAM – Plataforma de Ação Mundial

PIB – Produto Interno Bruto

PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social

PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEDis – Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>27</b>
1.1 - A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A REALIDADE OBJETIVA .....	28
1.2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AS CATEGORIAS DELINEADAS NA PESQUISA. ....	33
1.3 – CAMINHOS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA .....	38
<b>CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO NO CAPITALISMO .....</b>	<b>46</b>
2.1 – AS MULTIFACES DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PERMANÊNCIAS E ATUALIZAÇÕES DO PROCESSO DE DOMINAÇÃO. ....	47
2.2 – CARACTERIZANDO O PATRIARCADO NA ATUALIDADE E SEUS ELEMENTOS DE SUSTENTAÇÃO. ....	56
2.3 – MATRIARCADO X PATRIARCADO: PEQUENAS NOTAS DE REFLEXÕES ENTRE ENGELS E FIRESTONE.....	65
2.4 - CONCEITUAÇÃO POLITICA E HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO DE “GÊNERO” X RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO. ....	72
<b>CAPÍTULO 3 – EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: A REALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA. ....</b>	<b>85</b>
3.1 - O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A PARTICULARIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS DEPENDENTES.....	86
<b>3.1.1 – O trabalho alienado e o estranhamento dos homens e mulheres em suas relações cotidianas.....</b>	<b>97</b>
3.2 – DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO.....	105
<b>3.2.1 – A situação do trabalho das mulheres na sociedade capitalista. ....</b>	<b>109</b>
3.2.1.1 – O trabalho das mulheres no setor industrial. ....	111
<b>3.2.2 – O entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo na divisão sexual do trabalho.....</b>	<b>113</b>
3.3 - CRISE CAPITALISTA, AJUSTES ESTRUTURAIS E A SITUAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES. ....	118
<b>CAPÍTULO 4 – MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA. ....</b>	<b>125</b>

4.1 – EXPANSÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA.....	126
4.2 – GLOBALIZAÇÃO X MUNDIALIZAÇÃO: DIMENSÃO HISTÓRICA E APROFUNDAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE AS FORMAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL.....	135
4.3 - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS. ....	145
4.4 - O IMPERIALISMO E O DIRECIONAMENTO DE POLÍTICAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA. ....	152
<b>CAPÍTULO 5 - OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E O ENFRENTAMENTO A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA ...</b>	<b>169</b>
5.1 – AS CONFERÊNCIAS DA ONU E SUAS ABORDAGENS SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES. ....	170
<b>5.1.1 – O “gênero” como sinônimo de mulheres nos documentos da ONU....</b>	<b>189</b>
5.2 – A OIT, A IGUALDADE DE “GÊNERO” E A PROPOSTA DE TRABALHO DECENTE. ....	197
<b>5.2.1 – O Programa de formação Formujer e a perspectiva de gênero. ....</b>	<b>199</b>
<b>5.3.2 - Particularizando a análise do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego – GPE no âmbito da OIT. ....</b>	<b>202</b>
<b>5.2.3 - Contribuições à crítica do trabalho decente como alternativa à superação das relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade. ....</b>	<b>204</b>
<b>5.2.4 - Os documentos da OIT e abordagem do conceito de gênero ....</b>	<b>208</b>
5.3 - A CEPAL E O TEMA DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NA AMÉRICA LATINA.....	210
5.4 – EMPODERAMENTO X CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE.....	217
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>221</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICE 1 – DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE TRABALHO DAS MULHERES, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E GÊNERO E TRABALHO – BDTD/BRASIL (2000-2016). ....</b>	<b>250</b>

<b>APÊNDICE 2 – RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES EM CONTEXTOS DE CONFLITOS ARMADOS. (1999-2013) .....</b>	<b>255</b>
<b>APÊNDICE 3 – PRIMEIRAS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO QUE ABORDAM A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO TRABALHO – OIT (1951 - 1962) .....</b>	<b>257</b>
<b>APÊNDICE 4 – PUBLICAÇÕES DA CEPAL SOBRE O TEMA “GÊNERO” .....</b>	<b>258</b>
<b>APÊNDICE 5 – TEMAS ABORDADOS EM DOCUMENTOS ONU, OIT, CEPAL..</b>	<b>260</b>

# Introdução



Fernando Botero

*“Estou esquentando o corpo para iniciar,  
esfregando as mãos uma na outra para ter coragem(...).  
Pretendo escrever de modo cada vez mais simples.  
É claro que, como todo escritor[a] tenho a tentação de usar termos suculentos:  
conheço adjetivos esplendorosos, carnudos substantivos  
e verbos tão esguios que atravessam agudos o ar em vias de ação,  
mas não vou enfeitar a palavra(...).  
Não, não é fácil escrever.  
É duro como quebrar rochas.  
Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados”.*  
Clarice Lispector



A sociedade capitalista, em seu percurso histórico de constituição e expansão, vem nos desafiando, tanto no que se refere às lutas políticas, quanto à produção teórica na apropriação de categorias que englobem e caracterizem suas contradições, antagonismos e possibilidades. Em meio ao processo de banalização da vida humana, de mercantilização e barbarização das relações sociais e de uma sociabilidade cada vez mais individualizada, os desafios são cotidianos e históricos.

Referimo-nos tanto as lutas diárias por sobrevivência, vivenciadas pela classe trabalhadora, quanto ao fortalecimento das articulações político-organizativas na relação entre as reivindicações imediatas e as estratégias para superação do modo de produção capitalista. Situamos também, de acordo com Konder (2009) o debate na “batalha das ideias” em um tempo em que, contraditoriamente ao avanço da tecnologia, a informação é cada vez mais centralizada e perpassada pela manipulação dos fatos em prol de interesses político-econômicos.

Na particularidade das lutas das mulheres, a realidade histórica se configura por processos de exploração/dominação de suas vidas, em diferentes dimensões, desde a esfera doméstica aos diversos espaços de inserção das mesmas na sociedade. Tal realidade tem como base a constituição da sociedade patriarcal como sistema articulado de dominação dos homens sobre as mulheres.

Neste ângulo de análise compreendemos que os processos de exploração e dominação das mulheres são perpassados pelas dimensões de classe e raça, assim como são diferenciados de acordo com o tempo histórico e a realidade social em que estão inseridas. No foco deste estudo, estaremos dialogando sobre a particularidade das condições de trabalho das mulheres na América Latina como parte da vivência da intensificação do trabalho precarizado nos países de economias dependentes. Tal abordagem é feita tendo como pano de fundo as configurações do trabalho na sociedade capitalista e a divisão social e sexual do trabalho.

De maneira mais específica nossa pretensão inicial era abordar a perspectiva de “gênero<sup>1</sup>” dos Organismos Internacionais que orientam as políticas de trabalho para as mulheres na América Latina e se estendeu para além de tais políticas nos

---

<sup>1</sup> Joan Scott (1989) aponta o contexto histórico da utilização e significado do conceito de gênero. Neste trabalho utilizamos o conceito “gênero”, entre aspas para falar da forma como o mesmo se apresenta nos escritos de determinadas autoras e como é abordado nos organismos internacionais. Em nossa abordagem conceitual utilizamos a categoria relações patriarcais de gênero.

documentos que abordavam a igualdade entre homens e mulheres nas diferentes dimensões da vida cotidiana, para além da esfera do trabalho.

Nosso trabalho também teve como objetivos apreender as perspectivas teóricas que fundamentam o debate sobre relações patriarcais de gênero e suas interferências nas políticas, projetos e programas para o trabalho das mulheres, desenvolvidos pelos Organismos Internacionais na América Latina; Conhecer o processo de construção das propostas de desenvolvimento econômico para as mulheres a partir da participação de mulheres feministas nos Organismos Internacionais na relação entre autonomia, interesses estratégicos e necessidades práticas; e identificar a consubstancialidade das relações patriarcais de gênero, raça e classe nas principais iniciativas propostas para o desenvolvimento econômico das mulheres, no campo da geração de renda e trabalho.

Pensar e problematizar sobre os processos históricos das relações entre as Organizações Internacionais, as demandas do Movimento de Mulheres e os programas direcionados para as mesmas, na América Latina, impõe a condição da apreensão de tal temática na dimensão do desenvolvimento da sociedade capitalista sob a mediação das categorias dialética e contradição. Somam-se também as lutas empreendidas pelas mulheres nos diferentes campos da vida, particularizando o âmbito do trabalho, e as interfaces da sociedade patriarcal.

Sobre a luta das mulheres pelo acesso ao trabalho formal partimos da caracterização de como o trabalho se configura na sociedade capitalista e sua interligação com o patriarcado expressando-se principalmente por meio da divisão social e sexual do trabalho. Compreendemos que a divisão social e sexual do trabalho é uma das dimensões fundamentais para o entendimento da situação das mulheres nas esferas de produção e reprodução social, assim como de relações desiguais no que se refere ao processo de precarização das condições de vida e trabalho das mesmas.

Como forma de enfrentamento a esta situação, o movimento feminista, por meio de suas organizações políticas e em diferentes espaços de atuação, vêm explicitando as lutas de enfrentamento à sociedade patriarcal e capitalista como princípio estrutural de suas ações<sup>2</sup>. Nas lutas cotidianas há uma diversidade de

---

<sup>2</sup> O feminismo, assim como o movimento de mulheres como um todo, é perpassado por distintas análises sobre a situação das mulheres na sociedade. Falamos aqui da diversidade de vertentes teóricas que direcionam as reflexões e ações no âmbito da atuação feminista como as estruturalistas,

enfrentamentos como o debate sobre o direito das trabalhadoras domésticas, das atingidas por barragens, das moradoras de rua e de periferias, lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da saúde, por creches e pelo acesso às políticas públicas. Tais lutas geram atuações em diferentes espaços institucionais e não institucionais.

Têm-se multiplicado os espaços onde as mulheres que se dizem feministas atuam ou podem atuar – Não somente nas ruas, em grupos de autorreflexão autônomos, nas oficinas de educação popular, etc. (mesmo que as feministas ainda estejam nestes espaços), mas também nos sindicatos, nos movimentos estudantis, nos partidos, parlamentos, nos corredores da ONU, nos labirintos da academia, nas redes formais e informais de organizações não-governamentais especializadas e profissionalizadas, no meios de comunicação, na internet, etc<sup>3</sup> (ALVAREZ, 1998, p.265 – 266, tradução nossa).

Essa diversidade de espaços gera a necessidade de reflexão sobre o modo de atuação em cada um deles, assim como a relação entre autonomia política das mulheres, os “interesses estratégicos” (MOSER, 1991) para o atendimento das pautas de luta a partir de suas atuações e as condições objetivas para efetivação das mesmas.

Nesse sentido, entendemos que as ações políticas, expressas nos diferentes espaços de condução e efetivação das reivindicações históricas do movimento feminista são permeadas de lutas e de direcionamento das articulações entre os interesses estratégicos e necessidades práticas (YOUNG, 1991). Daí a necessidade de uma análise crítica que envolva a dimensão de totalidade na compreensão da natureza e direcionamento dos fenômenos sociais. De acordo com Silva e Camurça (2010)

---

pós-coloniais, pós-modernas, feminismo e marxismo (o qual nos situamos), feminismo comunitário, teoria “queer”, ecofeminismo etc. (Ver Beltran, 2008 e Silva e Camurça, 2010) Neste sentido, explicitamos que o enfrentamento à sociedade patriarcal e capitalista não faz parte dos princípios de todo o movimento feminista ou do conjunto do movimento de mulheres.

<sup>3</sup> Se han multiplicado los espacios donde las mujeres que se dicen feministas actúan pueden actuar – que ya no es sólo en las calles, en los colectivos de auto-reflexión autónomos en los talleres de educación popular etc. (aunque las feministas aún están en esos espacios), sino que también en los sindicatos, en los movimientos estudiantiles, los partidos, los parlamentos, los corredores de la ONU, en los laberintos de la academia, en las redes formales e informales de organizaciones no-gubernamentales especializadas y profesionalizadas, en los medios de comunicación, en el ciberespacio etc.

Como movimento social, o feminismo congrega muitas experiências de auto-organização das mulheres: grupos de bairros, grupos setoriais de mulheres de partidos, secretarias de mulheres de centrais sindicais e sindicatos, centros de estudos e pesquisas, núcleos de educação e formação feminista, ONGs, Fóruns, redes, articulações e movimentos. Ou seja, são parte do feminismo todas as formas organizativas criadas pelas mulheres para serem instrumentos de sua luta contra a dominação, exploração e opressão. Participam também do feminismo mulheres que não estão em nenhum destes tipos de grupos, mas que, no seu trabalho profissional, na sua militância nos movimentos sociais e partidos, como também na sua vida cotidiana assumem a identidade política feminista, elaboram e se pautam por posições feministas (p.10).

Ainda de acordo com as autoras, dialogando sobre a diferença entre movimento de mulheres e movimento feminista

(...) nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração que nós vivenciamos. Por isto, nem todas apoiam as causas feministas (p.14).

Para além de existirem, por exemplo, grupos de mulheres em seus bairros que lutam por determinadas políticas públicas ou demais reivindicações, mas não se articulam ou tem elaborado conscientemente reflexões acerca da sua condição de ser mulher na sociedade patriarcal e capitalista.

Na interface entre a atuação do movimento feminista e as políticas direcionadas às mulheres há caminhos tanto de inserção das mesmas em espaços institucionais governamentais, não governamentais, intergovernamentais, vistos como espaços estratégicos para participação política, quanto à incorporação de pautas de lutas do movimento feminista em tais instâncias, algumas vezes deslocadas de sua dimensão histórica e esvaziadas de lutas mais amplas de enfrentamento à situação das mulheres na sociedade.

Muitos dos programas e projetos têm buscado responder às necessidades mais urgentes das mulheres pobres, para quem os efeitos da pobreza são mais negativos. A feminização da pobreza e os lares chefiados por mulheres têm sido temas reiteradamente trabalhados nos últimos anos. No entanto, projetos direcionados para superar esta situação têm apresentado resultados contraditórios. Na maioria dos casos têm contribuído para a valoração social das

mulheres por sua contribuição indiscutível para a sobrevivência familiar e têm aliviado em algum grau suas preocupações como mães e chefes de lares responsáveis pela educação das crianças. Porém, esta maior valoração social tem significado frequentemente para as mulheres enorme quantidade de sobretrabalho gratuito, o que tem restringido (e às vezes, impedido) a possibilidade de elas contarem com um tempo próprio para pensar em suas necessidades como pessoas independentes e com direitos. Pior ainda, em algumas situações a maior valoração social propiciou a instrumentalização das mulheres por parte dos governos ou de programas sociais que se beneficiaram com um recurso novo, inesperado e sobretudo “voluntário”, especialmente útil nos períodos de crise quando o Estado transfere para a família a responsabilidade de atender algumas necessidades sociais<sup>4</sup> (GUZMÁN, 1994, p.146, tradução nossa).

Tal contradição se expressa tanto nos pequenos programas locais quanto nas políticas mais amplas, como as ações que são desenvolvidas e orientadas por organismos internacionais. Nestes espaços, a partir da década de 1990, o conceito de “gênero<sup>5</sup>” passou a ser incorporado<sup>6</sup>, na interface dos programas direcionados às mulheres, assim como houve a criação de comitês e comissões específicas para tratar da temática.

---

<sup>4</sup> Muchos de los programas y proyectos han tratado de responder a las necesidades más urgentes de las mujeres pobres, para quienes los efectos de la pobreza son más negativos. La feminización de la pobreza y la jefatura de hogar femenina han sido temas reiteradamente trabajados en los últimos años. No obstante, proyectos dirigidos a superar esa situación han tenido resultados contradictorios. En la mayoría de los casos han contribuido a valorar socialmente a las mujeres por su aporte indiscutible a la sobrevivencia familiar. Han aliviado en algún grado sus preocupaciones como madres y jefas de hogar responsables de la crianza de los hijos. Sin embargo, esta mayor valoración social ha significado frecuentemente a las mujeres ingentes cantidades de sobretrabajo gratuito que les ha restringido (y aún a veces, impedido) la posibilidad de contar con un tiempo propio para pensar en sus necesidades como personas independientes y con derechos. Peor aún, en algunas ocasiones la mayor valoración social propició la instrumentalización de las mujeres por parte de los gobiernos o de los programas sociales que se beneficiaron con un recurso nuevo, inesperado y sobre todo “voluntario”, especialmente útil en los periodos de crisis, cuando el Estado desplaza a la familia la responsabilidad de atender algunas necesidades sociales.

<sup>5</sup> O conceito de gênero é utilizado por distintas vertentes teóricas do feminismo com abordagens diferenciadas sobre o mesmo. Para uma leitura sobre os diversos significados do conceito ver Haraway (2004).

<sup>6</sup> Nas décadas anteriores (1970-1980) o tema das mulheres relacionado às políticas e programas sociais já ganhava certa visibilidade internacional, inclusive com a denominação da década da mulher (1976-1985). No entanto, a expansão de tais políticas e a participação de feministas nestes espaços se aprofundou na década de 1990 e, particularmente, a partir da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing em 1995.

Tal incorporação, como dialogaremos ao longo do texto, veio acompanhada de contradições e de uma perspectiva teórica de “gênero” que não estava associada às relações sociais e patriarcais, necessárias para compreender como e a partir de que as desigualdades entre homens e mulheres se expressam na sociedade patriarcal e capitalista.

No enfoque das políticas de enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres apontamos a necessidade de refletir sobre a permanência da desigualdade estrutural entre homens e mulheres no âmbito do trabalho, como esta se configura nas relações de produção/reprodução social e a particularidade de tais trabalhos na América Latina atentando para a consubstancialidade entre relações patriarcais de gênero, classe e raça. Situamos também como na América Latina as políticas de enfrentamento a precarização do trabalho das mulheres está conectada à perspectiva de desenvolvimento econômico direcionado aos países desse continente.

O interesse por esta pesquisa surgiu tanto da nossa atuação no movimento feminista, como integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), quanto como pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF), na Faculdade de Serviço Social (FASSO-UERN). Neste último, viemos desenvolvendo estudos e pesquisas no campo de políticas públicas para as mulheres, com foco para o conhecimento da demanda das mesmas na área da saúde e direitos sexuais e reprodutivos. No que se refere a nossa aproximação teórica nos estudos sobre relações patriarcais de gênero e patriarcado esta se delineou desde a monografia de graduação, com maiores aprofundamentos na elaboração de dissertação de mestrado que tinha como tema o estudo sobre as interfaces das relações patriarcais de gênero nas famílias homoafetivas (ver Almeida, 2010).

Somam-se a esse acervo de influências as leituras socializadas no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) do PPGPS da UnB, sobre feminismo, relações patriarcais de gênero e desenvolvimento e as lutas das mulheres empreendidas em um terreno que se situa entre necessidades práticas e interesses estratégicos. Registram-se também a participação e leituras realizadas nas disciplinas cursadas no doutorado do referido Programa que possibilitaram reordenar com mais clareza os caminhos e objetivos da pesquisa. Tal pesquisa, no PPGPS constitui relação com a linha de pesquisa “trabalho e relações sociais” e

também permeia os diálogos sobre movimentos sociais, na particularidade das lutas compreendidas pelo movimento feminista.

Dialogando com o tema da pesquisa, no que se refere à vinculação entre pensamento e ação, corroboramos as reflexões de Minayo (1996) sobre a relação entre delimitação do problema no campo intelectual e o problema como se apresenta nas condições concretas, para além de nossas apreensões.

Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática. Isto quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 1996, p. 90).

Neste sentido, nossa pretensão de estudar a atuação dos Organismos Internacionais no enfrentamento a precarização do trabalho das mulheres na América Latina envolveu interesses teóricos e práticos, ao mesmo tempo em que são intelectuais e políticos.

No que se refere à escolha pelo continente latino-americano cumpre salientar que esta também perpassa dimensões pessoais e políticas. Uma pela afirmação e defesa de nossa identidade como latina, que muitas vezes, no Brasil parece dissociada, e outra pelo reconhecimento tanto das similitudes da realidade político-econômica entre os países da América Latina quanto da forma de direcionamento das políticas direcionadas a estes, pelos Organismos Internacionais.

A experiência latino-americana tanto das ditaduras, quanto de resistências a estas, seguida da experiência de governos populares e implementação de modelos neoliberais, traz um contexto de semelhanças que autorizam a busca de intercâmbios transnacionais entre as organizações. Como aponta Antunes (2012), o genocídio vivenciado pela inserção do neoliberalismo nos países da América Latina tem sido responsável por “enorme índices de miserabilidade social, pela concentração da riqueza, pela hegemonia do capital financeiro e pela expansão da propriedade concentrada de terra e do agronegócio” (p.172).

Na análise das desigualdades entre homens e mulheres na América Latina, no campo do trabalho, de acordo com relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2012), a autonomia econômica das mulheres

evidencia um dos paradoxos mais típicos do desenvolvimento econômico e social na região. A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho ainda se dá de forma desregulada e com salários mais baixos do que para os homens.

O referido relatório aponta que “a brecha salarial persiste na região latino-americana e oscila em uma ampla categoria: no caso das mulheres peruanas, as rendas salariais são inferiores às dos homens em 25,1%; no caso das mulheres venezuelanas, a brecha é de apenas 2%”. Esta realidade de desigualdade também se expressa nos desafios para o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como nas situações de violência vivenciada pelas mesmas.

Por isso nosso interesse em conhecer as políticas direcionadas pelos Organismos Internacionais ao enfrentamento de tal situação e como tais enfrentamentos estão interligados as reivindicações das mulheres por meio de suas instâncias político-organizativas.

O debate sobre os organismos internacionais no Brasil, de acordo com breve investigação<sup>7</sup> na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tem sido pautado mais no campo da análise dos organismos financeiros multilaterais e suas interferências nas políticas educacional e de saúde. Referente à dimensão mais ampla das organizações internacionais os trabalhos estão mais concentrados no âmbito do direito internacional. Daí a importância de estudos que abordem tais organizações em seu contexto histórico, observando a dimensão político-econômica, aliado a conjuntura da dinâmica de desenvolvimento da sociedade capitalista.

No que se refere aos estudos sobre as relações patriarcais de gênero e trabalho as abordagens se concentram nas análises das condições de trabalho das mulheres no setor informal e em empresas, e na análise do Programa Pró-equidade de gênero em determinadas indústrias ou regiões. Na relação entre mulheres e políticas públicas o debate pauta-se na relação entre movimento de mulheres e

---

<sup>7</sup> A busca de Teses e dissertações no banco da BDTD não tinha a pretensão de ser uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre a temática, mas apenas nos situar acerca da produção acadêmica referente ao tema que pretendíamos estudar. Desta forma, para cada localizador, visualizamos apenas as páginas iniciais de listas de teses e dissertações. A procura foi realizada no mês de outubro do ano 2015 e atualizada em fevereiro de 2017, e os localizadores utilizados foram: Organismos Internacionais; Organizações Internacionais e Trabalho; Trabalho das mulheres; Precarização do trabalho das mulheres na América Latina; Trabalho das mulheres na América Latina; Mulheres e Políticas Públicas; Equidade de gênero; Gênero e trabalho; Gênero e Organismos Internacionais. Ver quadro elaborado no apêndice 1.



Estado e na participação das mulheres nas secretarias específicas e a atuação nas conferências.

Nesse sentido, nosso trabalho buscou interligar o debate sobre as relações patriarcais de gênero no âmbito do trabalho e as respostas dos Organismos Internacionais frente a esta problemática, observando que perspectivas orientam o direcionamento das políticas de trabalho para as mulheres na América Latina.

Na elaboração da tese, como interlocução pertinente acerca da temática, levamos em consideração a produção latino-americana hispanofalante, a qual se expressa no decorrer da elaboração dos capítulos na tese e encontra-se referenciada na bibliografia. No entanto, tivemos dificuldade em dá conta das particularidades de cada um ou alguns países do continente latinoamericano. Desta forma, as análises estão feitas a partir de leituras mais gerais sobre a América Latina com enfoque para as bibliografias da Argentina, Brasil, Chile, México, e Urugway. A escolha de tais referências tanto foram direcionadas, como aleatórias a partir da aproximação com textos que dialogavam, principalmente sobre a temática do trabalho, capitalismo dependente e divisão sexual do trabalho, sob uma perspectiva crítica, encontradas via CLACSO e sites em espanhol.

A apresentação do conteúdo e da pesquisa está organizada na seguinte sequencia de capítulos. Após a introdução apresentamos no capítulo 1 nossos caminhos da pesquisa dialogando sobre a produção de conhecimento e sua relação com a realidade objetiva, assim como os pressupostos teóricos sobre as categorias abordadas ao longo do trabalho. Também apresentamos a metodologia da pesquisa realizada para o desenvolvimento desta tese, quais hipóteses foram tomadas como ponto de partida e os desafios postos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, situando nossa abordagem a partir do materialismo histórico dialético.

No capítulo 2 fazemos um debate sobre as relações patriarcais de gênero no capitalismo abordando como o patriarcado se apresenta na atualidade e seus processos de permanências e atualizações. Também desenvolvemos um diálogo histórico da discursão teórica entre o matriarcado e o patriarcado na interface entre os estudos de Engels (2002) e Firestone (1976). Neste capítulo abordamos ainda como as relações patriarcais de gênero se expressam no cotidiano das mulheres e como se dá o debate teórico-político entre relações patriarcais de gênero e relações sociais de sexo.

No terceiro capítulo apresentamos um delineamento teórico sobre a categoria trabalho para o marxismo (MARX, 2013; LUKÁCS, 1978), suas características na sociedade capitalista e a particularidade da superexploração do trabalho nos países de economia dependente. A partir deste debate mais geral e interligado a ele dialogamos sobre a divisão social e sexual do trabalho e sobre a crise capitalista, ajustes estruturais e as implicações destes na vivência do trabalho das mulheres.

O capítulo 4 aborda o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1994) e a constituição do capitalismo dependente na América Latina (FERNANDES, 1975). Tendo tal processo como pano de fundo, enveredamos pelo debate da constituição histórica de criação e abrangência dos organismos internacionais e também situamos a discussão sobre o imperialismo e o direcionamento de políticas dos organismos internacionais para os países da América Latina.

No último capítulo analisamos documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) referentes a orientações, convenções e acordos sobre a condição de igualdade entre homens e mulheres na sociedade e no trabalho. Explicitamos como os conceitos de gênero, igualdade entre os sexos, empoderamento e trabalho são apresentados em relatórios e publicações de tais organizações e qual o tempo histórico dessas abordagens.

Tendo a arte como uma das expressões do desenvolvimento das capacidades humanas e como uma das formas de elevação da vida cotidiana “que produzem objetivações duradouras”, como aponta Heller (2014, p.42) apresentamos na abertura de cada capítulo obras de artistas latino-americanos/as sendo eles/as a argentina Alicia Schulz, o colombiano Fernando Botero, o brasileiro Di Cavalcanti e o mexicano Diego Rivera. Artes que também são expressões políticas de resistência.

Nesta introdução, como forma de explicitar a luta dos/as trabalhadores/as, particularmente os desafios na realidade brasileira, não podemos deixar de mencionar o tempo histórico em que esta tese é escrita. Tempos de luta e resistência ao autoritarismo e conservadorismo que se expressam nas distintas instâncias estatais, legislativas, jurídicas, na mídia hegemônica e nas muitas situações de violência cotidiana. Violências estas que também são institucionais na negação de direitos trabalhistas, na repressão policial as manifestações de rua e principalmente

a população negra, no sucateamento dos serviços públicos estatais e na ofensiva a liberdade de pensamento nas escolas e universidades.

Finalizamos esta introdução e continuamos o desenvolvimento do trabalho sob a inspiração e determinação expressa na canção “Canción con todos” interpretada por uma voz latino-americana de resistência: a argentina Mercedes Sosa. Esperamos que os diálogos sejam frutíferos e que ultrapassem o requisito formal de escrita da tese, articulando a dimensão política que norteia o desenvolvimento da mesma.

*“Salgo a caminar  
Por la cintura cósmica del sur  
Piso en la región  
Más vegetal del viento y de la luz  
Siento al caminar  
Toda la piel de América en mi piel  
Y anda en mi sangre un río  
Que libera en mi voz  
Su caudal*

*Sol de alto Perú  
Rostro Bolivia, estaño y soledad  
Un verde Brasil besa a mi Chile  
Cobre y mineral  
Subo desde el sur  
Hacia la entraña América y total  
Pura raíz de un grito  
Destinado a crecer  
Y a estallar*

*Todas las voces, todas  
Todas las manos, todas  
Toda la sangre puede  
Ser canción en el viento*

*¡Canta conmigo, canta  
Hermano americano  
Libera tu esperanza  
Con un grito en la voz!*

# Capítulo 1 – Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa



Alicia Schulz

*“O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho  
deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe  
e se fecha em si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.  
Defendendo o que pensa saber  
levanta certeza na forma de muro,  
orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro, explode em voos  
rindo do tempo que imagina saber  
ou guardava preso o que sabia.  
Mas o voo mais belo, descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar: voltar à terra com seus ovos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim: ri de si mesmo e de suas certezas.  
É meta de forma, metamorfose, movimento,  
fluir do tempo, que tanto cria como arrasa  
a nos mostrar que para o voo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.*

*Mauro Iasi*

Apresentamos neste capítulo tanto nosso percurso metodológico de pesquisa para obtenção e análise dos dados e elaboração da tese, quanto uma breve explanação sobre a produção do conhecimento e como esta está diretamente relacionada ao tempo histórico e as determinações de classe, raça e relações patriarcais de gênero.

Também situamos os pressupostos teórico-políticos que norteiam nossa aproximação às categorias que perpassam nosso objeto de estudos, sendo elas: relações patriarcais de gênero, Trabalho, divisão sexual do trabalho, mundialização do capital e capitalismo dependente e os Organismos Internacionais em sua constituição histórica.

## 1.1 - A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A REALIDADE OBJETIVA

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens [e mulheres], com a linguagem da vida real. (...). O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo (Marx; Engels, 2007, p.93-94).

A realidade é objetiva e multideterminada. O conhecimento sobre esta é permeado de perspectivas e intencionalidades. Tal produção de conhecimento tem caráter histórico e determinações políticas, assim como é perpassado pela dimensão de classe, condições objetivas e finalidades diferenciadas sobre as interpretações de como se configura as relações sociais na sociedade.

Coutinho (2010) em seu livro “O estruturalismo e a miséria da razão” apresenta elementos históricos de análise de como a filosofia burguesa caudatária de um movimento progressista na elaboração de uma racionalidade humanista e dialética sofre uma ruptura radical em uma progressiva decadência no abandono das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética<sup>8</sup>. Para Coutinho (2010) “essa descontinuidade da evolução filosófica corresponde naturalmente à própria descontinuidade objetiva do desenvolvimento capitalista” (p.21).

---

<sup>8</sup> “As categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética são os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a tendência ideologizante da decadência começa exatamente por romper com tais categorias” (COUTINHO, 2010, p.30).

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p.22).

A justificação teórica do existente tende a ser uma visão conservadora da realidade que não a caracteriza em suas determinações históricas ou expressa suas contradições. O pensamento conservador, portanto, se sustenta em uma racionalidade instrumental que tem como propósito justificar como elemento natural do desenvolvimento da humanidade as situações de desigualdade presentes na mesma.

Ainda dialogando com Coutinho (2010) apresenta-se o aspecto ideológico presente na nova fase histórica da constituição da burguesia de classe revolucionária para classe dominante. Como ressalta o autor, em lugar do humanismo surge um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade de homens e mulheres ou os coloca apenas como objeto na mercantilização das relações sociais; “em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial ou irracional’”. (p.30); em lugar da razão dialética na explicitação da essência contraditória do real “vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas” (p.30-31).

Este irracionalismo é o que dá sustentabilidade as expressões de preconceito na própria elaboração de conhecimento a exemplo de autores que justificavam o racismo e a escravidão da população negra, de estudos que colocavam a vivência da homossexualidade como doença, dos que culpabilizam os/as próprios/as trabalhadores/as por sua situação de pobreza, etc.

Assim, o método utilizado para apreensão e sistematização do real está diretamente ligado ao nosso direcionamento teórico-político, as nossas posturas éticas, ao compromisso com o objetivo que pretendemos desenvolver e ao movimento real do objeto. Esperamos também, neste processo de apreensão e sistematização do real superar o pensamento e postura imediatista e espontaneísta

posto em nossas relações cotidianas como mediadoras do conhecimento sobre a realidade.

Outro elemento que estamos atentas no processo de reflexões sobre a realidade objeto de estudo e de elaboração teórica é a superação do caráter burocrático de apropriação do conhecimento. Para Coutinho (2010, p.40-41) “esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem [e mulheres] com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de “dados” segundo esquemas formais preestabelecidos”.

Na gênese do pensamento fetichizado, particularmente das correntes ligadas ao que designamos como “miséria da razão”, situa-se ainda um outro fenômeno da maior importância. Pensamos na tendência da economia capitalista no sentido de burocratizar todas as atividades humanas, desde as econômicas e políticas até as mais refinadamente “espirituais”. A burocratização ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação tanto com a realidade (transformada na práxis burocrática em simples objeto de manipulação) quanto com suas finalidades (cuja racionalidade ou irracionalidade a práxis burocrática não questiona) (COUTINHO, 2010, p.40-41).

Essa burocratização da vida cotidiana, por meio do pensamento fetichizado, dá sustentação as relações e respostas imediatistas que não refletem sobre os determinantes dos diversos fenômenos que norteiam a ação de homens e mulheres em sociedade. Este pensamento fetichizado é sustentado pela ideologia dominante em seus diferentes espaços de veiculação, entre eles, o próprio Estado. Assim, dialogando sobre a ideologia dominante na sociedade capitalista, o papel da ciência e o cientificismo<sup>9</sup> concordamos com Konder na afirmação de que

As ciências costumam ser mais ‘democráticas’ do que aqueles que as combatem ou desprezam, porque para elas não existem privilégios insuperáveis na aquisição dos conhecimentos: as verdades são acessíveis da mesma maneira, a todo mundo. Por isso,

---

<sup>9</sup> “O cientificismo, no entanto, nega implicitamente validade à filosofia e força a fusão de todas as ciências num ser vago, mítico, intitulado *a Ciência* (com artigo definido singular e inicial em letra maiúscula). A essa deidade cabe a tarefa de esgotar o essencial da realidade (ou falar como se já o tivesse esgotado). Essa Ciência ocupa, de certo modo, o lugar de Deus, passa a ser objeto de fé e culto, é erigida em juiz supremo, situado acima e além da história. Os sacerdotes da nova religião emitem veredictos inapeláveis em nome do novo Deus, discorrem sobre as coisas como se fossem donos da verdade.” (KONDER, 2009, p.84).

por trás das forças que aproveitam as opiniões contrárias às ciências se acham com frequência interesses escusos; se acham setores que gostariam de manter eternamente a maioria da humanidade subjugada a uma minoria 'iluminada'. A força dos preconceitos e da ignorância só é tão grande porque há gente que tira vantagem deles (KONDER, 2009, p.83).

Relaciona-se a esta vantagem, que a classe burguesa tira da ciência para seus interesses próprios, a ausência de tempo livre da classe trabalhadora – e particularmente das mulheres – dada a sobrecarga de trabalho diário, para que possam se dedicar a atividades que lhes possibilitem problematizar sua condição de existência como trabalhador/a, ou sobre a função do desemprego estrutural na sociedade capitalista.

A produção de conhecimento e a socialização do mesmo têm, portanto, caráter de classe, raça e de relações patriarcais de gênero. Na situação das mulheres, o desenvolvimento da ciência sempre as colocou em um papel secundário, tanto na própria elaboração de ideias sobre o mundo, quanto em uma racionalidade fundada nas relações capitalistas e patriarcais que justificava o papel de subordinação das mulheres na sociedade.

Assim, explicitando o caráter de classe do conhecimento e sua relação direta com o tempo histórico em que é produzido Minayo (1996, p.21) situa que, “tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico”, assim como o próprio objeto de investigação. Nosso tempo se situa em um contexto de agudização da pobreza, de barbarização das condições humanas e do desvelamento de todas as formas de opressão e exploração perpetrados pela sociedade patriarcal e capitalista.

Desta forma, nosso compromisso é com uma metodologia que possibilite compreender de maneira mais aprofundada esta realidade, na busca de contribuir com reflexões que levem a estratégias de enfrentamento aos desafios postos na problemática de estudo. Tal compromisso alia-se a compreensão da necessidade de conhecimento e rigor teórico-metodológico que subsidiou a construção de nosso arsenal de pesquisa. Ao pautar-se em tal perspectiva concordamos com Netto (2009) de que

A relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está



implicado no objeto. Por isto mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” (NETTO, 2009, p.674).

Nesse sentido, reafirmamos que a produção do conhecimento sobre a realidade é perpassada por perspectivas teórico-políticas diferenciadas, assim como é permeada pelo tempo histórico em que tal conhecimento é produzido. Desta forma, a pesquisa é um processo investigativo que possibilita uma aproximação da realidade, sendo esta sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Aprofundando este pensamento apontamos que

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2007, p.256-257).

Partindo deste entendimento dinâmico e histórico do processo de aproximação à realidade<sup>10</sup>, utilizamos como método de análise, o materialismo histórico-dialético. Compreendendo, portanto, a constituição dos organismos internacionais, assim como as demandas postas pelo feminismo como inseridas no desenvolvimento da sociedade patriarcal e capitalista.

A escolha do método de abordagem reflete nosso entendimento de que o conhecimento é uma construção que se formula por intermédio de movimentos sucessivos de aproximação que permitem compreender a parte de um fenômeno como momento de um todo e não de forma isolada.

Para ter o conhecimento de alguma coisa, é preciso organizar a sucessão. É precisamente como procede o pensamento; e a observação, análise e compreensão desse processo constitui o primeiro passo para o método dialético, a Lógica Dialética, que não é mais, em última instância, que a ‘consciência da forma do movimento do pensamento’ (PRADO JUNIOR, 1960, p. 559).

---

<sup>10</sup> “A totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos”. (MARX, 2011, p.78-79).

O processo dialético de apreensão dos fenômenos sociais perpassa o movimento entre singularidade, particularidade e universalidade interligando-as para a compreensão da totalidade. Desta forma, a pesquisa, interligada às análises dos dados levou em consideração os elementos de contradição, historicidade, dialética, a observação de como os fenômenos se expressam na realidade e a forma como os mesmos se configuram de maneira objetiva em seus processos históricos.

Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é, ao contrário, descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem [e a mulher], como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem [e ser-mulher] algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato, que o gênero – nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido – não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares se liguem “mudamente”; é mostrar que esses, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançar a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente em si (LUKÁCS, 1978, p. 14).

Assim, explicitamos o papel da consciência no processo de desenvolvimento das capacidades humanas, entre elas, a própria capacidade de produzir conhecimentos, como uma atividade histórica de reflexão e apreensão da realidade. A elaboração da tese, expressa, portanto, nossa apreensão da realidade a partir de passos galgados sob o chão do materialismo histórico dialético. Se tivermos alguns tropeços no percurso é tão somente pelos limites postos no processo de maturidade teórico-política em que a autora se encontra. Reconhecemos a importância e responsabilidade com a análise teórica uma vez que, como explicita Netto (1985), na introdução a Miséria da Filosofia de Marx, errar na análise tem implicação direta no erro da proposta política.

## 1.2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AS CATEGORIAS DELINEADAS NA PESQUISA.

Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos (Marx– Prefácio a edição francesa d’O Capital).

Nossa elaboração teórica sobre o patriarcado, assim como as demais categorias e conceitos abordados ao longo deste trabalho parte do pressuposto de que tais categorias estão inscritas historicamente na realidade. Compreendemos, corroborando com Barroco (2008) que as categorias são modos de ser objetivos e expressam o processo de reprodução do ser social na história. “As categorias exprimem, portanto, formas de modo de ser, determinações de existência” (MARX, 1978 p.121).

Desta forma, explicitamos que as categorias de patriarcado e relações patriarcais de gênero<sup>11</sup>, não se tratam de conceitos abstratos, mas de mediações necessárias para compreensão das relações sociais constitutivas do ser social. Particularmente, das situações de desigualdade, exploração e subordinação vivenciadas pelas mulheres na sociedade capitalista e patriarcal.

Para Netto (2009), tanto real quanto teoricamente as categorias são históricas e transitórias<sup>12</sup> e seu estudo deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual. “Em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do ser, determinadas da existência” (LUKÁCS,2007, p.226).

Partindo de tais compreensões sobre o processo de elaboração teórica e sua relação com a realidade social, apontamos que nossas análises se nutrem, para além do conhecimento acumulado com as leituras, das lutas históricas empreendidas pelo movimento feminista no enfrentamento ao patriarcado, racismo e capitalismo nas diferentes partes do mundo. Como toda produção de conhecimento, tem, desta forma, um caráter político.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX;ENGELS, 2007. p.86-87).

---

<sup>11</sup> Dialogaremos mais sobre as relações patriarcais de gênero no capítulo seguinte.

<sup>12</sup> Marx, já apontava esta característica das categorias em sua obra Miséria da Filosofia. “As categorias são produtos históricos e transitórios”. (MARX, 1985, p.106).

Dialogaremos sobre o patriarcado articulado a sociedade capitalista, apontando as consequências de tal articulação na vida das mulheres, particularmente na dimensão do trabalho. A predominância do patriarcado imbricado à sociedade capitalista é o elemento que nos permite compreender as desigualdades e exploração vivenciadas pelas mulheres, bem como possibilita explicar a continuidade e a permanência de suas lutas.

Ainda explicitando nossos pressupostos sobre a categoria patriarcado afirmamos que, diferente dos que apontam o fim ou o enfraquecimento do patriarcado na sociedade atual, nossa análise e posicionamento é de que o patriarcado continua presente e articulado a sociedade capitalista com elementos tanto de permanência quanto de atualização das distintas formas de como se expressa a situação de exploração e subordinação das mulheres pelos homens.

Sobre a categoria trabalho e divisão sexual do trabalho situamos suas principais características no modo de produção capitalista<sup>13</sup> e a contradição na situação do trabalho das mulheres entre ampliação de sua autonomia e a superexploração do trabalho. Assim fazendo alusão as categorias econômicas explicitamos seus elementos de contradição. “Portanto as categorias econômicas, sendo elas mesmas verdades descobertas, reveladas pela razão humana, pelo gênio social, são igualmente incompletas, contendo o germe da contradição” (MARX, 1985, p.112).

Para a discussão sobre a categoria trabalho não ficar apenas no campo da imediatez contemporânea apontamos alguns elementos essenciais que possibilitam o conhecimento da mesma em suas dimensões históricas e transitórias sendo eles: o entendimento do ser humano (homens e mulheres) como ser social; a função do trabalho para o estabelecimento dos homens e mulheres como ser humano genérico; as configurações do trabalho na sociedade capitalista e patriarcal; trabalho alienado e divisão social e sexual do trabalho.

---

<sup>13</sup> “A partir do momento em que não se persegue o movimento histórico das relações de produção, de que as categorias são apenas as expressões teóricas. A partir do momento em que se quer ver nestas categorias apenas ideias, pensamentos espontâneos independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem destes pensamentos”. (MARX, 1985,p.103).

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens [e mulheres] que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (LUKÁCS, 1978, p. 5-6).

Este trabalho na sociedade capitalista deixa de ser expressão de liberdade e torna-se elemento de alienação a partir do avanço do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Também explicitamos como pressuposto no entendimento desta categoria que nossa análise permeia os elementos das relações patriarcais de gênero e a dimensão da raça como essenciais para compreender as desigualdades vivenciadas no âmbito do trabalho no processo de mundialização do capital.

Sobre o trabalho no âmbito da produção e reprodução social compreendemos estes dois processos com parte de uma totalidade indissociável. “Quando se trata, pois da produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (Marx, 1978, p.104). Situamos o trabalho, portanto, no processo de produção e reprodução de homens e mulheres na sociedade.

Referente ao processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1994) e o estabelecimento do capitalismo dependente apresentamos esta configuração a partir do caráter desigual e combinado do capitalismo como afirma Theotônio dos Santos (2011) e Florestan Fernandes (1975). Nossa análise parte do entendimento da mundialização do capital a partir do “processo global de produção capitalista” em sua busca por ampliação dos lucros e pela superação de suas crises cíclicas.

Este processo de mundialização vem acompanhado por maior exploração da classe trabalhadora, o que é abordado por Marini (2011) na caracterização da superexploração do trabalho nos países de economia dependente. A expansão das relações capitalistas também traz capilarização de seus valores como o individualismo e a competitividade, para além da desenfreada destruição da natureza.

Para Fernandes (1975, p.56) “O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento”. Tais características também estão diretamente vinculadas ao papel do Estado no direcionamento das políticas econômicas tanto internamente quanto nos acordos internacionais. Tais acordos são desiguais e expressam as relações políticas-econômicas diferenciadas entre países, principalmente entre o país imperialista<sup>14</sup> e as economias dependentes.

Historicamente desde a antiguidade têm existido formações sociais imperialistas e coloniais. Porém, é somente na época moderna que esta relação assume um caráter mundial como consequência da integração alcançada pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração da tecnologia, da produção e os capitais em um centro hegemônico e em um conjunto de países dominantes. A questão da dominação imperialista de um lado e a superação da condição de dependência de outro se converte em um problema mundial. O desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialeticamente, em um impulso à expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite para este desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, mas a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado este em sua capacidade de desenvolvimento, incapaz de resolver nem sequer aqueles problemas básicos de sobrevivência humana que se poderiam superar em boa parte dos países dominantes<sup>15</sup> (SANTOS, 2011, p.62, tradução nossa).

---

<sup>14</sup> El imperialismo contemporáneo se define como una nueva etapa del capitalismo iniciada después de la Segunda Guerra Mundial, que se caracteriza por una alta integración del sistema capitalista mundial fundada en el amplio desarrollo de la concentración, conglomeración, centralización e internacionalización del gran capital monopólico, que se cristaliza en las corporaciones multinacionales, células de ese proceso, y en el aumento y profundización del vínculo entre el monopolio y el Estado. En el plano internacional, este sistema se resume en la imposición hegemónica de Estados Unidos, de su moneda nacional, de su ayuda económica, de sus fuerzas militares, en los acuerdos monetarios de Bretton Woods y sus aspectos institucionales (el Fondo Monetario Internacional, FMI y el Banco Mundial, BM), en la aplicación del Plan Marshall, del punto IV, de la Alianza para el Progreso y otros planes de “ayuda” impulsados por el Eximbank; en los tratados militares de Río de Janeiro, de la Alianza Atlántica, del Sudeste Asiático y en todo un sistema de relaciones militares que permitieron a las tropas norteamericanas, formar una red internacional de ocupación disfrazada de los territorios de casi todos los países capitalistas. (SANTOS, 2011, p.49-50).

<sup>15</sup> Históricamente desde la antigüedad han existido formaciones sociales imperialistas y coloniales. Sin embargo, es solamente en la época moderna que esa relación asume un carácter mundial como consecuencia de la integración lograda por la economía capitalista internacional que, de un lado, produce un mercado mundial integrado de mercancías, fuerza de trabajo y capitales y, de otro, una alta concentración de la tecnología, la producción y los capitales en un centro hegemónico y en un

Os pressupostos que ancoram nossa análise sobre a relação entre a economia imperialista e as economias dependentes são pautados nas relações de contradições expressas no desenvolvimento e expansão da sociedade capitalista na acumulação cada vez maior de riqueza e aumento da degradação das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Assim, situamos a mundialização não como uma integração entre os países, mediada pelos acordos internacionais, mas como ampliação das relações desiguais de exploração em todas as esferas das relações sociais.

Sobre as Organizações Internacionais partimos do entendimento da relação de contradição que permeia a criação de tais organizações, entre seus objetivos propostos e o direcionamento e condução de suas ações em sua maioria, pela hegemonia e ideologia capitalista. Tal contradição faz com que se reconheça as relações de desigualdades econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade, mas sem situar, no entanto, os elementos estruturadores de tais desigualdades.

### 1.3 – CAMINHOS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA

Sem dúvida, deve-se distinguir **o modo de exposição** segundo sua forma, **do modo de investigação**. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. **Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o**

---

conjunto de países dominantes. La cuestión de la dominación imperialista de un lado y de la superación de la condición de la dependencia de otro se convierte en un problema mundial. El desarrollo del capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialécticamente, en un impulso a la expansión mundial capitalista y, al mismo tiempo, en un límite para ese desarrollo. Pues la expansión del capitalismo no produce, en consecuencia de su carácter contradictorio, una economía internacional equilibrada e igualitaria, sino la oposición entre un capitalismo dominante y un capitalismo dependiente, limitado este en su capacidad de desarrollo, incapaz de resolver ni siquiera aquellos problemas de supervivencia humana elementales que se pudo superar en buena parte en los países dominantes.

**material, transposto e traduzido na cabeça do homem.** (MARX, 2013, p.128-129, grifos nossos).

Apesar de ter clareza da diferença entre o modo de investigação do modo de exposição, este último apresenta alguns limites temporais na escrita de uma tese. Consideramos que neste processo de investigação e escrita, a exposição ainda não apresenta toda a síntese aprofundada de explanação sobre o objeto de estudo. Neste escritos, o modo de investigação e o aprofundamento teórico sobre a temática, ainda se imbrica ao modo de exposição, situação esta que pretendemos superar ao longo da continuidade de nossos estudos para além desta tese.

No entanto, os limites apresentados, em nossa análise, não retiram o rigor e consistência do desenvolvimento do texto. Fizemos uma investigação aprofundada sobre as categorias objeto de estudo buscando conciliar sempre a análise histórica com as determinações que permeiam a construção do conhecimento sobre a temática. As leituras também foram direcionadas levando em consideração o método de investigação e o direcionamento teórico-político em que os/as autores/as estão inseridos/as.

No início do desenvolvimento da pesquisa, partimos de algumas hipóteses sobre o objeto de estudo, pautadas a partir da nossa experiência de participação no movimento feminista e de leituras para elaboração do projeto. Nosso entendimento de hipóteses parte de uma reinterpretação do termo que nega a conotação positivista do mesmo no que se refere às “provas estatísticos-matemáticas como comprovadoras da objetividade” (MINAYO, 1996, p.95).

Ainda concordando com Minayo (1996, p.95), apontamos que “na abordagem qualitativa, as hipóteses perdem a sua dinâmica formal comprobatória para servir de caminho e de baliza no confronto com a realidade empírica”. Nesse sentido, nosso questionamento central como questão de partida sobre o qual foi delineado as hipóteses foi: Quais perspectivas de “gênero” dos organismos internacionais orientam as políticas de trabalho para as mulheres na América Latina? Sobre tal questionamento as hipóteses apresentadas foram:

1. Os Programas direcionados às mulheres pelos Organismos Internacionais estão permeados de contradições entre o atendimento às demandas postas pelas mulheres por meio de suas lutas e o direcionamento político-ideológico que tais organismos assumem, no processo de mundialização do capital.



2. Nestas contradições, as feministas têm se inserido em distintos espaços institucionais, governamentais, não governamentais e multilaterais, como estratégia para pautar as demandas do movimento feminista nas políticas públicas. No entanto, a forma como as demandas são pautadas nem sempre atendem aos interesses estratégicos das mulheres e do movimento, na perspectiva de transformação das relações de opressão e dominação em que as mulheres estão inseridas.
3. As políticas para o trabalho desenvolvidas pelos Organismos Internacionais estão diretamente ligadas às perspectivas de desenvolvimento econômico pautado pelos mesmos para os países da América Latina. Tais perspectivas priorizam mais o desenvolvimento do mercado do que o atendimento objetivo das necessidades humanas.
4. O conceito de “gênero” é abordado somente a partir do entendimento da desigualdade entre homens e mulheres, sem considerar as interfaces entre sociedade patriarcal e capitalista.
5. As políticas de enfrentamento a pobreza, muitas vezes, apresentam-se sob o viés de instrumentalização das mulheres no gerenciamento da pobreza, no contexto neoliberal.

O processo de desenvolvimento metodológico da pesquisa estava previsto para acontecer em quatro fases, constituindo-se inicialmente de uma revisão bibliográfica<sup>16</sup> na qual aprofundaríamos nosso debate acerca das categorias de estudo, sendo elas: Organismos Internacionais, trabalho e relações patriarcais de gênero, perpassando ainda leituras sobre os temas de necessidades humanas, desenvolvimento, interesses estratégicos e necessidades práticas, mundialização do capital e estudos sobre a América Latina. Este processo de revisão se configurou como ponto inicial, mas perpassou todo o desenvolvimento da investigação, subsidiando, inclusive, a análise dos dados.

---

<sup>16</sup> Na revisão bibliográfica tivemos como acervo tanto a produção teórica brasileira, acerca da temática, quanto trabalhos em língua espanhola, de outros/as autores/as latinoamericanos/as nos campos da sociologia, economia, ciências políticas, história e dos estudos feministas. Levamos em consideração a produção do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e de Centros e Núcleos de Estudos Feministas a exemplo do “Centro de la mujer peruana Flora Tristan”; “Centro de Estudios de la mujer” no Chile.

A segunda fase consistiria na análise de documentos que enfocam o enfrentamento a precarização do trabalho das mulheres na América Latina expresso em programas e projetos da OIT, a CEPAL e a ONU, particularmente por meio da ONU Mulheres. No desenvolvimento da pesquisa, pelo próprio caráter dos documentos, o foco se estendeu para análises sobre a abordagem da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e como tais Organizações apontavam a superação desta desigualdade, além de uma maior profundidade na análise sobre os conceitos de gênero, igualdade entre os sexos e empoderamento.

Para definição de tais organizações levamos em consideração os organismos que apresentavam programas e projetos destinados às mulheres na área do trabalho e que tem incidência na maioria dos países da América Latina, assim como observamos também a elaboração de documentos sobre o tema da igualdade entre homens e mulheres e relatórios de Conferências específicas sobre os direitos das mulheres.

Sobre o tempo histórico nos situamos a partir de 1995, pelo marco da realização da Conferência Internacional de Beijing e o que a mesma representou na incorporação das pautas e demandas do feminismo pelos Organismos Internacionais através da Plataforma de Ação Mundial - PAM. Mesmo situando o tempo histórico a partir de 1995 como período delimitador de nossa análise, levamos em consideração documentos anteriores considerados como referências da abordagem sobre a desigualdade entre homens e mulheres no âmbito internacional como, por exemplo, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de preconceito contra as mulheres - CEDAW, realizada pela ONU, datada no ano de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984.

O acesso a tal documentação se deu via sites oficiais das referidas Organizações Internacionais<sup>17</sup>. No âmbito da ONU analisamos alguns documentos chaves sendo eles: a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW – 1979); o Relatório da Conferência Internacional sobre População e desenvolvimento (Plataforma de Cairo, 1994), por sua abordagem referente aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da desigualdade entre os sexos; a Declaração e PAM da IV Conferência Mundial sobre

---

<sup>17</sup> Ver páginas: [www.onumulheres.org.br](http://www.onumulheres.org.br); <http://www.unwomen.org/es>; <http://www.oit.org.br>; <http://www.ilo.org/global/lang-es>; <http://www.cepal.org/es>; <http://www.cepal.org/pt-br>.

a mulher (Beijing, 1995); a declaração e objetivos do milênio (2000); a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável (2015) e um documento intitulado “O progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar os direitos” (2015). Também realizamos leituras de algumas resoluções do Conselho de Segurança da ONU que dialogavam sobre o tema das mulheres, as quais encontram-se especificadas no apêndice 2.

A análise dos documentos da ONU se deu de maneira mais extensa e aprofundada, por serem tais documentos que norteiam, inclusive políticas e programas tanto da OIT quanto da Cepal e por estas últimas referenciar os acordos estabelecidos pela ONU no que se refere à busca pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade.

Para análise de documentação da OIT, no que diz respeito aos temas de Igualdade de gênero e trabalho decente, observamos a Política da OIT sobre a Igualdade de Gênero de 1999; o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero 2010-15; o Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GPE) e 16 números da Revista OIT que falam sobre trabalho decente e trabalho das mulheres entre os anos de 1996 e 2015.

Na CEPAL os documentos analisados foram os Consensos frutos das Conferências Regionais sobre a mulher realizados em 2004 (México); 2007 (Quito); 2010 (Brasília) e 2013 (São Domingo). Também observamos os Programas de ação da OIT 2014-2015 e 2016-2017 além do documento “Pacto para a igualdade: para um futuro sustentável” (2014). Desta Organização também fizemos leituras de anuários estatísticos e estudos econômicos para América Latina que subsidiaram apresentação de dados ao longo da escrita da tese.

Na terceira fase pretendíamos realizar entrevistas, via correio eletrônico, com feministas que atuam ou já atuaram nos Organismos Internacionais foco da pesquisa. Tais entrevistas tinham como objetivo conhecer o processo de construção das propostas de desenvolvimento econômico para as mulheres, no âmbito do trabalho, a partir da participação das mulheres feministas, na relação entre autonomia, interesses estratégicos e “necessidades práticas”.

Elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturado e carta de apresentação da pesquisa e enviamos por email para escritórios da ONU Mulheres,

OIT e Cepal no Brasil, México e Argentina<sup>18</sup>. Entramos em contato com tais organizações no final de março de 2016. Passados 15 dias sem respostas, retornamos o contato via telefone para confirmar os e-mails e nomes de pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa. Após esta segunda tentativa tivemos algumas respostas e indicações de nomes.

A OIT Argentina informou que não tinha em sua sede profissionais que atuassem com a temática de gênero e nos indicou o contato das responsáveis pelo setor de gênero da OIT com sede em Genebra. A OIT Brasil indicou o nome de uma profissional que trabalhava na área da temática das mulheres, passamos email para os referidos contatos e não obtivemos retorno. Ainda em abril retomamos o contato, mas não houve respostas positivas, apesar do envio do questionário por email e de algumas delas confirmar que poderiam respondê-lo. O último contato para esta fase da pesquisa foi realizado no mês de setembro e início de outubro de 2016.

A ONU Mulheres não tem sede na Argentina, apenas Brasil (para América do Sul) e México (para América do Norte). Na sede do Brasil tivemos retorno ao email informando que poderiam responder. Foi enviado o questionário e feito as mesmas tentativas expostas no contato com a OIT, no entanto, não tivemos respostas de nenhuma das sedes.

A Cepal Brasil e Argentina também nos passaram o contato de pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa e a sede no México não nos deu respostas. Após a última tentativa realizada em setembro e outubro com todas as organizações e estando já em período de escrita da tese decidimos realizar apenas a pesquisa documental por meio da análise dos documentos que citamos como segunda fase do desenvolvimento da pesquisa.

A ausência das entrevistas fez com que não pudéssemos abordar um dos objetivos que pensávamos para o desenvolvimento da pesquisa, sendo ele o de conhecer o processo de construção das propostas de desenvolvimento econômico para as mulheres a partir da participação de mulheres feministas nos Organismos Internacionais na relação entre autonomia, interesses estratégicos e necessidades práticas.

---

<sup>18</sup> A escolha por estes países se deu levando em consideração dois fatores: ter escritórios de no mínimo duas das Organizações, entre as três estudadas e pela incidência e visibilidade da organização política do movimento feminista.

De outro lado e na tentativa de compensar a falta de retorno, ampliamos e aprofundamos a análise da perspectiva de gênero das Organizações internacionais para além dos programas e documentos que orientam as políticas de trabalho, abarcando outros documentos, relatórios e conferências que dialogavam sobre a igualdade entre homens e mulheres.

Na última fase analisamos, através do processo de sistematização, os dados produzidos, fazendo articulação entre o conhecimento teórico e a análise documental. Tal método de análise nos possibilitou reflexões em torno da problemática e objetivos da pesquisa e serviu como uma das bases para nossa produção teórica acerca do assunto.

O levantamento dos documentos foi realizado via sites das próprias organizações. A partir da leitura dos documentos buscamos textos e acordos que eram descritos nestes como importantes sobre o avanço da temática dos direitos das mulheres junto às organizações internacionais. Assim fizemos uma lista inicial e esta se estendeu no decorrer das leituras realizadas, a exemplo das resoluções do Conselho de segurança da ONU que referenciavam a temática dos direitos das mulheres e que eram citadas nos relatórios de algumas conferências e as normas internacionais do trabalho que abordam a igualdade entre homens e mulheres. Ambas encontram-se sistematizadas nos apêndices 2 e 3.

O processo de sistematização foi feito a partir da leitura do conjunto de documentos de cada Organização. Após conhecer o teor dos documentos separamos aqueles que eram frutos de Conferências, acordos e as políticas que norteavam a ação de tais organizações em sua própria dinâmica interna, a exemplo da OIT e os que norteavam políticas e programas para distintos países. Também fizemos a separação dos documentos que eram mais textos de análises e sistematização de dados sobre a realidade das mulheres na América Latina e no mundo, produzidas por tais Organizações. Estes últimos serviram como referência para própria exposição e análise sobre a situação das mulheres na sociedade patriarcal e capitalista ao longo do desenvolvimento dos distintos capítulos da tese.

Na sistematização<sup>19</sup> buscamos e selecionamos nos documentos a forma como era apresentada a abordagem sobre “gênero”, igualdade entre os sexos,

---

<sup>19</sup> Como sistematizamos dados de mais de 20 textos, resoluções e relatórios e alguns deles tinham mais de 100 páginas a sistematização contém 50 páginas e não consideramos conveniente anexá-la como apêndice.

igualdade entre homens e mulheres, empoderamento e trabalho. Também selecionamos as orientações que referiam-se a propostas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres na sociedade e quais elementos eram apresentados como geradores de tais desigualdades.

Na análise, buscamos intercalar os dados sistematizados com nossa compreensão teórica política sobre relações patriarcais de gênero X apreensão de gênero como sinônimo de mulheres; trabalho decente X superação da exploração do trabalho na sociedade capitalista; igualdade entre homens e mulheres e sua relação com a igualdade substantiva; e consciência política na contraposição do debate sobre empoderamento. Também dialogamos sobre a conquista dos direitos como emancipação política e a perspectiva de emancipação humana.

Para a escrita do trabalho levamos em consideração o relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq (2011) no que se refere ao plágio, falsificação e fabricação ou invenção de dados. Também levaremos em consideração os cuidados éticos previstos nos termos do Código de Ética das/os Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93 e suas complementares – 290/94, 293/94, 333/96 e 594/2011) e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que versa sobre o desenvolvimento de pesquisas na área das Ciências humanas e sociais.

## Capítulo 2 - Relações patriarcais de gênero no capitalismo



Diego Rivera

(...) basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestadamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, 1949).

Neste capítulo, faremos uma abordagem teórico-política sobre as configurações do patriarcado na sociedade atual, como ele vem se expressando ao longo do desenvolvimento histórico das relações entre homens e mulheres em distintas formações sociais e quais os elementos que lhe dão sustentação e permitem sua permanência mesmo nas sociedades caracterizadas pelas relações democráticas.

Situamos também a importância da conceituação do patriarcado para as lutas feministas e o debate teórico sobre relações patriarcais de gênero e relações sociais de sexo. Soma-se a este arcabouço reflexões sobre os estudos de Engels e Firestone no debate entre matriarcado X patriarcado.

## 2.1 – AS MULTIFACES DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PERMANÊNCIAS E ATUALIZAÇÕES DO PROCESSO DE DOMINAÇÃO.

O patriarcado é um sistema de dominação que vem se caracterizando de maneiras distintas ao longo do desenvolvimento das relações sociais na sociedade. No interior das elaborações teóricas feministas<sup>20</sup>, tal conceito, surge para denominar as relações desiguais de dominação dos homens sobre as mulheres. Representa, portanto, um sistema de organização, determinado e com base em critérios de divisão desigual das tarefas entre homens e mulheres e a alocação de espaços e atividades específicas de forma naturalizada.

O conceito de patriarcado foi utilizado inicialmente<sup>21</sup> para designar um regime de organização familiar, onde o pai, como chefe, tinha poder irrestrito sobre os membros da família. Também foi adotado para nomear um sistema de relações em que os donos de grandes extensões de terra (coronéis, latifundiários), tinham um domínio sobre todas as pessoas que residiam em sua propriedade. De acordo com Delphy (2009, p.173)

antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores

---

<sup>20</sup> Estamos nos referindo aqui à vertente teórica do feminismo radical que tem como expoentes as autoras Kate Millet e Sulamith Firestone entre outras. (ROWLAND; KLEIN, 1997)

<sup>21</sup> Um dos primeiros trabalhos que abordam a problemática do patriarcado é a obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, no século XIX. (ENGELS, 2002)



sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio.

Na atualidade, as relações patriarcais estão naturalizadas<sup>22</sup> no cotidiano das relações sociais, o que faz com que alguns/as autores/as falem de sua inexistência. Tal naturalização nos impulsiona a questionar sobre a transformação dos fenômenos, como os processos de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres e a atualidade do debate sobre o patriarcado. Neste aspecto, é imprescindível estarmos atentos/as tanto ao surgimento de novos temas quanto a reatualização de antigas problemáticas.

A ideia da inexistência do patriarcado, na atualidade, está relacionada à noção restrita deste conceito apenas como um sistema de dominação que tem sua centralidade na figura do pai, como patriarca da família. Neste campo de análise teórica estão situadas as autoras feministas Teresita de Barbieri (1993) e Gayle Rubin (1993).

Barbieri (1993) afirma que o conceito de patriarcado é vazio de conteúdo do ponto de vista histórico e o situa em um período específico, portanto, deslocado do contexto atual. Para a autora, no sistema patriarcal as mulheres não têm quaisquer direitos, diferentemente da sociedade machista onde as mesmas têm “alguns espaços de autonomia”.

Ainda nesta análise, aponta para o fato de que o que existe na sociedade atual é apenas o machismo e não o patriarcado, criticando a ideia do termo patriarcado ter se tornado sinônimo de dominação masculina, mas sem valor explicativo. No entanto, apontamos que compreender o machismo de forma isolada como se fosse uma expressão autônoma é não reconhecer que estas expressões estão ancoradas em um sistema que as legitima. Portanto, isolar categorias

---

<sup>22</sup> O intuito da naturalização é tornar invisível os fenômenos, para que eles possam continuar presentes, mas sem contestações (ALMEIDA, 2010). Falar de um sistema de dominação, numa sociedade que se define com os parâmetros de democracia e liberdade é no mínimo contraditório. No entanto, estes elementos se fundamentam na contradição que é base constitutiva desta sociedade como a relação entre capital e trabalho, inerentes à sociedade capitalista, mas escamoteadas sobre diversas faces no interior da mesma. Portanto, busca-se mascarar as contradições existentes na sociedade, por intermédio do processo de naturalização.

descontextualizando-as de seus determinantes históricos leva ao risco de perder a sua totalidade.

Em contraposição a análise de que, com a “autonomia” das mulheres e a conquista de alguns direitos, o patriarcado teria desaparecido afirmamos que mesmo com a conquista de alguns direitos<sup>23</sup>, no contexto da democracia formal do Estado, o patriarcado permanece presente de diferentes formas, ultrapassando inclusive, o contexto das relações entre homens e mulheres, apresentando-se nas uniões homoafetivas, na reprodução das relações patriarcais de gênero (ALMEIDA, 2010).

Discordamos, portanto, da interpretação do patriarcado exclusivamente como um sistema em que as mulheres não têm quaisquer “autonomias” e direitos sendo oprimida e subordinada como propriedade dos homens. Desta forma, também estamos na contramão do argumento de Rubin (1993) que afirma o patriarcado como uma forma específica de dominação masculina que “deveria ser confinado ao antigo testamento”.

Aqui, como contraposição a tais argumentos dialogaremos com Pateman (1993) para situar o contexto das formas históricas de como o patriarcado vem se apresentando na sociedade, assim como as distintas elaborações teóricas sobre o mesmo ao longo do desenvolvimento das ideias feministas.

Para Pateman (1993) houve três grandes momentos do debate sobre o patriarcado: o primeiro no século XVII com o desenvolvimento de elaborações teóricas modernas do patriarcado; o segundo iniciado em 1861 até o século XX; e o terceiro com o denominado renascimento do movimento feminista organizado e que ainda está em curso nos dias atuais.

Afim de simplificar várias complexidades dos debates e desfazer algumas confusões, seria útil distinguir três formas de argumentação patriarcal não excludentes entre si: Chamarei a primeira de pensamento patriarcal tradicional. (...). A argumentação patriarcal tradicional incorpora todas as relações de poder ao regime paterno. (...). Filmer justificava a monarquia absoluta com o argumento de que os reis eram pais e os pais eram reis. (...). Chamarei a argumentação de Filmer de patriarcalismo clássico. A teoria clássica – a segunda

---

<sup>23</sup> Reconhecemos que a conquista de alguns direitos trouxe melhorias na vida das mulheres, no sentido de “acesso” ao mercado de trabalho, a escolarização e a certa “autonomia”. Mas todos estes aspectos de conquistas ainda estão carregados de limites que permeiam desde o espaço privado da casa até os espaços de participação e inserção onde as mesmas se encontram, como por exemplo os limites das desigualdades salariais entre homens e mulheres no mesmo cargo e a continuidade da realização das atividades domésticas efetivadas majoritariamente pelas mulheres, mesmo quando ambos (homem e mulher) trabalham.

das três formas de argumentação patriarcal – foi a primeira que desenvolveu extensivamente uma teoria do direito e da obediência políticos. (...). A teoria patriarcal, que se extinguiu no final do século XVII, foi a clássica, a de Filmer. O argumento patriarcal clássico era de que os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles submetidos politicamente. (...) a teoria clássica foi transformada pelos teóricos do contrato numa terceira forma, o patriarcado moderno. O patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista (PATEMAN, 1993, p.44-45).

A partir da argumentação de Pateman (1993) podemos dialogar então sobre o que os/as autores/as denominam de fim do patriarcado e qual a finalidade desta denominação, principalmente no que se refere ao argumento do fim do patriarcado com o surgimento da sociedade capitalista.

Neste trabalho, situaremos a argumentação do sociólogo sueco Therborn (2006). O mesmo em sua obra de análise da instituição familiar entre o século XX e o XXI, afirma que “o patriarcado foi o grande perdedor do século XX”, apontando um processo que define como de “erosão do patriarcado”. Consideramos importante apresentar seu trabalho, uma vez que ele aponta um percurso argumentativo que não pode deixar de ser considerado, mesmo que não concordemos com o mesmo.

Um ponto inicial para compreender a linha argumentativa de Therborn (2006) é saber que ele classifica diferentes formas de poder masculino, portanto, para o autor nem todo poder masculino está inserido dentro do conceito de patriarcado. Ao poder masculino sem ligação e significado parental caracteriza-o como “falocracia” classificando esta como uma “irmã mais moça do patriarcado”.

Portanto, em sua obra o poder paterno é considerado o ponto central no entendimento sobre patriarcado, sendo tal poder também estendido aos maridos. Trata-se de uma visão limitada sobre o patriarcado centrado apenas nos sistemas de parentesco. Como no decorrer dos processos de industrialização com a proletarianização e a constituição do Estado-nação o poder paterno foi sendo subsumido a outros poderes, Therborn (2006) avalia o enfraquecimento do patriarcado a partir destes elementos.

O autor apresenta quatro mudanças que interferiram no patriarcado e três processos de “despatriarcalização”. Quanto as primeiras aponta de forma ordenada:

1. A industrialização – nesta, afirma que o poder do pai ficou subsumido ao poder do patrão.

2. Proletarização – com este fenômeno o pai passou a não possuir propriedade para transferir aos filhos.
3. Urbanização – neste processo aponta para a “heterogeneidade da vida social” e por ultimo;
4. Estado-nação – com o processo de escolarização pública, portanto, o fato da educação dos/as filhos/as passarem a ser realizado para além do espaço doméstico, sofrendo interferência de outros espaços sociais.

Analisando os argumentos do autor nas quatro mudanças apresentadas, apontamos que:

- a) Ao contrário da argumentação de que o poder do pai está subsumido ao do patrão, afirmamos que estes poderes se entrelaçam. Portanto, tais “poderes” passam a ser observado não mais apenas nos limites do espaço doméstico, mas no espaço de trabalho das mulheres como uma reprodução das relações de opressão vivenciadas pelas mesmas no âmbito familiar.
- b) O poder paterno não se expressa apenas na transferência de propriedades, além de que esta era comumente transferida para os filhos homens, portanto, a mudança da propriedade não interferia no sistema de dominação patriarcal.
- c) Com o fenômeno da urbanização apontamos que a “heterogeneidade da vida social” complexifica as relações patriarcais, as quais passam a apresentarem-se de forma diferenciada nas distintas formas de violência e opressão vivenciados pelas mulheres tanto no espaço urbano, quanto no rural.
- d) A escola não está isenta ou neutra em relação ao sistema patriarcal. Ela reproduz suas características por meio do repasse das normas estabelecidas como parâmetro na sociedade, nos livros escolares, no jogos e brincadeiras e nas distintas manifestações de divisões de tarefas e atribuições de papéis diferenciados no interior das mesmas.

Quanto aos três processos de “despatriarcalização” Therborn (2006) elenca-os como: Processos de reforma e revolução: Rússia, China, México; feminismo e comunismo; Momentos constitucionais com as mudanças de artigos nas constituições nacionais e a “globalização feminina” com a década da mulher (1975-1985).

Tais processos precisam ser analisados levando em conta uma análise mais complexa sobre os mesmos. A partir do nosso entendimento de que o patriarcado se expressa para além do poder paterno e das relações de parentesco compreendemos que as reformas e revoluções trouxeram melhorias na situação de vida das mulheres, mas não modificou, na dimensão estrutural as relações de dominação e exploração em que as mesmas se encontram.

Mesmo garantindo um aumento gradativo no registro formal da inserção das mulheres no mercado de trabalho, as atividades domésticas são majoritariamente realizadas por mulheres, gratuita ou remuneradamente. De acordo com o Dieese (2011), no Brasil, o tempo médio semanal de horas dedicado aos afazeres domésticos das mulheres é superior em mais de 100% em relação aos homens, mesmo quando ambos exercem atividades de trabalho fora do espaço doméstico. Para os homens o tempo de trabalho semanal dedicado aos afazeres domésticos é de 9,8 horas, enquanto o das mulheres é de 22,4 horas.

De acordo com o observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe<sup>24</sup>, contabilizando o tempo médio destinado ao trabalho não remunerado<sup>25</sup>, a desigualdade entre homens e mulheres é ainda maior. Tal disparidade é mais acentuada no México onde as mulheres destinam 53,9 horas semanais ao trabalho não remunerado e os homens 19,2. Segue-se Costa Rica com a diferença de 50,9 horas semanais de trabalho das mulheres em contraposição a 19,9 horas dos homens; e Equador com diferença de 40,2 horas para 10,1<sup>26</sup>.

É importante também ressaltar que nos países em que houve processos de revoluções as modificações duraram por um período, mas retrocederam em outro. Consideramos ainda que o feminismo foi, e é, um marco inegável na luta pelos direitos das mulheres e na contestação do patriarcado, mas não foi ainda capaz de superá-lo. Ainda sobre o primeiro processo acreditamos que não houve

---

<sup>24</sup> <http://oig.cepal.org/pt/indicadores/tempo-total-trabalho>. Acesso em 14/12/2016. Os dados referem-se aos anos de 2011 a 2014.

<sup>25</sup> Nesta análise “O trabalho não remunerado se refere ao trabalho que se realiza sem pagamento algum e se desenvolve majoritariamente na esfera privada. É medido quantificando o tempo que uma pessoa dedica ao trabalho para o auto-consumo de bens, trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados para o próprio lar ou para apoio a outros lares”.

<sup>26</sup> Em relação a lista dos 10 países com maiores diferenças temos: Guatemala (32.7h X 4.6h); Argentina (42.8h X 17.4h); Perú (41.7h X 16.4h); Colômbia (32.4h X 9.8h); Uruguai (35.6h X 15.4); Panamá (33.8h X 14.0h) e Brasil (23.6h X 5.9).

concretamente a implantação de uma sociedade comunista nos moldes do pensamento marxista, portanto é precipitado, na realidade, inadequado, fazer uma análise da situação do patriarcado em uma realidade que nunca se concretizou.

A modificação das constituições nacionais, fruto de reivindicações da classe trabalhadora em suas distintas organizações políticas, assim como a implementação da década da mulher são processos que estão inseridos dentro dos moldes de uma sociedade “democrática” que não significa modificações substanciais na mesma.

Na sociedade capitalista o patriarcado é apropriado pela mesma e tem continuidade sob novas roupagens da chamada democracia e da racionalidade liberal. Exemplos desta apropriação se dão no mercado de trabalho, como veremos nos capítulos seguintes, e no processo de produção e reprodução da vida humana. Soma-se a este aspecto a dimensão de mercantilização do corpo das mulheres, desde as formas mais sutis até a expressão máxima do tráfico de mulheres para exploração sexual.

Na sociedade burguesa, um dos papéis reservados à mulher é representar; sua beleza, seu encanto, sua inteligência, sua elegância são os sinais exteriores da fortuna do marido, ao mesmo título que a carroceria de seu automóvel. Rico, ele a cobre de peles e joias. Mais pobre, elogia-lhe as qualidades morais e os talentos de dona de casa; o mais deserdado, se tem apego à mulher que o serve, imagina possuir alguma coisa na terra (BEAUVOIR, 2009, p.251).

Esta, por mais que aparente ser uma citação de outras épocas e que seja forte em sua descrição, expressa, de fato, a situação das mulheres na sociedade na sua relação com os homens<sup>27</sup>. Nada mais frequente do que os homens se “vangloriarem” por terem uma mulher “bonita” ao seu lado, como uma posse. E ao mesmo tempo em que se satisfaz ao vê-la “representando sua beleza” a priva de expressar sua autonomia em determinados espaços<sup>28</sup>, pra os mesmos não se sentirem ameaçados de perdê-las.

---

<sup>27</sup> Poderíamos citar exemplos de relações, na dimensão da particularidade, que distoam da situação de dominação explícita. No entanto, nossa abordagem se refere à sociabilidade e a forma como se constitui as relações sociais entre homens e mulheres como um todo.

<sup>28</sup> Há inúmeras situações, onde as mulheres além de serem vítimas de violência psicológica e sexual são culpabilizadas por estarem “em lugares em que não eram para estar”; em determinados horários; com determinadas roupas. Por “provocarem” o desejo de outros homens.

Nesta relação de posse que se expressa principalmente no casamento, mas para além dele, as mulheres são educadas e socializadas para o conformismo e obediência. Como ainda aponta Beauvoir (2009, p.547) “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo”.

Ainda referente à discussão sobre o casamento como um dos espaços onde se expressa à exploração e subordinação das mulheres Pateman (1993) dialoga sob o mesmo com a denominação do contrato sexual. Tal debate é feito em contraposição as ideias dos contratualistas tais como Hobbes, Locke e Rousseau. que apontavam a liberdade dos homens e seu distanciamento da natureza, na efetivação do contrato social. Para a autora, o contrato social não se contrapôs ao patriarcado, como apontava alguns autores, mas se constituiu como o patriarcado moderno, como explicitado anteriormente.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal (PATEMAN, 1993, p.16-17).

Aqui, complementamos tal afirmação sob a abrangência da classe social e explicitamos também que o contrato social é uma história da liberdade não de todos os homens, mas principalmente, ou essencialmente do homem branco burguês. A dominação, em dimensões diferenciadas tanto foi das mulheres, quanto dos negros, na escravidão que ainda perdurou, e da classe trabalhadora. No entanto, explicitamos que a subordinação das mulheres perpassa e se interliga as dimensões de raça e classe.

Desta forma, também apontamos a importância de delinear qual igualdade, liberdade e fraternidade estamos nos referindo. Uma falsa igualdade civil que não se expressa no campo econômico, uma liberdade sem autonomia e consciência para tomadas de decisões frente às relações de trabalho e uma fraternidade que é posta

apenas sob os interesses do capitalismo e do patriarcado. Referente à condição de igualdade entre homens e mulheres nas relações de contrato Pateman (1993) explicita que

As “instituições livres” pressupõem que as partes estejam em condição de igualdade. As relações domésticas entre senhor e escravo, e senhor e servo, relações entre desiguais, deram lugar à relação entre o capitalista ou patrão e o empregado assalariado ou trabalhador. A produção foi transferida da família para as empresas capitalistas, e os empregados domésticos de sexo masculino se tornaram trabalhadores. (...). O contrato de casamento é o único exemplo que restou dos contratos de trabalho doméstico, e, desse modo, a relação conjugal pode facilmente ser encarada como um remanescente da ordem doméstica pré-moderna – como uma relíquia feudal, ou um aspecto do status do antigo mundo que ainda não foi modificado pelo contrato (PATEMAN, 1993, p.177).

Continuando as complementações e o intercâmbio de ideias com a autora e reconhecendo a importância de sua obra para os estudos feministas, trazemos à luz a dimensão histórica também da dominação de classe e dos sistemas de escravidão. Desta forma, apontamos que as relações de trabalho na sociedade capitalista não são relações de liberdade dos homens e mulheres em relação à servidão e a exploração. São formas diferenciadas de tal exploração escamoteadas na dimensão de liberdade contratual.

Na particularidade do trabalho das mulheres, concordamos com Pateman (1993) de que o trabalho doméstico é um elo histórico direto com as relações de servidão. Sua desvalorização em contraposição a necessidade real de efetivação dos mesmos, expressa o interesse direto do entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo. Assim, como aponta a autora, “o contrato de casamento é ainda o melhor ponto de partida para ilustrar como o direito político patriarcal é continuamente renovado e reafirmado pelos contratos concretos na vida cotidiana”. (p.169).

O tempo é explicitamente apropriado no “contrato” de casamento, dado que não há nenhuma medição desse tempo, nenhuma limitação ao seu emprego, quer expressa sob forma horária, como é o caso dos contratos clássicos de trabalho, assalariados ou não, quer sob forma pecuniária: nenhuma avaliação monetária do trabalho da esposa é prevista. (GUILLAUMIN, 2014, p.35).



O trabalho doméstico, como dialogaremos melhor no capítulo seguinte, é um dos principais elementos de exploração das mulheres na sociedade patriarcal e capitalista. É a apropriação deste tempo de trabalho das mulheres, de forma naturalizada, que gera extensivas jornadas de trabalho, além de maior adoecimento e sobrecarga de responsabilidades. Desta forma, a vida cotidiana expressa os elementos constitutivos da sociabilidade patriarcal e capitalista.

Não há, de um lado, a dominação/[opressão] patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação/[opressão] separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. (...). De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2004, p.130).

Esta fusão se delinea de maneiras distintas de acordo com as realidades particulares. Situamos também nesta interface como se configura os processos de opressão frutos desta interrelação entre o patriarcado e o capitalismo. No caso do Brasil a dimensão da raça é um elemento importantíssimo para apontar a situação de maior precarização e situações de violências vivenciadas pelas mulheres negras. Na América Latina, a dimensão de classe, assim como de etnia é fundamental para dialogar sobre a situação das mulheres nas economias dependentes, assim como da população indígena.

## 2.2 – CARACTERIZANDO O PATRIARCADO NA ATUALIDADE E SEUS ELEMENTOS DE SUSTENTAÇÃO.

O patriarcado é um sistema de dominação que se faz presente nas diferentes instituições sociais, desde a família ao Estado, apresentando-se em todos os espaços da sociedade. Tomando o patriarcado como uma relação firmada em uma base material Hartmann (1994) entende o patriarcado como

Um conjunto de relações sociais que tem uma base material na qual há relações hierárquicas entre os homens e uma solidariedade entre eles, que permitem aos mesmos controlarem as mulheres. O

patriarcado é, portanto, um sistema de opressão das mulheres pelos homens<sup>29</sup> (HARTMANN, 1994, p.256, tradução nossa).

No que se refere a especificidade do patriarcado, Saffioti (1992) analisando a abordagem weberiana do conceito, faz uma crítica a forma como o autor apresenta o patriarcado apenas como uma relação de dominação centrado na família e acrescenta de forma interligada o conceito de exploração. Para a autora a dominação-exploração do sistema patriarcal inscreve-se tanto no espaço familiar como na esfera política.

Esse sistema de dominação é tão intrínseco às relações sociais que “nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado. A legitimidade atribui sua naturalização” (SAFFIOTI, 2004, p. 101) e pode ser acionado, inclusive, por mulheres. Ainda referindo-se ao sistema patriarcal a autora elenca alguns elementos fundamentais em sua caracterização. São eles:

1. Não trata-se de uma relação apenas privada, mas civil;
2. Tem uma base material;
3. Corporifica-se;
4. Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência.

Os elementos citados por Saffioti (2004) apontam para a compreensão da desnaturalização do espaço privado como único espaço de dominação dos homens sobre as mulheres; a percepção de que tais relações de desigualdade tem uma base material que se expressa, por exemplo, nos fenômenos de desigualdades salariais entre homens e mulheres no mesmo cargo e na “feminização<sup>30</sup>” da pobreza; a problemática de que não se trata apenas de uma questão subjetiva e que se firma atrelado à ideologia dominante do sistema capitalista que violenta, explora e oprime.

Em uma visão mais ampliada da categoria patriarcado Walby (1991) o caracteriza como um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres, no âmbito das relações sociais e articulado também a dimensão do racismo. Esta autora faz uma subdivisão do

---

<sup>29</sup> “Un conjunto de relaciones sociales que tiene una base material y en el cual hay relaciones jerárquicas entre los hombres y una solidaridad entre ellos, que les permiten controlar a las mujeres. El patriarcado es por lo tanto el sistema de opresión de las mujeres por los hombres”.

<sup>30</sup> Apesar de utilizar o termo feminização da pobreza entendemos que este não é um fenômeno recente. Historicamente as mulheres permaneceram em maiores situações de pauperização.

sistema patriarcal em seis categorias, concebendo certa autonomia a cada uma delas, mas também a possibilidade de diferentes combinações entre as mesmas, apontando, desta forma, o patriarcado como “diversamente determinado por circunstâncias históricas e dependentes dos contextos”, sem ter necessariamente uma única fonte de origem. As categorias apontadas por Walby (1991) são:

1. Exploração do trabalho das mulheres por seus maridos que a autora denomina de modo de produção patriarcal.
2. Relações patriarcais no âmbito do trabalho remunerado;
3. Relações patriarcais no Estado;
4. Violência masculina;
5. Relações patriarcais na sexualidade e
6. Relações patriarcais nas instituições culturais

Concordamos com as categorias apresentadas e com a ideia de que o patriarcado não tem uma única fonte de origem. No entanto, apresentamos ressalvas em relação às formas de autonomies de cada uma delas. Não se pode falar de uma autonomia da cultura, uma vez que esta está atrelada a sociedade capitalista nas instâncias do Estado, escola etc. Da mesma forma, a sexualidade e a violência masculina estão intrinsecamente ligadas à chamada cultura machista.

Todos os elementos estão conectados, como fios que não se desentrelaçam. Apenas se mostram mais acentuados, um em relação ao outro, dependendo do contexto histórico, como bem aponta a autora em relação às determinações diversas do patriarcado. São estas determinações diversas que fazem com o que o patriarcado se apresente sob multifaces de um mesmo fenômeno: o da dominação das mulheres pelos homens, assim como a reprodução das relações patriarcais de gênero para além das relações entre um homem e uma mulher. (ALMEIDA, 2010).

Esta dominação se expressa de diferentes formas seja na divisão desigual do trabalho doméstico à prática da violência. No que se refere à problemática da violência contra as mulheres como um dos elementos fundantes do patriarcado, no Brasil, de acordo com levantamento do disque 180, em 2015

Em comparação com o mesmo período em 2014, a Central de Atendimento à Mulher constatou que houve aumento de 300,39% nos registros de cárcere privado, com a média de dez registros/dia; de 165,27% nos casos de estupro, com média de oito relatos/dia, ou seja, a cada 3 horas é registrado um caso de estupro no Ligue 180; e

de 161,42% nos relatos de tráfico de pessoas, com registro médio de 1 registro/dia (Balanço 180. Brasil).

Ainda de acordo com o Balanço dique 180 do primeiro semestre de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014 houve um aumento de 69,23% nos relatos de tráfico de pessoas, com média de 01 registro/dia. Em 2012, uma pesquisa sobre violência contra as mulheres realizada pela Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) em 12 países da América Latina e do Caribe apontou que entre 17 e 53% relataram já ter sofrido abuso físico ou sexual por parte de seus parceiros<sup>31</sup>.

Tais dados demonstram o quanto o patriarcado está presente na sociedade atual, seja invisibilizado, ou de forma explícita por meio dos fenômenos da violência e exploração. Em relação ao controle sobre as mulheres este se dá principalmente sob o controle do corpo e da sexualidade, na naturalização da maternidade e na pressão de estereótipos corporais femininos, no qual as mulheres são pressionadas a encaixarem-se.

No que se refere ao controle sobre o corpo, este fato é inegável quando se observa, por exemplo, as práticas, ainda existentes na atualidade em vários países principalmente da África, e da Ásia, de circuncisão do clitóris das mulheres de modo a que esta não possa sentir prazer durante o ato sexual<sup>32</sup>. Alia-se a isso, o controle das vestimentas nos países de cultura hindu, muçulmanas, evangélicas dentre outras. Concomitante a estes fenômenos está a problemática do turismo sexual e o aumento crescente, no Brasil, do tráfico de mulheres.

O slogan do Movimento Feminista dos anos 1970 “Nosso corpo nos pertence” alerta para a problemática da autonomia das mulheres em relação a decidir sobre seu próprio corpo. Uma vez que é no corpo onde se expressa à vivência da sexualidade não podendo desta forma ser considerado como um simples invólucro de reprodução dos seres humanos, por meio da maternidade.

---

<sup>31</sup> <http://www.universidad.com.ar/para-el-8-violencia-contra-la-mujer-latinoamericana-mas-alla-de-las-estadisticas> . Acesso em 12/08/2016

<sup>32</sup> De acordo com a ONU, a mutilação genital feminina é uma prática ainda vigente em 29 países do mundo e até o momento é contabilizado 150 milhões de mulheres que têm a vagina mutilada e a ONU ainda estima que até 2030 outras 86 milhões de mulheres possam passar pelo mesmo processo de mutilação. Disponível em <http://www.onu.org.br/?s=Mutila%C3%A7%C3%A3o+Genital+Feminina&x=-1155&y=-614>. Acesso em 12/08/2016.

Esta condição da maternidade que coloca as mulheres apenas como invólucro, na problemática do aborto<sup>33</sup>, traz consequências agravantes para suas vidas, como apontado pelo Instituto Guttmacher.

O número estimado de abortos que ocorrem anualmente na América Latina aumentou entre 2003 e 2008, de 4,1 milhões para 4,4 milhões. Destes últimos, 95% foram abortos inseguros. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 2008, 12% de todas as mortes maternas na América Latina e no Caribe (1.100 no total) foram em decorrência de abortos inseguros. Cerca de Um milhão de mulheres na América latina e no Caribe são hospitalizadas anualmente para serem tratadas por complicações derivadas de abortos inseguros<sup>34</sup> (Boletim do Instituto Guttmacher, Janeiro de 2012,<sup>35</sup> tradução nossa).

A problemática do controle do corpo das mulheres ultrapassa suas vidas em todos os aspectos e fases, desde a infância à velhice, como bem apontou Beauvoir (2009). Neste controle, algumas instituições como a Igreja tem papel central na elaboração de imagens de mulheres entre santas e profanas, para além de interferirem diretamente na elaboração de leis que criminalizam as mulheres que pratiquem o aborto, além de se organizarem como frentes parlamentares em defesa da vida - e contra os direitos das mulheres – principalmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

A igreja exprime e serve uma civilização patriarcal na qual é conveniente que a mulher permaneça anexada ao homem. É fazendo-se escrava dócil que ela se torna também uma santa abençoada. Assim, no coração da Idade Média, ergue-se a imagem mais acabada da mulher propícia ao homem: a figura da Virgem Maria cerca-se de glória. É a imagem invertida de Eva, a pecadora; esmaga a serpente sob o pé; é a mediadora da salvação como Eva o foi da danação (BEAUVOIR, 2009, p.246).

<sup>33</sup> Cinco países no mundo proíbem completamente o aborto, quatro deles estão na América Latina (Chile, Honduras, Equador e El salvador), onde se situa também um dos maiores índices de mortalidade materna em detrimento da clandestinidade desta prática. Para maiores informações acessar <http://www.notimerica.com/sociedad/noticia-aborto-latinoamerica-delito-nuevos-derechos-20150311102208.html> . Acesso em 12/08/2016

<sup>34</sup> El número estimado de abortos que ocurren anualmente en América Latina aumentó ligeramente entre 2003 y 2008, de 4.1 millones a 4.4 millones. De los 4.4 millones de abortos realizados en la región en 2008, el 95% fueron inseguros. Según la Organización Mundial de la Salud, en 2008, el 12% de todas las muertes maternas en América Latina y el Caribe (1,100 en total) se debieron a abortos inseguros. Cerca de un millón de mujeres en América Latina y el Caribe son hospitalizadas anualmente para ser tratadas por complicaciones derivadas de abortos inseguros. Boletim do Instituto Guttmacher, Janeiro de 2012.

<sup>35</sup> [www.Guttmacher.org](http://www.Guttmacher.org). Acesso em 17/01/2017.

Nesta aparente contradição, entre santas e profanas, erguem-se todo um arcabouço educacional/religioso que direciona a sociabilidade diferenciada entre homens e mulheres na sociedade, desde vestimentas à formas de comportamentos que se entrelaçam entre os espaços públicos e privados.

Ainda de acordo com Beauvoir (2009) no processo educacional, desde a infância para as meninas são impostas normas que reprimem seu comportamento e movimentos espontâneos, “pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo” (p.377).

Na adolescência o controle da sexualidade se torna cada vez mais explícito na distinção entre o incentivo à iniciação sexual para os meninos e o retardamento desta para as meninas, para além do conhecimento do próprio corpo e da valorização/condenação dos órgãos sexuais. Ainda na infância e juventude

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino (BEAUVOIR, 2009, p.385).

Até a atualidade tal exaltação permanece, sem revogações em nomes de cidades, ruas, monumentos, os “grandes pensadores”, as pinturas, os meios de comunicação, todas estas instâncias permanecem intactas sem contextualizar o porquê das denominações, o porquê só se apresentavam grandes pensadores homens sob a negação histórica do acesso aos estudos e participação política por parte das mulheres.

Na sociedade patriarcal, portanto, apesar das lutas e empreendimentos do movimento feminista na desconstrução de tais referências, os elementos constitutivos do patriarcado permanecem presentes no cotidiano das relações sociais que estruturam o modo de ser dos homens e mulheres na sociedade.

As configurações atuais do patriarcado, por terem uma certa diferenciação das características de períodos anteriores, fazem com que muitas autoras feministas falem da superação do sistema patriarcal, como citado anteriormente. Desta forma, concordamos com Pateman (1993) quando afirma que

Abandonar o conceito de patriarcado representaria a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais na análise política (p.39).

A conceituação das relações que estruturam a sociedade é importante no sentido de que é a partir de tais conceituações que se conhecem como se desenvolve a interferência destas bases estruturadoras nas relações sociais entre as pessoas. Na particularidade da estruturação do patriarcado é importante para se buscar formas de enfrentamento e superação do mesmo.

Engano infundado e superficial este, em achar que o patriarcado é apenas um elemento que se expressa no interior da família heterossexual por meio de um chefe familiar masculino. O patriarcado está arraigado em todas as instituições sociais impondo modelos e formas diversificadas de dominação e subordinação.

O padrão estabelecido de heterossexualidade compulsória<sup>36</sup> e as relações patriarcais de gênero que se atrelam a ele, muitas vezes são incorporadas inconscientemente, inclusive nas famílias homoafetivas. Este impacto da heterossexualidade demonstra a forma como a cultura sexista se firma na sociedade, na educação dos sujeitos nos diversos espaços como família, escola, igreja e Estado, ao ponto de a família homoafetiva, apesar de se contrapor aos modelos estabelecidos de sexualidade, como a heteronormatividade, em alguns casos reproduzem os papéis que este modelo representa. (ALMEIDA, 2010).

---

<sup>36</sup> A heterossexualidade compulsória refere-se ao estabelecimento de padrões de uma única forma de vivência da sexualidade baseada na relação afetivo-sexual entre homens e mulheres. Tal padrão, institucionalizado e difundido socialmente exerce uma pressão na vida dos indivíduos e orienta socialmente o direcionamento de desejos e relações amorosas desde a infância. Para aprofundamento sobre a temática ler Falquet (2012). Sobre o caráter social da heterossexualidade ver Rubin (1993).

No que se refere à vivência da sexualidade na sociedade patriarcal e capitalista esta se dá de forma diferenciada para homens e mulheres constituindo-se principalmente no controle da sexualidade destas últimas. Para Saffioti (2004),

a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva” (p.106).

A partir do desenvolvimento da tecnologia e do surgimento dos contraceptivos na década de 1960, começou-se a dissociar sexualidade de reprodução biológica. Anterior a esse desenvolvimento a percepção que se tinha sobre sexualidade estava limitada ao sexo e a visão deste apenas para reprodução, e como tal, limitada às relações de matrimônio.

Na sociedade, a percepção que se tem sobre sexualidade, apesar das discussões teóricas, ainda está vinculada à prática sexual, e limitada a uma relação entre duas pessoas, desvinculada de outras formas de prazer. Soma-se a esta percepção a predominância de padrões que modelam os modos de viver a sexualidade, ficando esta “enquadrada por um conjunto de leis, costumes, regras e normas variáveis no tempo e no espaço” (HEILBORN, 1999, p.77). Tais normas moralistas regulam comportamentos e caracterizam as “formas corretas” de viver a sexualidade, sem compreender que cada indivíduo a vivencia de forma única e diferenciada.

São as definições de “modelos corretos de viver a sexualidade” que atribuem modos diferentes para homens e mulheres de se relacionarem com suas vivências sexuais. Este é um dos fatores pelo qual não podemos dissociar sexualidade do entendimento sobre as relações patriarcais de gênero.

As limitações existentes determinam o que um homem ou mulher pode fazer referente à vivência da sexualidade e em particular das relações sexuais. É imposto pelos padrões patriarcais da sociedade que uma mulher tem que preservar sua “integridade” se resguardando de viver sua sexualidade com plena liberdade de suas ações.

É classificado um modelo de mulher ideal, tendo como parâmetro, a imagem de uma mulher que vive suas relações sexuais apenas na vivência do matrimônio,



por conseguinte se condena todas aquelas que, de alguma forma, fogem as normas estabelecidas, caracterizando-as como devassas ou como mulheres “sem valor”.

Pensar em sexualidade para a mulher de acordo com a visão hegemônica que permeia na sociedade implica pensar em mecanismos de controle de sua sexualidade, e para os homens implica viver essa sexualidade da maneira mais livre possível<sup>37</sup>, não lhes cabendo as mesmas responsabilidades a exemplo das situações de gravidez indesejada.

Para Guillaumin (2014) para além do controle da sexualidade há outros meios de apropriação da “classe das mulheres” e que as mantem em situação de opressão, sendo eles: o mercado de trabalho por meio de pagamentos insuficientes para sua manutenção, postos pela desigualdade salarial; o confinamento no espaço uma vez que o domicílio geralmente é fixado pelo marido em função do seu trabalho o que muitas vezes distancia as mulheres de sua rede de confiança e apoio para além do que a autora chama de adestramento positivo e negativo quando coloca a mulher como rainha do lar e quando expressa os riscos dela sair de casa em determinados horários.

Ainda se constitui meios de apropriação da “classe das mulheres” segundo Guillaumin (2014), a demonstração de força por meio da violência física; a coação sexual posta pelo estupro, provocações e paqueras e o arsenal jurídico consuetudinário. Somamos aqui também as situações de assédio sexual e moral nos ambientes de trabalho.

Tais modos de apropriação das mulheres têm intensidades diferentes de acordo com a formação social sob a qual delineamos nossa análise, mas apesar da diversidade de como se configura as formas de opressão e exploração sobre as mulheres é comum a todas as sociedades a manutenção das relações patriarcais.

Concordamos aqui com Hartmann (1994) quando a mesma afirma que o patriarcado antecede o capitalismo, mesmo que o conceito que o caracterize ainda não existisse. Desta forma, para dialogar sobre o debate teórico referente ao surgimento do patriarcado, assim como a discussão do processo histórico de subordinação das mulheres faremos um diálogo tendo como principais interlocutores Engels (1961), (2002) e Firestone (1976).

---

<sup>37</sup> Aqui estamos fazendo alusão aos homens que vivenciam a heterossexualidade. Para homens que vivenciam a homossexualidade também há limitações da vivencia e expressão desta sexualidade na sociedade.

A escolha da interlocução entre estes autores, apesar de outras feministas dialogarem sobre o tema se dá por meio de dois vieses: Primeiro pelo fato de que Engels representa diretamente a perspectiva marxista, a qual construiu em conjunto com Marx e da qual corroboramos e Firestone representa o debate de um feminismo radical que dialoga de forma crítica sobre a realidade e também aponta o patamar de desenvolvimento da sociedade socialista para superação da situação de exploração e subordinação vivenciado pelas mulheres. O planteamento desta última nos leva a uma das bandeiras de luta do movimento feminista na atualidade que é “transformar o mundo pelo feminismo”.

O segundo viés de escolha destes autores se dá pela centralidade do debate que diz respeito à existência ou não de sociedades matriarcais, fato que tem distintas interpretações dentro dos estudos feministas. Aqui nos interessa compreender em que dimensões e tempos históricos estão situados tais autores e qual a importância de seus pensamentos para as lutas empreendidas pelo movimento feminista.

### 2.3 – MATRIARCADO X PATRIARCADO: PEQUENAS NOTAS DE REFLEXÕES ENTRE ENGELS E FIRESTONE.

Para os estudos feministas a discussão em torno do matriarcado e do patriarcado é fundamental no diálogo sobre a situação histórica de submissão das mulheres. Este debate vem sendo posto também dentro das elaborações teóricas sobre família e parentesco, nas análises referentes à heranças, propriedade privada e predomínio da linhagem materna ou paterna.

Para as feministas marxistas – campo que nos situamos – a obra de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, escrita em 1884, foi considerada como central para conhecer o surgimento da considerada sociedade patriarcal. Vimos por meio dela os elementos históricos fundantes da constituição e articulação entre o patriarcado e a sociedade capitalista.

No entanto, muitas estudiosas feministas vêm, com base em estudos posteriores a análise antropológica pautada pelo autor, apresentado novos delineamentos sobre o tema do matriarcado e patriarcado, dos quais passamos a compactuar. Desta forma, faremos uma excursão sobre os argumentos de Engels e interpretaremos a ele o pensamento da feminista radical Shulamith Firestone (1976).

Outras autoras feministas como Beauvoir (1949) também discordam do pensamento de Engels. No entanto, optamos por fazer o entrelaçamento dentro do campo dos estudos críticos. Beauvoir em sua perspectiva existencialista, apesar da contribuição inegável aos estudos sobre as mulheres, discordava do próprio método materialista histórico dialético. Portanto, dialogar com Engels a partir de Beauvoir não nos situava no reconhecimento da obra de Engels com os apontamentos dos limites postos pelo tempo histórico da mesma.

Firestone (1976) ao se situar no campo do feminismo radical e da perspectiva revolucionária de transformação da sociedade e de estabelecimento do socialismo está inserida dentro do campo crítico com o qual dialogamos e do qual compartilhamos alguns delineamentos teóricos sobre a realidade. Firestone (1976) também discorda das afirmações de Beauvoir.

Não compartilhamos da crítica que Beauvoir faz a Engels ao apontar que o materialismo histórico não pode fornecer soluções para os problemas de explicar a exploração das mulheres, como se o materialismo tivesse se dedicado apenas ao *homo economicus* e não ao homem em sua totalidade (FIRESTONE, 1976, p.90).

Compartilhamos da crítica feita por Firestone (1976) e apontamos que o materialismo histórico dialético é o caminho que nos ilumina para reflexões da realidade que pautem os determinantes históricos dos processos de exploração tanto dos homens, quanto das mulheres. Apesar da situação de submissão destas últimas não ter sido o foco dos estudos de Marx, o método de análise empreendido por ele é central para a compreensão dos interesses e dimensões políticas, sociais e econômicas que sustentam a relação entre o patriarcado e o capitalismo na atualidade. Soma-se também o trabalho de outros/as autores/as feministas que seguiram ampliando o conhecimento sobre a realidade a partir do método empreendido por Marx e por Engels<sup>38</sup>.

Engels situa o debate sobre o patriarcado articulado ao estabelecimento da família monogâmica e da propriedade privada. De acordo com os estudos de Engels

---

<sup>38</sup> Situamos aqui Rosa Luxemburgo (1871-1919) com textos sobre a situação da mulher proletária e os debates sobre a participação política das mulheres no Partido Comunista; Alexandra Kollontai (1872-1952) com sua obra “a nova mulher e amoral sexual” e outros textos sobre a relação entre os sexos e a luta de classes; Clara Zetkin (1857-1933), com escritos sobre a emancipação das mulheres e as lutas das mulheres trabalhadoras, etc.

(2002), tomando como referencial os autores Morgan<sup>39</sup> e Bachofem, a família monogâmica, baseia-se no predomínio do homem tendo como finalidade expressa a de gerar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Tal exigência dá-se pelo fato de que os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia na posse dos bens de seu pai, preservando a riqueza acumulada por este.

Anterior a essa forma de organização, Engels aponta a partir da caracterização das formas de famílias feita por Morgan, três formações diferentes, sendo elas: a família *consangüínea*, considerada como a primeira etapa da família na qual os grupos conjugais classificam-se por gerações e sendo seus membros maridos e mulheres entre si; a família *punaluana*, na qual um ou mais grupos de irmãs convertiam-se no núcleo de uma comunidade e seus irmãos carnais, no núcleo de outra, formando as *gens*, as quais apresentavam linhagem feminina; e a família *sindiásmica*, na qual um homem vive com uma mulher, mas a poligamia e a infidelidade continuam a ser um direito dos homens e o vínculo conjugal dissolve-se com facilidade por uma ou por outra parte. Nessa forma de organização, os filhos pertencem exclusivamente à mãe e a herança se dava pela linhagem materna.

Como nas formas de Organizações familiares anteriores a família monogâmica os homens na separação ficavam com os bens que acumulavam, uma vez que não eram passados de herança aos/as filhos/as, possibilitou aos mesmos um acúmulo maior de riqueza. A partir do processo de acumulação de riquezas, a estrutura familiar passou a se organizar em um núcleo formado apenas por um homem, uma mulher e seus filhos e conseqüentemente, a propriedade e os bens que eram comuns a uma mesma tribo/aldeia passaram a constituir-se em meios privados.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem de herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno (ENGELS, 1961, p.47).

---

<sup>39</sup> Engels se baseou na obra de Morgan porque considerava que ele “foi o primeiro, que conhecimento de causa, tratou de introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade, fazendo segundo ele uma análise materialista da história”. (ENGELS, 1961, p.21).

Foi então seguindo esta ordem de acumulação de riquezas que, de acordo com Engels o direito materno foi sendo substituído pelo direito paterno. Tais observações se baseavam, como apontado, principalmente nos estudos de Morgan sobre tribos do Oriente, da Índia, Iroquesas, do Tibete, na Grecia, Roma e outras partes do mundo. Engels documentava que até o início da década de 1860 não se poderia pensar em uma história da família. Foi somente a partir dos estudos de Morgan e Bachofen<sup>40</sup> que este feito pode ser analisado sob a dimensão histórica.

Engels, ainda seguindo o delineamento da constituição da família monogâmica aponta que nessa nova forma de organização, a conjugalidade não podia mais ser destituída por vontade de qualquer das partes e o “direito materno” foi substituído pelo direito paterno, caracterizando o que conhecemos como patriarcado.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução (ENGELS, 1961.p.48).

Este processo evidencia que há uma relação intrínseca entre o sistema patriarcal e a acumulação de riquezas por intermédio da propriedade privada. A derrota histórica das mulheres e a passagem de sua situação de grandes matriarcas para servidoras dos homens e submissas a eles na dimensão familiar e principalmente da sexualidade estaria diretamente vinculada à acumulação de riqueza. Este seria um dos pressupostos de entrelaçamentos entre a sociedade patriarcal e a capitalista.

Nesta nova forma de organização familiar – nuclear moderna – as mulheres passariam a ter restrições tanto para a dissolução do casamento quanto para autonomia de seus corpos, uma vez que por meio do casamento elas e seus/suas filhos/as passariam a ser propriedade dos homens, em uma relação de monogamia que os homens não partilhavam entre eles.

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos - as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluindo os filhos de

---

<sup>40</sup> Para Engels (1961), a obra “O Direito Materno” de Bachofen em 1861 é a que inicia os estudos da história da família.

qualquer outro [...]. Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade<sup>41</sup> (ENGELS, 2002, p.77).

Para Engels a monogamia está diretamente ligada à noção de propriedade privada e, portanto, a constituição da sociedade capitalista. Nesta apreensão a monogamia surge como um controle da sexualidade feminina, assim como sobre a riqueza e coloca em evidência a passagem do matriarcado para o patriarcado, como uma derrota do sexo feminino, já apontado pelo autor em citações acima.

Aqui antes de adentrarmos ao pensamento de Firestone (1976) apontamos em concordância com a feminista marxista brasileira Zuleika Alambert (1986) de que as teses elaboradas por Engels o foram dentro de determinado contexto histórico onde os estudos antropológicos ainda eram muito restritos. Para ela “algumas de suas elaborações teóricas [referindo-se a Engels] são hoje, diante de novos conhecimentos, marcadas por contradições, omissões, lacunas e mesmo erros, a exemplo da tese do matriarcado, hoje contestada por muitos antropólogos modernos” (p.XVI).

Engels, ao aderir ao esquema do Morgan ainda não tinha, naquele momento elementos históricos suficientes que o levassem a observar as múltiplas determinações de constituição da família na sociedade. Desta forma, os conhecimentos de Morgan e Bachofen sobre a organização da família e do parentesco em distintas regiões foram tomadas como delineamento de uma sociedade matriarcal que não existiu em nível de universalidade em contraposição a forma como se configura o patriarcado no mundo. E esta é nossa argumentação principal.

De acordo com D’eaubonne (s/a, p. 7) “o erro de Bachofen foi ter confundido as sociedades matrilineares com o matriarcado, erro que pesa ainda consideravelmente na concepção histórica da evolução humana. Permaneceu-se amarrado a uma oposição simples e dualista: ou patriarcado ou matriarcado”.

Para D’eaubonne antes do patriarcado existiam sociedades consideradas semipatriarcais, a saber: os celtas (culto a deusas e o calendário se baseava na lua

---

<sup>41</sup> Aqui explicitamos, em complementação e ampliação do pensamento de Engels, que a transformação das relações sociais na sociedade vão além da mudança no campo econômico, por isso, no feminismo falamos de superação do capitalismo e do patriarcado, juntamente com todos os elementos que fazem parte de suas estruturas e lhes dão sustentação.

o que correspondia aos ciclos menstruais, conhecido como calendário das agricultoras); De Creta a Éfeso (preponderância feminina na ilha cretense, sacerdotisas e culto a fecundidade, indústrias de tipo feminino: cerâmicas e têxteis) e Egito (culto da Deusa-Mãe, as mulheres do Egito usavam a sua liberdade sexual como poder econômico e tinham muitas vezes a função sagrada de tudo que dizia respeito a funerais e ritos de fertilidade). Ainda de acordo com a autora

Nestes princípios de vida comum, os sexos colocam-se em pé de certa igualdade; as mulheres, embora não vivendo já em autarquia nem em matriarcado, conservam uma posição muito elevada que é devida à sua atividade procriadora e a tudo o que se liga com a valorização mítica: fizemos referência à sabedoria subterrânea, aos conhecimentos sacralizados, ao domínio da magia e da morte. Os semipatriarcados evoluirão mais ou menos depressa para o patriarcado total e para o falocratismo, em função do maior ou menor atraso posto na descoberta da contribuição do homem no processo de paternidade (D'EAUBONNE, S/A, p.73).

Para esta autora, o estabelecimento do patriarcado se fundamenta em duas descobertas essenciais: a sucessão da agricultura masculina à feminina e da descoberta do processo de fecundação atrelado à participação dos homens a ele. Aqui apontamos que mesmo discordando da existência do matriarcado como sociedade mais ampla corroboramos com a existência de sociabilidades particulares, em determinadas comunidades, onde as mulheres exerciam influências como matriarcas.

Apontamos também em acordo com Bedia (2014) que o patriarcado não é uma estrutura imutável nem fixa que se organiza da mesma forma em todas as sociedades. “Ao contrário, sua imensa capacidade de adaptação adquire dimensões quase funcionais em cada sociedade<sup>42</sup>” (p.11, tradução nossa). Para ela, portanto, não se pode analisar as estruturas sociais ou as instituições de cada sociedade sem levar em consideração que em todas elas os traços patriarcais têm um caráter estrutural.

É sob este entendimento que dialogamos com Firestone (1976) na discussão entre o matriarcado e o patriarcado. A autora apesar de apontar o matriarcado como um estágio a caminho do patriarcado, não o delineia de acordo com a elaboração

---

<sup>42</sup> “Sin embargo, el patriarcado no es una estructura inmutable y fija que se incrusta de la misma forma en todas las sociedades. Al contrario, su inmensa capacidad de adaptación adquire dimensiones casi funcionales en cada sociedad” (BEDIA, 2014,p.11).

teórica de Engels. Para ela, a chamada família biológica, como unidade básica de reprodução homem/mulher/criança sempre se caracteriza em qualquer forma de organização social sob determinados fatos imutáveis e fundamentais:

1. As mulheres através da História antes da descoberta do controle da natalidade, “estavam à mercê constante de sua biologia – contínuos partos dolorosos, amamentação e cuidado com as crianças, todos os quais fizeram-nas dependentes dos homens”. (p.18).

2. O ser humano exige um tempo maior para crescer do que os animais, sendo indefesos e por determinado período dependente dos adultos para sobrevivência física.

3. “A interdependência básica mãe/filho existiu de alguma forma em todas as sociedades”. (p. 18).

4. “A diferença natural da reprodução entre os sexos levou diretamente à primeira divisão de trabalho baseada no sexo”.

Para Firestone (1976), mesmo nos matriarcados onde há um culto a fertilidade da mulher e o papel do pai é desconhecido ou sem importância existe ainda alguma dependência da mulher e da criança em relação ao homem por sua condição física temporal. Para ela,

O matriarcado é um estágio no caminho para o patriarcado, para a mais plena realização do homem; o homem deixa de cultuar a Natureza, através das mulheres, para conquistá-la. **Embora seja verdade que a sorte da mulher piorou consideravelmente sob o patriarcado, ela nunca foi boa;** pois, apesar de toda nostalgia, não é difícil provar que o matriarcado nunca foi uma resposta para a opressão fundamental das mulheres. Basicamente, ele não passou de um meio diferente de enumerar linhagem e herança, meio que, embora possa ter trazido mais vantagens para as mulheres do que o patriarcado posterior, não admitiu as mulheres na sociedade como iguais. Ser reverenciado não significa ter liberdade; pois o culto ainda se passa na cabeça de outro, e essa cabeça é do Homem. Contudo, voltando ao passado, embora não forneça modelos autênticos, ele tem algum valor para a compreensão da relatividade da opressão: embora esta tenha sido uma condição humana fundamental, ela apareceu sob graus diferentes, em formas diferentes. **Mas, através da História, em todos os estágios e tipo de cultura, as mulheres foram oprimidas devido suas funções biológicas.** A família patriarcal é apenas a mais recente de uma rede de organizações sociais “primárias”, todas as quais definiram a mulher como uma espécie diferente, devido a sua capacidade única de parir. (p.89).



Frente a esta situação histórica das mulheres, atrelada a sua condição biológica a autora apresenta quatro exigências mínimas para uma proposta alternativa a situação de exploração das mulheres: a) “A libertação das mulheres da tirania de sua biologia, através de todos os meios disponíveis, e a distribuição do papel de nutrição e educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres”. (p.271); b) “a independência econômica e a autodeterminação de todos. Visaríamos eliminar a dependência das mulheres e das crianças do trabalho dos homens, assim como todos os outros tipos de exploração do trabalho”. (p.272); c) “a total integração das mulheres e das crianças na sociedade em geral”. (p.272); d) a liberdade sexual.

Desta forma, a superação do patriarcado se daria por meio da constituição de um socialismo feminista em uma relação de superação da sociedade patriarcal e capitalista. As lutas do movimento feminista, assim como a luta da classe trabalhadora comprometida com a emancipação humana, no sentido de libertação dos homens e mulheres deve, portanto, estarem postas neste patamar.

#### 2.4 - CONCEITUAÇÃO POLITICA E HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO DE “GÊNERO” X RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO.

Afirmamos como pressuposto inicial que, ao falarmos sobre as relações patriarcais de gênero, não a compreendemos de forma isolada, como uma classificação das construções sociais das identidades femininas e masculinas. Nossa abordagem se apresenta no campo das relações sociais de gênero na sociedade patriarcal e capitalista, portanto, no contexto de relações desiguais de dominação e exploração. Concordamos com Saffioti (2004) de que **“o gênero inscreve-se no plano da história, embora não possa jamais ser visto de forma definitivamente separada do sexo**, na medida em que também está inscrito na natureza. Ambos fazem parte desta totalidade aberta, que engloba natureza e ser social” (p.135, grifos nossos).

É por meio destas referências que dialogaremos sobre as relações patriarcais de gênero na sociedade capitalista, observando o processo histórico de desenvolvimento do conceito de relações sociais de gênero, assim como o de relações sociais de sexo, na tradição norte-americana, francesa e como tais

conceitos vem sendo postos nos estudos sobre a situação de desigualdade e opressão vivenciada pelas mulheres na América Latina.

A partir de tais elementos compreendemos relações de gênero como relações sociais que se dão tanto entre homens e mulheres, entre mulheres-mulheres e entre homens-homens, portanto, relações que podem ser desiguais, igualitárias ou contraditórias. Na particularidade deste trabalho, estaremos falando das relações patriarcais de gênero como relações de opressão e dominação. Também situamos nosso campo de análise dentro do entendimento de que tais relações estão perpassadas pelas dimensões de classe e de raça/etnia.

A relação entre estas dimensões é abordada sob o viés do nó analítico por Saffioti (2004) e da consubstancialidade por Kergoat (1978) e Hirata (2014) na busca por compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado como “coextensividade”.

No campo dos estudos feministas<sup>43</sup>, o conceito de “gênero” surge para explicar que a diferença entre homens e mulheres, no sentido de divisão do trabalho, das atividades e sentimentos atribuídos de forma específica para cada um, não é um elemento natural e nem está ligado necessariamente à estrutura anatômica dos corpos. Neste contexto, os estudos sobre “a mulher” que vinham sendo desenvolvidos nos estudos feministas desde a década de 1940 foram paulatinamente sendo substituídos pelos estudos sobre “gênero” na década de 1990<sup>44</sup>, uma vez que tal conceito, em sua abordagem a partir da perspectiva crítica, buscava ampliar o debate sobre as relações sociais que perpassavam a vivência diferenciada de homens e mulheres na sociedade.

A categoria de “mulher” não explicava por si só a opressão e subordinação que as mesmas se encontravam em relação aos homens apesar de continuar sendo uma categoria imprescindível como sujeito político do feminismo. Desta forma, o conceito de “gênero”, mesmo sendo historicamente vago passou a ser uma ferramenta estratégica para explicar e denominar as desigualdades entre homens e

---

<sup>43</sup> Scott (1989) situa elementos históricos sobre as diferentes abordagens do conceito de “gênero” ao longo da história, dos estudos feministas e sob a ótica dos/as historiadores/as.

<sup>44</sup> O termo de gênero já surge em textos feministas desde a década de 1970, a exemplo do texto de Gayle Rubin (1975) “O tráfego de mulheres”. No entanto, é somente a partir da década de 1990 que ele passa a ter uma maior incorporação aos estudos feministas sob diferentes vertentes teóricas.

mulheres na sociedade patriarcal e capitalista, abordando a constituição histórica e social de tais desigualdades.

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. (HARAWAY, 2004, p.211).

Os estudos das relações sociais de gênero surgiram então para dialogar sobre a dimensão relacional entre homens e mulheres na sociedade<sup>45</sup>. Como aponta Saffioti (1992, p.187) “as relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea, como fica explícito no conceito de sistema de sexo/gênero, de Rubin”. Para ela, ao contrário deste sistema, as relações de gênero são direcionadas para os indivíduos que nascem (SAFFIOTI, 1992). Portanto, as relações sociais de gênero possibilitaram um maior debate sobre a construção social do ser homem e ser mulher na sociedade patriarcal e capitalista.

Traçando um percurso nos debates acerca do conceito “gênero”, encontramos complementações, contradições e perspectivas diferenciadas sobre o mesmo, desde uma análise com mais enfoque na subjetividade à interligação deste conceito com outros elementos que o subsidiam como relações sociais e patriarcalado. Estas diferenças se dão de acordo com a vertente teórica sob a qual está pautada a abordagem do processo de exploração e subordinação das mulheres pelos homens na sociedade.

A categoria de gênero, assim como outras noções cunhadas para dar conta da desvantajosa posição social das mulheres ao longo da história, forma parte de um *corpus* conceitual de caráter transdisciplinar e de **um conjunto de argumentos construídos a mais de três séculos**, cujo objetivo tem sido explicitar os mecanismos e dispositivos que criam e reproduzem os espaços de subordinação, discriminação e opressão das mulheres em cada sociedade<sup>46</sup> (BEDIA, 2014, p.9, tradução nossa, grifos nossos).

<sup>45</sup> Antes dos estudos sobre “gênero” diversas feministas já contestavam a naturalização dos papéis sociais direcionados de forma desigual e hierárquica entre homens e mulheres, entre as pioneiras destacamos Christine de Pizan (1404); Olympe de Gouges (1791); Mary Wollstonecraft (1792); Floran Tristan (1845). No entanto, os estudos sobre relações sociais de gênero sistematizaram, atualizaram e aprofundaram as fundamentações elaboradas historicamente por tais feministas.

<sup>46</sup> “La categoría de género, así como otras nociones acuñadas para dar cuenta de la desventajosa posición social de las mujeres a lo largo de la historia, forma parte de un *corpus* conceptual,

Em relação à categoria gênero tendo como foco a sexualidade e os sistemas de “sexo/gênero”, apontamos para o trabalho das autoras Barbieri, Rubin e Butler<sup>47</sup>. Tal apontamento não tem a pretensão de encaixar as autoras, igualmente, dentro de uma mesma vertente teórica, pois esta não é a realidade. Apenas situaremos as interlocuções no debate sobre o sistema de sexo/gênero já criticado por Saffioti (1992) nos parágrafos acima.

Barbieri – socióloga feminista uruguaia - (1993) adota o termo de “sistemas de gênero/sexo” para explicar a relação de dualidade entre a subordinação feminina-dominância masculina. A autora trabalha dentro da perspectiva que considera os “sistemas de gênero” como sistemas de poder resultado de conflito social, caracterizando-os como “conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica” (p.8).

A antropóloga estadunidense Rubin (1993) adota como definição de um sistema de sexo/gênero “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p.2). Aponta o gênero como divisão dos sexos socialmente imposta e um produto das relações sociais da sexualidade.

No campo das análises dos sistemas “sexo/gênero” a maior problematização está no polêmico texto da feminista estadunidense Butler (2003). A autora trabalha com o argumento não apenas do gênero como construção social, mas também o sexo como socialmente construído falando de uma “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo”. Nas palavras dela “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero,

---

de carácter transdisciplinar, y de un conjunto de argumentos construidos desde hace ya tres siglos, cuyo objetivo ha sido poner de manifiesto los mecanismos y dispositivos que crean y reproducen los espacios de subordinación, discriminación y opresión de las mujeres en cada sociedad.”

<sup>47</sup> Os apontamentos sobre o trabalho das autoras estão restritos a um texto específico de cada uma. Sequencialmente: “Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico metodológica” (1993); “ O tráfego de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo” (1993); Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003). Portanto, nossa análise não abarca o pensamento das autoras em suas obras completas, mas seus posicionamentos sobre a categoria de gênero nos textos citados.

de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (p.25).

A autora tomando como base a centralidade do discurso na construção de sexo e gênero fala de “identidades discursivamente construídas” e dos “gêneros inteligíveis” como aqueles que “em certo sentido instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (p.38).

Apesar de Butler trabalhar com a problemática da construção social do sexo, esta não é a mesma abordagem feita pelas feministas francesas, entre elas Mathieu (2014). Esta última faz uma distinção entre o sexo biológico e o sexo social e traça uma crítica sobre o conceito de gênero.

O sexo – nos seus aspectos como ideais e materiais – funciona efetivamente como um parâmetro na variabilidade das relações sociais concretas e elaborações simbólicas – aspecto que a tendência atual (notadamente nos Women’s Studies anglo-saxões) à utilização exclusiva e para todos os propósitos do termo “gênero” tende a mascarar, fazendo este conceito perder uma parte do valor heurístico que nós havíamos pretendido lhe dar (MATHIEU, 2014, p.215).

Do mesmo modo, há outras análises que afirmam que o problema da distinção entre relações sociais de sexo e relações sociais de gênero não é essencialmente teórico<sup>48</sup>, mas apenas de linguagem, uma vez que os termos surgiram em países diferentes como a França e os Estados Unidos. Aqui apontamos que os termos gênero ou sexo por si só não define as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade. Tal definição é caracterizada pelos termos relações sociais ou mais especificamente relações patriarcais.

Portanto, ao caracterizar e situar o patriarcado este, articulado a sociedade capitalista é quem determina e caracteriza a forma das relações entre homens e mulheres. É a compreensão de tais relações e sua articulação com a dinâmica da vida social que delinea o direcionamento teórico da abordagem.

---

<sup>48</sup> Aqui quando falamos que a distinção entre relações sociais de sexo e relações sociais de gênero não é essencialmente teórico estamos nos referindo ao fato de que, nos estudos feministas, a utilização do termo relações sociais já localizava de imediato a perspectiva teórica crítica de entendimento e articulação dos elementos estruturadores da sociedade patriarcal e capitalista. Tal comparação não é a mesma para os estudos das relações sociais de sexo X os estudos de gênero de maneira mais ampla, os quais expressam campos teóricos diferenciados de debate no campo de estudos feministas.

As teorias, na perspectiva marxista são a reprodução ideal do movimento real do objeto, no conhecimento de suas determinações. Na particularidade das relações de exploração e subordinação das mulheres pelos homens na sociedade patriarcal e capitalista, são as dimensões estruturadoras destes sistemas que geram os processos de desigualdades entre homens e mulheres. O central, portanto, no reconhecimento destas determinações é pautar os elementos que a estruturam.

Ainda no debate sobre relações sociais de sexo e relações sociais de gênero reafirmamos que não temos necessariamente diferenças teóricas, uma vez que os dois termos são utilizados de forma contextualizada e crítica dentro dos estudos feministas marxistas. No entanto, explicitamos que o conceito de “gênero” utilizado isoladamente também foi incorporado pelo pensamento pós-moderno e pelos Organismos Internacionais, de forma descontextualizada como veremos em capítulos posteriores.

Consideramos que tal incorporação não retira a importância histórica e política de utilização do termo. Como exemplo, citamos as abordagens diferenciadas da expressão questão social, cunhada pelo pensamento reacionário francês, mas apropriada pelo pensamento crítico e recomposta a partir das determinações reais do objeto. É uma expressão utilizada tanto nos estudos marxistas quanto pós-modernos. Sobre o termo relações sociais de sexo Delphy (2009) situa que

As sociólogas feministas criaram termos como “relações sociais de sexo”, que são unicamente franceses e intraduzíveis em outra língua. Esse termo, agora o mais utilizado em Sociologia, foi inicialmente concebido como uma alternativa a “patriarcado”, julgado insatisfatório, e mais tarde, ao termo gênero (DELPHY, 2009, p.177).

O fato do termo não ser corrente na França faz com que as feministas francesas, articulado a crítica do esvaziamento teórico do conceito de gênero, prefiram utilizar a terminologia de relações sociais de sexo. Portanto, não se trata diretamente e especificamente apenas de diferenças teórico-políticas, mas, em alguns casos, tão somente da diferença de significados em linguagens diferentes. Na América Latina o termo que vem sendo utilizado pelas feministas refere-se, de forma geral, ao termo “gênero”. Portanto, dado o contexto histórico que se insere esta pesquisa e a autora, continuaremos com a utilização do conceito de relações patriarcais de gênero.

O termo relações por si só, na particularidade da língua portuguesa, não expressa à noção de contradição. Há sempre a necessidade de justificar seu significado na língua francesa, apontando a diferença entre as palavras *rapport* (relações estruturais) e *relations* (relações mais pessoais, cotidianas). Desta forma, consideramos que o termo relações patriarcais de sexo contemplaria as relações de contradição entre homens e mulheres na sociedade pelo fato do termo patriarcal já caracterizar a base sobre a qual estão estruturadas tais relações.

Opta-se por operar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo, porque o termo gênero está linguisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicar a natureza social da elaboração do sexo. Eis porque o termo “sociais” qualifica necessariamente as relações entre as categorias de sexo (SAFFIOTI, 1992, p.185).

O termo “gênero” utilizado desde a década de 1980 já é amplamente incorporado politicamente pelo movimento feminista na América Latina, além de estar presente em todas as políticas propostas de igualdade entre homens e mulheres neste continente, assim como na maior parte da produção teórica feminista sobre a temática<sup>49</sup>.

Apontamos também que no tempo histórico em que nos situamos, onde no Brasil há leis que proíbem o debate sobre “gênero” nas escolas<sup>50</sup> com a falsa

---

<sup>49</sup> Reconhecemos que tal produção teórica é baseada em diferentes perspectivas de interpretação da realidade, desde a marxista à pós-moderna e funcionalista.

<sup>50</sup> Na atualidade, há cinco projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que tem como objetivo proibir a chamada “doutrinação política e ideológica” nas escolas, estando inserido na caracterização desta doutrinação a denominada “ideologia de gênero”. Um dos projetos é o 2731/2015, que altera o Plano Nacional de Educação (PNE), vedando a discussão de gênero dentro das escolas; PL 7180/2014, que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vedando o ensino de temas relacionados “à educação moral e sexual” nas escolas considerados como de responsabilidade da família; PL 867/2015 que dispõe sobre o “Programa Escola sem partido”. Tais orientações também se refletem em projetos de leis estaduais e municipais a exemplo da aprovação e sanção do PL n° 20/2016 na cidade de Teresina /PI que proíbe o debate sobre as questões de gênero nas escolas de educação básica da rede municipal da capital. Art 1º: “Fica proibida a distribuição, utilização, exposição, apresentação, recomendação, indicação e divulgação de livros, publicações, projetos, palestras, folders, cartazes, vídeos, filmes, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático, físico ou digital, contendo manifestações da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal da cidade de Teresina”. <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/03/projeto-que-proibe-debate-de-genero-na-escola-gera-polemica-em-teresina.html> . Acesso em 14/12/2016.

Demais informações e projetos podem ser visualizados nos sites:

<http://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>;

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1380897.pdf>;

argumentação de uma suposta “ideologia de gênero” é necessário fortalecer o termo, situando-o nas relações patriarcais.

Soma-se a este aspecto o fato do termo “gênero” já estar inserido em nossa categoria profissional (Serviço Social), no Código de Ética Profissional e na elaboração teórica, principalmente por meio da constituição do Grupo Temático de Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) denominado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” o qual tem como ementa

Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, **relações de exploração/opressão de gênero**, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades<sup>51</sup> (grifos nossos).

Também temos ciência que antes da denominação do conceito de gênero já havia os elementos fundantes para explicar a situação das mulheres na sociedade, a exemplo do patriarcado, por isso, tal categoria é central em nosso trabalho. Apontamos também que no campo do feminismo desde a afirmação de Simone de Beauvoir em 1949 no marcante livro *O Segundo Sexo*, de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” já estavam dados os elementos de contestação da relação entre o biológico e o social. Para finalizar, argumentamos em concordância com Haraway (2014, p. 211) que “o valor de uma categoria analítica [e conceitos] não é necessariamente anulado pela consciência crítica de sua especificidade histórica e de seus limites culturais”.

### **1.3.1 – Críticas ao conceito de gênero e atualização do debate sobre relações sociais de sexo.**

Na década de 1990, o conceito de gênero ganhou amplitude em diferentes espaços - universidade, ONGs, movimentos sociais e organismos internacionais<sup>52</sup> de

---

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1232338.pdf> ;  
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> . Acesso em 14/12/2016.

<sup>51</sup> [www.abepss.org.br/qtps](http://www.abepss.org.br/qtps) . Acesso em 14/12/2016.

<sup>52</sup> Dialogaremos melhor sobre a utilização do conceito de gênero nos Organismos Internacionais no capítulo 4 desta tese.



financiamento -. Particularmente para estes últimos, tal conceito foi apropriado de forma isolada e a-histórica como se gênero significasse unicamente sinônimo de mulheres. Estas apreensões sobre “gênero”, em sua maioria, colocam o conceito distanciado do objetivo que o mesmo foi projetado na produção teórica feminista<sup>53</sup>.

Tal apropriação nega os processos de relações sociais de dominação e exploração em que o conceito foi projetado. Neste aspecto, concordamos com Cisne (2014) do conceito ser um termo mais neutro, no entanto, contestamos a forma como a autora o aborda, na particularidade do texto apresentado<sup>54</sup>, como se os estudos de sobre “gênero” não estivessem no campo dos estudos feministas<sup>55</sup>.

Em síntese, **os estudos de gênero, se comparados aos estudos feministas**, adquirem, por vezes, um caráter mais “neutro”, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de aparentemente mais “acadêmico” ou “científico”. (CISNE, 2014, p.139, grifos nossos).

No que se refere ao termo ser “mais acadêmico”, o fato de sua incorporação aos estudos feministas nos Núcleos de Estudos sobre as mulheres em distintas Universidades da América Latina, a partir da década de 1970, não retira seu caráter político, igualmente a outros conceitos e categorias como os próprios grupos de estudos sobre a categoria trabalho.

Costa e Sandemberg (1994)<sup>56</sup> já apontavam a preocupação em compreender o que acontece no nível dos avanços teóricos e do movimento social apontando para o “processo de institucionalização da práxis feminista na Universidade”. Para elas, este processo poderia ser visto como a conquista e legitimação de mais um

---

<sup>53</sup> O Feminismo, em suas diferentes correntes teóricas, mesmo tendo distintas análises acerca do conceito de gênero coincide no aspecto do reconhecimento das relações desiguais e hierárquicas vivenciadas entre homens e mulheres.

<sup>54</sup> Quando explicitamos que tal abordagem é feita especificamente no texto apresentado reconhecemos que a autora em suas elaborações teóricas não separa os estudos de gênero dos estudos feministas, apesar da crítica a forma como o conceito de gênero foi incorporado por distintas organizações sociais e institucionais.

<sup>55</sup> Reconhecemos que nem todos os estudos sobre gênero são feministas, a exemplo de muitas abordagens sobre o tema da masculinidade. No entanto, o surgimento de tais estudos se deu no campo do feminismo e grande parte das interlocuções continuam se situando neste espaço teórico político.

<sup>56</sup> No período de elaboração do artigo, de acordo com as autoras, já se registravam no Brasil mais de 40 núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero vinculados a instituições de ensino superior no Brasil.

espaço de reflexões, assim como de “contribuições e perspectivas dessa práxis para o avanço do projeto feminista na sociedade mais abrangente e, em particular, na transformação do cotidiano da própria vida acadêmica” (p.388).

Soma-se aos aspectos elencados acima a argumentação de que tais núcleos se configuraram como conquistas “fruto de uma luta travada dentro da academia pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise” (p.389). No entanto, é inegável que é possível identificar em muitas situações um distanciamento entre o movimento e a produção teórica na academia. “Esse distanciamento traz como consequência uma despolitização dos chamados estudos de gênero. E, como corolário, a não consolidação do projeto feminista na academia” (COSTA; SANDEMBERG, 1994, p.389).

Desta forma, concordamos com Cisne (2014) de que os estudos sobre “gênero” ganharam uma dimensão que os tornou mais palatáveis ao interior das disciplinas científicas, das universidades e das agências de fomento à pesquisa, além do direcionamento de alguns destes estudos terem se enveredado pelo debate sobre masculinidades, teoria queer etc. No entanto, apesar de tais direcionamentos ainda perdura núcleos de estudos e feministas teóricas críticas que fazem destes espaços, momentos imprescindíveis de reflexões sobre a condição de subordinação e exploração das mulheres na sociedade abarcando diversos temas como os direitos sexuais e reprodutivos, divisão sexual do trabalho, etc.

Cisne (2014), inserida no campo do feminismo materialista pauta suas análises e argumentações críticas referentes à utilização do conceito de “gênero” a partir do feminismo francófono e como situamos anteriormente a tradição de tais estudos utilizam a categoria relações sociais de sexo, tendo como principal expoente a feminista Anne-Marie Devreux (2001).

Nos situando na mesma perspectiva teórico-política de Cisne, concordamos com sua preocupação sob a dimensão política referente a melhor maneira de apreensão das mulheres no movimento feminista sobre sua condição/situação de exploração e subordinação. A autora explicita que “o conceito de gênero tem **“baixo nível de compreensão” fora dos contextos do que se convencionou chamar de ‘feminismo acadêmico’**”.

Aqui situamos que a utilização do conceito de “gênero” desde a década de 1980 pelo movimento feminista já o incorporou ao cotidiano da linguagem política do

movimento de mulheres na atualidade. Contribuíram para esta incorporação, as inúmeras oficinas de formação realizadas pelas ONGs feministas na América Latina e a elaboração de cartilhas em linguagem não acadêmica sobre tal conceito, inclusive por feministas marxistas.

Desta forma, mesmo concordando com Cisne (2014) de que o debate sobre “gênero”, em determinadas circunstâncias biologizou o sexo<sup>57</sup>, tal conceito já é politicamente mais reconhecido e usual, principalmente na América Latina do que relações sociais de sexo. Portanto, consideramos que não há a priori um empecilho para o entendimento das mulheres sobre sua situação de subordinação e exploração, pela utilização do conceito de “gênero”.

Igualmente deixamos claro que não há discordância teórica sobre a utilização do termo relações sociais de sexo, apesar de considerar, como falamos anteriormente que o termo relações sociais por si só na língua portuguesa e hispânica não traduz diretamente os elementos de contradição como postos no idioma francês. Neste sentido, como também já apontamos, o termo relações patriarcais de sexo traduziria melhor uma vez que o termo patriarcal já remete a situação de dominação das mulheres pelos homens.

Sobre a categoria relações sociais de sexo, Devreux (2011) aponta que nos estudos franceses referentes à situação de dominação dos homens sobre as mulheres, gênero e relações sociais de sexo não são conceitos opostos. No entanto, ela os distingue sob dois ângulos: no fato de que “as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social” e no aspecto de que para ela “O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo, que, para mim é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação” (p.7).

Aqui dialogamos com a autora sobre os seguintes elementos: na utilização do conceito de “gênero”, dentro do campo do feminismo marxista, não há discordância de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social. Mas não é qualquer relação social. O termo em si não caracteriza a priori a situação de

---

<sup>57</sup> “A elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, sem contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura. (...). A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”. (SAFFIOTI, 2004, p.108-109).

dominação e exploração vivenciada pelas mulheres na sociedade capitalista. Desta forma, considero, como citado anteriormente, que o termo relações patriarcais caracteriza melhor a situação de subordinação das mulheres, mesmo que relações sociais caracterize de forma mais generalizada a dimensão das diversas formas de relações presentes na sociabilidade capitalista.

Ainda continuando o debate com Devreux, pelo seu papel central na conceituação da categoria relações sociais de sexo trazemos mais um dos argumentos utilizados pela autora para a utilização de tal categoria em detrimento do conceito de “gênero”.

Uma segunda razão leva-me a preferir o conceito de relação social de sexo ao de gênero: o primeiro nomeia explicitamente o sexo, enquanto o segundo evita mencioná-lo e o eufemiza. Ora, a referência ao sexo biológico parece-me essencial, pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sobre este critério ou, mais precisamente, sobre a representação social a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos (DEVREUX, 2011, p.8).

Aqui dialogamos apontando a reflexão a partir dos estudos críticos sobre relações patriarcais de gênero de que o fato da nomeação de sexo não está explícita nunca foi, no campo teórico apontado, uma questão direcionada de evitar mencionar tal termo, ao contrário, a preocupação era em como citar o sexo sem que este se remetesse diretamente a questões meramente biológicas.

Para Devreux (2011, p.10) “as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens” e se expressam por meio de três modalidades que se exprimem simultaneamente e conjuntamente sendo elas a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo.

A autora não dialoga sobre o sistema patriarcal que é, juntamente com a sociedade capitalista, em nosso entendimento, o que fundamenta e estrutura tais relações. As relações sociais e patriarcais são frutos de uma forma de desenvolvimento e caracterização da sociedade. Devreux (2011, p.15) afirma ter a pretensão de que a teoria das relações sociais de sexo tenham “um alcance heurístico universal na decifração nos fatos sociais relativos à opressão das mulheres”. Aqui apontamos que tal alcance já é abarcado pela categoria central do patriarcado.

Dialogando também com Kergoat (2009), na tradição do pensamento francófono a autora aponta que as relações sociais de sexo são caracterizadas por quatro dimensões: relação antagônica entre os grupos de sexo; a construção social das diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres; a existência de uma base material e não unicamente ideológica que sustenta tais construções sociais e as relações hierárquicas de poder e dominação sob a qual se pautam as relações sociais de sexo. Todas estas características também são características estruturadoras do patriarcado na sociedade e é sob esta base que dialogamos sobre as relações patriarcais de gênero.

Isto posto, as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica. Esta maneira de conceber as relações de gênero guarda não apenas uma enorme distancia da lógica da complementaridade, como também apresenta, em relação a esta, uma diferença de natureza. Efetivamente, a lógica que preside à operação das relações de gênero é dialética, ou seja, contraditória. As relações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras (...). As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e a fêmea, que se complementam na cópula procriadora. Concepções de gênero, organicamente construídas, inter-relacionam-se dialeticamente, dando assim, ensejo à superação das contradições nelas contidas, através da prática política (SAFFIOTI, 1992, p.192-193).

Dessa forma, concordando com Saffioti (1992) apontamos dois elementos: um é que como a autora apresenta em suas elaborações teóricas o patriarcado é um sistema tão estruturado e arraigado na sociedade que a presença do “patriarca” não é necessária para acionar seus mecanismos, podendo ser, como bem apontado por ela, acionado por mulheres.

O segundo elemento pautado no anterior é exatamente o fato de como estas relações são partes constitutivas do patriarcado e está arraigado a sociedade capitalista sua modificação só é possível com a superação deste sistemas. Assim, afirmamos que a melhoria das condições de vida das mulheres seja no âmbito do trabalho ou de outras políticas públicas não significa superação de sua condição social na sociedade patriarcal e capitalista.

## Capítulo 3 - Exploração e superexploração do trabalho: a realidade do trabalho das mulheres na América Latina.



De acordo com a concepção materialista, o fato decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro, a produção do homem [e da mulher] mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. (Engels, 1961).

Partindo da concepção ontológica do trabalho (MARX, 2013; LUKÁCS, 1978), para conhecer os processos históricos que permeiam sua transformação e caracterização na sociedade capitalista é que buscaremos dialogar sobre a particularidade da exploração e precarização do trabalho das mulheres. Tal análise exige a interligação com as nuances que permeiam a relação entre o capitalismo e o patriarcado assim como com a particularidade histórica da formação social da América Latina em sua relação com o desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial.

Dialogaremos, pois, sobre a forma como se configura o trabalho na sociedade capitalista em seu processo de criação do mais-valor por meio da exploração da força-de-trabalho a partir da efetivação do trabalho excedente. Também ressaltaremos a importância do trabalho das mulheres e a exploração da mão de obra gratuita delas na produção e reprodução da força de trabalho nas relações familiares.

### 3.1 - O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A PARTICULARIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS DEPENDENTES.

Para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; “é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza [...]. Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, dá a ele um caráter universal e sócio histórico” (BARROCO, 2008, p.26). Citamos Marx (1971) em sua conhecida distinção entre o arquiteto e a abelha para caracterizar o trabalho como atividade humana.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 1971, p. 202).

Esta capacidade teleológica do trabalho pressupõe condições objetivas para sua efetivação como: liberdade, meios de trabalho e a própria condição de produção e reprodução biológica e social dos homens e mulheres na sociedade. Na sociedade

capitalista, tais condições são negadas por meio da apropriação dos instrumentos de trabalho e até da própria força de trabalho, no estabelecimento da propriedade privada.

A propriedade privada é, portanto, o cerne de desenvolvimento da sociedade capitalista, da divisão social do trabalho, do assalariamento e da negação de homens e mulheres em suas dimensões de humanidade. No desenvolvimento do modo de produção capitalista a força de trabalho<sup>58</sup> se torna a principal mercadoria<sup>59</sup> por ser ela capaz de gerar mais-valia para quem dela se apropria via jornadas de trabalho extensivas.

O trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. (...). A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente e só por isso, ele é um **ser genérico**. (...). Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência (MARX, 2004, p.84-85).

Na sociedade capitalista o trabalho, portanto, deixa de ser um elemento vital do desenvolvimento humano consciente para ser apenas meio para sua sobrevivência, distanciando-se da dimensão ontológica da função e distinção do trabalho em relação a outros animais e a natureza.

Nestas condições, o trabalho deixa de ser uma atividade criadora do desenvolvimento de homens e mulheres para ser meio de barbárie, embrutecimento

---

<sup>58</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (MARX, 2013, p.312)

“O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. (...). Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral”. (MARX, 2013, p.316-317).

<sup>59</sup> “A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. (...). dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer”. (MARX, 1978, p.81).



e exaustão das capacidades humanas. O trabalho na sociedade capitalista funciona então, contrariamente a dimensão do ser humano em sua ontologia como ser social.

O cotidiano do trabalho alienado, ao invés de ampliar a sociabilidade e a interação entre os indivíduos, amplia o distanciamento entre os/as mesmos/as por meio da escassez de tempo livre. Os/as trabalhadores/as já não tem mais o tempo para vivência do lazer e para o estabelecimento das relações de afeto no âmbito familiar e para além delas. E quando o tem, impera relações sociais fetichizadas e alienadas.

O tempo de trabalho é apropriado pelo capitalista sendo o salário sua objetivação abstrata, uma vez que o pagamento de tal valor não corresponde a toda a extensão da jornada de trabalho.

O valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido. Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo trabalho é trabalho pago. **Esta aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de trabalho** (MARX, 1978, p.84).

Para as mulheres a situação ainda é mais problemática na medida em que recebem salários diferenciados e inferiores dos homens<sup>60</sup>. Portanto, se apropriar da dimensão histórica das distintas formas de como se configura o trabalho na sociedade é fundamental para conhecer suas determinações e particularidades na sociedade capitalista e no caso do trabalho das mulheres como historicamente este trabalho foi pautado nas relações sociais nas interfaces entre o patriarcado e o capitalismo.

---

<sup>60</sup> No sítio do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero (consultado em 17/09/2016) verificamos os resultados de relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) intitulado "Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina" o qual aponta que os homens ganham 10% a mais que as mulheres. Quando a comparação é feita entre homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução, essa diferença sobe para 17%. Há também diferenças entre os países da região. Sobre estas, o Brasil apresenta uma das piores situações, com os homens ganhando aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução. Para maiores informações acessar: [www.observatoriodegenero.org.br/menu/noticias](http://www.observatoriodegenero.org.br/menu/noticias). O relatório na íntegra encontra-se acessível somente em língua inglesa.

Se na dimensão das relações sociais de exploração o salário não expressa o tempo de trabalho efetuado pelo/a trabalhador/a, nas relações patriarcais tal expressão é cada vez mais distante ou inexistente, como veremos nos tópicos subsequentes, por meio da apropriação do trabalho não pago das mulheres. O tempo de vida lhes é roubado por meio das duplas jornadas de trabalho, muito além do que lhes é necessário para sua existência.

O tempo de trabalho excedente das mulheres expressa, portanto, não somente o lucro para o capitalista, usufruído a partir da exploração do trabalho, mas possibilita a dinâmica do funcionamento da sociedade por meio do processo de produção/reprodução das condições necessárias à vida humana do/a trabalhador/a. Caracterizamos aqui, de acordo com Marx, o debate sobre trabalho necessário e trabalho excedente.

Portanto, denomino “**tempo de trabalho necessário**” a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e “trabalho necessário” o trabalho despendido durante esse tempo. Ele é necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base. (...). O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino **tempo de trabalho excedente** [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*) ( MARX, 2013 p.374).

É o estabelecimento do trabalho excedente que gera mais-valia ao capitalista e gera também o elemento central de contradição entre o aumento de riquezas e o empobrecimento da classe trabalhadora em um mesmo processo de produção. Ainda de acordo com Marx (2004, p.80) “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Portanto, o trabalho não produz somente mercadorias, tornam homens e mulheres também mercadorias neste processo. Para a produção desta mercadoria (força de trabalho) é necessário meios de subsistências não apenas individuais, mas que contemplem a subsistência de seus dependentes. Para o capitalismo significa

“os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado” (MARX, 2013, p.318).

Portanto é de interesse do capitalismo manter o trabalho gratuito e “obrigatório” das mulheres no cuidado com as crianças e jovens como forma de perpetuação da força de trabalho, sem que para isso tenha dispêndio de gastos adicionais institucionais ou estatais a exemplo de creches. Ainda sobre os meios de subsistência da força de trabalho

Uma parte dos meios de subsistência, por exemplo, a alimentação, o aquecimento etc., é consumida diariamente e tem de ser repostada diariamente. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., são consumidos em períodos mais longos e, por isso, só precisam ser substituídos em intervalos maiores de tempo (MARX, 2013, p.319).

São as mulheres, de forma geral, que são postas como as responsáveis pelos cuidados referentes à alimentação, assim como a costura de roupas para o aquecimento. Portanto, o trabalho não pago das mulheres sustenta a engrenagem de produção/reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora. Tais formas de produção e reprodução se diferenciam, intensificam ou se metamorfoseiam de acordo com o tempo histórico e a formação social particular de determinadas regiões ou países.

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor (MARX, 1978, p.110).

Sobre o processo de produção, como parte dele, apontamos que a dimensão da classe distancia cada vez mais o/a produtor/a dos produtos. Esta dimensão se acentua pela separação cada vez mais marcante do acesso dos/as trabalhadores/as a produtos básicos necessários a sua própria subsistência. Tal processo de distanciamento desencadeia a dimensão de alienação posta no cotidiano de trabalho como veremos no tópico seguinte.

No contexto da sociedade capitalista, o trabalho se desenvolve como forma de alienação do indivíduo frente às relações sociais que este está inserido. Desta

forma, as dimensões de liberdade, consciência, sociabilidade e universalidade que seriam características centrais do trabalho em sua dimensão ontológica são substituídas por opressão, exploração e inibição do desenvolvimento das capacidades humanas. No que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas

O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013 p.329-330).

Uma das muitas contradições do modo de produção capitalista é que mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas, e o aumento da tecnologia o suficiente para deixar homens e mulheres mais livres sobre o esforço físico do trabalho, tal tecnologia não é empregada para melhoria de vida dos/as trabalhadores/as, apesar de ser fruto de seus trabalhos e acúmulo histórico de conhecimento da humanidade. Há, portanto, uma apropriação das melhorias provenientes do desenvolvimento das capacidades humanas, pelos capitalistas em contraposição a permanência ainda na atualidade de trabalhos considerados em condições de escravidão.

No caso da América Latina ainda presenciamos dificuldades enfrentadas pela maior parte da classe trabalhadora em ter acesso a elementos básicos de tecnologias que auxiliam na realização de alguns trabalhos fundamentais e melhorariam as condições de vida e trabalho cotidianas, a exemplo da máquina de lavar, dos meios de transportes públicos, de elementos essenciais a saúde e bem-estar como acesso a medicamentos e tratamento ágil nos processos de adoecimentos etc.

Compreender o processo de formação social<sup>61</sup> da América Latina é, portanto, fundamental para o entendimento da forma como se expressa a exploração do trabalho na atualidade, quais as particularidades de tal exploração e como se delinea a dimensão do trabalho das mulheres.

---

<sup>61</sup> La categoría teórica de Formación Social es fundamental para develar las características generales y las tendencias de la estructura social, del desarrollo heterogéneo, desigual y combinado, de la vida cotidiana, de la lucha de clases, de los procesos revolucionarios, de los períodos de derrota y ascenso del movimiento obrero, de la evolución de los partidos políticos, de las nuevas funciones que ha asumido el Estado, de las formas de opresión de la mujer, de las diversas manifestaciones culturales, de los problemas de etnia y religión que se cruzan con la lucha de clases, de las diferentes ideologías y de otras expresiones superestructurales (Cuadernos marxistas latinoamericanos de educación política, s/a, p.7).

É importante também situar a exploração e longa permanência do trabalho escravo, e suas implicações para caracterização de um mercado de trabalho racista no qual a população negra ocupa os piores postos de trabalho<sup>62</sup>. Sobre este aspecto, nossa análise referente às características da exploração do trabalho na América Latina está perpassada pelas dimensões de classe, raça e relações patriarcais de gênero. Compreendemos ainda, em concordância com Fernandes (2015) que o

(...) colonialismo de raízes tão profundas e de tão longa duração, deita raízes em modos de produção, formações sociais, tipos de dominação e de poder político, todos específicos do “mundo colonial” que os espanhóis e os portugueses *criaram*, sobre os ombros e com o sangue de populações nativas, africanas e mestiças (FERNANDES, 2015 p.67).

É a exploração desta população que ainda permanece na atualidade escamoteada no discurso de liberdade de emprego que falseia a realidade do desemprego ou precarização do trabalho entre homens e mulheres, brancos, negros e mestiços. Situa-se, também a existência de uma burguesia dependente que conforme Fernandes (2015, p.70) “é instrumental para com os interesses conservadores externos, “internacionais”, ou seja, ela atua em permanente aliança com o imperialismo e dele recebe parte de sua força econômica, cultural e política”.

Na América Latina, portanto, a forma de constituição do capitalismo se entrelaça pelos caminhos das configurações do capitalismo dependente e das condições particulares de como se constituiu o chamado mercado de trabalho. Como aponta Fernandes (2015) “as sociedades subdesenvolvidas teriam de percorrer um longo caminho, até construírem um autêntico mercado de trabalho interno”.

Em consequência, a extinção do sistema colonial e a emancipação nacional pouco representaram como condições para a implantação universal do trabalho livre, vendido como mercadoria pelo próprio agente. Não surgiram, não se difundiram nem se impuseram, rapidamente, os liames propriamente capitalistas, que prendem entre

---

<sup>62</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Mensal de Emprego(PME) em 2013 um trabalhador negro no Brasil ganha em média 57,4% dos rendimentos recebidos pelos trabalhadores brancos.

si assalariados e donos dos meios de produção. (...). Daí resulta que **há algo de específico, também neste nível, na evolução do trabalho como mercadoria numa sociedade subdesenvolvida**. A mercantilização do trabalho não se desenvolveu senão lenta e precariamente; quando se universalizou, porém, não incentivou o pleno funcionamento de um mercado especial, integrado em escala regional ou nacional. Este se constituiu de modo tão lento e heterogêneo que em muitas esferas a mercantilização do trabalho continuou a processar-se através de critérios de economias naturais e de troca em espécie (FERNANDES, 1972, p.35).

A especificidade das configurações do trabalho nos países de economia dependente é o que Marini (2011) denomina como superexploração do trabalho tendo como característica a intensificação do trabalho e expropriação de parte do mesmo não somente por meio da extração da mais-valia, mas de “parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (p.149). Para ele a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho é o que configura “um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (p.149).

A superexploração é, portanto, um mecanismo particular de exploração do trabalho característico das economias dependentes, como a América Latina, em sua relação no processo de mundialização do capital. É mais uma estratégia utilizada pelos capitalistas para exploração da força de trabalho ao máximo de sua capacidade de produção. É a barbarização da vida humana e a transformação cada vez mais acentuada de homens e mulheres em meros instrumentos para apropriação de lucros exorbitantes pelo capital. Nestas circunstâncias

são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, **a uma superexploração do trabalho** (MARINI, 2011, p.149-150).

A baixa remuneração salarial faz com que os/as trabalhadores/as estendam suas atividades de trabalho a distintos locais de produção nos fenômenos de dupla empregabilidade. Tal situação retira cada vez mais dos sujeitos o tempo de vida para lazer e outras atividades de desenvolvimento das capacidades humanas ampliando o processo de alienação de homens e mulheres no desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Soma-se a este fenômeno o aumento do desemprego e as situações de trabalhos informais, principalmente efetuados pelas mulheres, sem quaisquer garantias trabalhistas como na venda de produtos e na precarização dos trabalhos terceirizados. Tais trabalhos garantem condições mínimas de subsistência além de gerar processos de adoecimentos pelas distintas carências físicas e sociais.

Ainda para Marini (2011, p. 184) “a superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho”. Portanto, estamos falando da degradação do trabalho humano não em sociedades atrasadas em tecnologias ou avanço das capacidades humanas, mas da relação contraditória entre desenvolvimento das forças produtivas e brutalização da força de trabalho humana. Marini distingue o conceito de superexploração do conceito de mais-valia absoluta. Para ele

O conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, **a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade**, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 2011, p.180).

O aumento da intensidade do trabalho e a maior exploração da força física do/a trabalhador/a é uma das principais características da precarização do trabalho de homens e mulheres na América Latina. Soma-se a este fenômeno a exaustão

intelectual e emocional o que faz com que as atividades criativas fiquem cada vez mais restritas a determinada parcela da população.

Esta intensidade do trabalho está presente não somente na dimensão de expansão das horas de trabalho, mas na intensificação do trabalho no próprio tempo determinado como horas de trabalho. Como forma de garantir esta intensidade o capitalismo traz a armadilha da competitividade dentro do mesmo ambiente de trabalho por meio do estabelecimento de princípios valorativos do capital como agilidade, produtividade e na “premiação” do/a melhor trabalhador/a em um fetiche de status profissional.

Explicitamos também como ampliação da precarização do trabalho o estabelecimento da acumulação flexível<sup>63</sup> posta pela reestruturação do capital para superação de suas crises cíclicas, a perda ou não concretização de direitos sociais na articulação com o Estado e o aumento do desemprego estrutural. Estas novas configurações do trabalho colocam a situação de captura não somente da força física dos/as trabalhadores/as, mas como aponta Alves (2009) também se intensifica a captura de suas subjetividades.

Existe um vínculo orgânico entre “acumulação por espoliação” e “acumulação flexível”, isto é, **as novas práticas empresariais de “captura” da subjetividade do trabalho vivo** e da força de trabalho, com destaque para a ampla gama de mecanismos organizacionais de incentivo à participação e envolvimento de empregados e operários na solução de problemas no local de trabalho. (...). **A apropriação/espoliação da criatividade intelectual** (ou emocional) não apenas de empregados e operários, mas de clientes, consumidores e usuários de produtos e serviços instigados a “agregar” valor à produção da mercadoria são exemplos da sociabilidade de predação que caracteriza o metabolismo social do capitalismo global (ALVES, 2009, p.49).

Este processo de flexibilização de ordenamento da produção e das novas práticas do empresariado vem acompanhado conforme aponta Antunes (2001) de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do envolvimento participativo

---

<sup>63</sup> “A “acumulação flexível” apenas exacerba um traço ontológico da forma de ser do capital e do trabalho assalariado – a categoria de flexibilidade sob a grande indústria, explicitada, por um lado, pela precarização (e desqualificação) contínua e incessante da força de trabalho e, por outro lado, pelas novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados”. (ALVES, 2009 p.35;36).



manipulado dos/as trabalhadores/as, do trabalho polivalente e das consideradas “empresas enxutas”.

A apropriação da subjetividade dos/as trabalhadores/as se dá pela intensificação do processo de alienação característico do trabalho na sociedade capitalista, tentando estabelecer uma identidade inexistente de parceria entre trabalhador/a e capitalista. Neste processo, caso o/a trabalhador/a não “vista a camisa da empresa”, ou seja, não se aproprie e defenda os interesses dela, é posto como se este não estivesse comprometido com o trabalho.

Há uma falsa imbricação entre o compromisso com o trabalho e a defesa da empresa capitalista que rouba a subjetividade e atitude crítica dos/as trabalhadores/as em um processo de massificação e enquadramento de comportamentos, típicos da realidade de exploração do trabalho. Este enquadramento condiciona a permanência do/a trabalhador/a na empresa não por uma identidade com a mesma, mas pelo medo do desemprego atingindo diretamente sua dimensão subjetiva distanciando-o cada vez mais de sua dimensão humano-genérica.

Outra operação de despersonalização do homem como ser genérico é a “quebra” da auto-estima da pessoa humana, que tende a reduzir o trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria. É um perverso processo de despersonalização que marca, em maior ou menor proporção, o movimento interior das práticas gerenciais do trabalho estranhado ou trabalho assalariado (ALVES, 2009, p.133).

Na sociedade capitalista há uma cobrança e ao mesmo tempo discriminação em relação às pessoas que tem capacidades físicas e mentais para o desenvolvimento de atividades trabalhistas e vivenciam situações de desemprego em um processo de culpabilização dos/as próprios/as trabalhadores/as. A ideologia dominante repassa a ideia de que quem não trabalha é preguiçoso/a, como se o trabalho estivesse ao alcance de todos/as desconsiderando o modo de constituição da sociedade capitalista e a utilidade do desemprego estrutural para o mesmo.

Também há uma cobrança para que a classe trabalhadora se insira no mercado de trabalho em quaisquer circunstâncias de precarização sob o falso lema de que todo trabalho é digno e de que “o trabalho dignifica o homem”. Esta situação é vivenciada particularmente pela população negra e imigrante, os quais estão

submetidos às piores condições de trabalho e ao maior julgamento da própria sociedade por meio do racismo e xenofobia.

Todas estas situações, acentuadas em cada processo histórico de reestruturação do capital, tem implicações diretas no cotidiano e modo de vida da classe trabalhadora, de maneira que estes são sempre os que sofrem as piores consequências em períodos de crise de busca de maiores lucros ou de manutenção dos mesmos pelo capital. As transformações ocorridas no mundo do trabalho também afetam a política, a cultura e as distintas formas de organizações sociais e institucionais na sociedade.

A totalidade concreta da reestruturação capitalista implica ondas reestruturativas de largo espectro na economia, produção, política, cultura, tecnologia e psicologia social, processos reestruturativos que iriam marcar as décadas de 1980 e 1990. Surge um novo e precário mundo do trabalho, um novo mundo da economia (financeirização), mundo da política (Estado neoliberal), mundo da cultura (pós-modernismo), mundo da tecnologia (III Revolução Industrial com suas terceira e quarta revoluções tecnológicas) e mundo da sociabilidade (o sócio-metabolismo da barbárie) (ALVES, 2009. p.34).

Sob a constituição do Estado neoliberal e as implicações dele na perda ou não consolidação de direitos para a classe trabalhadora, Alves (2009) aponta quatro dispositivos ideológicos organizacionais de precarização do trabalho no capitalismo neoliberal sendo eles: a produção da escassez interna por meio das demissões e ampliação do desemprego estrutural; a remuneração flexível e planos de meta; a “quebra da auto-estima pessoal e construção da personalidade mais particular; a ‘Administração pelo medo’” (p.137) e a redução do indivíduo à força de trabalho na equivalência entre tempo de vida e tempo de trabalho. Todas estas situações ampliam o distanciamento de homens e mulheres de sua condição como seres humano-genéricos, e os coloca cotidianamente em relações de alienação não somente da instância do trabalho, mas da vida em suas relações na sociabilidade.

### **3.1.1 – O trabalho alienado e o estranhamento dos homens e mulheres em suas relações cotidianas.**

Consideramos importante dialogar, mesmo que de maneira breve, sobre a cotidianidade e suas formas de alienação na sociedade patriarcal e capitalista por

ser no cotidiano que homens e mulheres vivenciam as relações de exploração e opressão não somente nos espaços das relações de trabalho, mas nas diferentes instâncias da sociedade.

É na vida cotidiana<sup>64</sup> (HELLER, 2014) que ocorre a escravização das mulheres em seus afazeres domésticos<sup>65</sup>. É a vida cotidiana nas relações societárias que lhes roubam o tempo do lazer e lhes incumbe uma armadilha posta pelo moralismo conservador<sup>66</sup> para seu comportamento, em contraposição a práticas de liberdade. Esta armadilha e controle da vida cotidiana das mulheres se dá tanto por meio de legislações na ausência da garantia de direitos a exemplo dos direitos sexuais e reprodutivos que garantam a autonomia dos corpos das mulheres na escolha sobre a maternidade, quanto pela sociabilidade patriarcal e capitalista que monitora o comportamento das mulheres e as classificam a partir dele de forma falseada e moralista.

O controle sobre a vida das mulheres também se expressa em espaços institucionais como nas instituições de atendimento a saúde, escolares e nos veículos de comunicação por meio da mídia hegemonicamente classista e patriarcal. No âmbito do trabalho, as expressões de fetichização da vida cotidiana já se expressam desde a formação profissional, na separação não explicitada, de atuação diferenciada para homens e mulheres na sociedade a exemplo das profissões consideradas femininas e que carregam o sinônimo de cuidados como a enfermagem, pedagogia, serviço social, etc.

Não é outra coisa senão a rotina da **vida cotidiana** o que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a

---

<sup>64</sup> “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas tem de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. Se estas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana” (HELLER, 2014, p.56).

<sup>65</sup> “Observa-se muito frequentemente, quando se visitam famílias operárias, atitudes compulsivas em relação à limpeza. O mesmo acontece muitas vezes com a organização das atividades domésticas. Em resumo, há uma característica feminina da classe operária que é o fato de que não se tem o “direito” de perder tempo” (HIRATA, 2002, p.258).

<sup>66</sup> De acordo com Agnes Heller (2014) “uma das funções da moral é a inibição, o veto. A outra é a transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual. (...). Por mais intenso que seja o esforço “transformador” e culturalizador da moral, não se supera sua função inibidora e essa se impõe na medida em que a estrutura da vida cotidiana está caracterizada basicamente pela muda coexistência de particularidade e genericidade” (p.39).

forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas (MARX, 1982, p.36).

Aqui explicitamos, em concordância com Marx (2004), que o trabalho alienado é fruto do desenvolvimento da sociedade capitalista e da divisão social do trabalho. Esta alienação se expressa principalmente por meio da exteriorização do/a trabalhador/a em relação ao produto do seu trabalho. Tal produto tem sua existência fora do/a trabalhador/a, independente dele/a e estranha a ele/a “tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX 2004, p.81).

Sobre a circunstância da exploração do/a trabalhador/a, expressão do trabalho alienado na sociedade capitalista, Marx (2004) aponta que o trabalhador “só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quanto muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só se sente como animal” (MARX, 2004, p.83).

Esta inversão acontece pelo nível de distanciamento do trabalho da sua dimensão ontológica e das capacidades teleológicas que distinguem homens e mulheres dos animais. O/a trabalhador/a já não tem mais o controle sobre seu trabalho nem visualiza o produto final do mesmo. Todo o processo de trabalho lhe é estranho, para além de o escravizar e o distanciar do trabalho como atividade livre e criativa. Desta forma, suas atividades livres ficam cada vez mais restritas as funções animais como apontado acima. Sobre este processo de inversão Heller (2014) ressalta que

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nesta produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais. (...). O moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo essa contradição. Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessária, nem constitui uma condição prévia da orientação, mas nas quais aparece até mesmo como obstáculo para essa última (HELLER, 2014, p.58-59).

Heller (2014) ainda ressalta que “a vida cotidiana não é alienada necessariamente em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas

circunstâncias sociais” (p.59). Estas circunstâncias se instauraram de maneira mais aprofundada no desenvolvimento da sociedade capitalista e tem como expressão central o desenvolvimento do trabalho estranhado.

Marx (2004) aponta dois determinantes do trabalho estranhado sendo eles: 1 - a relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele e 2 - “a relação do trabalho com ato da produção no interior do trabalho; a atividade como miséria, a força como impotência; o estranhamento de si”. (p.84).

Como consequências deste trabalho estranhado estão: a estranha do homem com a natureza e do homem de si mesmo, “do ser genérico do homem um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual”; (MARX, 2004, p.84) e o estranhamento do homem pelo próprio homem. Mas, como aponta ainda Marx (2004) se a atividade dos trabalhadores lhes é martírio “então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem. (MARX, 2004, p.86). Portanto, a exploração da classe trabalhadora não se dá por um elemento alheio ou indeterminado, mas por outros homens detentores da propriedade privada e dos meios de produção.

Na América Latina o estabelecimento da propriedade privada da terra se deu pelo processo de expropriação, de barbárie e extermínio de grande parte da população nativa. Portanto, cotidianamente a classe trabalhadora é usurpada das próprias riquezas que produz ficando exposta a situação de miserabilidade e ao distanciamento das atividades que lhes proporcionariam a vivência da liberdade e da autonomia. Na sociedade capitalista tal liberdade se expressa somente na venda da força de trabalho, portanto é uma liberdade falseada. Sob este sistema à classe trabalhadora lhe é posto somente os produtos mais miseráveis. Como aponta Marx (1985, p.65) “Numa sociedade fundada na miséria, os produtos mais miseráveis tem a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria”.

Dizer, pois, que, pelo fato de as coisas mais baratas serem as mais usadas, elas devam ser da maior utilidade significa dizer que o uso tão generalizado da aguardente, em função dos poucos custos da sua produção, é a prova mais concludente da sua utilidade; significa dizer ao proletário que a batata é mais saudável que a carne; significa aceitar o estado de coisas vigentes (MARX, 1985, p.65).

Nesta sociedade, como apontamos anteriormente as descobertas das tecnologias e suas melhorias para a vida humana ficam limitadas a um número restrito da população. Para a classe trabalhadora é posto sempre o mínimo possível. Para as mulheres esta situação se acentua cada vez mais uma vez que historicamente, lhes é posto a problemática de abrir mão de bens para seu uso em prol dos/as filhos/as e/ou marido. Desta forma são as mulheres as mais subnutridas e as principais responsáveis pela manutenção da alimentação no espaço doméstico.

Na América Latina, onde se tem uma alta concentração da agroindústria e da utilização ilimitada de agrotóxicos, a alimentação saudável é inalcançável para a classe trabalhadora lhes restando os produtos mais baratos, o que no caso da alimentação tem implicações direta na saúde dos/as trabalhadores/as. Portanto, além da exploração do trabalho lhes sugam a vida e lhes instigam a cada vez mais se absterem do descanso, se absterem do lazer para poder ter acesso a produtos mais elementares da alimentação, por exemplo.

A abstinência poderia aparecer ainda na forma mais ativa, que não está posta na circulação simples, na qual o trabalhador renuncia ainda mais ao repouso, renuncia completamente ao seu ser como algo separado de seu ser como trabalhador e, na medida do possível, só é como trabalhador; por conseguinte, renova com mais frequência o ato da troca, ou estende-o qualitativamente ainda mais, ou seja, pela *laboriosidade*. Por essa razão, também **na sociedade atual a exigência de laboriosidade e, especialmente, também de poupança, de abstinência, é requerida não dos capitalistas, mas dos trabalhadores, e precisamente pelos capitalistas** (MARX, 2011, p.353)

Para as mulheres, como já indicamos acima, é atribuído funções diretas na manutenção e gestão da rotina cotidiana da família. E na América Latina, onde os níveis de desigualdade social são extremos, lhes destinam também a gestão da pobreza familiar. Na atualidade, a forma predominante de combate a pobreza na América Latina são os programas de transferência direta de renda, assim, às mulheres são atribuídas a gestão da pobreza da família por meio de programas de repasse de renda mínima. São elas que devem gerir os poucos recursos e ainda se preocupar com a saúde e educação dos outros membros familiares. Para os/as trabalhadores/as com emprego estável lhes fazem, como aponta Marx (2011), muito alarde para que estes economizem em caixas de poupança e na época do capital

mundializado, para que façam investimentos em poupanças privadas ou aplicações em outras formas de investimentos.

Ainda de acordo com Marx (2011) se sabe que a verdadeira finalidade da poupança pela classe trabalhadora não é a riqueza, “mas só uma distribuição mais adequada dos gastos, de maneira que, na velhice ou em caso de doenças, crises etc., os trabalhadores não dependam de instituições de caridade, do Estado ou da mendicância”. (p.354). Ou seja, uma forma de que os/as trabalhadores/as não se tornem “um ônus para os capitalistas e vejetem às custas deles, mas sim para a própria classe trabalhadora.” (p.354).

Em suma, exigência de que os trabalhadores devem sempre **restringir seus prazeres vitais a um mínimo** e aliviar as crises para os capitalistas etc. Devem se comportar como pura máquina de trabalho e, se possível, pagar inclusive pelo seu desgaste natural. Prescindindo da pura brutalização daí resultante – e uma tal **brutalização** tornaria impossível inclusive aspirar à riqueza na forma universal, como dinheiro, como dinheiro acumulado – (e a participação dos trabalhadores em prazeres mais elevados, inclusive espirituais; a agitação por seus próprios interesses, assinar jornais, assistir conferências, educar os filhos, desenvolver o gosto etc.; sua única participação na civilização que os distingue dos escravos só é economicamente possível pelo fato de que o trabalhador amplia o círculo de seus prazeres nos períodos em que os negócios vão bem, significa dizer, nos períodos em que poupar é, até certo ponto, possível) (MARX, 2011, p.356).

Sob este processo, as atividades de lazer são vistas como “luxo” para a classe trabalhadora dais quais devem se abster. Há um policiamento da própria comunidade, disseminado pela ideologia capitalista que culpabiliza, principalmente as mulheres, se elas vão a uma festa, a um teatro e não estão poupando para os/as filhos/as e marido.

A vida cotidiana, portanto, é, e se torna cada vez mais, sinônimo de barbárie para a classe trabalhadora. Em contraposição a ampliação de práticas de liberdade e de maior sociabilidade para homens e mulheres na sociedade capitalista, temos a incorporação do que Alves (2009) chama de valores-fetiches<sup>67</sup> como autenticidade, autoconhecimento, autonomia, confiabilidade, credibilidade, desafio, disciplina,

---

<sup>67</sup> De acordo com Agnes Heller (2014) o valor é uma categoria ontológico-social; “Como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais”. (p.15-16).

elegância, entrosamento, espiritualidade, estímulo, fama, prestígio, reconhecimento, sensibilidade, status. Etc.

Às mulheres, mesmo na escassez lhes é cobrado elegância e amabilidade nos espaços de trabalho. Mesmo nas desventuras da vida cotidiana, no cansaço e na sobrecarga das duplas jornadas de trabalho lhes é cobrado sensibilidade, entrosamento, espiritualidade etc. Este engessamento do comportamento e modo de ser aparente gera uma padronização dos gestos e do modo de ser de homens e mulheres na sociedade e lhes roubam as expressões mais genuínas da diversidade humana. Sobre este engessamento e padronização Carvalho (2011) aponta que

É assim que a vida cotidiana é também o espaço da mediocridade. Os gestos comuns, a uniformidade e a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados reproduzem, a todo momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acrílicos e anômicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista – individualismo, neutralidade, competição – reforçam a mediocridade, deixando as grandes decisões políticas, econômicas, culturais, existenciais e mesmo espirituais ao sabor dos agentes mandantes. É através da mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes (CARVALHO. 2011 p.42).

No cotidiano da classe trabalhadora é ressaltado pela ideologia dominante que os assuntos relacionados à economia política são de interesse apenas de estudiosos e se vulgariza o debate sobre política. Em contraposição para a vida cotidiana da classe trabalhadora e principalmente para as mulheres é ofertado cursos de padronização de receitas como aponta Carvalho (2011) sobre a arte de limpar e decorar o lar, cozinhar etc. “Receitas inspiradas na vulgarização da ciência, na astrologia, na clarividência, na natureza, nas divindades espirituais as mais diversas” (CARVALHO, 2011, p.19).

Soma-se, na particularidade das vivências das mulheres, a dimensão patriarcal que fundamenta a separação entre homens e mulheres nas consideradas esferas públicas e privadas. Desta forma, a dimensão da política é posta como esfera pública e, portanto, distante do cotidiano das mulheres. Desta forma, concordamos com Netto (2011) de que o típico da vida cotidiana é a reificação das relações que o indivíduo desenvolve. É a mistificação e direcionamento dos interesses e dos planejamentos de vida.



Na idade avançada no monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instala em todas as manifestações anímicas e todas as instancias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis (NETTO, 2011 p.86-87).

A mecanização da vida, o distanciamento e embrutecimento das relações humanas, a individualidade e a competitividade passam a ser naturalizadas como características inerentes a homens e mulheres e não como situações que caracterizam as relações sociais em um modo de produção específico. Na imediatividade do cotidiano se perde a dimensão histórica de constituição de tais relações e a repetição rotineira faz com que as mesmas se imbriquem cada vez mais na individualidade da classe trabalhadora como uma dimensão pragmática.

A unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade; o correto é também “verdadeiro”. Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática (HELLER, 2014, p.50).

Este pragmatismo, associado à falta de tempo expressa pela superexploração do trabalho, distancia homens e mulheres da classe trabalhadora da vivência de uma consciência mais crítica sobre a realidade social o que tem impacto direto na dimensão da organização política. O pragmatismo também distancia os/as trabalhadores/as do conhecimento e análise da dimensão histórica de constituição da própria classe trabalhadora por meio da naturalização dos processos de exploração. Soma-se a esta vivência cotidiana explicações míticas religiosas que tendem ao conformismo perante a situação de pobreza posta como destino ou provações necessárias.

Na vivência das mulheres a alienação da vida cotidiana diretamente associada à permanência e articulação entre o patriarcado e o capitalismo naturaliza as desigualdades sociais e intensifica o processo de exploração de seu trabalho.

Sob este prisma o estranhamento do trabalho se dá tanto pela divisão social, como sexual do trabalho.

### 3.2 – DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. [...]. A divisão do trabalho nada mais é do que o pôr alienado, alheado da atividade humana enquanto atividade genérica real ou como atividade do homem enquanto ser genérico (MARX, 1978, p.24).

A divisão social do trabalho, da forma como se apresenta na atualidade, expressa o desenvolvimento das forças produtivas na constituição da sociedade capitalista que tem como expressão central a concentração dos instrumentos de produção como propriedade privada dos capitalistas.

Portanto, como aponta Marx (1985), a divisão do trabalho é inseparável da concentração dos instrumentos de produção sendo tal divisão cada vez mais acentuada no desenrolar da reestruturação produtiva do capital. Esta divisão também tem caráter diferenciado de acordo com o tempo histórico e formação social sob a qual é analisada.

De acordo com Salama (1975) há dois processos de hierarquia no desenvolvimento do trabalho na sociedade capitalista: uma hierarquia objetiva que se expressa em salários distintos na mesma função quando os trabalhadores estão situados em países diferentes, dado o preço de subsistência do operariado e os elementos incluídos no valor da força-de-trabalho, assim como a diferença salarial em decorrência de qualificações diferenciadas; e uma hierarquia subjetiva no estabelecimento de salários desiguais para mulheres, negros/as, imigrantes, entre outros aspectos.

Para esta última hierarquia há explicações históricas e particularidades, nas artimanhas que o Capital encontra para se desenvolver com mais lucro apoiando e dando suporte ao mesmo tempo a sistemas “paralelos” que se entrelaçam, a exemplo do patriarcado. Hartmann (1994) analisa a interligação entre patriarcado e capitalismo a partir da análise da divisão sexual do trabalho. Para ela

Os capitalistas herdaram a segregação dos empregos por sexos e frequentemente a tem utilizado em benefício próprio. Se podem substituir homens com experiências por mulheres com salários

menores, muito melhor; se podem enfraquecer os trabalhadores ameaçando faze-lo [substituir os homens] também lhes convém; Em qualquer caso se podem utilizar essas diferenças de status para gratificar aos homens e comprar seu apoio ao capitalismo com benefícios patriarcais também é válido (...). O capitalismo cresceu sobre o patriarcado<sup>68</sup> (p.289-290, tradução nossa).

Dialogaremos aqui, portanto, sobre o desenvolvimento do trabalho das mulheres na sociedade patriarcal e capitalista e utilizaremos o termo trabalho das mulheres em detrimento de trabalho feminino<sup>69</sup>, por entender que as noções de feminilidade e masculinidade por serem características constituídas socialmente podem ser expressas tanto por homens quanto por mulheres.

Também consideramos fundamental situar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma diferenciada se levarmos em consideração a dimensão de raça e classe. Desta forma, apontamos para a situação das mulheres negras que sempre estiveram nas barricadas do trabalho desde o período da escravidão.

São as mulheres negras que se encontram nos empregos mais precários<sup>70</sup>. Saffioti (1978) aponta que após a abolição da escravidão adolescentes e jovens negras continuaram a trabalhar em “casas de famílias” em troca de casa e comida, como crias de casa. Assim, concordamos com a autora na atenção de que os estudos sobre a precarização do trabalho das mulheres deve entender o entrelaçamento entre racismo, patriarcado e capitalismo.

Situamos também a contradição entre a luta histórica pelo acesso ao mercado de trabalho formal pelas mulheres como forma de “independência econômica” X a exploração do trabalho das mesmas. Para Lavinias (1999) o aumento do emprego das mulheres sempre esteve atrelado ao aumento da flexibilização do mercado de trabalho.

---

<sup>68</sup> Los capitalistas heredaron la segregación de los empleos por sexos, pero muy a menudo han podido utilizarla en beneficio propio. Si pueden sustituir a hombres de experiencia por mujeres menos pagadas, mucho mejor; si pueden debilitar a los trabajadores amenazando con hacerlo, también les conviene; y en todo caso, se pueden utilizar esas diferencias de status para gratificar a los hombres y comprar su apoyo al capitalismo con beneficios patriarcales, también está bien (...).El capitalismo creció sobre el patriarcado.

<sup>69</sup> Reconhecemos a importância no campo dos estudos feministas que abordam a dimensão do trabalho feminino como conceito que historicamente traz a abordagem da exploração e opressão vivenciada pelas mulheres no âmbito do trabalho.

<sup>70</sup> Não encontramos em documentos da CEPAL ou OIT apontamentos sobre a diferença de condições de trabalho em mulheres brancas e negras na América Latina. No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2014, 39,08% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%).

São as mulheres que estão em maior situação de desemprego<sup>71</sup>, o que muitas vezes é justificado pelos empregadores pelo fato de serem elas as que mais faltam ao trabalho para levar filhos/as e parentes a médicos e são as que mais adoecem em decorrência da sobrecarga de trabalho entre o emprego e o trabalho doméstico (CARLOTO, 1998).

A ênfase dada em alguns momentos no discurso empresarial a essa 'limitações' atribuídas às mulheres no trabalho contribui para fortalecer uma imagem delas como trabalhadoras 'problemáticas', 'pouco adequadas' ou 'diferentes' com respeito ao modelo de trabalhador, que costuma ser um modelo masculino, ou seja, um trabalhador que pode se dedicar 'integralmente' ao trabalho porque tem maior disponibilidade de tempo, até porque sempre há alguém (uma mulher-mãe, a esposa ou companheira, a filha) que cuide dele. Isso implica uma série de prerequisites sociais, que se tornam verdadeiras 'vantagens' que permitem a esse trabalhador desenvolver uma trajetória profissional (ABRAMO, 2007, p.34).

Portanto, o trabalho doméstico não pago das mulheres além de lhes gerarem sobrecarga de trabalho por meio das duplas jornadas de trabalho, ainda lhes trazem desvantagens para o acesso ao mercado de trabalho formal. Referente ao trabalho doméstico<sup>72</sup>, apontamos que mesmo quando este passou a ser remunerado não se tinha delimitações de horas de trabalho, chegando as empregadas domésticas a trabalharem até 12 horas seguidas (SAFFIOTI, 1978). A regulamentação do trabalho doméstico, no Brasil, por exemplo, só se deu em 2013<sup>73</sup>.

Sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda situamos a histórica situação delas serem vistas como as que iriam tomar o trabalho dos homens o que gerou conflitos no interior da própria classe trabalhadora e em suas instâncias representativas, como os sindicatos<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> De acordo com dados da OIT (2014) o desemprego entre as mulheres na região ainda é 1,4 vez a mais do que o dos homens.

<sup>72</sup> Na América Latina, de acordo com a OIT, em documento de apresentação sobre o panorama de trabalho neste continente até 2015, existe 18 milhões de ocupados como trabalhadores/as domésticos/as, em sua maioria (93%) mulheres migrantes indígenas e afro-descendentes, que representam cerca de 7% da força de trabalho na região.

<sup>73</sup> Em 2013, ainda de acordo com a OIT (2015) a taxa de informalidade das trabalhadoras domésticas na América Latina era de 77,5%.

<sup>74</sup> Kartchevsky-Bulport, 1986 (p.14) traz em sua obra o enunciado de um panfleto da Confederação Geral do Trabalho (CGT) na França em 1920 que entendia que as mulheres deveriam se dedicar aos cuidados com crianças e aos homens para aliviar os aspectos da exploração que os mesmos eram submetidos. "Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, é concebida inicialmente para fazer filhos; em seguida, para lavá-los; conservar sua casa

Esta inserção veio acompanhada de situações de assédio moral e sexual<sup>75</sup> e de limites e normas desde as vestimentas – não deviam vestir roupas que marcassem o delineamento do corpo – a falta de questões estruturais para permanência das mesmas nos locais de trabalho a exemplo da ausência de banheiros para mulheres (SAFFIOTI, 2013; HIRATA E LE DORÉ, 1999).

Delineamos também como pressuposto inicial para o debate sobre a divisão sexual do trabalho o reconhecimento do trabalho das mulheres não somente no espaço da reprodução, como uma esfera isolada da produção, mas como parte do processo de produção do trabalho social. O trabalho doméstico não produz mercadoria, mas é condição necessária para sua produção, uma vez que garante a manutenção física de homens e mulher no mercado de trabalho por meio da preparação da alimentação, cuidados com a saúde etc. (ALBARRACIN, 1999).

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. As exigências da análise leva-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução. Compreendidas dessa forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra; uma é a condição da outra. Curiosamente, no entanto, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução (COMBES; HAICAULT, 1986, p.24-25).

Para as autoras a subordinação da reprodução a produção, postas como esferas separadas e hierarquizadas se apoia na subordinação das mulheres aos homens sobre a qual repousa a divisão sexual do trabalho. Portanto, na sociedade

---

limpa; educar seus filhos; instruir-se aos educa-los e tornar o mais feliz possível a existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. A nosso juízo, este é o seu papel social”.

<sup>75</sup> Diniz (2014) em sua pesquisa sobre o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte – Brasil aponta as situações mais comuns vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras, sendo elas “as violências verbais; as críticas em público; ser ignorada na frente dos outros e as trocas de turno de trabalho sem aviso prévio. No que diz respeito ao assédio sexual as cantadas e insinuações, que algumas vivenciaram de forma mais sutil, outras, no entanto, ouviram de forma mais explícita com gestos e por intermédio de envio de bilhetes com conotações sexuais. As que vivenciaram o assédio narram, do ponto de vista psicológico, transtornos diversos tais como: ansiedade, taquicardia, insônia, estresse e no âmbito físico, dores de cabeça, dores de estômago, insônia, etc”. (p.306).

capitalista à divisão social do trabalho se soma a divisão sexual do trabalho tendo como base o entrelaçamento entre a sociedade patriarcal e capitalista.

Aqui ainda concordamos com Combes e Haicault (1986) de que “a designação prioritária dos homens para a produção e a das mulheres para a reprodução não data do capitalismo” (p.26), mas se acentua sob a vigência do mesmo e se enraíza sobre a base tanto política quanto econômica uma vez que “a designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sócio-político” (p.26).

Consideramos também em concordância com Hirata (2002) que a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho, portanto, sua configuração atual tem dimensão histórica e tem características inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

### **3.2.1 – A situação do trabalho das mulheres na sociedade capitalista.**

Cada modo específico de atualização da força de trabalho nem é atividade inerente ao homem ou à mulher nem deriva de uma necessidade inerente aos representantes de um ou outro sexo. A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida (SAFFIOTI, 2013, p.70).

O desenvolvimento do trabalho das mulheres é anterior a consolidação da sociedade capitalista, assim como as distintas formas de configuração do trabalho na sociedade. No entanto, tal trabalho também tem a determinação da raça e classe social. Desta forma, no período escravocrata e feudal nem todas as mulheres trabalhavam. “Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas” (SAFFIOTI, 2013, p.63).

Temos aí o trabalho das mulheres ainda como subsistência e exploração, mais do que a luta específica para atuação das mulheres no mercado de trabalho como direito para elas. A luta das mulheres pelo acesso ao trabalho é relativamente contemporânea e se dá a partir do desenvolvimento histórico das forças produtivas aliadas ao avanço das lutas feministas de enfrentamento ao patriarcado.

A participação feminina no mercado de trabalho, em praticamente todas as atividades econômicas e profissões, é uma conquista recente, do século XX, ao qual alguém deu a alcunha de 'o século das mulheres'. Uma análise mais detalhada do fenômeno da dita 'feminização' do mercado de trabalho, contudo, traz à tona uma realidade complexa e diversificada, com avanços, recuos e não isenta de contradições (LOMBARDI, 2010, p.33)

O trabalho das mulheres na sociedade capitalista foi possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico e maior utilização da maquinaria, como aponta Saffioti (2013) a partir dos escritos de Marx. À medida que os países vão desenvolvendo seus processos de industrialização a força de trabalho das mulheres vai sendo absorvida, principalmente nos setores secundários e terciários (SAFFIOTI, 2013).

Tal incorporação também acontece de maneira diferenciada de acordo com a formação sociohistórica de cada região mundial a partir da forma de desenvolvimento do capitalismo. No entanto, um ponto em comum entre todas elas é que o trabalho das mulheres já surge em maiores níveis de precarização do que o dos homens.

Assim o trabalho é ao mesmo tempo um elemento que "liberta" as mulheres da exclusividade dos espaços domiciliares e as explora e oprime nas sobrecargas impostas para elas. Sobre esta argumentação consideramos importante afirmar a análise de Saffioti (2013) de que

Não se trata, pois, de ver no trabalho em abstrato elementos de degradação da mão de obra feminina. Trata-se, isto sim, de verificar que formas historicamente condicionadas de trabalho permitem a objetivação da personalidade humana e quais outras aviltam o ser social do homem ou da mulher. (...). É obvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social (p.73).

Na década de 1990 vimos em várias partes do mundo e também na América Latina um crescimento notável da participação das mulheres no mercado de trabalho – crescendo desde a década de 1970 -, embora, como apontado por Abramo (2007), "persistam fortes diferenças nos índices de participação das mulheres segundo os níveis de renda de seu local de origem" (p.23) afetando principalmente as mulheres mais pobres e com nível mais baixo de escolaridade.

Situamos também, como já exposto, que o aumento de tal participação vem acompanhada da flexibilização do trabalho e ainda da manutenção da desigualdade

salarial entre homens e mulheres e ocupação das mesmas nos segmentos menos valorizados do mercado de trabalho.

Embora o nível de escolaridade das mulheres já seja superior ao dos homens no mercado de trabalho (nove anos contra oito anos) e tenha crescido significativamente o número de mulheres nas ocupações gerais e técnicas (mais de 50% em alguns países), os mecanismos de segmentação ocupacional que confinam a grande maioria das mulheres nos segmentos menos valorizados do mercado de trabalho continuam existindo e se reproduzindo (ABRAMO, 2007, p.24).

Portanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é acompanhada de contradições e paradoxos que configuram a particularidade que as mulheres vivenciam na sociedade patriarcal e capitalista. Desta forma, sobre suas condições de trabalho, algumas melhoram - fruto de lutas e reivindicações do Movimento de Mulheres - e outras continuam precarizadas ou se agravam.

#### 3.2.1.1 – O trabalho das mulheres no setor industrial.

Em empresas se observa a distinção e maior precarização do trabalho das mulheres do que dos trabalhadores homens. Apontamos aqui, a situação do controle exagerado do tempo das trabalhadoras mesmo nos considerados intervalos a exemplo da obrigatoriedade de utilização de fichas para ir ao banheiro, controlando o tempo de pausa, situação percebida por Hirata (2002) em suas pesquisas sobre divisão internacional do trabalho entre Brasil, França e Japão. Na análise desta situação sobre a vigência do taylorismo Hirata (2002) aponta que

A determinação exata da quantidade de tempo jamais pode ser tão coercitiva e autoritária para os homens: eles não foram educados desde a infância para obedecer, aceitar e se submeter; as técnicas tayloristas, longe de serem neutras, utilizam e reforçam a divisão sexual existente tanto dentro da empresa quanto na sociedade. (p.31).

A autora também situa os cursos diferenciados que as empresas japonesas oferecem para homens e mulheres. Às mulheres são ofertados cursos de todas as artes domésticas. Esta situação não se distingue da preparação das mulheres para o mercado de trabalho em outras partes do mundo. No Brasil, mesmo no exercício



de políticas públicas que deveriam ser isentas em relação a esta dicotomia foram historicamente ofertados via política de assistência ou das chamadas políticas de acesso à renda cursos que apenas reforçavam os estereótipos de atividades desenvolvidas por mulheres e que objetivamente não lhes traziam perspectiva de melhoria de sua condição de vida a partir deles.

Hirata (2002) aponta também a diferença da forma de organização do trabalho na mesma empresa entre o local da matriz Japão ou França<sup>76</sup> e suas filiais no Brasil o que leva a necessidade, apontada em item anterior, de compreensão sobre a formação social particular de cada região, como elemento importante para analisar melhor a forma como se estabelece as configurações do trabalho. No entanto, apesar da diferenciação na forma de organização do trabalho entre matrizes e filiais as mulheres permanecem nas condições de trabalho mais precárias.

Como se pode verificar facilmente nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais degradados da terceirização ou quarteirização. [...]. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas (SAFFIOTI, 2004, p.129-130).

Desta forma, situamos que a precarização do trabalho não está diretamente ligada à ausência ou não de tecnologias que poderiam ser utilizadas para sua melhoria, apesar de ser um dos elementos que contribui para a precarização. A contradição posta é que as situações de precarização acontecem concomitante ao desenvolvimento de formas que possibilitariam sua superação.

Portanto, a precarização e exploração do trabalho tem uma base material, política e ideológica que mantém homens e mulheres em relações de subordinação não somente das relações que se estabelecem no âmbito do trabalho, mas nas relações sociais como um todo.

---

<sup>76</sup> “O respeito aos direitos dos trabalhadores era muito maior na fábrica na França. O regulamento interno da fábrica francesa refere-se explicitamente aos direitos dos trabalhadores em caso de demissão; não há referência alguma a essa questão no documento brasileiro. O documento francês refere-se explicitamente aos direitos sindicais; não há a menor menção a eles no documento brasileiro.” Realidade observada por Hirata (2002) em 1982. (p.52).

Estas relações de subordinação e controle da vida do/a trabalhador/a se estende da fábrica aos locais de moradia, a exemplo do controle histórico sobre o comportamento de trabalhadores/as como requisito para assumir determinados cargos na empresa. No caso das mulheres estas deveriam assumir posturas “reservadas” e as próprias legislações que regulamentavam suas profissões explicitavam o direcionamento conservador do comportamento das trabalhadoras.

Além de regular, controlar e dominar o ritmo de trabalho no espaço da produção, havia um forte controle da vida privada de trabalhadores e trabalhadoras. Como exemplo disso, pode-se mencionar, no caso brasileiro, a criação de vilas operárias que serviam como estratégias coercitivas, consensuais e persuasivas para adentrar no universo privado da classe trabalhadora e de seus familiares (GUIRALDELLI, 2016, p. 63).

Apontamos, portanto, que as relações sociais na sociedade patriarcal e capitalista se configuram sobre o binômio exploração-opressão e se expressam nas distintas esferas da produção social. A forma de configuração de tais relações estão presentes no cotidiano de vida e trabalho de homens e mulheres e se coloca de maneira mais exacerbada para as últimas.

### **3.2.2 – O entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo na divisão sexual do trabalho.**

Aqui iniciamos nosso diálogo sobre divisão sexual do trabalho apresentando o debate posto por Paola Tabet (2014) referente à como a divisão sexual do trabalho se expressou historicamente, anterior à sociedade capitalista sob a forma de apropriação dos instrumentos de trabalho pelos homens e como tal controle dos instrumentos teve um papel central na configuração da divisão sexual do trabalho. Tal situação pode ser conectada com a situação atual de trabalho das mulheres nos empregos mais precários, mesmo com o desenvolvimento de tecnologia suficiente para enfrentamento a estas precarizações.

Com a evolução tecnológica, o instrumento, o gesto, a energia e por fim a memória exteriorizam-se em relação ao homem. O ser humano não é mais definido e limitado apenas pelas possibilidades do corpo físico: os instrumentos tornam-se um prolongamento deste e ampliam a sua capacidade de domínio e intervenção na natureza (TABET, 2014, p.110).

No entanto, em relação ao trabalho das mulheres, como apontado pela autora, este sempre esteve em uma “generalizada situação de subequipamento” o que para ela subsiste progressivamente até nas sociedades industrializadas. Para Tabet (2014) é preciso questionar o que significou e o que significa até hoje o fato dos homens terem tido a possibilidade de acesso a instrumentos que ampliam o seu domínio sobre a natureza e as mulheres terem sido limitadas a tais instrumentos restando-lhe o próprio corpo em operações manuais ou instrumentos mais simples. Portanto, a apropriação dos meios de produção tem, desta forma, as dimensões de classe, mas também de diferenciação entre homens e mulheres no acesso a eles para desenvolvimento de suas atividades de trabalho.

(...) a esta diferença nas atividades e técnicas corresponde igualmente a uma diferença de tempo livre e de repouso. (...). Esta diferença é fundamental de qualquer ponto de vista, inclusive quando se pensa no tempo livre necessário para dedicar-se à atividade intelectual, seja ela dirigida para a dança, os rituais ou os instrumentos. De fato, é impondo e extorquindo mais trabalho das mulheres que os homens garantem mais tempo livre. (...). Esta expropriação do tempo das mulheres é um aspecto fundamental de sua exploração (TABET, 2014, p.123-124).

Esta diferença também explica a predominância do patriarcado nas diferentes instancias da sociedade, para além da problemática da divisão sexual do trabalho ou em decorrência dela. Destacamos aqui, em concordância com Hartmann (1994), o aspecto de que a divisão sexual do trabalho é uma característica que apresenta de forma aguda a predominância do patriarcado na sociedade ao longo da história da humanidade, predominando ainda na atualidade uma vez que é injustificável o fenômeno de que mulheres e homens ganhem diferencialmente, mesmo no mesmo posto de trabalho. De acordo com Kergoat (2009)

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor agregado (políticas, religiosas, militares etc. (p.67).

Esta dissociação entre produção e reprodução reflete os parâmetros de configuração econômica da sociedade, no qual mesmo estes elementos estando interligados, tende-se a ter uma valorização maior da esfera produtiva em detrimento da reprodutiva, dissociando uma da outra quando na realidade produção e reprodução fazem parte de um mesmo processo de produção social uma vez que a dimensão de reprodução é fundamental para a manutenção dos/as trabalhadores/as na vida cotidiana e em suas relações de trabalho.

Kergoat (2009) ainda aponta que existem dois princípios organizativos da divisão sexual do trabalho. O primeiro refere-se ao quesito da separação de atividades (existem trabalhos de homens e outros de mulheres); o segundo refere-se a hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que um de mulher).

No que se refere ao processo de separação das atividades como específicas para homens e mulheres, Yannoulas (2002) define como divisão sexual horizontal do mercado de trabalho, e ao processo de hierarquização onde o trabalho do homem tem mais valor do que o da mulher a autora denomina como divisão sexual vertical do trabalho.

A combinação dos efeitos perversos da divisão vertical e horizontal do trabalho pode ser verificada nos setores de atividade nos quais a presença de mão-de-obra feminina é maior, porém os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados preferencialmente por homens (ver, por exemplo, saúde e educação) (YANNOULAS, 2002, p.16).

A divisão de trabalho também reproduz a distribuição desigual de tarefas entre homens e mulheres no espaço doméstico, na qual estas últimas são sobrecarregadas com duplas jornadas de trabalho. Uma das formas de configuração desta desigualdade é o fato das atividades realizadas no âmbito doméstico, pelas mulheres, não serem consideradas como trabalho, mas são postas como função da mulher que é “dona-de-casa”. Alia-se a isto o fato de as mulheres, em uma relação de família nuclear, não serem consideradas como chefe de família<sup>77</sup>. Sobre o trabalho das mulheres no espaço doméstico Guillaumin (2005) o caracteriza como a apropriação do tempo da mulher. Para esta autora

---

<sup>77</sup> Há um apontamento por meio de estatísticas do IBGE referente à chefia familiar feminina. No entanto, está aparece mais especificamente nas famílias monoparentais, onde não há a presença do homem no âmbito doméstico.

O tempo é apropriado explicitamente no 'contrato' de matrimônio, dado que não há nenhuma medida deste tempo, nenhuma limitação a forma como o mesmo é empregado, nem por meio de horários como é o caso dos contratos de trabalho clássicos, sejam salariais ou não, nem sob a forma de medida monetária do trabalho da esposa<sup>78</sup> (p.26, tradução nossa).

Ainda sobre a problemática da divisão sexual do trabalho e a implicação desta na vida das mulheres, a autora, além de apontar a apropriação do tempo das mulheres, aponta outro elemento que se refere à apropriação da individualidade das mesmas. Este ponto entra no debate sobre projeto individual e projeto familiar. Neste sentido, as mulheres, muitas vezes, abandonam seus projetos individuais em prol de um projeto considerado coletivo familiar que expressa muito mais os interesses profissionais do homem, na família patriarcal nuclear, do que os dela mesma.

Em nome de um projeto familiar e dos cuidados com filhos/as, muitas deixam o emprego e passam a trabalhar em casa, ganhando menos e em ocupações mais desqualificadas. Além das situações em que as mulheres desejariam trabalhar, mas os maridos não permitem com o argumento de que se o salário dele já sustenta a família e de que a prioridade dela deve ser os afazeres domésticos.

A sociedade polícia as mulheres em sua rotina diária e as qualifica se são boas ou más "donas de casa" de acordo com sua "dedicação" ao lar. Nesta lógica, a maioria das mulheres que trabalham fora de casa, acordam de madrugada ou ficam até tarde da noite preparando comida ou organizando a casa antes ou depois que chegam do trabalho formal.

Esta apropriação do trabalho das mulheres consomem suas forças físicas e emocionais e vem carregada de sentimentos de culpabilização quando as mulheres não conseguem dar conta de tais afazeres da maneira como lhes é exigido pela sociedade patriarcal. A apropriação do tempo de trabalho das mulheres<sup>79</sup> também é

---

<sup>78</sup> El tiempo es apropiado explícitamente en el 'contrato' de matrimonio dado que no hay ninguna medida de este tiempo, ninguna limitación a su empleo, ni bajo la forma de horarios como es el caso en los contratos de trabajo clásicos, ya sean salariales o no, ni bajo la forma de medición monetaria del trabajo de la esposa.

<sup>79</sup> Para Guillaumin (2014) esta situação de apropriação do tempo e da individualidade das mulheres é caracterizada como sexagem em analogia aos termos de servidão e escravidão. " Nas relações de sexagem, as expressões particulares dessa relação de apropriação são: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros

apropriação de suas subjetividades por meio da abnegação de seus desejos em prol dos interesses de filhos/as e marido.

Seus gestos [dos familiares], suas ações, mantêm a mãe-esposa-filha-cunhada sob a esfera de sua influência. Cada um dos gestos destes indivíduos está cheio de sentido para ela e modifica sua própria vida a cada instante: uma necessidade, uma queda, uma solicitação, uma acrobacia, uma partida, um sofrimento, a obrigam a mudar de atividade, a intervir, a preocupar-se com o que tem que fazer imediatamente, em uns minutos, a tal hora, esta noite, antes de tal hora, antes de partir, antes que x venha. Cada segundo de seu tempo ela é absorvida por outras individualidades, distanciando-se das outras atividades que estava realizando no momento<sup>80</sup> (GUILLLAUMIN, 2005, p. 36-37, tradução nossa).

Além destes aspectos, apontamos para a reflexão do fato de que as profissões consideradas predominantemente “femininas” não apresentam o mesmo status de reconhecimento e remuneração que as consideradas do campo masculino. As distintas configurações do processo de exploração e desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres são postas por Yannoulas (2013).

A autora aponta uma distinção entre feminização e feminilização, trazendo uma abordagem dos significados quantitativos e qualitativos sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em sua caracterização define a feminilização como o “aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão” (p.37), e “feminização propriamente dita” com um significado qualitativo relacionado “às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação” (p.37-38).

Desta forma, concordamos com Yannoulas (2013) na observação de que o diálogo sobre divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres no mercado de trabalho não deve ser posto apenas de maneira quantitativa uma vez que a inserção

---

inválidos do grupo (inválidos por idade – bebês, crianças, velhos – ou doentes e deficientes), bem como os membros válidos do sexo macho”. (p.34-35).

<sup>80</sup> Sus gestos [dos familiares], sus acciones mantienen a la madre-esposa-hija-cuñada bajo su esfera de influencia. Cada uno de los gestos de estos individuos está lleno de sentido para ella y modifica su propia vida a cada instante: una necesidad, una caída, una solicitud, una acrobacia, una partida, un sufrimiento, la obligan a cambiar de actividad, a intervenir, a preocuparse por lo que hay que hacer inmediatamente, en unos minutos, a tal hora, esta noche, antes de tal hora, antes de partir, antes que x venga. Cada segundo de su tiempo ella es absorbida por otras individualidades, apartada por otras actividades de la que estaba realizando en el momento.

das mulheres no mercado de trabalho, não altera, necessariamente, a condição de desigualdade e exploração vivenciado por elas, além das características e particularidades que configuram o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na sociedade. No que se refere ao mercado de trabalho voltamos a dialogar com Hartmann (1994) no seu entendimento de que

O mercado de trabalho perpetua a divisão doméstica do trabalho e vice-versa. Este processo é o resultado atual da contínua interação de dois sistemas engrenados: o capitalismo e o patriarcado. O patriarcado, longe de ter sido derrotado pelo capitalismo, conserva-se muito viril: governa a forma que adota o capitalismo moderno da mesma maneira que o desenvolvimento do capitalismo tem transformado as instituições patriarcais. O ajuste mútuo entre o patriarcado e o capitalismo tem criado para as mulheres um círculo vicioso<sup>81</sup> (p.258, tradução nossa).

Concordamos com a análise da autora em relação a sua apresentação da divisão sexual do trabalho como um ponto de entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo. Tal entrelaçamento se expressa não apenas na divisão sexual do trabalho, mas nas próprias vivências cotidianas, nos âmbitos públicos e privados.

A situação de precarização, exploração e apropriação do trabalho das mulheres carrega elementos históricos que expressam intensidades diferenciadas de acordo com o tempo e a formação social. No entanto, mesmo com estas distinções podemos afirmar que as mulheres historicamente se encontraram em situações de maior pauperização em relação ao homem, mesmo inseridas na mesma classe social.

### 3.3 - CRISE CAPITALISTA, AJUSTES ESTRUTURAIS E A SITUAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES.

As crises capitalistas são constitutivas do modo de produção do Capital como relação econômica e social pautada na exploração do trabalho, na mercantilização dos bens de consumo e da própria vida humana, visando à acumulação capitalista.

---

<sup>81</sup> El mercado de trabajo perpetúa la división doméstica del trabajo y viceversa. Este proceso es el resultado actual de la continua interacción de dos sistemas engranados: el capitalismo y el patriarcado. El patriarcado lejos de haber sido derrotado por el capitalismo, se conserva muy viril: gobierna la forma que adopta el capitalismo moderno de la misma manera como el desarrollo del capitalismo ha transformado las instituciones patriarcales. El ajuste mutuo entre el patriarcado y el capitalismo ha creado para las mujeres un círculo vicioso.

São crises orgânicas e estruturais de desenvolvimento cíclico<sup>82</sup>. No entanto, tais crises apresentam características particulares de acordo com o período histórico em que se situam.

Desta forma, as crises que antes eram mais ou menos localizadas ganham dimensões mundiais. Concordamos com Behring (2010) de que a crise não é uma disfunção ou um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital.

A crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (NETTO & BRAZ, 2007, p.157).

Também apontamos em concordância com Salvador (2010, p.38) que “a crise é resultado de um conjunto complexo de elementos, não podendo ser reduzida a uma única causa, como a superprodução ou subconsumo”. Igualmente afetam todas as dimensões das relações sociais na sociedade, tendo como consequência imediata, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, como resultado das respostas das instituições de mercado e do Estado na busca de sua realocação.

Todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade. E estas dimensões, por sua vez, retornam sobre a crise material estabelecendo-se um processo reflexivo em que todas elas interferem tanto na matriz como entre si (TONET, 2009, p.109).

Neste contexto, acontece a degradação dos serviços públicos por meio da acentuação dos processos de sucateamento e privatização. Para Behring (2009, p. 76) “há uma mercantilização e transformação de políticas sociais em negócios”, o

---

<sup>82</sup> Nossa exposição sobre crise do capital está baseada nas obras de Behring (2009); (2010), Boschetti (2010); Motta (2008); (2009), Netto (2007), Salvador (2010), Meszáros (2002) e Tonet (2009).



que de acordo com ela, citando Mandel (1982) expressa o processo mais amplo de supercapitalização.

Situamos então, que as respostas dadas pelo Estado às expressões da Questão Social, no período de crise e ajuste estrutural vão em contramão à situação de desemprego e de aumento da pauperização recorrentes a este período. Há uma contínua desproteção à classe trabalhadora e uma transformação de cidadão de direitos em cidadão consumidor, como preconiza Motta (2008).

Assim, as políticas sociais, neste período, como respostas ao agravamento das expressões da Questão Social acontecem de forma focalizada, com ênfase na privatização e particularmente, nas últimas décadas, na área da assistência social, por meio do estabelecimento de Programas de transferência de renda<sup>83</sup> o que está diretamente relacionada à economia de mercado. No âmbito das relações de trabalho temos o aumento dos processos de precarização e de perdas de direitos trabalhistas.

Hoje a tendência mundial é de aumento da terceirização, informalidade, prestação de serviços precarizados, com frágil regulação econômica e social pelo Estado, destruição dos postos de trabalho, menos empregos na indústria e na agricultura e manutenção ou leve crescimento no setor de serviços. O crescimento deste último vem se dando pela instituição de programas sociais na perspectiva focalizada de combate à “pobreza absoluta”, orientados pelos organismos internacionais (BOSCHETTI, 2010, p. 82-83).

Estas orientações estão inseridas nos receituários impostos aos países de capitalismo dependente, como parte das políticas de ajustes estruturais. Tais ajustes são diretrizes econômicas e políticas de governo que seguem os princípios do neoliberalismo. De acordo com Franch, Batista e Camurça (2001), as principais medidas que conformam as políticas de ajuste são: desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público de serviços, reforma do Estado, flexibilização do mercado de trabalho e estabilização monetária.

Deve-se considerar, ainda, que a flexibilização tem piores consequências quando acontece em contextos como o brasileiro, em que a maioria da população vivia do mercado informal mesmo antes da implementação das políticas de ajuste.

---

<sup>83</sup> Para uma leitura mais detalhada sobre o tema ver Stein (2008).

Nesses casos, a flexibilização mantém e amplia o mercado informal e o emprego precário (SANTOS, 2012).

Para Hirata (2008) “o contingente de trabalhadoras informais é uma das grandes diferenças entre os países do Norte e do Sul, sendo que o Estado-Social, o Estado-Providência, inexistiu ou existiu de forma extremamente precário nos diferentes países do sul” (p.25). Portanto, um dos vetores pelo qual se expressa a precarização do trabalho é a falta de proteção social e de direitos sociais entre eles destacamos como um dos mais emblemáticos a falta de acesso à previdência social.

Desta forma as mulheres são as que mais trabalham e as que têm menos direitos<sup>84</sup>. Para além da sobrecarga do trabalho doméstico, do cuidado dos familiares, por trabalharem em sua maioria em setores informais não tem férias o que gera maior desgaste físico e emocional. De acordo com Camurça (2008) dos 40 milhões de pessoas que viviam na informalidade no Brasil, na época da pesquisa, 70% eram mulheres, “dentre elas sobretudo as mulheres mais pobres e da população negra” (p.154).

A desproteção social para as mulheres significa a violação dos direitos humanos, uma vez que rompe com qualquer noção de solidariedade social para com este grupo populacional. Para uma mulher, estar sem proteção social implica que, se adoecer e não puder trabalhar, não receberá qualquer auxílio doença por parte do Estado. Se der à luz, não terá licença remunerada de 120 dias. Se ficar inválida, não receberá pensão por invalidez. (...). Em outras palavras, a maioria das mulheres brasileiras é obrigada a trabalhar até o limite de suas forças, durante toda a vida, estando ou não, total ou parcialmente, de forma permanente ou temporária, impedida de trabalhar (CAMURÇA, 2008, p.154).

A autora cita como exemplo de trabalhadoras que vivenciam esta situação, as manicures, as catadoras de lixo, todas as ambulantes da rua, as costureiras etc. Inclui-se também nesta situação muitas trabalhadoras domésticas que apesar do estabelecimento de seus direitos ainda vivenciam situações de trabalho sem proteção social a exemplo das diaristas. Desta forma, apontamos concordando com Camurça (2008) que a conquista de direitos por parte das mulheres não atinge a todas, da mesma forma que ter regulamentado determinados direitos trabalhistas não implica em sua efetivação para a classe trabalhadora.

---

<sup>84</sup> O movimento feminista expressa esta situação na frase “Nós mulheres, trabalhamos demais e temos direitos de menos”.

Como um dos vetores frutos do desencadeamento da ausência de políticas públicas decorrentes do ajuste estrutural atentamos para o fato de que “em alguns países a insegurança e a precarização das condições de vida que acompanham o Ajuste tem como resultado o alargamento dos grupos de solidariedade” (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001 p.55).

Temos então a ampliação e criação de grupos de auto-ajuda e religiosos pautado na ideologia que reforça os valores da sociabilidade capitalista. Neste contexto, a busca das respostas às crises, por parte da classe trabalhadora, tem sido muitas vezes um movimento individual e não por meio de articulações coletivas, o que reforça uma perspectiva de intolerância e fundamentalismos. Apontamos também para o aumento do índice de depressão e suicídios. Situamos ainda que

Um dos principais efeitos das políticas de ajuste estrutural é o aumento das funções e responsabilidades da família, ao mesmo tempo que o Estado vai progressivamente abandonando suas atribuições. Os cortes nas políticas sociais, principalmente na área da saúde e na previdência, forçam as famílias a absorverem esses custos para si, o que tem um impacto bastante negativo entre as camadas mais pobres da população (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001 p.52).

De acordo com as autoras, o aumento das funções postas à família implica diretamente na sobrecarga de trabalho das mulheres uma vez que são elas as principais responsáveis pelos cuidados dos doentes, quando faltam hospitais, que cuidam das crianças, na ausência de creches e as que são convocadas a trabalharem voluntariamente na ausência de serviços públicos. Desta forma as políticas de ajuste estruturais afetam diretamente a classe trabalhadora e de forma mais incisiva a vida das mulheres. Dentro deste entendimento Moser (1991) explicita que

Com a provisão do Estado, cada vez mais inadequada, na área de moradia e serviços básicos como água e saúde, as mulheres não são somente as que mais sofrem, mas também quem assume a responsabilidade da distribuição dos escassos recursos para assegurar a sobrevivência do lar<sup>85</sup> (MOSER, 1991, p.61-62, tradução nossa).

---

<sup>85</sup> Con la cada vez más inadecuada provisión del Estado en materia de vivienda y servicios básicos como agua y salud, las mujeres no son sólo quienes más sufren, sino quienes deben asumir la responsabilidad de la distribución de los escasos recursos para asegurar la supervivencia de su hogar.

Esta relação de administração de recursos escassos ou inexistentes gera não apenas sobrecarga de trabalho para as mulheres, mas também processos de adoecimentos, dado os limites impostos pela falta de condições objetivas do atendimento das demandas cotidianas.

Há ainda, em muitos casos, a culpabilização das mulheres pela sua própria condição de pauperização, e sob tal culpabilização nega-se, por exemplo, a autonomia das mesmas na decisão sobre a quantidade de filhos que planejam ou responsabilizam-nas individualmente pelas condições de trabalho em que estão inseridas sob os argumentos de que não quiseram estudar para melhorar as condições de vida<sup>86</sup> ou aceitar determinados tipos de trabalho.

Retomando a discussão sobre os efeitos da crise estrutural e seus ajustes para a vida das mulheres, para além do aumento da responsabilidade das mesmas assumindo atividades na ausência de serviços do Estado há também nesta relação entre crise capitalista e papel do Estado uma reconfiguração das políticas públicas o que afeta diretamente também a situação de emprego das mulheres<sup>87</sup> como ressalta Dias (2010) uma vez que aponta o Estado como principal empregador formal das mulheres, a exemplo do Brasil.

É no espaço da administração pública que as mulheres também têm maior probabilidade de atingir posições mais elevadas na carreira, em comparação ao setor privado. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007). Desta forma, a crise que afeta e redimensiona as funções do Estado nas políticas públicas, principalmente com o aumento das privatizações afeta diretamente a situação de instabilidade do trabalho da classe trabalhadora e de forma mais acentuada a situação de precarização do trabalho das mulheres.

Para finalizar este capítulo, consideramos importante situar o debate sobre a divisão sexual do trabalho e as situações de precarização e barbárie vivenciadas

---

<sup>86</sup> Para a classe trabalhadora o acesso à educação ainda é um dos meios que se almeja como forma de superação da situação de pauperização que a mesma vivencia.

<sup>87</sup> Na América Latina a taxa de desocupação das mulheres aumentou de maneira significativa em 2015. Os dados da OIT (2015) apontam que tal taxa se elevou para 8,2% em comparação a taxa de 5,9% para homens. Em termos absolutos isso significa 900 mil mulheres desocupadas em toda a região. Sem contar as que tem ocupações totalmente precarizadas e sem acesso a quaisquer direitos trabalhistas.

pelas mulheres, que estas, apesar do apelo, feito pela ideologia capitalista a respostas individuais, a competição e ao individualismo, têm se organizado politicamente em diferentes instâncias. É esta organização política das mulheres que dá visibilidade a suas lutas e que gesta um movimento de busca de superação de tais desigualdades.



Diego Rivera

La prensa, los libros, las teorías tienden a crear la percepción no discutida de que el mundo está formado por un conjunto de naciones libres e independientes, de la misma manera que nos hacen creer que la sociedad es una suma de individuos. Romper esa percepción del mundo exige no solo un esfuerzo ideológico sino un esfuerzo teórico, científico, capaz de superar la apariencia inmediata de los fenómenos. (THEOTÔNIO DOS SANTOS, 2011).

#### 4.1 – EXPANSÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA<sup>88</sup>

Estamos vivenciando, de forma cada vez mais intensa, as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista desde o período que Hobsbawn (2005) denominou de a Era do Capital e a qual Polanyi (1980) define como “A grande transformação”. Uma transformação que se desencadeou no processo de mercantilização das relações sociais, de misticismo, de violência, de reificação e de banalização da vida humana.

Contraditoriamente ao aumento da produção, ao acúmulo de mercadorias e ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, que poderia garantir o aumento das capacidades humanas, a superação da fome e a socialização de conhecimentos, temos um contexto de concentração de renda, de extrema pobreza e um aviltamento social no que se refere ao acesso aos bens e conhecimentos produzidos pela humanidade.

Este período é caracterizado pelo “maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que ele representou, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo” (Hobsbawn, 2005, p. 21). Uma razão instrumental e uma ciência, em sua grande parte, voltada à produção de lucros, a busca por patentes e a meritocracia. Como nos aponta Coutinho (2010).

Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção de mundo. E por isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado na aparência fetichizada da realidade (p.36).

Esta aparência fetichizada da realidade é posta por meio do processo de naturalização das relações econômicas, das desigualdades e dos valores inerentes

---

<sup>88</sup> Não é nosso objetivo neste tópico traçar um debate conceitual sobre a teoria da dependência em suas distintas vertentes com as argumentações de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos em contraposição as ideias postas por Fernando Henrique Cardoso e pela Cepal. Nossa proposta é tão somente situar as características que perpassam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina em sua caracterização como economia dependente frente à expansão do capital em nível mundial.

ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Portanto, a mundialização das relações econômicas implica também na socialização de seus valores por meio da ideologia dominante, repassadas pelos aparelhos ideológicos que lhes dão sustentabilidade.

A socialização de tais valores gera um processo de padronização tanto da produção, quanto do modo de vida das distintas nações no que se refere a hábitos de alimentação, lazer, nas relações familiares, de moradia<sup>89</sup>, de trabalho, etc. Desta forma, sob o viés de modernização e integração a sociabilidade vai sendo modelada de acordo com um padrão externo que, muitas vezes, distancia-se da realidade concreta vivenciada pela maioria da população em seus países e regiões. Chesnais (1994), dialogando sobre este processo, na particularidade da dinâmica de financeirização e das empresas multinacionais aponta que:

Ao se organizarem para produzir mercadorias cada vez mais padronizadas, sob forma de telenovelas, filmes de nova geração hollywoodiana, vídeos, discos e fitas musicais, e para distribuí-los em escala planetária, explorando as novas tecnologias de telecomunicações por satélite e por cabo, essas indústrias tiveram, ao mesmo tempo, um papel importante em reforçar o nivelamento da cultura e, com isso, a homogeneização da demanda a ser atendida a nível mundial (CHESNAIS, 1994, p.40-41).

Concordamos com Netto e Braz (2007, p.85) na afirmação de que “nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais” no processo de mercantilização desde artefatos materiais a cuidados

---

<sup>89</sup> Como aponta Leiva (2008) em seu trabalho sobre Economia Mundial e as limitações da reprodução econômica na América Latina, “Em muitas cidades da América Latina e do Caribe se observa o desenvolvimento de grandes e exclusivas zonas residenciais. Também, em vários países da região tem se desenvolvido grandes complexos turísticos. O desenvolvimento de ambas inversões em construção na modalidade atual de funcionamento do capitalismo tem estado orientado a satisfação da necessidade dos setores empresariais e das grandes empresas, assim como dos novos grupos empresariais, produto do processo de contratação e subcontratação” (p.33, tradução nossa).

“En muchas ciudades de América Latina y el Caribe se observa el desarrollo de grandes y exclusivas zonas residenciales. También, en varios países de la región, se han desarrollado grandes complejos turísticos. El desarrollo de ambas inversiones en construcción en la modalidad actual de funcionamiento del capitalismo ha estado orientado a satisfacer las necesidades de los sectores empresariales de las grandes empresas, así como de los nuevos grupos empresariales, producto del proceso de contratación y subcontratación”.



humanos. Tal desenvolvimento acontece de forma hierarquizada e desigual, na estruturação entre as economias dominantes e as economias dominadas. Para Salama e Valier (1975) essa estruturação é resultado das condições históricas do desenvolvimento do sistema capitalista que os autores caracterizam como desigual e combinado.

Afirmar que o desenvolvimento, notadamente entre países capitalistas avançados e coloniais e semicoloniais, é não apenas desigual, mas combinado, significa dizer que a constante pressão econômica e política exercida pelos países capitalistas avançados obriga os países atrasados a caminharem por saltos, a atingirem de um só golpe as técnicas mais avançadas. Surge assim um tipo combinado de desenvolvimento: combinação de traços de atraso e das mais avançadas técnicas mundiais (SALAMA;VALIER, 1975, p. 157).

Sob este prisma visualizamos o contraste tanto entre os países denominados centrais em relação aos periféricos ou o que se denominou de economias emergentes, quanto em relação às desigualdades econômicas, sociais e políticas no interior de cada país. Este processo de desenvolvimento e avanço do capital em sua mundialização gerou tanto a desnacionalização de empresas por meio das privatizações como a apropriação dos recursos naturais dos países considerados em desenvolvimento a exemplo da América Latina.

É uma forma de desenvolvimento que devasta e que utiliza a tecnologia para ampliar as mais diversas maneiras de exploração da natureza e de homens e mulheres. Nesta relação entre traços de atraso e de avançadas técnicas mundiais a classe trabalhadora é a mais implicada tanto na precarização de suas próprias condições de trabalho, apesar do implemento de tecnologia, como vimos no capítulo passado, quanto no acesso aos meios para sua subsistência. Esta situação de precarização das condições de trabalho e de superexploração da classe trabalhadora é um traço presente durante todo o processo de constituição do capitalismo na América Latina, como fruto da expansão do capital.

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização ocidental”, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a “Conquista” – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. A razão dessa persistência é

a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos (FERNANDES, 1975, p.11).

Esta dominação externa e de capitalismo dependente<sup>90</sup> é caracterizada por Fernandes (1975) em quatro formas as quais foram, de acordo com ele, construídas sob os requisitos econômicos, culturais e políticos do chamado “antigo sistema colonial”. São elas: o padrão de exploração colonial, “inerente ao sistema político e legal de dominação externa” (p.13); o segundo tipo de dominação externa, surge “como produto da desagregação do antigo sistema colonial” caracterizado como neocolonialismo em que a dominação externa tornou-se amplamente indireta e que as elites locais “preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial” (p.15-16).

O terceiro tipo de dominação externa, caracterizado por Fernandes (1975) é desenvolvido em decorrência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa onde o neocolonialismo “foi uma fonte de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial” (p.16). Nesta etapa, para ele, a dominação externa tornou-se imperialista e “o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina” (p.16).

---

<sup>90</sup> “La dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes. Los países dominantes disponen así de un predominio tecnológico, comercial, de capital y sociopolítico sobre los países dependientes (con predominio de algunos de esos aspectos en los diversos momentos históricos) que les permite imponerles condiciones de explotación y extraerles parte de los excedentes producidos interiormente. La dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial” (SANTOS, 2011, p. 361-362)

O quarto tipo de dominação externa é denominado por Fernandes (1975) de imperialismo total que surge com a expansão de grandes empresas corporativas nos países da América Latina e trazem um novo estilo de organização e padrão de planejamento da produção. Este padrão avassalador se apodera das empresas locais a partir de distintos mecanismos.

O traço específico do **imperialismo total** consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como nos outros três períodos, a implementação de mudanças é feita por pessoal estrangeiro, transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro. Terceiro, ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia, o subdesenvolvimento e suas consequências (FERNANDES, 1975, p.18-19).

Sobre a forma de organização interna voltada para a continuidade da dependência esta é uma situação que demonstra nitidamente também o papel do Estado e o interesse das burguesias locais em detrimento da autonomia nacional. Exemplo do papel do Estado na abertura para as empresas internacionais em território local são os incentivos dados via isenção de impostos e de diversas concessões para instalação das multinacionais sobre o argumento de que tais empresas trariam ampliação de oferta de trabalho para a população. Nos momentos de crise do capital é também o Estado quem presta socorro as empresas capitalistas em detrimento de melhorias das condições de vida da classe trabalhadora.

Outra expressão do papel do Estado no desenvolvimento da Economia mundial pode ser visualizada nos pagamentos da considerada dívida pública<sup>91</sup>, ou somente dos juros da mesma. Tais dívidas, na América latina, com exceção da

---

<sup>91</sup> De acordo com Brettas (2012) “A dívida pública sempre teve uma importância fundamental na dinâmica de acumulação capitalista. Desde o período da acumulação primitiva do capital, ela assume um papel de destaque, embora possua contornos diferenciados ao longo do processo de consolidação desse modo de produção”. (p.93).

Venezuela, como aponta Galeano (1988), foram contraídas por ditaduras militares para expansão de empresas capitalistas em âmbito regional, por isso seu pagamento “é incompatível com a democratização” apesar de se respaldar nos chamados acordos democráticos.

As operações agiotas encarceravam os países livres. Em meados do século XIX, o serviço da dívida externa absorvia já quase 40% do orçamento do Brasil, e o panorama era semelhante por todas as partes. As ferrovias também eram parte decisiva da jaula de ferro da dependência: estenderam a influência imperialista, já em plena época do capitalismo dos monopólios, até as retaguardas das economias coloniais. Muitos dos empréstimos se destinavam a financiar ferrovias para facilitar o embarque ao exterior dos minerais e alimentos. As vias férreas não constituíam uma rede destinada a unir as diversas regiões interiores entre si, mas conectava os centros de produção com os postos (GALEANO, 1988, p. 215-216).

O desenvolvimento do mercado local, assim como as melhorias do mesmo estava voltado para o comércio no exterior e para as importações. Nas economias dependentes, portanto, a superexploração beneficia as artimanhas do capitalismo em sua fase imperialista e não houve superação desta situação até a década atual. Sobre a dívida “pública” não se trata de conceder um tratamento técnico e contábil, como o querem fazer os credores, mas de conhecer como a mesma foi adquirida e para quem (GALEANO, 1988).

É o pagamento da dívida externa um dos fatores que debilita o investimento governamental nas políticas públicas<sup>92</sup>, via desvios regulamentados de recursos. Sobre esta situação, como forma de expressar a dimensão da dívida Galeano apontava já na década de 1980 a seguinte situação:

Na Argentina o total da dívida externa por habitante subiu de 981 dólares em 1980 para 1.827 em 1987; no Brasil passou de 454 para 876 nos mesmos anos; no Chile de 999 para 1.699; no México de 719 para 1.317; no Uruguai de 742 para 1.412 e na Venezuela de 1.803 para 1.996 (GALEANO, 1988, p.32).

---

<sup>92</sup> “A ampliação da dívida em espiral contribui para legitimar todo um conjunto de medidas que envolve a privatização e a retirada de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, dentre outros, como forma de “sanear as contas públicas” e “equilibrar o orçamento”. E assim, em nome da necessidade de pagar a dívida, todo um arsenal de mudanças, que contribuem também para alimentar a lucratividade do capital, ganha ares de benefício para toda a coletividade, universalizando interesses que são, na verdade, exclusivos à grande burguesia”. (BRETTAS, 2012, p.112).

Atualmente, de acordo com a Cepal, no documento sobre o Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe, o Brasil é o país da América Latina com a dívida pública mais elevada, representando 62% do PIB em 2014, seguido por El Salvador (46%), Uruguai (44%), Colômbia (43%), Costa Rica (42%), Argentina (40%) e México (39%).

Juntamente a esta situação de endividamento vem receituários que tais países precisam cumprir para manter seus compromissos com as Instituições Internacionais e garantir o que denominam por governabilidade. Tais receituários, de direcionamento político, econômico e social mantem a hierarquia entre as economias consideradas desenvolvidas e as economias dependentes chamadas em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Este capitalismo dependente gera, portanto, não somente o “subdesenvolvimento econômico”, mas também o “subdesenvolvimento social, cultural e político” conforme é descrito por Fernandes (1975). Exemplos destas formas de subdesenvolvimento é a importação e valorização da cultura externa europeia em detrimento da cultura local, seja nas artes ou na alimentação, lazer, etc; o direcionamento das políticas educacionais e sociais pautadas a partir de receituários de Organismos Internacionais; a interferência no direcionamento político e democrático dos países da América Latina via apoio externo a ditaduras por meio de golpes militares e políticos.

A continuidade e a constante renovação dos vínculos de subordinação ao exterior e da satelitização dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos não se impõe colonialmente; mas graças a uma modalidade altamente complexa de articulação (parcialmente espontânea, parcialmente programada, orientada e controlada) entre economias, sociedades e culturas com desenvolvimento desigual, embora pertencentes à mesma civilização. As duas faces dessa modalidade de articulação são o “imperialismo econômico” e o “capitalismo dependente”, os dois frutos mais importantes do capitalismo maduro em escala internacional (FERNANDES, 1975, p.59).

O desenvolvimento desigual não se dá, portanto, em uma linearidade por imposição direta ou simplesmente pelo atraso do desenvolvimento de relações econômicas capitalistas, mas por uma articulação do próprio desenvolvimento do Capital entre as burguesias locais e internacionais. Sobre a forma de desenvolvimento do imperialismo frente à dependência dos países latino-

americanos, Santos (2011) suscita a existência de duas maneiras fundamentalmente opostas de analisar a situação.

Uma primeira análise, de perspectiva burguesa, aponta a situação dos países dependentes como consequência de seus atrasos no ingresso ao capitalismo, como sinônimo de ausência de desenvolvimento e a outra “vê o subdesenvolvimento como consequência de uma situação histórica de submissão econômica e política, fruto do caráter desigual e combinado do capitalismo<sup>93</sup>” (SANTOS, 2011, p.63, tradução nossa). Nos situamos, assim como o autor, sob a perspectiva desta última análise.

Este caráter desigual e combinado do capitalismo já é segundo Santos (2011) a formulação da contradição principal do imperialismo contemporâneo que se expressa na necessidade de um “centro hegemônico que imponha e centralize uma diversidade muito grande de ritmos de crescimentos regionais<sup>94</sup>” (p.105, tradução nossa).

Em suma, dentro deste sistema capitalista mundial, o subdesenvolvimento dos países dependentes tende a acentuar-se historicamente, levando a uma reprodução ampliada (com crescimento econômico, portanto) que não rompe a característica de ser uma economia dependente. Sua reprodução assume esta forma porque são objeto de uma constante superexploração que lhes impede de dar saltos dialéticos significativos sem cair imediatamente em uma etapa superior de superexploração<sup>95</sup> (SANTOS, 2011, p.106, tradução nossa).

Portanto, o desenvolvimento econômico das economias dependentes é moldado pelo processo de ampliação do capitalismo em nível mundial e expressa suas contradições mais exacerbadas. Desta forma, conforme aponta Fernandes (1975) o “subdesenvolvimento econômico” não envolve somente a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas, “promove a modernização limitada

---

<sup>93</sup> “La otra ve el subdesarrollo como consecuencia de una situación histórica de sumisión económica y política, fruto del carácter desigual y combinado del capitalismo”. (SANTOS, 2011, P.63).

<sup>94</sup> “El hecho de que necesite un centro hegemónico que imponga y centralice una diversidad muy grande de ritmos de crecimiento regionales revela, desde el inicio, su carácter desigual y combinado”. (p.105).

<sup>95</sup> En suma, dentro de este sistema capitalista mundial, el subdesarrollo de los países dependientes tiende a acentuarse históricamente, llevando a una reproducción ampliada (con crecimiento económico, por lo tanto) que no rompe la característica de ser una economía dependiente. Su reproducción asume esta forma porque son objeto de una constante superexplotación que les impide dar saltos dialéticos significativos sin caer inmediatamente en una etapa superior de superexplotación. ( SANTOS, 2011, p.106).

ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida” (p.64).

Outro exemplo desta forma de relação de dependência se dá pela produção e exportação de mercadorias semiartesanais e matérias primas e importação de produtos industrializados. O desenvolvimento desta produção com tecnologias relativamente atrasadas e condições precárias de trabalho entra em contraste com o domínio e utilização de tecnologia de ponta utilizada na produção em países como os Estados Unidos (SANTOS, 2011).

Esta situação é característica do desenvolvimento do capital imperialista, expressa em distintas contradições ocasionando, de acordo com Santos (2011) uma combinação histórica de três grandes processos nos países dependentes, sendo eles: o processo de destruição da ordem dependente exportador agrário e mineiro; a emergência do processo de industrialização dependente “baseado na combinação do capital nacional e internacional” (p.115) e o processo de reorientação da industrialização do mercado interno para o setor externo “que conduz a adequação da dita industrialização a nova divisão internacional do trabalho”.

Em todos esses casos há dois agentes principais que disputam a hegemonia e a orientação das decisões imediatas: a grande empresa internacional e o capitalismo de Estado. Mas, o marco destas contradições está dado pelos três processos descritos. A maior ou menor importância relativa de um ou outro setor determinará regimes políticos distintos. A hegemonia do grande capital leva a um regime abertamente reacionário, onde o capitalismo de Estado cumpre o papel de facilitar a centralização e acumulação do capital privado internacional. A hegemonia do capitalismo de Estado leva a um regime progressista onde este tenta submeter o grande capital internacional as condições por ele impostas<sup>96</sup> (SANTOS, 2011, p.116)

Esta segunda forma de hegemonia é utópica, como assinala o próprio autor, uma vez que “o capitalismo de Estado não tem uma independência econômica que

---

<sup>96</sup> En todos estos casos hay dos agentes principales que se disputan la hegemonía y la orientación de las decisiones inmediatas: la gran empresa internacional y el capitalismo de Estado. Pero el marco de estas confrontaciones está dado por los tres procesos descritos. La mayor o menor importancia relativa de uno u otro sector determinará regímenes políticos distintos. La hegemonía del gran capital lleva a un régimen abiertamente reaccionario como en Brasil, donde el capitalismo de Estado cumple el rol de facilitar la centralización y la acumulación del capital privado internacional. La hegemonía del capitalismo de Estado lleva a un régimen progresista como en el caso de Perú, donde este intenta someter al gran capital internacional a las condiciones por él impuestas.

lhe permita definir por si só um regime econômico” (SANTOS, 2011, p.116), assim como a relação de dependência não é possível ser compreendida sem inseri-la em um quadro mais global da conceituação e entendimento sobre a forma de desenvolvimento do capital imperialista<sup>97</sup>.

Desta forma, o debate crítico conceitual sobre capitalismo dependente deve voltar-se para o entendimento das dimensões históricas e contraditórias do desenvolvimento e expansão do capital e como tal desenvolvimento se expressa na caracterização e correlação de forças políticas e econômicas entre as distintas economias capitalistas.

#### 4.2 – GLOBALIZAÇÃO X MUNDIALIZAÇÃO: DIMENSÃO HISTÓRICA E APROFUNDAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE AS FORMAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL.

Analisamos aqui a expansão do capital a partir do modo como se expande as relações econômicas capitalistas e como as mesmas se expressam na constituição de grandes empresas multinacionais e na concentração cada vez maior da riqueza em poucas mãos. De acordo com Santos (2011), é somente na segunda metade do século XIX que se dá o surgimento de empresas capitalistas que exercem importantes atividades no exterior, particularmente nas colônias.

“Neste período, se criaram novas formas de repartição do mercado internacional através de acordos comerciais e carteis entre as grandes empresas monopólicas<sup>98</sup>” (SANTOS, 2011, p.122, tradução nossa). Há também neste período a expansão de inversões ao exterior, no entanto, do montante global das inversões externas somente uma parte muito pequena assumia a forma de inversão direta que caracteriza atualmente a economia mundial.

As empresas no exterior propriamente não integravam a estrutura orgânica da firma matriz, eram apenas unidades empresariais autônomas. As vendas destas empresas se realizavam fundamentalmente no mercado do país de sua matriz ou nos demais países desenvolvidos. Estas vendas e negócios raramente

---

<sup>97</sup> Para Santos (2011) “Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su mejoría y reformulación”. (p.399).

<sup>98</sup> En este período, se crean nuevas formas de repartición del mercado internacional a través de acuerdos comerciales y cárteles entre las grandes empresas monopólicas.



constituíam a atividade substancial da empresa; em geral tinha o caráter de complementação. Quando cumpriam um papel significativo, este se devia fundamentalmente a importância estratégica da matéria prima consumida pela empresa. Podemos dizer que em seu conjunto os negócios no exterior tinham um papel secundário na vida dessas empresas, o que se refletia no percentual que representavam em seus lucros, vendas e inversões<sup>99</sup> (SANTOS, 2011, p. 123, tradução nossa).

O processo de expansão e consolidação de empresas multinacionais no exterior está ligado, conforme aponta Santos (2011), à tendência intrínseca de acumulação capitalista na internacionalização do capital, portanto, tais corporações se apresentam como células do imperialismo contemporâneo e estão totalmente conectadas ao fenômeno da concentração e do monopólio. Para o autor, as multinacionais se distinguem de outros tipos de empresas porque as atividades que realizam no exterior não cumprem um papel secundário ou complementar no conjunto de suas ações, mas representa uma porcentagem essencial de suas vendas inversões e lucros, assim como condicionam sua própria estrutura de organização administrativa.

Os interesses do grande capital são o fator determinante do funcionamento da grande empresa multinacional. Esses interesses nascem da estrutura econômica dos países dominantes, e particularmente da potência hegemônica no sistema internacional. Esta estrutura está profundamente entrelaçada com a economia internacional que ela hegemoniza. Por outro lado, a empresa multinacional conforma uma unidade econômica em certa medida autônoma da economia dominante. Os interesses do conjunto de suas operações internacionais determinam seu comportamento mais imediato e criam uma estrutura de relações celulares que, ainda que estejam determinadas pela estrutura internacional capitalista, formam uma rede de relações básicas sobre a qual se ergue esta estrutura. No seio da corporação multinacional se mesclam e buscam conciliar-se os interesses contraditórios gerados por estas três ordens estruturais: a economia local, a economia dominante e a empresa

---

<sup>99</sup> Las empresas en el exterior propiamente no integraban la estructura orgánica de la firma matriz, sino que eran unidades empresariales autónomas. Las ventas de estas empresas se realizaban fundamentalmente en el mercado del país de su casa matriz o en los demás países desarrollados. Esas ventas y negocios raramente constituían la actividad sustancial de la empresa; en general, tenían el carácter de complementarias. Cuando cumplían un papel significativo, este se debía fundamentalmente a la importancia estratégica de la materia prima consumida por la empresa. Podemos decir que, en su conjunto, los negocios en el exterior tenían un papel secundario en la vida de esas empresas, lo que se reflejaba en el porcentaje que representaban en sus ganancias, ventas e inversiones.

multinacional. A luta por conciliar as dinâmicas que orientam essas instâncias, no seio da economia internacional capitalista, supõe uma nova ordem de problemas, que se expressa através do conjunto de contradições que enfrenta a empresa multinacional<sup>100</sup> (SANTOS, 2011, p.151-152, tradução nossa).

Esta contradição de interesses entre a economia local da empresa e suas relações no âmbito internacional tem uma tendência sempre a priorizar a relação que gera mais lucro para os investimentos da mesma. Desta forma, não há empresas consideradas “nacionalistas” no sentido de priorizar ações e desenvolvimentos em âmbito local, como princípio. Tais ações quando são postas como prioridade refletem interesses, a exemplo de isenção de impostos locais a partir de ações de “cidadania” realizadas por suas Fundações.

As empresas multinacionais são, portanto, expressão do desenvolvimento do capital mundializado. Tem seus interesses e estratégias próprios, mas refletem a dinâmica da economia mundial. Sua busca por lucros em detrimento das condições de trabalho e da conservação do meio ambiente é um reflexo do desenvolvimento avassalador do capital e suas relações de exploração.

Expressão desta característica substancial das empresas multinacionais na busca incessante por lucros é a progressiva “capacidade de dominar a força de trabalho em nível internacional a preços muito mais baratos com apoios governamentais cada vez mais sólidos” e a anulação da oposição burguesa nacional nos países de economia dependente<sup>101</sup> (SANTOS, 2011, p.158).

---

<sup>100</sup> Los intereses del gran capital son el factor determinante del funcionamiento de la empresa multinacional. Esos intereses nacen de la estructura económica de los países dominantes, y particularmente de la potencia hegemónica en el sistema internacional. Esta estructura está profundamente entrelazada con la economía internacional que ella hegemoniza. Por otro lado, la empresa multinacional conforma una unidad económica en cierta medida autónoma de la economía dominante. Los intereses del conjunto de sus operaciones internacionales determinan su comportamiento más inmediato y crean una estructura de relaciones celulares que, si bien están determinadas por la estructura internacional capitalista, forman la red de relaciones básicas sobre la cual se yergue esta estructura. En el seno de la corporación multinacional se mezclan y buscan conciliarse los intereses contradictorios generados por estos tres órdenes estructurales: la economía local, la economía dominante y la empresa multinacional. La lucha por conciliar las dinámicas que orientan esas instancias, en el seno de la economía internacional capitalista, supone un nuevo orden de problemas, que se expresa a través del conjunto de contradicciones que enfrenta la empresa multinacional. (p.151-152)

<sup>101</sup> Finalmente, un efecto mucho más importante y sustancial: se genera progresivamente la capacidad de dominar la fuerza de trabajo en el nivel internacional, a precios mucho más baratos, con facilidades de comercialización, con capacidad instalada sin utilizar, con apoyos gubernamentales cada vez más sólidos a una política de desarrollo económico, basada en el capital extranjero, con la anulación de la oposición burguesa nacional que se logra particularmente en la década del 60 y con

Na particularidade das empresas subsidiárias, estas, como descreve Santos (2011), estão submetidas à dinâmica global da corporação, mesmo que também tenham que seguir as leis de proteção e desenvolvimento dos países onde operam, mas não há em hipótese alguma, por parte destas empresas, a defesa pela nacionalização da produção em seu conjunto uma vez que entraria em choque com os interesses da economia da matriz dominante.

Sobre a relação entre as empresas subsidiárias e matriz e o Investimento Estrangeiro Direto (IED), de acordo com relatório da Cepal (2016), em 2015 os fluxos de IED mundiais aumentaram 36%, alcançando o nível mais alto desde 2007. Tal crescimento é explicado “por uma intensa onda de fusões e aquisições transfronteiriças concentrada nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos”.

Ainda de acordo com o relatório, os fluxos de IED cresceram 90% para os países “desenvolvidos” em 2015 e na América Latina e Caribe estes evidenciaram uma queda de 10%. Tal queda é posta pela Cepal como uma perda do protagonismo deste continente como receptores de IED, embora apresente que comparada à proporção do Produto Interno Bruto (PIB) “as entradas de IED na região tenham se estabilizado numa média de longo prazo entre 3,5% e 3,7%” que varia de acordo com o desenvolvimento da economia em cada país.

De acordo com a Cepal, em economias maiores o IED tem um peso menor no PIB como no México que alcançou 2,5% em 2015, enquanto no Chile e Panamá este percentual chega a 10%. O Brasil continua sendo o principal receptor de IED acumulando 42% do total recebido pela região e os Estados Unidos continua sendo o principal investidor o que expressa seu papel hegemônico de país imperialista na era de mundialização do capital. Sobre esta última, concordamos com Chesnais (1994) na afirmação de que:

Quando se fala em mundialização do capital está-se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capital mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (p. 13).

---

la formación de una burocracia tecnocrática y militar, desarrollista, altamente identificada con esos objetivos del capital internacional. (SANTOS, 2011, p.158).

Explicitamos a mundialização do capital a partir do “processo global de produção capitalista” na busca desenfreada por lucros. Tal mundialização vem acompanhada de maior exploração da classe trabalhadora como implicações da divisão internacional do trabalho; de devastação da natureza e de ampliação dos valores capitalistas em escala global. Como aponta Marx (1980)

O comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante. De modo geral, atua nesse sentido, ao permitir que se amplie a escala de produção. [...]. Ademais, a expansão do comércio exterior, base do modo capitalista de produção em seus albores, torna-se, com o desenvolvimento do capitalismo, o próprio produto desse modo de produção impelido por necessidade interna e pela exigência de mercado cada vez maior (MARX, 1980, p.272).

Também apontamos o processo de mundialização do capital como estratégia do capitalismo na superação de suas crises cíclicas e na busca de expansão de seus mercados para ampliação da produção e venda de mercadorias. Situamos a contradição entre expansão de capitais e concentração de renda por meio do estabelecimento de grandes monopólios a exemplo da Empresa anglo-holandesa Uniliver.

A empresa está presente em 190 países dos continentes africano, América do Norte e Sul, Ásia e Europa. Somente em nível do Brasil tal empresa atende com 700 produtos de 25 marcas. Mundialmente chega a concentrar 400 marcas distintas “14 das quais capazes de gerar mais de um bilhão de euros em vendas por ano”<sup>102</sup>.

No entanto, apesar desta expansão e dos lucros obtidos por empresas deste tipo, os bancos<sup>103</sup> continuam sendo as maiores companhias de capital aberto do

---

<sup>102</sup> [www.uniliver.com.br](http://www.uniliver.com.br). Acesso em 22/10/2016.

<sup>103</sup> “Se concentraram nas mãos dos banqueiros a guarda dos fundos de reserva dos homens de negócios, as operações técnicas de receber dinheiro e pagar, as de efetuar pagamentos internacionais e em consequência o comércio em barras de ouro ou prata. Ligado a esse comércio de dinheiro desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital produtor de juros ou do capital-dinheiro como função particular dos banqueiros. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se negócio especial deles” (MARX, 1981, p.463).

mundo<sup>104</sup> o que nos leva ao inegável processo de financeirização do capital<sup>105</sup> como uma das características centrais que configuram o capitalismo no período de mundialização.

Desde a crise do capital dos anos 1970, os Estados capitalistas a ferro e fogo conseguiram ser exitosos na recuperação das taxas de lucro e na valorização do capital; nesta, entretanto, o capital portador de juros e sua “forma aloucada”, o capital fictício, estão no seu epicentro, o que expressa, em termos da produção global capitalista, uma base crescentemente ou parasitária ou fictícia de valorização do capital. Para ilustrar isso, basta compararmos o ritmo de crescimento das principais economias após os anos de 1970 e o crescimento do valor dos “ativos financeiros” mundiais (LUPATINI, 2012, p.87).

Aqui, abrindo um parêntese sobre o trabalho no setor bancário, ressaltamos que ele também é perpassado por condições de exploração e precarização da força de trabalho<sup>106</sup>, assim como também é permeado por relações de desigualdades entre homens e mulheres neste espaço. De acordo com Segnani (1998) são as mulheres as que vivenciam de forma mais intensa o trabalho polivalente por estas apresentarem maiores qualificações tanto técnicas quanto sociais necessárias para o desempenho de tal trabalho, sobretudo nas funções de venda. Para o Dieese (2013)

As mulheres realizavam o serviço de vendas por menores salários; ademais, as chamadas “características femininas”, como paciência e simpatia no trato com os clientes, eram sempre ressaltadas como adequadas para esse trabalho, centrado em vendas e relacionamento com clientes<sup>107</sup> (p.3).

---

<sup>104</sup> A revista americana Fortune, divulgou em 2016 a lista das 500 maiores empresas do mundo considerando os indicadores de vendas, lucros, ativos e valores de mercado. O país que aparece com o maior número de empresas no ranking são os Estados Unidos, com 586, seguido pela China, com 249, e pelo Japão, com 219. Para maiores informações consultar [www.forbes.com.br](http://www.forbes.com.br). Acesso em 22/10/2016.

<sup>105</sup> “A fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo – o estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolonga na entrada do século XXI”. (NETTO, BRAZ, 2006, p. 179).

<sup>106</sup> Para uma leitura sobre o tema ver Segnini (1999).

<sup>107</sup> <http://www.bancariosdf.com.br/site/images/stories/pdf/pesquisa-integra-dieese.pdf>. Acesso em 14/12/2016.

Assim, a mundialização do capital, o avanço, a informatização e as tecnologias não trazem necessariamente melhorias nas condições de trabalho, muitas vezes, ao contrário há um processo de intensificação daquele. Soma-se ao fato de que tal espaço de trabalho, assim como os demais, fruto da articulação entre capitalismo e patriarcado reforça a maior exploração do trabalho das mulheres no processo de produção capitalista, conforme aponta Falquet (2014).

No que se refere à particularidade da mundialização do capital articulado ao processo de circulação dos/as trabalhadores/as destacamos as migrações<sup>108</sup> e a situação das mulheres no mercado de trabalho internacional. Conforme documento do Instituto de Investigações das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) “as mulheres migrantes satisfazem a grande necessidade assistencial das economias avançadas, permitindo que estas cresçam sobre as condições neoliberais de restrições do Estado de Bem-estar e a flexibilização do mercado de trabalho” (UNRISD, 2006, p.143, tradução nossa).

Estando inseridas nos serviços de trabalho doméstico e cuidados relacionados a crianças e pessoas idosas as mulheres tanto em seus países de origem quanto em situação de imigração continuam a ter um papel central para o capitalismo, com seu trabalho não pago, ou mal remunerado, na manutenção da força de trabalho. Soma-se a este processo de imigração, articulado a mundialização do capital e exploração dos/as trabalhadores/as a situação da exploração sexual a qual as mulheres são as principais vítimas.

Sobre as determinações da mundialização do Capital, Marx (1981) aborda tal tema a partir do processo global de produção capitalista iniciando com a apreensão sobre a forma como “o dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial” (p.363) e passa a ter uma função autônoma transformando-se em capital financeiro e impulsionando o surgimento de novas operações como o comércio do dinheiro em si.

Tal comércio passa a ser efetuado por meio de operações de câmbio, consideradas por Marx (1981) como “as bases naturais do moderno comércio de

---

<sup>108</sup> “Os processos de migrações apresentam ramificações baseadas no gênero. O movimento diferenciado da população segundo o gênero reflete como se incorpora a divisão do trabalho entre homens e mulheres em processos desiguais de desenvolvimento econômico. Os prejuízos relacionados à migração, combinadas com as desigualdades raciais e de gênero fazem com que as mulheres migrantes estejam em uma 'tripla 'desvantagem' e excessivamente representadas nos empregos marginais, não regulamentados e mal remunerados” (UNRISD, 2006, p.109, tradução nossa).

dinheiro” (p.366). No desenvolvimento histórico de tais relações temos a constituição do capital como produtor de juros. Tal capital tem como característica o fenômeno dos empréstimos e do retorno do dinheiro acrescido como se este fosse o movimento real de circulação. Desta forma, temos a seguinte caracterização.

O movimento característico do capital em geral, o retorno do dinheiro ao capitalista, a volta do capital ao ponto de partida, assume no capital produtor de juros uma configuração inteiramente exteriorizada, dissociada do movimento efetivo de que é a forma (MARX, 1981, p.402).

Temos aí a ilusão de que o dinheiro gera mais dinheiro, sem considerar o movimento de circulação do mesmo na esfera produtiva. Esta aparência deixa invisível o processo de produção de mercadorias e todas as implicações decorrentes da mesma na extração da mais-valia por meio da exploração. Temos assim, a imagem de outro modelo de capitalista que aparentemente não explora trabalhadores para obter lucros.

Para os países da América Latina, por exemplo, os empréstimos vêm acompanhados de discursos de salvamento das economias nacionais e os Organismos que emprestam são vistos não como usurpadores de dinheiro via estabelecimento de lucros exorbitantes, mas como instituições parceiras que auxiliam o desenvolvimento da região.

Retomando sobre a produção de juros e a forma como este se apresenta na sociedade apontamos em concordância com Marx (1981, p.450) de que “No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista” abreviando o movimento do capital e omitindo seu processo intermediário.

Embora o juro seja apenas parte do lucro, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do trabalhador, o juro se revela agora, ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original, e o lucro, reduzido a forma de lucro do empresário, mero acessório aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução. Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital. Em D-D’ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção – a mistificação do capital na forma mais contundente (MARX, 1981, p.452).

Esta mistificação do capital em sua caracterização fetichista gera o crescimento do capital fictício que tem nitidamente um caráter especulativo, representado por títulos de valor/propriedade. Esta financeirização do capitalismo contemporâneo “deve-se que as transformações financeiras tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas” (NETTO;BRAZ, 2006, p.232).

Ainda de acordo com Netto e Braz (2006) as finanças nos últimos anos do século XX passaram a constituir o sistema nervoso do capitalismo e as oligarquias que a controlam passaram a dispor de um poder “que desafia a soberania dos Estados nacionais e a autoridade dos seus bancos centrais” (p.233). Tal poder é considerado pelos autores como fruto da mobilidade de que os capitais puramente especulativos passaram a desfrutar.

A mobilidade de capitais, no processo de mundialização da sociedade capitalista carrega, de forma concentrada, a exacerbação das características inerentes a sua configuração de exploração expropriando seus domínios para todas as dimensões da vida social. “O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade” (IAMAMOTO, 2007. p.107).

Este processo de mundialização é denominado tanto pelos organismos internacionais, quanto por Estados e distintos autores como globalização. Aqui explicitamos que não se trata apenas de sinônimos, mas de abordagens diferenciadas sobre o mesmo fenômeno. A crítica referente ao termo de globalização está posta na medida em que o mesmo vem vinculado a uma falsa ideia de integração e a busca por uma liberalização e desregulamentação no âmbito das relações de produção e de comércio entre os países.

Não se trata somente do avanço da tecnologia e da socialização da mesma, até porque neste aspecto a disparidade muito grande entre os países é fundamento e consequência da concentração de poder e de capital nos países do centro capitalista. Apesar do processo da modernização tecnológica, o acesso à mesma está condicionado às determinações econômicas e a um leque de relações de propriedade e de interesses que permeiam a dinâmica de apropriação ou socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade.



No entanto, explicitamos, no que se refere aos termos de mundialização e globalização, que este último também é abordado de forma crítica por autores latino-americanos nas análises sobre a inserção da América Latina na Economia Internacional. Desta forma, é importante conhecer o contexto em que o mesmo está inserido e qual abordagem o acompanha. Gonçalves (1999) descreve o processo de globalização a partir do conjunto de três fatores:

Os determinantes da globalização podem ser agrupados em três conjuntos de fatores: tecnológicos, institucionais e sistêmicos. O primeiro conjunto de determinantes da globalização econômica refere-se aos desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução da informática e das telecomunicações. O resultado foi uma extraordinária redução dos custos operacionais e dos custos de transação em escala global. As operações produtivas e financeiras tornaram-se significativamente mais baratas, ao mesmo tempo que se reduziram os custos de coleta de informações e de monitoramento dos mercados de capitais e de controle das operações produtivas espalhadas pelo mundo. O segundo conjunto de determinantes envolve os fatores de ordem política e institucional vinculados à ascensão das ideias liberais ao longo dos anos 80. O resultado dessa ascensão foi uma onda de desregulamentação do sistema econômico em escala global. (...). O terceiro e último conjunto de determinantes da globalização refere-se a fatores de ordem sistêmica e estrutural. O ponto central aqui reside em ver a globalização econômica como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global, caracterizado pelas dificuldades de expansão da esfera produtivo-real das economias capitalistas maduras (insuficiência de demanda agregada) (p. 29; 31).

Todo este processo de globalização caracteriza o movimento do capital e suas diferentes configurações na expansão da economia capitalista em nível mundial na busca por reverter à tendência de queda da taxa de lucros nas economias capitalistas consideradas maduras. Desta forma, a internacionalização do capital se configurou como uma das saídas principais do capitalismo para superação de suas crises cíclicas ao longo de seu desenvolvimento histórico. “Portanto, a insuficiência de demanda agregada nos países desenvolvidos constitui-se no mais importante determinante do fenômeno da globalização econômica desse final de século” (GONÇALVES, 1999, p.35).

Neste estudo, em nossas análises, utilizaremos o conceito de mundialização por compreender que este caracteriza melhor o processo da expansão do capital e do estabelecimento das relações de dominação entre os chamados “países desenvolvidos” e os “países em desenvolvimento”. No entanto, também estaremos

dialogando com autores que utilizam o conceito de globalização de maneira crítica, por esta ser a abordagem mais presente na interlocução com os outros países do continente latino-americano.

#### 4.3 - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

Buscaremos neste tópico desenvolver uma análise histórica e política do processo de constituição das organizações internacionais, tentando superar os limites de abordagens que apontam a criação de tais organizações apenas como processo natural de desenvolvimento de acordos internacionais ou as que pontuam a criação das organizações Internacionais apenas como representantes neutras dos interesses de países distintos.

A produção teórica, que tem como foco tais organizações, está centrada na elaboração bibliográfica da área do direito, particularmente na área do direito internacional e nos cursos de relações internacionais. Na sociologia, economia política, história, entre outras, este tema é abordado especialmente nos estudos sobre o imperialismo e a mundialização do capital, na expansão da economia capitalista.

Sobre as elaborações teóricas referentes aos organismos internacionais há também uma abordagem no campo dos estudos sobre direitos humanos no conhecimento dos acordos e tratados internacionais e como estes se efetivam por meio da elaboração de políticas públicas em distintos países. Para os estudos feministas o diálogo sobre os organismos internacionais partem da análise sobre a visibilidade das pautas e reivindicações históricas das mulheres em nível mundial, como tal pauta é incorporada na elaboração de diretrizes políticas, econômicas e sociais por parte de tais organismos e como isso se expressa na melhoria das condições de vida das mulheres.

Ainda no campo dos estudos das organizações internacionais há a predominância de análises das Instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) por suas incidências de forma mais incisiva no direcionamento de ordenamentos políticos e econômicos para os países da América

Latina. Encontram-se também análises sobre as organizações internacionais nos estudos do processo de financeirização do capital.

Sobre o processo de financeirização do capital, de concentração de renda que ele gera e sua relação com as Organizações Internacionais, apontamos como ponto de partida de análise, em concordância com Netto e Braz (2006) o fenômeno relacional entre concentração de poder econômico e concentração de poder político, revelando, como suscitado pelos autores, o caráter antidemocrático do capitalismo e a constituição das “elites orgânicas” do grande capital.

A política conduzida por essas “elites orgânicas”. Notadamente a partir dos anos setenta do último século [XX], passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas. Assim, além de seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência (NETTO; BRAZ, 2006. p.225).

Com exceção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a maioria dos Organismos Internacionais, de abrangência mundial, são criados e estruturados após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de continuidade das lutas político-ideológicas, como a Guerra Fria, e do estabelecimento de acordos, nem sempre igualitário, entre grupos de nações.

Cretella Neto (2007) classifica o surgimento das organizações Internacionais em três gerações: as pioneiras, surgidas na segunda metade do século XIX já possuindo um caráter permanente com “competência de ordem técnica, científica, econômica, mas não política<sup>109</sup>” (p.25); as organizações políticas no campo técnico, antes da 2ª Guerra Mundial, como a OIT (1919), caracterizando o grupo de segunda geração, repousando em normas jurídicas internacionais, mas mantendo a concepção de soberania absoluta do Estado. Sobre as organizações da terceira geração o autor aponta o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU).

---

<sup>109</sup> Explicitamos nosso entendimento, em contraposição ao autor, de que as decisões políticas estão diretamente relacionadas as relações econômicas e não podem ser dissociadas umas das outras.

Elaboração das potências vencedoras da 2ª Guerra a Carta das Nações Unidas em 26.06.1945. O princípio da especialidade sofreu abrandamento e foi enriquecido por um conteúdo diversificado e amplo de medidas, tendo a ONU como reflexo e símbolo das convergências naturais dos interesses mais elevados da comunidade internacional. Aqui se está diante da primeira das chamadas organizações internacionais de terceira geração (CRETELLA NETO, 2007, p.31).

A partir da citação acima, explicitamos os interesses estratégicos e os objetivos, para além da paz, que permeiam a constituição das organizações internacionais, assim como as relações desiguais entre os países membros. De acordo com Pou (1979) as organizações internacionais nasceram da confluência de dois fatores, sendo eles “a necessidade de regular determinadas esferas de cooperação entre os Estados” e a “ausência de uma comunidade internacional organizada” (p.25).

Tais organizações são criadas com base no argumento de que nenhuma economia política pode viver isolada. Situam-se também os progressos nos meios de comunicação social que permite conhecer as distintas situações de várias partes do mundo e o “perigo atômico que exige qualquer tipo de organização internacional permanente que salvasse a paz e garanta a sobrevivência do planeta” (POU, 1979, p. 20).

Sobre este último ponto a contradição é explícita entre os interesses econômicos e a preservação ambiental. Em nome do desenvolvimento, natureza e povos têm sido devastados historicamente. Mesmo a presença de tratados internacionais não inibe os interesses e ações das grandes potências. Por outro lado, as mesmas exercem uma influência direta nos acordos internacionais que estão dentro da linha de seus interesses políticos e econômicos.

Na particularidade dos direitos das mulheres e das propostas de igualdade entre homens e mulheres na sociedade, como parte da organização da política de funcionamento da ONU, em 2010 foi criada a ONU mulheres considerada como Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das mulheres. A instituição agrega quatro setores que já atuavam, anterior a sua constituição, sendo eles: a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW)<sup>110</sup>, o

---

<sup>110</sup> A Divisão para o avanço da Mulher (DAW) foi criada em 1946, um ano após a constituição da ONU. Se estabeleceu como uma sessão sobre a condição da mulher da Divisão de Direitos Humanos

Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW)<sup>111</sup>, o Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)<sup>112</sup>.

De acordo com Herz e Hoffmann (2004) a criação da ONU e de uma rede de agências especializadas, em particular as instituições de Bretton Woods (BIRD, Banco Mundial e FMI) “refletia o interesse norte-americano em promover o comércio global, estabelecendo uma ordem internacional em que a democracia e o capitalismo pudessem florescer” (p.22). Ainda sobre a ONU as autoras apontam que

A estruturação da ONU é marcada pela realidade política ao final da Segunda Guerra, ou seja, a afirmação da hegemonia norte-americana no ocidente e o começo da Guerra Fria. Entretanto, ao mesmo tempo o sistema ONU é depositário das experiências anteriores: da prática de administração das relações internacionais pelas grandes potências no âmbito do Concerto Europeu, do legalismo do sistema de Haia, da coordenação de políticas públicas e colaboração em áreas específicas pelas organizações funcionais e do projeto de um sistema de segurança coletiva da Liga das Nações, a ONU representa o ápice do processo de institucionalização dos mecanismos de estabilização do sistema internacional, iniciado no século XIX (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.37).

No que se refere ao chamado sistema de segurança, tem-se a denominação do uso legítimo da violência, por meio da utilização da força militar que, sob o argumento da paz, ou mais recentemente, de enfrentamento ao terrorismo, tem se utilizado de instâncias internacionais para atingir os interesses estratégicos de determinados países.

As alianças militares<sup>113</sup> e a segurança coletiva estão diretamente associadas ao processo de criação das Organizações Intergovernamentais. “O balanço de

---

do Departamento de Assuntos Sociais do Departamento de Assuntos Sociais. <http://www.cinu.org.mx/temas/mujer/daw.htm>. Acesso em 15/12/2016.

<sup>111</sup> O INSTRAW foi criado em 1975 após recomendações da Conferência Mundial sobre o Ano Internacional da Mulher. Tal Instituto tinha como objetivo promover e realizar em nível internacional programas que contribuíssem para o empoderamento das mulheres e propostas para igualdade de gênero. <http://www.cinu.org.mx/onu/estructura/otros/instraw.htm>. Acesso em 15/12/2016.

<sup>112</sup> <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/> Acesso em 15/12/2016.

<sup>113</sup> “As alianças militares são coalizões de Estados formadas para enfrentar um inimigo real ou potencial. Elas geram a agregação de forças militares e outros recursos para a defesa coletiva da coalizão. Dessa forma, seus Estados membros adquirem uma posição mais favorável no contexto dos

poder, as zonas de influência, a estabilidade hegemônica, o Concerto de Estados, o direito internacional, as práticas diplomáticas, a cultura internacional são também muito significativos” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.18). No campo da cultura e da produção de conhecimento as autoras trazem a análise de que

No âmbito das organizações internacionais, está em curso um processo social complexo em que normas são criadas. Conhecimento é formado, e tarefas que cabem à comunidade internacional são definidas, tais como gerar desenvolvimento. Surgem novas categorias, como refugiados. Difundem-se modelos de organização social e política, como democracia liberal, e os próprios Estados podem redefinir seus interesses a partir dessa interação (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.23).

Referente à criação e difusão de conceitos apontamos a denominação do conceito de “empoderamento”, de “governança”, assim como a incorporação e redefinição de categorias históricas que ganham novos adjetivos ou são utilizadas de forma descontextualizada de seu surgimento. Há também a ausência de conceitos que falem mais diretamente das contradições estruturais da sociedade capitalista a exemplo de classes sociais. Esta quando é abordada não traz os pressupostos de sua contradição e é expressa apenas em decorrência dos valores de rendimentos.

No interior das organizações internacionais a dinâmica de decisões, o ingresso de novos membros, a promoção de Conferências e a abrangência de seus acordos variam de um tipo de organização para outro. Desta forma, há uma classificação das mesmas segundo sua natureza e função, sua abrangência, se regional ou intercontinental e seu caráter mais geral ou especializado. Há autores, como Seitenfus (1997) que também distingue as de caráter político-diplomático e as organizações de cooperação técnica.

No que se refere ao direcionamento político Seitenfus (1997) ainda aponta que “os principais traços do meio internacional onde se manifestam a ação e o discurso das organizações internacionais, indicam que a ideologia destas está intimamente vinculada às dos Estados membros” (p.45). Aqui complementamos que

---

conflitos em que estão envolvidos. (...). Algumas alianças geram a formação de organizações, como é o caso da OTAN (Organização do tratado do Atlântico Norte) criada em 1949 para enfrentar a União Soviética” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.20).

estão vinculadas às dos Estados membros que têm maior poder político e econômico no interior daquelas até porque a própria criação de muitos organismos internacionais, foi estabelecida sobre os interesses das consideradas grandes potências mundiais.

O autor, referindo-se ao que ele denomina de trajetória ideológica das organizações internacionais, aponta cinco momentos distintos, destacando inicialmente que o “surto de organismos internacionais após o final da Segunda Guerra Mundial corresponde aos interesses e visões do mundo dos vencedores do Eixo” (SEITENFUS, 1997, p.45). Ainda nesta primeira fase aponta a influência da teoria funcionalista na criação de um “mito da possibilidade da existência de uma relação direta, portanto sem intermediação dos Estados membros, entre a organização internacional e a sociedade” (p.45). Sobre a segunda fase ideológica o mesmo caracteriza o início dos anos 1960 com os ideários do desenvolvimentismo.

Enredadas em suas próprias contradições, em plena oposição Leste/Oeste as organizações internacionais encontram uma nova justificativa ideológica para sua atuação. Trata-se do estreito vínculo entre paz e desenvolvimento. Para tanto, as organizações internacionais deveriam transformar-se num instrumento para a expansão econômica nos moldes liberais e criar condições favoráveis para o investimento direto de capitais privados e públicos, tanto nacionais quanto estrangeiros (SEITENFUS, 1997, p.45).

A terceira fase que o autor aponta como decorrente da anterior é o da “teoria do transnacionalismo” onde as empresas transnacionais seriam “os elementos dinâmicos do processo de desenvolvimento”. A quarta fase ideológica é denominada pelo mesmo de “globalismo” que se expressa na prioridade do crescimento econômico em detrimento da preservação da natureza; e a quinta fase, que marca ideologicamente as organizações internacionais, é representada pelo autor como globalização em uma tendência de diminuição do papel do Estado “em benefício das forças transnacionais privadas essencialmente comerciais, tecnológicas e financeiras” (SEITENFUS, 1997, p.46).

Aqui apontamos que, apesar da importância do reconhecimento da dinâmica histórica de como se apresenta o direcionamento das ações das organizações internacionais, estas fases ideológicas compõem um mesmo processo de direcionamento político que tem como foco a expansão do capitalismo, na sua fase imperialista, por meio do processo de mundialização do capital.

Neste sentido, apesar da distinção entre os tipos de organizações internacionais, e das instituições financeiras expressarem, de forma mais incisiva, o direcionamento da dinâmica capitalista de acumulação e expansão do capital nas relações políticas, econômicas e sociais, as organizações internacionais, como um todo, estão inseridas nesta dinâmica.

Reconhecemos aqui, entretanto, as contradições expressas no interior das Organizações a partir das lutas empreendidas por distintos segmentos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e pela participação de sujeitos de tais categorias em espaços destas organizações. Neste sentido, na particularidade da nossa abordagem sobre a luta das mulheres, por meio do movimento feminista, destacamos a importância de algumas conferências como espaços que possibilitaram a expressão da pauta de luta das mulheres em âmbito internacional, pela explicitação dos direitos das mulheres como direitos humanos e pelo estabelecimento de parâmetros de orientações para os Estados acerca do enfrentamento à violência contra as mulheres, ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, etc.

Temos aqui uma contradição entre a forma de constituição da luta das mulheres em âmbito internacional e como esta se desenvolve via parceria com as organizações internacionais como estratégia para visibilizar suas lutas. Citamos como exemplo as Conferências Regionais de Mulher da Cepal, iniciadas em 1977 que apesar de ser um espaço Institucional congrega mulheres de diferentes articulações feministas. Tais organizações geralmente aproveitam o ensejo da Conferência para realizar um Fórum paralelo de organizações feministas no qual fortalecem as articulações e vínculos entre as distintas expressões do feminismo na América Latina<sup>114</sup>.

Sobre a Cepal concordamos com Transpadini (2011) de que seus ideólogos “não estavam preocupados em “resolver os problemas do capitalismo”, como processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda a partir da concentração e centralização do capital”

---

<sup>114</sup> Faremos uma abordagem mais detalhada sobre as organizações internacionais e a luta das mulheres no capítulo seguinte.



(p.24). A preocupação era enquadrar a América Latina no considerado “rumo certo” para o desenvolvimento<sup>115</sup>.

A Cepal estabeleceu um esquema explicativo para o subdesenvolvimento que, fiel ao padrão proporcionado pela ONU, o considerava como uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno e (no que ia além do que pretendia a ONU) um resultado das transferências de valor realizadas no plano das relações econômicas internacionais. A chave dessas transferências, que descapitalizaram a região e deprimiram as condições de vida de suas populações, seria a troca de bens com baixo valor agregado, de origem industrial. Em consequência, a Cepal preconizava uma política de industrialização assegurada por um mercado protecionismo estatal. Sobre esta base, começariam a se desenvolver os problemas sociais e a instabilidade política que caracterizam os nossos países (MARINI, 2011, p.214).

A Cepal é uma das cinco comissões regionais do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC), criada em 1948 com o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável na região. As divisões e unidades de trabalho da CEPAL são: Divisão de Assuntos de Gênero, Divisão de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Desenvolvimento Social, Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, Divisão de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos, Divisão de Recursos Naturais e Infra-Estrutura, Divisão de Estatística e Projeções Econômicas, Divisão de Comércio Internacional e Financiamento para o Desenvolvimento, Divisão de População e Desenvolvimento (CELADE), Divisão de Planejamento Econômico e Social (ILPES), Unidade de Estudos Especiais, Unidade de Recursos Naturais e Energia, Unidade de Transporte e Unidade de Serviços de Informação.

#### 4.4 - O IMPERIALISMO E O DIRECIONAMENTO DE POLÍTICAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.

Explicitamos como ponto de partida que compreendemos o imperialismo como uma fase de desenvolvimento do capitalismo, que tem características distintas de outros períodos de expansão, mas continua predominando as dimensões

---

<sup>115</sup> Para a Cepal o rumo certo para o desenvolvimento da América Latina estava pautado no maior aprofundamento das relações capitalistas de produção.

essenciais do modo de produção capitalista, quais sejam, a exploração do trabalho e a permanência da propriedade privada como elementos centrais de sua constituição.

As características do imperialismo na fase atual estão também diretamente relacionada ao processo de mundialização do capital, já abordado no tópico anterior. Soma-se a estas, o papel da indústria bélica no contexto histórico político das Guerras Mundiais e para além delas.

Sabe-se que as guerras precedem largamente a história do capitalismo, assim como também se sabe que a história do capitalismo sempre foi marcada por guerras. No entanto, é sob o imperialismo que as atividades diretamente vinculadas à guerra adquirem um novo significado – sob o imperialismo, a indústria bélica (e as atividades a ela conexas) torna-se um componente central da economia (NETTO, BRAZ, 2006, p.184).

O Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo explicita dados que aponta os Estados Unidos em primeiro lugar como exportador no comércio de armas, correspondendo a um terço das vendas globais anuais, principalmente para Asia, Oceania, Oriente Médio e Europa. De acordo com a Anistia Internacional os Estados Unidos fornecem ajuda militar e treinamento a países violadores de direitos humanos como Israel, Sri Lanka, etc<sup>116</sup>. Os gastos militares dos Estados Unidos em 2015 superam o dos outros 9 países juntos na lista dos países com maior investimento bélico<sup>117</sup>.

Ainda explicitando dados postos pelo Instituto, o gasto militar mundial em 2015 foi de US\$ 1,7 trilhão. “O valor é muito próximo da soma de tudo o que um país do porte do Brasil - a sexta economia mundial - produziu no mesmo ano (US\$ 1,6 trilhão de PIB)<sup>118</sup>”. Estes dados, apesar de exorbitantes, podem ainda não ser os

---

<sup>116</sup> <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/ricos-poderosos-e-sem-limites-2814.html>. Acesso em 22/10/2016.

<sup>117</sup> A sequência dos países e os valores em bilhões, dos gastos com a indústria bélica em 2015 são o seguinte: Estados Unidos (596 bilhões); China (215 bilhões); Arábia Saudita (87 bilhões); Rússia (66 bilhões); Reino Unido (55 bilhões); Índia (51 bilhões); França (50 bilhões); Japão (40 bilhões); Alemanha (39 bilhões) e Coreia do Sul (36 bilhões). O Brasil aparece na décima primeira colocação com gastos de 24 bilhões. Dados do Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo.

<sup>118</sup> <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/09/O-mundo-gasta-US-17-trilh%C3%A3o-com-for%C3%A7as-armadas.-Por-que-esse-dinheiro-n%C3%A3o-tem-outro-destino>. Acesso em 22/10/2016

valores reais uma vez que geralmente este setor não divulgam detalhes sobre todas as exportações pelo considerado sigilo militar.

Aqui explicitamos, em acordo com Netto e Braz (2006) de que a indústria bélica envolve interesses econômicos e políticos e são centrais para o estabelecimento de grandes monopólios e para o estímulo do militarismo como resposta as manifestações de conflitos civis e de classe em distintos países.

O mais importante, porém, é que o desenvolvimento da indústria bélica introduz duas variáveis muito significativas na dinâmica capitalista – a primeira delas diz respeito ao fato de tal indústria servir para travar ou reverter um dos fatores da crise. O subconsumo das massas constitui uma das várias causas das crises, as grandes encomendas estatais à indústria bélica operam como um contrapeso a tal tendência. [...]. Em segundo lugar, a indústria bélica oferece uma espécie de solução alternativa (ainda que sempre provisória) ao problema da superacumulação. Com o incremento da indústria bélica, grandes massas de capitais que, em outras aplicações não poderiam ser valorizadas, encontram ocasião de proporcionar volumosos lucros a seus proprietários (NETTO, BRAZ, 2006, p.185).

Desta forma, o desenvolvimento da indústria bélica como expressão da busca de lucros por parte dos capitalistas expressa, de maneira cada vez mais acentuada, a sobreposição dos interesses mercadológicos em detrimento do desenvolvimento das capacidades humanas. Assim, como viemos falando ao longo deste trabalho, a tecnologia e modernização são utilizadas não para melhorias das condições de vida da classe trabalhadora que a produz, mas na maioria das vezes para sua própria banalização.

Foi após a Segunda Guerra Mundial e o uso da tecnologia na indústria bélica a exemplo da bomba atômica que mudou o direcionamento político e econômico da Europa para os Estados Unidos a partir da derrota do Eixo (Alemanha/Itália/Japão). Assim, os Estados Unidos tornou-se representação central do imperialismo no mundo, garantindo interferência direta em todas as Organizações Internacionais.

Temos assim que o estabelecimento do imperialismo tem tanto elementos históricos do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista como expressa interesses individuais cada vez mais concentrados em grandes monopólios. Ainda referente ao papel da indústria bélica na reorganização geopolítica mundial destacamos desde o início do século XXI a chamada guerra contra o terrorismo no

Oriente Médio liderada pelos Estados Unidos cujo interesse está totalmente imbricado a exploração do petróleo (HARVEY, 2004).

Harvey (2004) chama a atenção para as formas diferenciadas que os Estados Unidos apresentam no exercício de poder na economia mundial. “A coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente do poder americano” (p.41). Para ele, o consentimento e a cooperação tem a mesma importância e é o que possibilita sua mobilização internacionalmente na forma de exercício de liderança.

Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento (HARVEY, 2004, p. 41).

Portanto, há um acúmulo do poder político e militar na relação entre coerção e consensos. Nesta alegação de interesses gerais os Estados Unidos foram concebidos como “um farol da liberdade” posto sob o objetivo de inserir o resto do mundo “numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade” (HARVEY, 2006, p.53). Neste contexto, o imperialismo cultural tornou-se um elemento chave para afirmar a hegemonia norteamericana. “Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos inteiros como os de direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser” (Idem, *ibid*).

Como elemento de contradição do próprio desenvolvimento do imperialismo Ianni (1988) em seu compilado de textos sobre o imperialismo na América Latina destaca o fenômeno das desigualdades que se expressam no interior do próprio país imperialista, nas relações de precarização do trabalho, nas condições de acesso a saúde, moradia, etc.

[...] o imperialismo não se esgota nessas manifestações econômicas, políticas, ou de violência. Como processo fundamentalmente político-econômico, ele contém outros aspectos muito importantes, mas pouco estudados. De um lado, o imperialismo prolonga-se internamente na própria nação dominante. Os mesmos fundamentos que governam as relações econômicas e políticas internas. Assim também, no interior da metrópole o desenvolvimento econômico-

social e político é desigual e as contradições persistem ou agravam-se (IANNI, 1988, p.142).

Estas contradições se expressam em distintas instâncias desde a constituição do Estado, as organizações políticas e no interior dos organismos internacionais criados, em sua maioria, dentro de um contexto de lutas político-ideológicas em nível mundial que vão mais além das guerras bélicas<sup>119</sup>. A contradição também está posta na relação entre a conquista e garantia dos chamados direitos humanos universais e o pacote de orientações que acompanha a reivindicação de tais direitos, assim como entre a perspectiva de integração e as relações desiguais expressas na dinâmica de mundialização do capital.

Para Santos (s/a) os direitos humanos possuem uma trajetória histórica permeada por contradições uma vez que sua utilização tanto é posta como um dos instrumentos ideológicos da burguesia<sup>120</sup> quanto “se constituem, por meio de determinadas lutas, possibilidades de resistência às formas de exploração e de opressão postas na sociedade capitalista” (p.1).

É, pois, na trajetória histórica do século XX, especialmente no contexto após a Guerra Mundial, que este caráter contraditório da luta pela realização dos DH se apresenta com maior visibilidade. Vários sujeitos coletivos se constituem na resistência às experiências do nazismo e, também, a partir da década de 1960 na luta contra as ditaduras militares na América Latina. A agenda de luta dos direitos humanos se amplia com a inserção das lutas feministas; lutas pela garantia do respeito à diversidade étnico-racial; pela liberdade de orientação e expressão sexual, dentre muitas outras que são relevantes para a efetivação da liberdade e para o desenvolvimento do gênero humano. No entanto, na direção teórico-política dada a estas reivindicações prevaleceu ruptura com os referenciais críticos à ordem burguesa e ênfase numa abordagem de caráter particularista, voltada a defesa dos interesses de determinados segmentos em detrimento de uma análise fundada na perspectiva de totalidade (SANTOS, s/a, p.4).

---

<sup>119</sup> Citamos como exemplo o apoio dos Estados Unidos ao terrorismo de Estado em todo o mundo, patrocinando golpes como na Guatemala, no Chile, Vietnã, etc. (HARVEY, 2006). As lutas político-ideológicas também se expressam na forma de direcionamento da democracia ou ausência efetiva dela por meio de governos que trazem consigo os ideários neoliberais para o direcionamento das políticas públicas, dentre elas, a política econômica.

<sup>120</sup> “Neste sentido, a realização dos DH tem o papel de aperfeiçoar a sociedade vigente. Faz uso ideológico, também, ao disseminar a possibilidade de acontecer nesta sociabilidade a realização dos interesses de todos, por meio da ação do Estado, que supostamente estaria além das classes sociais. Ou quando defende que os DH são universais e sua realização independe da situação e da posição de classe dos indivíduos” (SANTOS, S/A, p.3).

Consideramos, nesta relação de contradição de interesses sobre a temática dos direitos humanos que estes constituem uma necessidade histórica e uma dimensão importante e estratégica de lutas dado o contexto de banalização da vida humana de barbárie social e de aumento de conservadorismos. Em uma sociedade caracterizada pela exploração, dominação e expropriação, onde a mercantilização da vida é um elemento constante na busca desenfreada do capital por lucros, a luta por direitos humanos, apesar das contradições que a permeiam, é cada vez mais necessária. Concordamos com Santos (s/a, p.7) de que “queremos mais que resistir à barbárie. O horizonte que orienta a luta de resistência é o da conquista da igualdade substantiva na vida real de mulheres e homens e é neste sentido que os DH se constituem como necessidade e limite”.

Neste debate sobre a constituição de direitos sociais e políticos em âmbito internacional a globalização é expressa pelos organismos internacionais como um processo de integração entre os países. No entanto, a partir da compreensão da dinâmica de mundialização do capital e da constituição histórica das organizações internacionais vemos que esta é, nos termos de Ianni (1988) uma “associação entre desiguais”. Tal desigualdade em nível mundial, articulada ao processo de financeirização do capital, ao estabelecimento de grandes oligopólios e aos pactos e acordos internacionais, caracteriza a era das grandes potências mundiais, ou a era dos impérios.

Numa primeira abordagem, o imperialismo pode ser definido como uma relação de dominação, essencialmente a das economias dos países capitalistas avançados sobre aquelas dos países coloniais ou semicoloniais, na qual a penetração do capitalismo significou a destruição dos setores pré-capitalistas, mas sem que se tenha desenvolvido um capitalismo nacional; essa relação de dominação se torna uma necessidade vital para os países capitalistas avançados (SALAMA; VALIER, 1975, p. 132).

Esta relação de dominação é parte do sistema capitalista desde o seu surgimento, em tempos históricos e proporções diferenciadas, e sempre esteve interligado a um processo de banalização e mercantilização da vida humana em favor da acumulação do capital, a exemplo do domínio e exploração de países por

meio da força militar<sup>121</sup>. Hoje um exemplo desta dependência e de relações hierarquizadas são as dívidas públicas e os receiptuários sobre as formas mais adequadas de desenvolvimento, postas pelos organismos internacionais como condição para acesso ao crédito e a credibilidade internacional.

Assim criam-se tanto critérios para inserção, articulação e permanência dos países nas articulações internacionais, quanto à denominação de termos e conceitos vagos, dissociados da realidade social a exemplo dos conceitos de governabilidade e governança. De acordo com Franch, Batista e Camurça (2001) governabilidade e governança são termos criados pelo Banco Mundial. O primeiro define a capacidade política de determinado governo para intermediar interesses, garantir legitimidade e governar e o segundo define a capacidade financeira e administrativa dos Estados para levarem a termo suas decisões.

Ainda de acordo com as autoras, no marco das políticas de ajuste, o aumento da governabilidade e da governança num determinado país implica que essas políticas poderão ser mais rapidamente implementadas. Por isso, as Instituições Multilaterais de Financiamento<sup>122</sup> estão incluindo esses novos aspectos políticos entre as condicionalidades para o crédito.

Acerca das Instituições Multilaterais de Financiamento apontaremos aqui a particularidade de três delas: O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por suas dimensões mundiais e pela relação dos países da América Latina com as mesmas<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Para Mello (1997), do ponto de vista econômico e político, poder-se-ia definir o Centro capitalista por três tipos de controles: o primeiro deles se exerceria sobre o processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalista nas quais estaria encarnado o poder financeiro; o segundo concerne à moeda e à finança internacionalizada, o que por sua vez pressupõe o poder industrial; o terceiro diz respeito ao poder político-militar, em última instância, o controle das armas. (MELLO, 1997, p. 16).

<sup>122</sup> “A diferença da maioria dos bancos, as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são instituições públicas, cujos acionistas são os governos de vários países do mundo, que depositam cotas de dinheiro para formar o fundo que financia os próprios sócios, as chamadas quotas-partes. Atualmente, são as grandes fontes disponíveis para setores não financiados por bancos privados em países em desenvolvimento. (...). Por se tratar de fundos públicos, os governos acionistas decidem o destino que deve ser dado aos recursos das IFMs, bem como as condições de cada contrato de colaboração. (...). O poder de voto dos países mais ricos é maior, pois doam mais dinheiro para formar os fundos das IFMs, e por isso são eles que determinam, pelo voto, as decisões quanto aos financiamentos, na maioria das vezes favoráveis aos seus próprios interesses. As IFMs não são apenas a expressão da relação de poder entre os países, são um instrumento de poder”. (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001 p.89).

<sup>123</sup> Franch, Batista e Camurça (2001) também apresentam as principais características destas instituições. As informações aqui contidas são baseadas nesta obra e no conteúdo expresso no site oficial das mesmas.

O Banco Mundial foi criado em 1944, na Conferência Monetária e financeira da Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade de Bretton Woods, com a finalidade inicial de apoiar a reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial. É formado pelas seguintes instituições: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporação Financeira Internacional (CFI), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (CIRDI) e Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (AGIM).

Atualmente, 188 países são co-proprietários do Banco Mundial, Porém o Conselho Diretor do Banco é constituído por apenas 25 diretores. Os países mais ricos, que têm maior participação entre as quotas-partes do banco, são representados por um diretor cada, tendo maior poder de influenciar as políticas da Instituição. Os cinco membros com o maior número de ações (atualmente Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) designam a cinco Diretores Executivos. China, a Federação da Rússia e Arábia Saudita elegem seu próprio Diretor Executivo. Os demais são nomeados pelos outros membros. A distribuição do direito ao voto varia de um organismo a outro dentro do Grupo do Banco Mundial. Os outros 174 países restantes dividem-se em 17 grupos, elegendo cada grupo um representante para o Conselho<sup>124</sup>.

O Banco Mundial elabora a cada três anos, um Documento de Estratégia de Assistência ao País<sup>125</sup> em que são registradas as políticas recomendadas para cada país tomador de empréstimo. Os documentos apontam para o apoio as principais reformas políticas e o que denomina de investimentos inovadores e eficientes para “aumentar o bem-estar dos brasileiros”. Tal instituição aponta na Estratégia de Assistência ao País (2004-2007) para a manutenção do papel relevante dos empréstimos com base em políticas e assistência técnica, para oferecer apoio às reformas sistêmicas. Os exemplos de operações para 2004-2005 incluem o desenvolvimento humano, o aumento do crescimento e da competitividade, o

---

<sup>124</sup> [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br). Acesso em 27/10/2016.

<sup>125</sup> Tivemos acesso aos documentos “Estratégia de Assistência ao País (2004-2007)”, um artigo de análise do documento de 2008-2011 do Reinaldo Gonçalves, intitulado “O Banco Mundial no Brasil. Da guerra de movimento à guerra de posição: Análise do documento ‘Estratégia de Parceria com o Brasil, 2008-2011’” e um documento de tradução não-oficial da minuta de Estratégia de Parceria com o Brasil para o período de 2012 a 2015. No entanto, não realizamos leituras mais aprofundadas sobre os mesmos.



desenvolvimento sustentável e a implementação das reformas fiscais e da Previdência Social.

As referidas orientações incidem nos ajustes estruturais, com consequências direta para a classe trabalhadora. Nesse sentido, as estratégias para o desenvolvimento dos países são pautadas em uma visão unilateral e hegemônica sobre a melhor forma de estabelecimento das relações político-econômicas, das reformas e da própria relação entre governo e sociedade. Concordamos com a análise de Franch, Batista e Camurça (2001) de que

Ao fixar quem é desenvolvido, o discurso hegemônico fixa unilateralmente um modelo de desenvolvimento e uma medida para avaliar os países. A ideia de fundo nesse tipo de análise é que somente há uma forma de desenvolvimento possível, que é aquela dos países do Norte. Por isso, cabe a essas nações orientar seus vizinhos mais pobres, oferecendo-lhes ajuda técnica, humana e financeira através, sobretudo, de programas de cooperação oficial. Frequentemente, essa ajuda envolve empréstimos das instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (FRANCH; BATISTA; CAMURÇA, 2001 p.79-80).

O FMI, criado no mesmo ano e contexto do Banco Mundial, tem 188 países membros<sup>126</sup> e também funciona por cotas que determinam o poder de voto. É a instituição que mais claramente condiciona seus empréstimos à implantação de políticas de ajuste estrutural no país credor. De acordo com Franch, Batista e Camurça (2001), de modo geral, as principais restrições que o FMI impõe aos países são: 1) rigorosos programas de ajuste nos gastos públicos, que provocam o agravamento da miséria e da injustiça social; 2) redução drástica da autonomia do país no que diz respeito às políticas de desenvolvimento econômico e social, a médio e longo prazos; 3) subordinação das políticas públicas àquelas aceitas pelos investidores internacionais.

Desta forma, os receituários impostos aos países considerados em desenvolvimento implicam na falta de autonomia, ou a denominada soberania nacional, na condução de políticas e programas que possam direcionar o estabelecimento das reformas de base e de ampliação de direitos para a classe

---

<sup>126</sup> <http://www.imf.org/> Acesso em 27/10/2016

trabalhadora<sup>127</sup>. Esta relação entre os países, em âmbito internacional, também se reflete no estabelecimento das políticas neoliberais implementadas por diferentes governos<sup>128</sup> que compactuam com a lógica de desenvolvimento dos mercados internacionais.

Seguindo os mesmos direcionamentos das Instituições Financeiras Multilaterais temos o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que foi estabelecido em 1959, como uma associação entre os 19 países latino-americanos e os Estados Unidos<sup>129</sup>, sendo o mais antigo entre os bancos regionais do mundo<sup>130</sup> e o que se autodenomina como a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. O BID é constituído pela Corporação Interamericana de Investimento (CII) e pelo Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN).

São acionistas do BID 48 países do mundo, incluindo os 26 países membros mutuários da América Latina e do Caribe. Assim como nos outros organismos multilaterais o poder de votação está baseado na contribuição financeira de cada país ao capital ordinário da Instituição. O Brasil é o terceiro maior acionista. Todo país interessado em fazer parte do BID como membro regional deve ser membro da Organização de Estados Americanos (OEA) e os membros não regionais devem ser membros do FMI.

A posição do Brasil no BID, assim como o estabelecimento de suas relações na região, no que se refere ao modo de inserção de empresas brasileiras nos outros

---

<sup>127</sup> No Brasil, quando se começava a vislumbrar propostas de reformas sob esse viés, a aristocracia militar aliada aos Estados Unidos (principal país representante do Imperialismo) tratou de coibi-las por meio do estabelecimento da ditadura civil e militar. Para Ianni (1988) “As relações externas, principalmente as de cunho imperialista, são uma dimensão importante das condições de organização, funcionamento e transformação dos regimes políticos na América Latina. Em graus variáveis, é óbvio, essas relações estão presentes nas flutuações entre a ditadura e democracia, ou golpe de Estado e revolução, frequentes em países latino-americanos”. (IANNI, 1988, p.13).

<sup>128</sup> Mesmo os governos considerados populares e de esquerda na América Latina implementaram os ajustes estruturais orientados pelo mercado e que significaram uma contrarreforma e perda de direitos para a classe trabalhadora.

<sup>129</sup> Os países membros originais do BID são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos. O número de países membros aumentou com o ingresso de Trinidad e Tobago em 1967, Barbados e Jamaica em 1969, Canadá em 1972, Guyana em 1976, Bahamas em 1977 e Suriname em 1980. Entre 1976 e 1986 ingressaram ao Banco os 22 países membros não regionais que incluem os 16 países europeus, Israel e Japão. Belice ingressou em 1992, Croácia e Eslovênia em 1993, Coreia em 2005 e por último a República Popular da China em 2009. Informações retiradas do site <http://www.iadb.org>. Acesso em 29/11/2014.

países da América Latina e da África leva a um novo debate do Brasil como país que expressa o modelo imperialista em suas relações comerciais<sup>131</sup>. Desta forma, apontamos para o entendimento de que a mundialização do capital e seu desenvolvimento na fase imperialista são se pauta apenas em um direcionamento linear de um movimento desordenado do Capital, assim como suas consequências também não se desencadeiam apenas em suas dimensões econômicas, mas também políticas e sociais.

Na prática, no entanto, o que tem sido mais frequente e sistemático é a combinação dinâmica de interesses econômicos e políticos. Note-se que os interesses militares habitualmente combinam interesses econômicos e políticos. Da mesma forma, muitos acordos, tratados e programas relativos a questões científicas universitárias e religiosas, entre outras, também têm estado combinadas com os interesses políticos e econômicos que comandam as relações dos governantes dos Estados Unidos com os dos outros países do hemisfério. (...). Assim, durante as décadas posteriores à Guerra Mundial, as relações políticas, econômicas, militares e culturais de dependência na América Latina desenvolveram-se segundo exigências da guerra fria e das novas expansões internacionais do capitalismo norte-americano (IANNI, 1988, p.23;31).

Aqui, retomamos o debate de busca de homogeneização das culturas e das relações sociais em todas as suas dimensões, ou na realidade, da sobreposição de uma sobre outra. Desta forma, voltamos ao debate da associação entre desiguais. De acordo com Ianni (1988), neste tipo de associação, a desigualdade tende mais frequentemente a manter-se do que a anular-se. Concordamos com o autor na afirmação de que “desigualdade não se nega pela associação. E muito menos ela se nega pela associação com o país que exerce o mando” (IANNI, 1988, p.41).

Neste sentido, esta associação por meio do processo de globalização “em resposta à natureza expansiva do capital tem levado a fragmentação econômica, mas também cultural, política e social dos países<sup>132</sup>” (SARAVIA, 2008, p.62). Na interlocução do tema sobre a situação dos países da América Latina nesta relação de associação, a autora continua o diálogo fazendo uma distinção entre integração e globalização. Para ela,

---

<sup>131</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema ver Fontes (2010).

<sup>132</sup> En respuesta a la naturaleza expansiva del capital ha llevado a la fragmentación económica, pero también cultural, política y social de los países.

O processo de integração ao contrário de ser complementar ao processo de globalização é um processo alternativo que vai mais além da esfera comercial. (...). A integração é um instrumento potencial para reduzir as desigualdades econômicas e sociais que sofrem a maioria dos países. Seu objetivo principal neste sentido, não é o de alcançar benefícios comerciais maiores, senão, e sobretudo, alcançar o bem-estar de seus habitantes referente à qualidade de vida<sup>133</sup> (SARAVIA, 2008, p.63, tradução nossa).

No que se refere à particularidade dos direitos das mulheres e do enfrentamento as distintas desigualdades, processos de integração foram e são fundamentais para o estabelecimento de legislações e parâmetros que norteiam as políticas públicas direcionadas às mulheres. Como exemplo, citamos os acordos e Fóruns no interior do Mercosul.

Analisando o processo gradativo de construção da institucionalidade do Mercosul sob o enfoque de gênero, são de fundamental importância as Resoluções 37/2000, 83/2000 e 84/2000, do Grupo do Mercado Comum. A primeira dessas resoluções propõe a elaboração de uma lista de atualização periódica contendo todos os programas, medidas e projetos com incidência sobre as mulheres na região, executados por órgãos do Mercosul. A segunda resolução insta os governos dos países-membros a envidar esforços para promover a integração e harmonização metodológica dos bancos de dados existentes, com vistas a contar com indicadores regionais consistentes para a formulação de políticas produtivas e sociais fundamentais com a devida consideração das questões de gênero. A terceira resolução instrui diferentes foros do Mercosul a incorporar a perspectiva de gênero no planejamento, elaboração, implementação e avaliação de atividades, políticas e programas, com especial ênfase na análise do impacto sobre as mulheres e visando garantir a igualdade e equidade dos gêneros (DIAS; YANNOULAS, 2003, p.74-75).

Os processos de integração são, portanto, distintos da globalização e da forma de relação de subordinação vivenciada entre países em nível mundial. As relações postas no âmbito internacional, de subordinação entre os países imperialistas e os chamados “países em desenvolvimento” não acontecem explicitamente por meio de imposições, mas expressam também as decisões e

---

<sup>133</sup> El proceso de integración al contrario de ser complementario al proceso de globalización, es más bien un proceso alternativo que va más allá de la esfera comercial. (...). La integración es un instrumento potencial para reducir las desigualdades económicas y sociales que sufren la mayoría de los países. Su objetivo principal en este sentido no es el de lograr los beneficios comerciales mayores sino, y sobre todo, lograr el bienestar de sus habitantes en cuanto a calidad de vida se refiere.

acordos feitos pelos dirigentes estatais e as burguesias nacionais dentro das denominadas “relações diplomáticas”.

A verdade é que as negociações e relações desenvolvidas por meio de organizações multilaterais permitem e facilitam a transformação dos problemas políticos e econômicos envolvidos nas relações imperialistas em problemas de administração, eficácia, adequação prática de meios e fins, ou performance. Nesse nível, a racionalidade formal ou abstrata, que somente pode realizar-se pela quantificação e cálculo, substitui a racionalidade concreta, que resulta das relações, tensões e contradições reais. No âmbito dos órgãos multilaterais, as relações, os processos e as estruturas reais são desagregados em fatores e variáveis econômicos, sociais, demográficos, físicos e outros. É no curso dessa desagregação que se produz a transformação dos acontecimentos reais, políticos, econômicos a um tempo, em problemas de administração ou performance (IANNI, 1988, p.125).

A partir de tal reflexão explicitamos que, quando estamos falando em desigualdades estas se expressam não somente no campo numérico, apesar de este ser um importante instrumento de visualização das mesmas. As desigualdades se expressam nas condições concretas de vida da classe trabalhadora e nas relações de dominação e exploração vivenciadas pela mesma.

Igualmente, também apontamos que, perpassando estas relações, há lutas e resistências, seja em nível de articulações locais nas distintas reivindicações dos sujeitos políticos coletivos ou no âmbito regional e intercontinental por meio de estratégias de atuação nos espaços de organizações autônomas e no embate de correlação de forças dentro das próprias organizações governamentais e intergovernamentais.

Ainda sobre as relações de dominação a caracterização do imperialismo esta é perpassada por perspectivas teóricas diferenciadas. Há as que consideram as relações desiguais entre os países como um processo natural de desenvolvimento do capitalismo onde o livre comércio e a concorrência são consideradas como fontes de desenvolvimento econômico. Brown (1978) apresenta as características da visão liberal-clássica do imperialismo<sup>134</sup>, sendo elas:

1 – A concorrência na economia internacional, assim como na economia nacional, é típica, e quanto mais perfeita for melhor será a

---

<sup>134</sup> Tais características são apresentadas, segundo o autor, tomando como referência a obra de Hicks (1969) “A Theory of Economic History”.

utilização de recursos; posições monopolísticas são ou de curta duração, pela sua própria natureza, ou causadas por influências não-econômicas de agrupamento de poder político.

2 – A concorrência incentiva a inovação para reduzir custos e, portanto, o crescimento econômico;

3 – A extensão da economia capitalista para áreas não capitalistas tem beneficiado as últimas, porque na economia capitalista os custos são reduzidos pela concorrência, a empresa é liberada e as poupanças são geradas para o crescimento econômico;

4 – A concorrência entre comerciantes dentro das nações e entre as nações é essencialmente pacífica, porque todos se beneficiam da busca individual do interesse próprio dentro de regras e regulamentações comuns;

5 – Os benefícios do livre comércio são distribuídos entre nações de uma forma aproximadamente equitativa;

6 – A motivação dos capitalistas industriais para a atividade econômica não precisa ser distinguida da dos capitalistas mercantis; todos são comerciantes apesar da distinção da retenção, por parte dos capitalistas industriais, de grandes proporções de capital fixo;

7 – Onde as políticas mercantilistas de regulação do comércio são aplicadas por governantes, os mercadores e outros comerciantes são o instrumento dessas políticas, e podem ser os beneficiários, mas não são seus instigadores originais.

8 – Instituições, grupos dominantes e atitudes pré-capitalistas se transferem para a economia capitalista e continuam a distorcer seu livre funcionamento por longos períodos de tempo (p.33).

Sobre tais considerações, as quais discordamos, a partir da perspectiva marxista, apontamos as seguintes argumentações: 1 – Não temos como falar do desenvolvimento do capitalismo sem analisar suas contradições, principalmente em sua dimensão essencial referente a exploração do trabalho; 2 – A liberdade de mercado é uma liberdade vaga que não condiz com as interfaces do papel do Estado e outros sujeitos institucionais que permeiam as relações entre os mercados, a exemplo das Organizações Internacionais; 3 - a concorrência nunca é igualitária em relações que já são em si desiguais a exemplo dos grandes monopólios e da situação entre as economias capitalistas centrais e as economias dependentes;

Em contraposição a perspectiva liberal sobre imperialismo, trazemos as principais características apresentadas por Lenin (2012) como fundamentais para a compreensão desta fase de desenvolvimento do capitalismo sendo elas:

1) A concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;

2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira;

- 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5) Conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p.124).

A partir de tais caracterizações Lenin (2012) apresenta, portanto, o imperialismo como um estágio de desenvolvimento do capitalismo onde predomina a dominação dos monopólios<sup>135</sup> e do capital financeiro, características estas abordadas no item anterior sobre o processo de mundialização do capital. Este desenvolvimento é acompanhado pelo deslocamento de mercado em um “ajuste espaço-temporal”, citado por Harvey (2005) como forma de superação das crises capitalistas.

A produção e reorganização do espaço geográfico, a nova divisão internacional do trabalho e a forma como se configuram os acordos institucionais em nível internacional caracterizam a expansão do capital para regiões onde o desenvolvimento capitalista ainda não se apresentava no auge de expansão de suas capacidades produtivas.

A abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação do capital e de penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas em formações sociais preexistentes brindam diversos modos de absorver os excedentes de capital e trabalho existentes<sup>136</sup> (HARVEY, 2005, p.102, tradução nossa).

Este processo de expansão geográfica do capital leva com ele os elementos de produção, contradições e destruição característicos de sua forma de

---

<sup>135</sup> Lenin (2012) caracteriza quatro principais tipos de monopólio. “Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Ele é formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, pelos carteis, pelos sindicatos e pelos trustes. (...). Segundo: os monopólios vieram acirrar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria básica e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheria e a siderúrgica. (...). Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, que, de modestas empresas intermediárias no passado, se transformaram, hoje, em monopolistas do capital financeiro. (...). Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capitalismo financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral”. (p.166).

<sup>136</sup> “La apertura de nuevos y más baratos complejos de recursos, de nuevos espacios dinámicos de acumulación de capital y de penetración de relaciones sociales y arreglos institucionales capitalistas en formaciones sociales preexistentes brindan diversos modos de absorber los excedentes de capital y trabajo existentes.”

desenvolvimento. Para Harvey (2005) isto se configura como “a história da destruição criativa (com todas as consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo<sup>137</sup>” (p.103, tradução nossa).

A expansão capitalista para novos territórios também vem acompanhada de uma ideologia de progresso a exemplo dos discursos postos para o ingresso do capital internacional em países da América Latina. Tal ideologia tem o Estado como um dos principais veículos para sua expansão via direcionamento político econômico neoliberal de suas políticas internas. Também apontamos neste processo a característica da acumulação por despossessão/espoliação<sup>138</sup> o que vem devastando os recursos naturais e culturais dos países inseridos na relação de dominação imperialista.

Sobretudo, devemos prestar atenção aos ataques levados a cabo pelos fundos especulativos de cobertura e outras grandes instituições do capital financeiro como a ponta de lança da acumulação por despossessão nos últimos anos. (...). Também tem aparecido mecanismos completamente novos de acumulação por despossessão. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC marca os caminhos através dos quais as patentes e licenças de materiais genéticos, sementes, e qualquer forma de outros produtos, podem ser usadas contra populações inteiras cujas práticas de manejo ambiental tem tido um papel crucial no desenvolvimento desses materiais. (...). A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual supõe a total despossessão – a indústria da música se destaca pela apropriação e exploração da cultura e a criatividade populares. A corporatização e privatização de ativos previamente públicos (como as Universidades), sem mencionar a onda de privatizações da água e outros serviços públicos que tem arrasado o mundo, constitui uma nova onda de “cercamento dos bens comuns<sup>139</sup>” (HARVEY, 2005, p. 114-115, tradução nossa).

---

<sup>137</sup> “Esta es la historia de la destrucción creativa (con todas sus consecuencias sociales y ambientales negativas) inscrita en la evolución del paisaje físico y social del capitalismo”.

<sup>138</sup> Aqui trazemos o pensamento de Harvey (2005) sobre espoliação por considerar que ele traz elementos importantes para a análise sobre a expansão geográfica, política e econômica do capital. Ao longo do trabalho trabalhamos com o termo expropriação. Fontes (2010) aponta algumas questões que considera problemática no termo espoliação. No entanto, não faremos este debate por considerarmos que apesar da particularidade diferenciada de análise sobre a forma como se configura a acumulação do capital ambos coincidem na análise sobre um desenvolvimento predatório de captura e degradação dos elementos naturais, culturais e das capacidades humanas por meio da exploração do trabalho.

<sup>139</sup> “Sobre todo, debemos prestar atención a los ataques llevados a cabo por fondos especulativos de cobertura y otras grandes instituciones del capital financiero como la punta de lanza de la acumulación por desposesión en los últimos años. (...). También han aparecido mecanismos



Na América Latina os processos de privatizações tem se ampliado a partir da década de 1990. Para além da concessão de administração de empresas aos recursos naturais há a privatização de serviços básicos como educação e saúde em uma perspectiva cada vez mais liberal do Estado mínimo para os serviços públicos estatais. Na maioria das vezes, se não em todas, o Estado, para privatizar utiliza-se do discurso de déficit financeiro do Estado ou na necessidade de adequar a economia para cumprir os acordos financeiros a exemplo do pagamento da dívida externa.

Desta forma, temos a desnacionalização de empresas estatais, principalmente nas áreas de energia e petróleo, passando a ser administradas por grandes corporações e a expropriação dos recursos naturais, eliminando ou restringindo os direitos territoriais a exemplo dos territórios das populações indígenas. Tal expropriação vem acompanhada da expansão de um modelo de desenvolvimento extrativista que não leva em consideração a perspectiva de desenvolvimento humano.

---

completamente nuevos de acumulación por desposesión. El énfasis en los derechos de propiedad intelectual en las negociaciones de la OMC marca los caminos a través de los cuales las patentes y licencias de materiales genéticos, plasma de semillas, y cualquier forma de otros productos, pueden ser usadas contra poblaciones enteras cuyas prácticas de manejo ambiental han jugado un papel crucial en el desarrollo de estos materiales. (...). La mercantilización de las formas culturales, las historias y la creatividad intelectual supone la total desposesión – la industria de la música se destaca por la apropiación y explotación de la cultura y la creatividad populares. La corporativización y privatización de activos previamente públicos (como las universidades), por no mencionar la ola de privatización del agua y otros servicios públicos que ha arrasado el mundo, constituye una nueva ola de “cercamientos de los bienes comunes”.

## Capítulo 5 - Os Organismos Internacionais e o enfrentamento a precarização do trabalho das mulheres na América Latina



Di Cavalcanti

Como a promessa de 'oportunidades iguais' é utilizada como desvio mistificador pela ideologia dominante, permanecendo para os que aspiram a uma oportunidade tão impalpável como um sonho impossível, é grande a tentação de virar as costas para toda essa questão da igualdade e procurar vantagens relativas para porções mais ou menos limitadas de homens ou mulheres em posição estruturalmente subordinada. É justamente isso que o artifício ideológico oco da 'igualdade de oportunidades' tenciona obter prometendo um avanço em direção a uma condição cuja realização está negando e ao mesmo tempo excluindo a possibilidade de uma ordem social equitativa. (MÉSZÁROS, 2002, p.301).

Dialogaremos sobre as Organizações Internacionais tendo como elemento mediador para esta análise a dimensão de contradição que perpassa as orientações, políticas e programas direcionados por tais Organizações para as trabalhadoras dos países da América Latina. Esta contradição se expressa entre os direcionamentos de uma ideologia burguesa, a atuação e resistência dos/as trabalhadores junto a tais Organizações e as formas de atendimento as reivindicações elencadas pelo movimento feminista em nível regional e internacional. Tal contradição também é expressa entre as orientações e acordos explicitados nas Convenções, Declarações e Conferências e a objetivação e tais propostas.

Apresentamos ainda neste capítulo as diferentes abordagens sobre a desigualdade entre homens e mulheres explicitadas pela ONU, Cepal e OIT e a forma como tais organizações apresentam o debate sobre o conceito de gênero, empoderamento e trabalho decente.

## 5.1 – AS CONFERÊNCIAS DA ONU E SUAS ABORDAGENS SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES.

A ONU apresenta ao longo de sua constituição um debate orientado para a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres na sociedade. Desde o primeiro ano de consolidação (1945), o ECOSOC estabeleceu uma comissão sobre o Status da Mulher a qual era responsável pelos diálogos relacionados à igualdade de “gêneros”. Uma das primeiras realizações de tal comissão foi assegurar a “neutralidade de gênero” no projeto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborado em 1948<sup>140</sup>.

No entanto, apesar de expor em sua declaração universal a igualdade de direitos sem distinção de raça, cor, sexo e religião, foi somente a partir da década de 1970, impulsionado pela ebulição do movimento feminista, que a ONU voltou-se para uma abordagem mais direta sobre a situação de desigualdade e violência vivenciada pelas mulheres nas distintas partes do mundo.

Em 1975 foi realizada, na cidade do México a 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Tal conferência deliberou alguns encaminhamentos,

---

<sup>140</sup> <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>. Acesso em 12/02/2017.

dentre eles o estabelecimento da década da mulher (1975-1985) e a criação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) instituído em 1976<sup>141</sup>.

Um dos objetivos centrais da UNIFEM era a proposta de erradicar a violência e todas as formas de discriminação que as mulheres vivenciavam no mundo. Para tanto sua linha de atuação tanto se dava no fortalecimento do movimento de mulheres quanto na colaboração com governos e organizações não governamentais na busca de ampliação das “possibilidades” direcionadas para as mulheres. A UNIFEM ainda definia como missão velar pelas necessidades e propostas do movimento de mulheres em todo o mundo frente aos governos nacionais e dentro do sistema das Nações Unidas<sup>142</sup>.

O Fundo teve uma grande abrangência e passou a ter atuação em mais de 100 países. Na América Latina como um todo buscando a “inclusão igualitária, plural e multicultural”, o UNIFEM tem trabalhado para o fortalecimento organizativo das mulheres com vistas a suas participações em processos democráticos da região e na geração de propostas de políticas públicas e na sua implementação<sup>143</sup>.

Na América Central o UNIFEM desempenhou apoio técnico a bancada de parlamentares considerados/as comprometidos/as com os direitos das mulheres dentre outras ações de articulação. No Caribe o apoio aos considerados defensores/as da “igualdade de gênero” se dava por meio da execução de cursos de formação os quais também eram direcionados para mulheres rurais, indígenas, etc.

O UNIFEM estava pensado para ter uma vigência de 09 anos, até a finalização da década da mulher. No entanto, em 1984 a Assembleia Geral da ONU decidiu manter o Fundo como entidade dentro do PNUD e desta maneira o UNIFEM foi constituído de forma permanente<sup>144</sup>, permanecendo até sua reestruturação para a ONU Mulheres, em 2010, conforme já apontado no capítulo anterior.

---

<sup>141</sup> <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/> . Acesso em 12/02/2017.

<sup>142</sup> <http://www.cinu.org.mx/onu/estructura/mexico/fond/unifem.htm> . Acesso em 15.01.2017

<sup>143</sup> Para maiores informações sobre a atuação da UNIFEM na América Latina e os projetos desenvolvidos em alguns países, consultar: <http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/6/38906/UNIFEM.pdf> Acesso em 12/02/2017

<sup>144</sup> <http://www.cinu.org.mx/onu/estructura/mexico/fond/unifem.htm> . Acesso em 15.01.2017

No que se refere às outras formas de atuação frente às questões de desigualdade e integração a ONU desenvolve diversos mecanismos institucionais como acordos, convenções e conferências voltados para a temática da defesa dos direitos humanos particularizando alguns grupos considerados mais vulneráveis. Exemplificamos aqui a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial – CERD realizada em 1965, a CEDAW em 1979 e a convenção relativa aos direitos da criança em 1990. Para além destes mecanismos também conta com as resoluções do Conselho de Segurança elaboradas principalmente sobre a temática de povos em conflito.

Analisaremos aqui as abordagens sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas declarações e conferências, assim como as agendas e objetivos do milênio. Nossa ênfase está em conhecer como o conceito de gênero está inserido nos textos de tais declarações. Os documentos que subsidiaram esta análise foram: a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979); o Relatório da Conferência Internacional sobre População e desenvolvimento – Plataforma de Cairo, (1994); Declaração e PAM da IV Conferência Mundial sobre a mulher – Beijing (1995); a Declaração e objetivos do milênio (2000); a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015) e um documento da ONU intitulado “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar os direitos<sup>145</sup>” (2015, tradução nossa).

Nestes documentos a abordagem sobre “gênero” aparece de forma diferenciada. Na realidade há a predominância da utilização do termo “igualdade entre os sexos” e “igualdade entre homens e mulheres”. Somente na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e no documento o Progresso das mulheres no mundo, ambos de 2015 é que aparece o termo igualdade de gênero. Na PAM de Beijing (1995) o termo gênero aparece, mas não como igualdade de gênero, fala-se de políticas e programas baseados no gênero, e de analisar tais políticas e programas a partir de uma perspectiva de gênero.

A incorporação do conceito de “gênero” pelos organismos internacionais está, portanto, atrelada a uma contradição na relação de inserção das pautas de reivindicações das mulheres nestes espaços, perpassado pela atuação do

---

<sup>145</sup> “El progreso de las mujeres en el mundo 2015 – 2016: transformar las economías para realizar los derechos”.

movimento feminista nas Conferências Internacionais. A elaboração dos textos de todas as conferências da ONU expressa um conhecimento aprofundado sobre a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres nas áreas de trabalho, saúde educação, acesso a tecnologia, situação das distintas formas de violência etc. Também expressam as reivindicações históricas do movimento feminista mesmo em temas considerados mais polêmicos, como a luta das mulheres pela descriminalização e legalização do aborto.

No entanto, junto à explicitação de tais situações, temos a utilização de conceitos que não trazem avanços no debate sobre as condições estruturais de vida das mulheres a exemplo do termo “*empowerment*”<sup>146</sup>, pautado em uma atitude individual de participação consciente dos sujeitos em espaços de decisões. Desta forma, prioriza-se o sujeito individual em detrimento da categoria mulheres como sujeito coletivo.

Iniciamos uma análise mais detalhada pela CEDAW realizada em 1979. Este é o primeiro documento em nível mundial que dispõe sobre os direitos humanos das mulheres os quais ganharam mais incidência, no entanto, somente após a Conferência de Beijing (1995), considerada como um marco no estabelecimento dos direitos das mulheres em âmbito mundial.

Na apresentação do texto da convenção é situada que a realização da convenção “*resultou de iniciativas tomadas dentro da Comissão de Status da Mulher (CSW, sigla em inglês) da ONU, órgão criado dentro do sistema das Nações Unidas, em 1946, com o objetivo de analisar e criar recomendações de formulações de políticas aos vários países signatários da Convenção, visando ao aprimoramento do status da mulher*”.

Vê-se aqui uma abordagem ainda incipiente no que diz respeito à compreensão totalizadora e complexa da situação das mulheres, apontando-a como uma questão de *status* e não de desigualdade e discriminação postas nas relações sociais que permeiam a sociedade patriarcal e capitalista.

---

<sup>146</sup> Dialogaremos um pouco mais a frente sobre este conceito.

A convenção estabelece orientações para os Estados signatários e delinea os mecanismos de monitoramento via acompanhamento de relatórios que deve ser apresentados periodicamente pelos Estados, denúncias individuais<sup>147</sup> e visita *in loco*.

Os Estados-parte têm o dever de eliminar a **discriminação contra a mulher** através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Essas obrigações se aplicam a todas as esferas da vida, a questões relacionadas ao casamento e às relações familiares e incluem o dever de promover todas as medidas apropriadas no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado. (p.15-16, grifos nossos).

O relatório ainda expressa que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana o que interliga os direitos das mulheres a defesa dos direitos humanos. Há o entendimento de que a discriminação vivenciada pelas mulheres dificulta sua participação, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país e “constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família”. Além de dificultar “o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade” (p.19).

Como pode ser observado nas abordagens acima, esta é uma conferência que apesar de avançar no reconhecimento de algumas situações vivenciadas pelas mulheres não o faz a partir de uma perspectiva mais crítica de melhorias das condições e liberdade das mulheres para elas mesmas. No relatório a discriminação é apontada como um obstáculo para a sociedade e para a família, desta forma sua superação é vista não somente pela melhoria na vida das mulheres, mas também como um equilíbrio para a sociedade. Ao explicitar que a discriminação dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades das mulheres para prestar serviço a seu país e a humanidade, mais uma vez externa os interesses gerais políticos e econômicos associados à garantia dos direitos das mulheres.

---

<sup>147</sup> “Consideração das comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que aleguem a ocorrência de violações a quaisquer direitos previstos na Convenção da Mulher. Estas comunicações têm o intuito de, a partir de um diálogo entre o Comitê CEDAW e o Estado-parte acusado de violar os direitos, verificar quais as providências que estão sendo tomadas para a superação do problema. Caso seja preciso, o Comitê CEDAW designará uma equipe para realizar visitas e investigação *in loco*. Ambos os mecanismos – petição individual e visitas *in loco* - foram previstos pelo Protocolo Facultativo à Convenção da Mulher” (p.17).

Sobre o conceito de discriminação contra a mulher expresso no relatório da Convenção este é caracterizado nos seguintes termos:

Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, **exclusão ou restrição baseada no sexo** e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (p.20, grifos nossos).

Assim, como apontamos no início deste tópico, o conceito de gênero ainda não tinha sido apropriado no discurso da ONU, como não o era também no movimento feminista. Tal fenômeno expressa o recente tempo histórico de difusão do conceito e sua rápida incorporação em distintas esferas. Também pode-se observar a compreensão das diferenças baseadas no sexo, mas sem explicitar as relações sociais capitalistas e patriarcais que dão sustentação a esta diferenças, sendo aqui mais abordado a dimensão do sexo biológico.

No campo do trabalho elencamos abaixo as orientações indicadas no relatório.

Artigo 11º - Os Estados-parte adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) **O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;**
- b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;
- c) O direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico;
- d) O direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho;
- e) O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doenças, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas;
- f) O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a **salvaguarda da função de reprodução.**



2. A fim de impedir a **discriminação contra a mulher** por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-partes tomarão as medidas adequadas para:

a) Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil;

b) **implantar a licença de maternidade**, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais;

c) Estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante o fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças;

d) Dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalhos comprovadamente prejudiciais para elas (grifos nossos).

Explanaremos aqui algumas considerações sobre as orientações apresentadas acima. 1) colocar o trabalho como direito inalienável de todo ser humano é totalmente contraditório como a noção e efetivação dos direitos na sociedade capitalista e as condições de exploração do trabalho que a caracterizam; 2) Não se tinha avançado ainda o debate sobre divisão sexual do trabalho e este conceito sequer é citado; 3) Ainda não tinha avanços sobre os direitos das mulheres no âmbito do trabalho que abarcasse suas particularidades a exemplo da licença maternidade e esta quando foi implementada ainda expressava e expressa uma visão conservadora de responsabilização direta das crianças às mulheres, a exemplo da ausência ou limitação de dias da licença paternidade.

Até a atualidade, apesar da garantia legal de direitos, muitas mulheres ainda são demitidas ou tem mais dificuldade de acesso ao emprego formal por engravidarem, por faltarem mais ao trabalho para levar filhos/as, e parentes a médicos, etc. Por mais que não se explicita esta argumentação, ainda é visível a substituição de mulheres por homens em determinados locais de trabalho a partir destas situações.

Continuando a análise sobre as Conferências e convenções, seguindo uma ordem cronológica de realização das mesmas para acompanhar o tempo histórico de incorporação do conceito de gênero faremos breves considerações sobre a Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento – Plataforma de Cairo, 1994. Apesar de ser uma Conferência que não aborda diretamente a problemática dos direitos das mulheres este debate a perpassa diretamente.

Nesta conferência, mesmo já sendo em metade da década de 1990 o conceito de gênero ainda não é adotado no corpo de seus artigos, prevalecendo a utilização das categorias sexo e mulheres, mesmo que o conceito de gênero já apareça em sua apresentação. A conferência do Cairo expressa um importante avanço no reconhecimento mundial dos direitos das mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, fruto da visibilidade das lutas das mulheres e a participação de integrantes do movimento feminista no desenvolvimento das conferências. Este avanço é expresso claramente em dois de seus princípios.

#### Princípio 4

O progresso na **igualdade e equidade dos sexos**, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. **Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.** A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional (p.42-43).

#### Princípio 8

Toda pessoa tem direito ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental. Os estados devem tomar todas as devidas providências para assegurar, na base **da igualdade de homens e mulheres**, o acesso universal aos serviços de assistência médica, inclusive os relacionados com saúde reprodutiva, que inclui planejamento familiar e saúde sexual (p.43).

A Conferência, para além da explicitação dos direitos das mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos situa a discrepância entre as nações ricas e pobres, a situação de pobreza generalizada e o reconhecimento das mulheres como sendo a maioria desta população em situação de pobreza. No entanto, apesar deste reconhecimento não aponta os elementos geradores de tal pobreza.

Como as mulheres são, em geral, os mais pobres dos pobres e, ao mesmo tempo, **atores-chave no processo de desenvolvimento**, a eliminação da discriminação social, cultural, política e econômica da mulher é um pré-requisito para a erradicação da pobreza, para a promoção do crescimento econômico sustentado no contexto de um desenvolvimento sustentável, para a disponibilidade de serviços de planejamento familiar de qualidade e de saúde reprodutiva, e para a

consecução do equilíbrio entre população e recursos disponíveis e sistemas sustentáveis de consumo e produção (p.47).

Aqui ainda predomina a utilização do conceito de discriminação sem articular também com as relações de desigualdade além da preocupação ser o processo de desenvolvimento sem caracterizar qual tipo de desenvolvimento se refere. Ainda no capítulo IV do relatório da Conferência intitulado “Igualdade dos sexos, equidade e empoderamento da mulher” o fim explícito é o processo de desenvolvimento. “A educação é um dos meios mais importantes de emancipar a mulher com saber, habilidades e autoconfiança necessários para uma plena participação no processo de desenvolvimento”.

Outro elemento importante para se observar é o apontamento da eliminação da discriminação social, cultural, política e econômica da mulher como um pré-requisito para erradicação da pobreza. Mais uma vez o discurso de superação da pobreza é vazio das determinações que gera e mantém a pobreza na sociedade. Também apontamos para o fato de apresentar a consecução do equilíbrio entre população e recursos disponíveis sem abordar a superação da concentração de renda e das riquezas. Desta forma, as elaborações explicitadas no relatório, apesar de ser inegável seu avanço, ainda são vazias de análises mais críticas sobre a situação de desigualdade e formas de explorações de homens e mulheres no mundo.

Explicitamos que é impossível falar de emancipação da mulher – como é pretendido no relatório - sem que falemos de emancipação de homens e mulheres da situação de exploração que vivenciam na sociedade capitalista. A única forma de emancipação possível nos ditames da sociedade capitalista é a emancipação política e mesmo esta ainda apresenta inúmeras barreiras para sua efetivação.

Neste sistema, em que predomina uma falsa democracia e uma falsa concepção de liberdade atrelada a ideia de “cidadania” é impossível pensar em uma real liberdade de todos os sujeitos e conseqüentemente, uma liberdade de todas as expressões de sentimento humano. “A igualação abstrata de todos os indivíduos perante a lei, impede de fato, que no plano do direito as desigualdades sociais se expressem como tais” (DIAS, 1997, p. 35).

Esta afirmação aprofunda o pensamento de que a igualdade de direitos cidadãos apesar de ser um fator de extrema importância na sociedade desigual em

que vivemos, não traz consigo o princípio de liberdade humana, uma vez que os direitos são colocados não de forma livre para os indivíduos, mas apenas como uma “liberdade individual”. Tal fato pode ser demonstrado na tradicional afirmação de que “a sua liberdade termina a medida que começa a minha”. Citando, para exemplificar esta situação, o direito a propriedade privada Marx na *Questão Judaica* argumenta que

O direito humano a propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal. A liberdade individual e sua aplicação constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz que todo homem encontre em outros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta” ( Marx, 2007 p. 34-35).

A busca por uma real liberdade imprime, portanto, a busca pela superação da sociabilidade vigente. Não basta emancipação política e, com ela, a democracia formal. “Somente a igualdade substantiva pode ser a base de uma justiça significativa, mas nenhuma justiça legalmente decretada cria uma igualdade legítima” (MESZÁROS, 2002, p.305-306).

Apontando outro limite da emancipação política corroboramos com Marx quando o mesmo afirma que “O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2007 p.19).

A conquista nos espaços de legislações está limitada a igualdade de direitos dentro da concepção atual de democracia e cidadania, portanto limitada a emancipação política. E este estado de emancipação, embora seja uma conquista importante, não elimina as contradições existentes na sociedade capitalista e nem almeja o princípio da liberdade plena. Esta liberdade só pode ser alcançada sob a égide da emancipação humana.

Entendemos emancipação humana com base nas discussões travadas por Tonet (2004) como a construção de “uma forma de sociabilidade tal que: em vez de forças humanas objetivas dominarem o processo social, seja os homens a regê-lo livre e conscientemente; não haja antagonismos sociais fundados na propriedade

não social que levem à exploração e a dominação...” (p.20). Sob a ótica marxiana afirmamos, ainda, que a emancipação humana processa-se

Somente quando o homem [e a mulher] individual recupera em si o [a] cidadão [cidadã] abstrato e se converte, como homem [e mulher] individual em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política (MARX, 2007 p. 42).

Desta forma reiteramos que falar de emancipação das mulheres sem considerar os determinantes econômicos, sociais e políticos que mantem a exploração e desigualdade na sociedade patriarcal e capitalista gera avanços, mas não superação da sua condição de existência. A Conferência de Cairo foi um marco importante em dimensões que certamente, se efetivadas, garantiriam melhorias na vida das mulheres.

A orientação para atendimento humanizado as mulheres em situação de abortamento, mesmo falando do respeito as legislações nacionais sobre a proibição ou legalização do aborto, já é um importante apontamento para esta pauta de luta histórica do movimento feminista. A compreensão da vivência de liberdade no exercício da sexualidade como fundamental para a saúde sexual e reprodutiva também demonstra um importante avanço em contraposição a visão instrumentalizada da sexualidade das mulheres limitada à reprodução.

Explicitamos abaixo a compreensão expressa na Conferência de Cairo sobre saúde reprodutiva, compreensão esta que é totalmente partilhada pelo movimento feminista, o que demonstra um profundo entrelaçamento das pautas de luta das organizações de mulheres e a busca por dar visibilidade a tais pautas no campo internacional, além de buscar algumas de suas materializações via estabelecimento de políticas públicas.

7.2 A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer.

7.3 Tendo em vista a definição supra, os direitos de reprodução

abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. (...). Como parte de seus compromissos, toda atenção deve ser dispensada à promoção de **relações mutuamente respeitadas e equitativas entre os sexos**.

Após a Conferência do Cairo prosseguiu-se no reconhecimento dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos e ampliou-se as análises sobre a situação de vida das mulheres nas distintas dimensões, explicitadas na Conferência de Beijing (1995). Ela é considerada como uma Conferência histórica tanto pela grande mobilização dos movimentos feministas de distintas partes do mundo para suas participações na Conferência quanto pelas orientações acordadas em sua PAM. Participaram deste processo mais de 06 mil delegados/as governamentais e mais de 4 mil representantes credenciadas de Organizações Não-governamentais. Um Fórum realizado de forma paralela reuniu cerca de trinta mil participantes<sup>148</sup>.

Na conferência de Beijing já há uma maior aproximação com o conceito de gênero, no entanto, este é situado especificamente na abordagem sobre a análise de políticas e programas a partir de uma perspectiva de gênero, ou de programas e políticas “baseados no gênero”. Ainda predomina a utilização do termo “igualdade entre homens e mulheres”.

A PAM de Beijing (1995) também avança na conceituação das várias formas de desigualdade vivenciada pelas mulheres, articulando as orientações que expressavam apenas o conceito de discriminação com o de desigualdade. Também, pela primeira vez aparece o objetivo de enfrentar as causas estruturais da pobreza que atinge as mulheres. Esta guinada pode ser atribuída à incidência do movimento feminista durante a Conferência.

Para muitas feministas, “Beijing foi, de muitas formas, mais que uma Conferência; foi a expressão da capacidade das mulheres e seus movimentos de se

---

<sup>148</sup> Na Conferência de Nairobi (1985) a participação tinha sido de 1900 delegados/as e o Fórum paralelo tinha aglutinado 12.000 participantes. <http://www.unwomen.org/es/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>. Acesso em 15/01/2017.

manifestar e negociar suas experiências, conhecimentos, aspirações e parte de suas utopias<sup>149</sup> (CRUZ; FRIEDMAN, 2006, p.11, tradução nossa). Um dos objetivos explicitados na declaração final da Conferência é o de

26. Promover a independência econômica das mulheres, principalmente pelo trabalho, e eliminar a carga persistente e cada vez mais pesada que a pobreza faz recair sobre elas, enfrentando as causas estruturais da pobreza com reformas nas estruturas econômicas, de modo a assegurar a todas as mulheres, mesmo as das zonas rurais, a igualdade de acesso, **como agentes vitais do desenvolvimento**, aos recursos produtivos, às oportunidades e aos serviços públicos; (p.153).

Aqui também tem uma abordagem mais realista ao utilizar o termo independência econômica das mulheres em detrimento de “emancipação da mulher”. Ainda persiste, como característica das conferências da ONU uma abordagem que visa a proposta de desenvolvimento, no entanto, aqui já se explicita, diferente das conferências anteriores, qual tipo de desenvolvimento está se pautando, sendo ele o “desenvolvimento sustentado, voltado para o ser humano”. Esta abordagem vai na contramão ao contexto político e econômico vivenciado na década de 1990 com o processo cada vez mais acelerado de mundialização do capital e de implementação de orientações neoliberais na condução das políticas públicas estatais em todas as partes do mundo.

Na PAM de Beijing também se avança na análise e apresentação de dados sobre a situação da pobreza no mundo e particularmente a situação das mulheres e aborda as implicações dos ajustes estruturais e seus efeitos negativos na vida das mulheres. Sobre a forma como é apresentada a busca de igualdade entre homens e mulheres na plataforma se explicita que a plataforma tem como objetivo.

acelerar a aplicação das Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Avanço da Mulher e a eliminação de todos os obstáculos que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, mediante uma participação plena e em **igualdade de condições** no processo de tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas. Isto supõe o estabelecimento do princípio de que mulheres e homens devem compartilhar o poder e as responsabilidades no lar, no local de trabalho e, em termos mais

---

<sup>149</sup> Beijing fue de muchas formas más que una Conferencia; fue la expresión de la capacidad de las mujeres y sus movimientos de manifestar y negociar sus experiencias, conocimientos, aspiraciones y parte de sus utopías.

amplos, na comunidade nacional e internacional. **A igualdade entre mulheres e homens** é uma questão de direitos humanos e constitui uma condição para o **êxito da justiça social**, além de ser um requisito prévio necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz (p.155, grifos nossos).

Aqui fazemos uma reflexão sobre a ideia de justiça social e como nos ideários presentes na sociedade capitalista tal ideia está conectada a noção de liberalismo político e da justiça como equidade. Também se conecta ao desenvolvimento do conceito de igualdade de condições que vai a oposição à noção de igualdade substantiva ou de condições concretas igualitárias na sociedade.

Um dos autores centrais na apresentação de ideias da justiça como equidade é John Rawls (2003). Para o autor “a ideia mais fundamental nesta concepção de justiça é a ideia de sociedade como um sistema equitativo de cooperação social que se perpetua de uma geração para a outra” (p.7).

Esta ideia central é elaborada em conjunto com duas outras ideias fundamentais a ela associadas que são: a ideia de cidadãos (os que cooperam) como pessoas livres e iguais; e a ideia de uma sociedade bem-ordenada, ou seja, uma sociedade efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça (p.7).

Esta ideia de cooperação apresentada pelo autor está conectada aos princípios do contrato social, apresentando-se como um neocontratualismo. Para Rawls (2003) “A cooperação social guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos, que aqueles que cooperam aceitam como apropriados para reger sua conduta” (p.8).

O autor ainda reconhece que algumas pessoas se encontram em situação mais “afortunadas” e que esta condição, no entanto, é irrelevante para distinguir as pessoas no que se refere a sua condição de igualdade. Para Rawls (2003) a liberdade e igualdade está fundamentada na concepção de condições morais para desenvolverem-se a cooperação na sociedade. Para ele, os cidadãos são vistos como pessoas iguais “na medida em que se considera que todos têm, num grau mínimo essencial, as faculdades morais necessárias para envolver-se na cooperação social a vida toda” (p.27).

O objeto da justiça como equidade é, por conseguinte, prático: apresenta-se como uma concepção da justiça que pode ser



compartilhada pelos cidadãos como a base de um acordo político **racional, bem-informado e voluntário**. Expressa a razão política compartilhada e pública de uma sociedade. Mas, para se chegar a uma razão compartilhada, a concepção de justiça deve ser, tanto quanto possível, independente das doutrinas filosóficas e religiosas conflitantes e opostas que os cidadãos professam (RAWLS, 2000, p.52, grifos nossos).

Apesar de afirmar que a concepção de justiça deve ser independente de doutrinas filosóficas, tal concepção já contém em si, um direcionamento político liberal, atrelado à ideologia da sociedade capitalista na propagação de princípios de democracia, liberdade e igualdade que não se concretizam nas relações cotidianas vivenciadas pela classe trabalhadora. Portanto, falar de justiça social e de igualdade de condições não caracteriza a busca por relações igualitárias política, social e econômica na sociedade.

Com isso, evidencia-se que a reconstrução das noções de justiça e igualdade permite, antes de tudo, tornar evidente como esses conceitos são tratados de modo formal e abstrato – isto é, alienado – na vivência do capital a qual, até nossos dias, segue caudatária da visão liberal oitocentista, e dela não poderia ser diferente visto que, qualquer outro tratamento dessa sociabilidade cindida evidenciaria e solaparia os seus próprios fundamentos. E é por isso mesmo que aqui se busca apontar os motivos pelos quais, categorias tais como justiça, direitos e igualdade só adquirem potencial heurístico se entendidos no âmbito de *concepções rivais* em disputa na materialização da vida social; pelo que esses conceitos são manejados em sociedades desiguais conforme os interesses em jogo, na medida em que são expressões de concepções antagônicas sobre ética, sobre o justo, sobre o que é, concretamente, o direito enquanto regulação coercitiva de valores numa dada sociedade. Assim, e para entender a tensão entre justiça concreta e formal é que se devem evidenciar os motivos pelos quais tais conceitos só podem ser entendidos no âmbito de uma teoria que trabalhe o conflito entre visões de classe acerca de justiça, igualdade e direitos (FALCÃO, 2014, p.40).

Desta forma, continuando o debate sobre a forma como se apresenta os conceitos de igualdade e liberdade na declaração de Beijing esta situa a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres na sociedade em suas diferentes fases da vida e espaços sócio-ocupacionais.

Na declaração de Beijing ainda é explicitada a sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado com crianças e pessoas idosas e a situação de trabalho não remunerado executado pelas mulheres; a não participação das mulheres nos

espaços políticos de tomadas de decisão sobre suas vidas e as imagens estereotipadas das mulheres nos meios de comunicação. Para o enfrentamento a esta situação a plataforma orienta a forma que os Estados, Organizações Internacionais, ONGs e setor privado devem conduzir as políticas, programas e projetos direcionados para as mulheres, principalmente no enfrentamento a pobreza.

**Uma análise das políticas e dos programas baseada no gênero** é, portanto, um elemento essencial das estratégias de redução da pobreza. Para erradicar a pobreza e conseguir o desenvolvimento sustentável, as mulheres e os homens devem participar plena e igualmente da formulação das políticas e estratégias macroeconômicas e sociais para a erradicação da pobreza. Isso não pode ser alcançado apenas por meio de programas contra a pobreza, mas requer a participação democrática e **mudanças nas estruturas econômicas**, com vistas a garantir o acesso de todas as mulheres aos recursos, **às oportunidades** e aos serviços públicos (p.164, grifos nossos).

analisar, **a partir de uma perspectiva de gênero**, as políticas e os programas, inclusive os relativos à estabilidade macroeconômica, ao ajuste estrutural, aos problemas da dívida externa, à tributação, aos investimentos, ao emprego, aos mercados e todos os setores pertinentes da economia, com relação aos seus efeitos na pobreza, na desigualdade, e particularmente na mulher; avaliar as repercussões dessas políticas e programas no bem-estar e nas condições de vida da família e ajustá-los, conforme convenha, para estimular uma **distribuição mais eqüitativa dos bens de produção**, do patrimônio, das oportunidades e rendas, e dos serviços (p.166, grifos nossos).

Aqui a abordagem sobre gênero é posta como uma lente de análise, o que se aproxima ao pensamento de Joan Scott (1979) em seu texto da utilização de gênero como “categoria útil para análise histórica”. No texto da PAM de Beijing (1995) há a argumentação de que “a atenção insuficiente que se tem dado às análises de gênero” faz com que sejam ignorados os interesses e contribuições das mulheres desde a esfera das políticas econômicas à dimensão familiar.

Em consequência, é possível que muitas políticas e programas continuem contribuindo para a desigualdade existente entre a mulher e o homem. Nos casos em que se tem registrado progresso na integração de **uma perspectiva de gênero**, tem ocorrido uma melhoria da eficácia dos programas e políticas (p.205, grifos nossos).

Temos assim a disseminação da ideia de que as políticas com uma “perspectiva de gênero” é um fator que tem melhorado a eficácia dos programas e políticas. Sobre esta argumentação apontamos para a reflexão de que é inegável que uma política ou programa que tenha conhecimento sobre as determinações que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade possa ter uma atuação diferenciada daquelas que não considerem tais determinações. No entanto, o reconhecimento das condições de desigualdades por si só não é suficiente para que as políticas e programas que tenham uma abordagem de gênero tragam melhorias nas condições de vida das mulheres uma vez que tais políticas sobre a abordagem de gênero não contempla o reordenamento das relações sociais que estruturam o patriarcado. Nas políticas de emprego se aponta que

Levando em conta que coexistem desigualdades e progressos tangíveis, é necessário repensar as políticas de emprego, a fim de nelas incluir uma perspectiva de gênero, e chamar a atenção para uma gama mais ampla de oportunidades, assim como eliminar as possíveis consequências negativas para a mulher das atuais estruturas de trabalho e emprego. Para alcançar a plena igualdade entre mulheres e homens em sua contribuição à economia, é preciso envidar esforços decididos para reconhecer e apreciar imparcialmente o papel que o trabalho, a experiência, os conhecimentos e os valores tanto das mulheres como dos homens desempenham na sociedade (p.206).

Mais uma vez temos aqui o reconhecimento da existência das situações de desigualdade vivenciadas pelas mulheres e uma busca de amenizar tais desigualdades via políticas que abarquem a perspectiva de gênero em suas formulações. Sobre tais políticas fazemos uma breve consideração sobre políticas para as mulheres x políticas baseadas no gênero.

Para a AMB (2011) o conceito de políticas para mulheres “traduz a proposta feminista de criação de políticas favoráveis à mudança das condições de vida das mulheres considerando a realidade de que esse é um grupo submetido à exploração e à opressão capitalista, patriarcal e racista” (p.19-20).

Compreendemos que, ao cunhar e usar a expressão “política para mulheres” o movimento faz uma denúncia e anuncia uma demanda: há políticas que não são para o bem das mulheres [...]. O feminismo, dentro e fora do governo, afirmou e disputou esse significado [...]. A institucionalização da proposta de ‘políticas para mulheres’ levou mais mulheres a ocuparem espaços na gestão pública, seja pela via

da participação em conselhos de direitos da mulher, seja na direção de organismos de políticas para mulheres instituídos no Poder Executivo, ou ainda atuando na disputa de orientações dessas políticas no momento das Conferências (AMB, 2011, p.20-21).

Bandeira (2005), em contraposição a utilização do conceito de políticas para mulheres defende a utilização do conceito de políticas públicas de gênero. Para ela, situando tal reflexão a partir do contexto brasileiro, “as políticas públicas, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero” (p.47)

Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva [...]. Já as políticas públicas para as mulheres tem centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. (BANDEIRA, 2005, p.47-48).

Sobre este debate apontamos as seguintes considerações: Compreendemos a argumentação de Bandeira (2005) em sua preocupação de diferenciar as políticas que são direcionadas às mulheres sem atender suas demandas e aquelas políticas que são pensadas por e para as mulheres a qual denomina de políticas públicas de gênero. No entanto, o conceito de gênero por si só também não contempla o fenômeno das políticas direcionadas com foco a melhoria das condições de vida das mulheres, uma vez que gênero também abarca o sujeito homens e não aponta, citado isoladamente, as relações de desigualdade e exploração que as mulheres vivenciam na sociedade patriarcal e capitalista.

Desta forma, consideramos que o conceito políticas para mulheres, disputado politicamente pelo movimento feminista, mesmo que também se insira na perspectiva conservadora de manutenção dos papéis historicamente destinados às mulheres, contempla de forma mais direta a caracterização das políticas públicas direcionadas a tais sujeitos. Portanto, devem ser contextualizadas sobre quais demandas tais políticas atendem e quem as formulam.

Também apontamos para a limitação de que mesmo com a participação de feministas que passaram, a partir da década de 1990, a ingressarem nos espaços de formulações de tais políticas, “o Estado, entretanto, moldado pela cultura política patriarcal e neoliberal assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, que coexistiam com novas, instituídas ao longo dos últimos 30 anos de luta feminista” (AMB, 2011, p.21).

Temos assim que apesar dos avanços expressos nas orientações e diretrizes da PAM de Beijing não houve materialização de tais diretrizes nas condições objetivas de vida das mulheres. Um dos desafios para esta materialização é posta pelo contexto político econômico de avanço desenfreado do capital na busca de lucros e no estabelecimento de políticas de orientações neoliberais que vão em contramão a ampliação da garantia de direitos por parte da classe trabalhadora.

Expressa-se também que a plataforma de Beijing “nunca foi considerada pelo movimento feminista da região como a expressão total de sua agenda, mesmo contendo muitas de suas reivindicações<sup>150</sup>” (CRUZ; FRIEDMAN, 2006, p.12).

Por outro lado, não obstante ao cumprimento dos acordos subscritos na Plataforma que poderia ter significado um avanço importante na qualidade de vida das mulheres, a realidade é que sua implementação enfrentou numerosas limitações. Isto não foi devido a falta de tempo ou recurso com que os governos contavam para fazê-lo, mas a problemas estruturais já existentes frente aos quais não tiveram nenhuma vontade de atuar. [...]. No plano econômico, a implementação, a partir dos anos 80's das políticas de ajuste estrutural impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, reduziu a capacidade e responsabilidade do Estado de atender as necessidades sociais e sacrificou o desenvolvimento social pelo crescimento econômico<sup>151</sup> (CRUZ; FRIEDMAN, 2006, p.12, tradução nossa).

---

<sup>150</sup> Nunca fue considerado por el movimiento feminista de la región como la expresión total de su agenda, si bien contenía muchas de sus reivindicaciones.

<sup>151</sup> Por otro lado, no obstante que el cumplimiento de los acuerdos suscritos en la Plataforma podría haber significado un avance importante en la calidad de vida de las mujeres, la realidad es que su implementación enfrentó numerosas limitaciones. Esto no se debió a la falta de tiempo o recursos con los que contaron los gobiernos para hacerlo, sino a problemas estructurales ya existentes frente a los cuales no tuvieron ninguna voluntad de actuar. (...). En el plano económico la aplicación a partir de los 80's de las políticas de ajuste estructural impuestas por el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, redujo la capacidad y responsabilidad del Estado de atender las necesidades sociales y sacrificó el desarrollo social por el crecimiento económico.

Desta forma, apontamos para o desafio de atendimento das reivindicações postas pelo movimento feminista em uma sociedade patriarcal, sob o Estado neoliberal, de capital mundializado, e de sobreposição dos interesses desse último, em detrimento da melhoria das condições de vida da população como um todo. Assim, apesar da incorporação da demanda posta pelas mulheres na agenda dos Organismos Internacionais e da importância histórica das Conferências, tal incorporação não acompanha os determinantes reais sobre os quais repousam a desigualdade vivenciada pelas mulheres na sociedade patriarcal e capitalista.

Continuando a análise sobre os documentos das Conferências da ONU e a perspectiva de “gênero” adotada nestas, situamos aqui como a abordagem sobre gênero é encontrada na declaração e objetivos do milênio (2000), sendo esta a última fase de passagem entre os conceitos de igualdade entre os sexos para igualdade de gênero. Encontramos tanto na declaração do milênio, quanto nos objetivos a seguinte abordagem: “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as enfermidades e de estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável<sup>152</sup>”. (Declaração do milênio, p.6, tradução nossa, grifo nosso). Dentre os oito objetivos do milênio estabelecidos pela ONU no ano 2000 o terceiro referia-se a “Igualdade entre sexos e valorização da mulher”.

Vemos assim, como apresentado anteriormente que o conceito de “gênero” nas Conferências e documentos da ONU, como substituição da categoria sexo ou da expressão desigualdade entre homens e mulheres só passa a ser utilizado, nos documentos estudados, no ano 2015. Este é um dado significativo para indicar a condução teórica e política que conduziu a elaboração das Conferências da ONU, mesmo que, como já ressaltamos no segundo capítulo, não seja a utilização do termo em si o que caracteriza fundamentalmente a direção teórica, sendo esta mais explicitada na abordagem que conduz a conceituação do que seja o “gênero”.

### **5.1.1 – O “gênero” como sinônimo de mulheres nos documentos da ONU.**

---

<sup>152</sup> “Promover la igualdad entre los sexos y la autonomía de la mujer como medios eficaces de combatir la pobreza, el hambre y las enfermedades y de estimular un desarrollo verdaderamente sostenible”.

Dialogaremos neste tópico sobre dois documentos centrais para o entendimento da abordagem de gênero na atualidade sendo ele a “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” e o documento “O progresso das mulheres no mundo 2015-2016: transformar a economia para realizar os direitos”. Estes são documentos que expressam diretamente uma análise conceitual mais aprofundada sobre a situação das mulheres, e nos quais podemos visualizar de maneira mais explícita a contradição entre tal conceituação e a forma como ela é realizada de maneira dissociada das relações sociais e patriarcais que a perpassam. Neles o conceito de empoderamento acompanha diretamente o de igualdade de gênero e estão explicitados em todas as propostas de melhorias das condições de vida das mulheres.

Na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável o conceito de igualdade de gênero aparece em todas as orientações. Explicita-se que os 17 objetivos<sup>153</sup> são integrados e indivisíveis e que mesclam “de forma equilibrada” as três dimensões do desenvolvimento sustentável sendo elas a econômica, social e ambiental. No documento também aparece a proposta de estabelecimento do trabalho decente e de enfrentamento a pobreza, ambos sem análises aprofundadas sobre os elementos que geram a pobreza e a exploração do trabalho.

Nós decidimos, até 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os

---

<sup>153</sup> Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

direitos humanos e **promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas**; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e **trabalho decente** para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (p.1-2, grifos nossos).

Alcançar a **igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres** e meninas representará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Aproveitar o potencial humano pleno e alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se à metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como de **igualdade de oportunidades** com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Trabalharemos para um aumento significativo dos investimentos para superar o **hiato de gênero** e fortalecer o apoio a instituições em relação à **igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres** nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, inclusive por meio do engajamento de homens e meninos. A **integração sistemática da perspectiva de gênero** na implementação da Agenda é crucial (p.6, grifos nossos).

Aqui se apresenta uma visão utópica de transformação da sociedade dissociada de lutas e conflitos, como se todas as mudanças dependessem de integração, reconhecimento e investimento em políticas públicas. Uma visão pacifista de acordos e orientações que não leva em consideração os interesses políticos e econômicos que perpassam a aceitação e implementação de tais propostas. É portanto, um documento importante, mas sem a efetividade que se pretende ter em sua elaboração.

O documento “O progresso das mulheres no mundo 2015-2016” explicita que há necessidade de superar a brecha entre a retórica e os consensos assumidos internacionalmente e a realidade. Seu teor tem contradição entre uma análise mais crítica sobre a realidade, inclusive utilizando o termo de igualdade substantiva<sup>154</sup> e ao mesmo tempo a utilização vaga do conceito de gênero. O referido informe propõe

---

<sup>154</sup> Mientras que la igualdad formal se refiere a la adopción de leyes y políticas que traten a los hombres y las mujeres por igual, la **igualdad sustantiva** concierne a los resultados de dichas leyes y políticas para “conseguir no que mantengan, sino que alivien la situación desfavorable de suyo que sufren ciertos grupos”. (p.6).



Uma agenda integral para os principais atores envolvidos na formulação de políticas – promotores e promotoras da **igualdade de gênero**, governos nacionais e organismos internacionais – com o objetivo de alcançar a conquista de que os direitos humanos sejam uma realidade da qual todas as mulheres e meninas possam desfrutar<sup>155</sup> (p.4, grifos nossos, tradução nossa).

Aqui vemos que a visibilidade está na formulação de políticas sem identificar os distintos atores, como o próprio movimento de mulheres que contribui significativamente para os avanços apresentados. Assim, explicitamos que a conquista de direitos não se dá apenas pelo reconhecimento do Estado e Organismos Internacionais da demanda das mulheres, mas justamente pela atuação das mulheres na luta para reconhecimento e legitimidade de suas reivindicações. No documento há o entendimento de que os avanços a partir da Conferência de Beijing “demostram que é possível reduzir as desigualdades de gênero através de atuações públicas<sup>156</sup>” (p.4, tradução nossa).

O termo desigualdade entre homens e mulheres que vinha presente até a Conferência de Beijing (1995) é substituído por igualdade de gênero como se gênero fosse sinônimo direto da relação entre homens e mulheres. Aqui há uma guinada regressiva da explicitação das relações sociais e patriarcais que permeiam a condição vivenciada pelas mulheres na sociedade.

A **discriminação de gênero** se soma outras formas de desvantagem – condição socioeconômica, localização geográfica, raça, casta e origem étnica, sexualidade ou deficiência – e limita as oportunidades e os projetos de vida das mulheres e meninas<sup>157</sup>. (p.5, tradução nossa, grifos nossos).

---

**La igualdad sustantiva** requiere transformar de un modo fundamental las instituciones económicas y sociales — incluidas las creencias, las normas y actitudes que las moldean— en todos los niveles de la sociedad, desde los hogares hasta los mercados de trabajo y desde las comunidades hasta las instituciones políticas locales, nacionales y mundiales. (p.6).

<sup>155</sup> “Este Informe propone una agenda integral para los principales actores involucrados en la formulación de políticas —promotores y promotoras de **la igualdad de género**, gobiernos nacionales y organismos internacionales— con el fin de lograr que los derechos humanos sean una realidad de la que todas las mujeres y niñas puedan disfrutar”. (p.4).

<sup>156</sup> “Estos avances demuestran que es posible reducir las desigualdades de género a través de actuaciones públicas” (ONU, 2015, p.4).

<sup>157</sup> La discriminación de género se suma a otras formas de desventaja —condición socioeconómica, ubicación geográfica, raza, casta y origen étnico, sexualidad o discapacidad— y limita las oportunidades y los proyectos de vida de las mujeres y las niñas. (p.5)

No documento reconhece-se a desigualdade econômica, a concentração de renda e o fato de que as políticas de austeridade aplicadas aos países em desenvolvimento estão transferindo às famílias o peso das responsabilidades com a sobrevivência e cuidado e que este peso recai majoritariamente sobre as mulheres. Há, portanto, um avanço significativo na análise sobre a situação das mulheres no mundo.

Sobre a dimensão do trabalho reconhece-se que o trabalho doméstico e as responsabilidades com o mesmo limita o acesso das mulheres a algumas formas de trabalho, portanto, orienta-se para medidas que possam reduzir a carga de trabalho não remunerado através de investimentos em infraestrutura como creches. Também situa a necessidade de adotar uma série de medidas concretas para “criar mais e melhores postos de trabalho para as mulheres”, dentre elas estão: Investir em serviços públicos para criar postos de “trabalho decente<sup>158</sup>” em distintos setores sócio-ocupacionais; aumentar a viabilidade e a rentabilidade do trabalho por conta própria; desenhar políticas macroeconômicas que estimulem a atividade econômica e incrementem a demanda de trabalho; reduzir a segregação ocupacional e as “brechas salariais de gênero”.

A intervenção pública deve abordar as causas que se encontram na origem da segregação ocupacional, como as diferenças nos níveis de educação, capacitação e experiência, assim como a existência de estereótipos profundamente arraigados em relação ao papel que desempenham os homens e mulheres na sociedade<sup>159</sup> (p. 12; tradução nossa).

As políticas macroeconômicas podem e devem aportar a realização dos direitos das mulheres mediante a criação de economias dinâmicas e estáveis, a geração de trabalho decente e a mobilização de recursos para financiar **políticas públicas sensíveis ao gênero**, incluindo a proteção social<sup>160</sup> (p.18, tradução nossa, grifos nossos).

---

<sup>158</sup> Dialogaremos um pouco mais a frente sobre esta conceituação.

<sup>159</sup> La intervención pública debe abordar las causas que se encuentran en el origen de la segregación ocupacional, como las diferencias en los niveles de educación, capacitación y experiencia, así como la existencia de estereotipos profundamente arraigados con respecto al papel que desempeñan los hombres y las mujeres en la sociedad. (p.12).

<sup>160</sup> Las políticas macroeconómicas pueden y deben aportar a la realización de los derechos de las mujeres mediante la creación de economías dinámicas y estables, la generación de trabajo decente y la movilización de recursos para financiar políticas públicas sensibles al género, incluida la protección social. (p.18).

Aqui vemos explicitada uma orientação mais aprofundada para uma intervenção pública que incida nas causas que se encontram na origem da segregação ocupacional o que se configura como um avanço nas orientações das políticas direcionadas as mulheres. Outro avanço trazido de forma mais enfática pelo documento é o reconhecimento da necessidade de articulação entre as políticas de diversas áreas para o enfrentamento a desigualdade vivenciada pelas mulheres. Ao mesmo tempo em que temos este avanço apresenta-se também a utilização vaga da caracterização de políticas públicas sensíveis ao gênero, termo que se coloca de maneira abstrata.

Apontamos também como elemento de avanço e contradição a utilização e caracterização do conceito de igualdade substantiva, termo cunhado na perspectiva crítica marxista para distinguir do conceito de igualdade formal na sociedade capitalista. Neste enfoque pontua-se a ação coletiva das mulheres, articulada a organizações e administração pública como fundamental para o alcance da igualdade substantiva.

Este tipo de atuação resulta especialmente eficaz quando os/as defensores dos direitos das mulheres que trabalham em organizações de base comunitária, organizações da sociedade civil, centros de estudos e núcleos universitários tem a possibilidade de estabelecer **alianças estratégicas**<sup>161</sup> com representantes dos partidos políticos, a administração pública e as instituições regionais e mundiais. Este trabalho requer os conhecimentos, as atitudes, a agilidade e a constância dos/as defensores dos direitos das mulheres, mas também devem ter acesso à informação, debates políticos e os processos de tomada de decisão<sup>162</sup> (p.20, tradução nossa, grifos nossos).

---

<sup>161</sup> Dialogaremos mais sobre este tema no tópico seguinte na abordagem sobre interesses estratégicos.

<sup>162</sup> La acción colectiva de las mujeres es fundamental para el logro de la igualdad sustantiva. Este tipo de actuación resulta especialmente eficaz cuando las y los defensores de los derechos de las mujeres que trabajan en organizaciones de base comunitaria, organizaciones de la sociedad civil, centros de estudios y departamentos universitarios tienen la posibilidad de entablar alianzas estratégicas con representantes de los partidos políticos, la administración pública y las instituciones regionales y mundiales. Este trabajo requiere los conocimientos, las aptitudes, la agilidad y la constancia de las y los defensores de los derechos de las mujeres, pero también han de poder acceder a la información, a los debates sobre políticas y a los procesos de adopción de decisiones. (p.20).

Ressaltamos as seguintes considerações: não há definição no documento sobre o que e como se configuraria estas alianças estratégicas, assim também como sobre a autonomia do movimento de mulheres. Aponta-se esta articulação como estratégia importante para alcançar a igualdade substantiva, mas sem delimitar o campo político de representatividade destas articulações.

Apontamos também que a defesa dos direitos das mulheres deve contemplar a reivindicação histórica do movimento de mulheres e se tais orientações são acatadas por elas. Muitas vezes há o desenho de políticas públicas direcionado para as mulheres que mais do que avançar na garantia de suas autonomias reforçam as relações de discriminação e desigualdade.

Expomos aqui a caracterização sobre o conceito de igualdade substantiva e como são apresentados os elementos que levariam a sua efetivação.

A conquista da igualdade substantiva exige atuar em três esferas inter-relacionadas: a correção da desvantagem socioeconômica das mulheres (**implantar salários mínimos para todas as trabalhadoras e trabalhadores**); a luta contra os estereótipos, o estigma e a violência (introduzir transferências sociais universais não estigmatizantes às mulheres pobres); e o fortalecimento do poder de ação, a voz e participação das mulheres (ajudar as organizações de mulheres a influenciar na formulação da política econômica). Uma intervenção pública coordenada nestas três dimensões pode desencadear as transformações duradouras necessárias para alcançar a **igualdade substantiva** para as mulheres<sup>163</sup> (p.6, tradução nossa, grifos nossos).

Para que se constitua como uma **contribuição real à igualdade substantiva**, as políticas sociais devem desenhar-se situando os direitos das mulheres em seu centro. É necessário prestar especial atenção para garantir que as políticas, como as transferências monetárias condicionadas, que frequentemente são dirigidas as mulheres, corrijam a desvantagem socioeconômica que sofrem a população destinatária sem reforçar os estereótipos de gênero nem estigmatiza-la pelo fato de necessitarem de apoio<sup>164</sup> (p.8, tradução nossa, grifos nossos).

---

<sup>163</sup> Desde esta perspectiva, el logro de la igualdad sustantiva exige actuar en tres esferas interrelacionadas: la corrección de la desventaja socioeconómica de las mujeres (Implantar salarios mínimos para todas las trabajadoras y trabajadores); la lucha contra los estereotipos, el estigma y la violencia (Introducir transferencias sociales universales que no estigmaticen a las mujeres pobres); y el fortalecimiento del poder de acción, la voz y la participación de las mujeres (Ayudar a las organizaciones de mujeres a influir en la formulación de la política económica). Una intervención pública coordinada en estas tres dimensiones puede desencadenar las transformaciones duraderas necesarias para lograr la **igualdad sustantiva** para las mujeres. (p.6).

<sup>164</sup> Para que constituyan una contribución real a la **igualdad sustantiva**, las políticas sociales deben diseñarse situando los derechos de las mujeres en su centro. Es necesario prestar especial atención

A igualdade substantiva é aqui apresentada em uma relação direta com a conquista de direitos e mudanças culturais o que vai em contradição com a caracterização da igualdade substantiva apreendida nos estudos marxistas, apresentando-se como um ecletismo teórico. Para Mészáros (2002, p.268) “seria um milagre se o ‘microcosmo’ do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio de igualdade real”.

É preciso enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição (MÉSZÁROS, 2002, p.273).

Ainda acrescenta que

A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que a priori exclui qualquer expectativas de uma verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p.289).

Desta forma explicitamos, em concordância com Mészáros (2002) que a igualdade substantiva não se alcança apenas pela conquista de direitos na sociedade capitalista. A garantia de direitos, apesar de ser uma dimensão importante para melhoria da qualidade de vida da população não traz mudanças estruturais de suas condições de exploração na sociedade.

Na vida das mulheres é inegável que o fato da garantia de direitos, no estabelecimento de legislações que coíbam a violência, por exemplo, foi uma conquista importante do movimento de mulheres. No entanto, a garantia formal do direito não garante por si só sua efetivação nem mudanças significativas nas relações sociais e patriarcais na sociedade.

---

para garantizar que las políticas, como las transferencias monetarias condicionadas, que a menudo van dirigidas a las mujeres, corrijan la desventaja socioeconómica que sufre la población destinataria **sin reforzar los estereotipos de género** ni estigmatizarla por el hecho de necesitar apoyo. (p.8)

## 5.2 – A OIT, A IGUALDADE DE “GÊNERO” E A PROPOSTA DE TRABALHO DECENTE.

A OIT, uma das primeiras Instituições internacionais entre aquelas que atualmente compõem a ONU, referencia as deliberações e orientações apresentadas pela ONU e explicita isso em suas documentações, como princípios orientadores para os objetivos da igualdade de gênero. Entretanto, atualmente não possui o mesmo volume de documentos norteadores quanto a ONU Mulheres e nem Conferências específicas sobre a situação das mulheres como as Conferências temáticas da ONU e as Conferências regionais da mulher da Cepal.

Isso não retira a importância de tal organização no debate sobre igualdade entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. Exemplo de tal importância pode ser elencada na elaboração de convênios, desde 1951, na orientação de adoção de medidas por parte dos membros da OIT que promovessem a igualdade de remuneração entre homens e mulheres por um trabalho de igual valor<sup>165</sup>.

Para análise dos posicionamentos da OIT sobre igualdade entre homens e mulheres consideramos três documentos centrais: a Política de Igualdade de gênero (1999), o Plano de Ação para Igualdade de Gênero 2010-2015 e os módulos do Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GPE).

Os dois primeiros documentos são voltados para ações internas da própria organização da OIT e estruturação de seus programas. O último, como veremos de forma mais detalhada no item seguinte, são orientações direcionadas para gestores de políticas públicas e outros parceiros como forma de “sensibilização” para o tema de gênero.

A OIT também produz importantes documentos sobre a situação do trabalho no mundo e com eles a situação das desigualdades das mulheres no âmbito do trabalho. São dados que têm subsidiado muitas das análises sobre o tema, inclusive as apresentadas aqui ao longo da tese. A Política da OIT sobre igualdade de gênero e incorporação das considerações de gênero promove duas linhas de ação:

Analisar e tratar de forma sistemática as necessidades específicas de homens e mulheres, e realizar intervenções dirigidas a grupos

---

<sup>165</sup> Ver apêndice 3.

específicos com o objetivo de alcançar a participação tanto das mulheres como de homens, e para conseguir que se beneficiem igualmente dos esforços para alcançar o desenvolvimento<sup>166</sup> (Tradução nossa).

Na América Latina é desenvolvido o Programa Regional de Gênero e Trabalho decente, com sede em Santiago do Chile, o qual tem apresentado inúmeras publicações<sup>167</sup> sobre a situação do trabalho das mulheres na América Latina e as realidades particulares de alguns países. Também por meio deste programa mais geral tem se desenvolvido diversos outros programas de assistência técnica, dentre eles apresentamos alguns como centrais para delineamento dos objetivos da OIT na área do “gênero”.

No México, a OIT vem implementando desde o ano 2000, com o apoio da Cooperação Técnica Espanhola, o Projeto Mais e Melhores Empregos para as Mulheres que tem como objetivo apoiar a formulação e a implementação de planos nacionais de ação visando à criação de mais e melhores empregos para as mulheres. Na Argentina, Costa Rica, Bolívia e Uruguai se implementou de 1999 a 2003 com o apoio do BID, o Projeto de Formação Profissional para Mulheres de Baixa Renda (FORMUJER), que deu origem ao Programa PROIMUJER, desenvolvido no Uruguai<sup>168</sup> (OIT, 2005, p.3, tradução nossa).

Na América Central vem sendo executado desde 2004 dois novos projetos: Trabalho Decente para Mulheres Pobres e Mulheres Migrantes na América Central, focalizado na Nicarágua, Honduras e Costa Rica; e Educação para o Trabalho, Emprego e Direitos dos Povos Indígenas (ETEDEPI) direcionado para os países de Nicarágua, Honduras e Guatemala. No Brasil, desde o final de 2002, com o apoio da Cooperação Técnica dos países Baixos, o projeto

---

<sup>166</sup> Analizar y tratar en forma sistemática las necesidades específicas de hombres y mujeres, y realizar intervenciones dirigidas a grupos específicos con el fin de lograr la participación tanto de mujeres como de hombres, y para conseguir que se beneficien por igual de los esfuerzos por alcanzar el desarrollo. <http://www.ilo.org/global/topics/equality-and-discrimination/gender-equality/lang-es/index.htm>. Acesso em 11/02/2017.

<sup>167</sup> Para acesso a publicações, acessar <http://www.ilo.org/santiago/temas/igualdad-de-g%C3%A9nero/facet/lang-es/nextRow--0/index.htm?facetcriteria=TYP=Publication>. Acesso em 11/02/2017.

<sup>168</sup> En México la OIT viene implementando desde el año 2000, con el apoyo de la Cooperación Técnica Española, el Proyecto Más y Mejores Empleos para las Mujeres que tiene como objetivo apoyar la formulación y la implementación de planes nacionales de acción con miras a la creación de más y mejores empleos para las mujeres. En Argentina, Costa Rica, Bolivia y Uruguay se implementó desde 1999 hasta 2003, con el apoyo del BID, el Proyecto de Formación Profesional para Mujeres de Bajos Ingresos (FORMUJER), que dio origen al programa PROIMUJER, que se lleva a cabo en Uruguay, con recursos asignados por la Junta Nacional de Empleo (JUNAE).

“Desenvolvimento de uma política nacional para eliminar a discriminação no emprego e ocupações e promover a igualdade racial no Brasil<sup>169</sup>” (OIT, 2005, p.3, tradução nossa).

Tais programas tem resultado em publicações sobre a situação do trabalho das mulheres em distintos países da América Latina, o que subsidia análises e lutas do movimento feminista na região<sup>170</sup>. No entanto, como os demais programas de distintas Organizações Internacionais, apresentam limites para superação dos problemas apresentados dado o contexto das relações sociais políticas e econômicas interpostas pela sociedade patriarcal e capitalista.

Nesse sentido, contradizendo o apontado nos relatórios dos programas a inserção das mulheres no mercado de trabalho por si só, apesar de ser um fator importante para a autonomia pessoal e econômica das mulheres, não garante mudanças em sua condição de desigualdade e nem a supressão de suas relações de opressão.

Também como apontado nos próprios documentos de análises da OIT, sobre os programas, “o aumento da quantidade de empregos para as mulheres nos países do Mercosur e Chile não tem se traduzido em uma melhora equivalente na qualidade de tais empregos”. (VALENZUELA;REINECKE, 2000, p.7). Aqui situamos de maneira mais detalhada a análise do Programa Formujer e posteriormente as abordagens de sobre gênero e trabalho decente no GRPE.

### **5.2.1 – O Programa de formação Formujer e a perspectiva de gênero.**

O Programa Formujer foi uma iniciativa do CINTERFOR/OIT e do BID/FOMIN. Em cada país onde foi executado como projeto piloto contou com o apoio de Organizações governamentais e não governamentais em nível nacional a exemplo do Ministério de Trabalho, emprego e Seguridad Social na Argentina, a Fundação

---

<sup>169</sup> En Centroamérica se están ejecutando desde 2004 dos nuevos Proyectos: Trabajo Decente para Mujeres Pobres y Mujeres Migrantes en Centroamérica (GEM), focalizado en Nicaragua, Honduras y Costa Rica y Educación para el trabajo, empleo y derechos de los pueblos indígenas (ETEDEPI), que tiene sede en San José, Costa Rica y está dirigido especialmente a tres países: Nicaragua, Honduras y Guatemala. En Brasil se está implementando desde fines de 2002, con el apoyo de la Cooperación Técnica de los Países Bajos el Proyecto “Desarrollo de una política nacional para eliminar la discriminación en el empleo y la ocupación y promover la igualdad racial en Brasil”.

<sup>170</sup> Ver Valenzuela e Reinecke (2000); Abramo e Todaro (2002) e Aguirre e Batthyány (2001).



INFOCAL<sup>171</sup> na Bolívia e o Instituto Nacional de Aprendizagem na Costa Rica<sup>172</sup>. De acordo com a OIT (2004)

Se trata de um desenho orientado para um modelo de intervenção global, contemplando uma política de formação com perspectiva de gênero e atenção as mudanças no mercado de trabalho que afetam a incorporação de trabalhadores/as no geral, mas em especial os grupos vulneráveis, em situação de pobreza e exclusão social, formados em grande parte por mulheres<sup>173</sup> (OIT, 2004, p.3, tradução nossa).

Este modelo de intervenção global ao dialogar com a temática de grupos vulneráveis e exclusão social traz em seu contexto um direcionamento teórico que sob os patamares do conceito de inclusão na sociedade produtiva. Tais conceitos não apontam as relações de trabalho como relações de exploração, mas apenas como uma oportunidade de se inserir na sociedade sob a perspectiva dos ideários de cidadania, desde que seja um trabalho considerado como “decente”. Para tanto os aportes de formação pessoal difundidos pelo Programa ressalta “em especial o desenvolvimento de valores como cidadania, auto-estima, superação, solidariedade e participação” considerados como fundamentais para a construção da empregabilidade (OIT, 2004, p.7).

O Programa Formujer é efetivado por meio de oficinas de sensibilização sobre a temática de gênero para empresários e gestores e técnicos de programas; oficinas de capacitação com pessoas em situação de vulnerabilidade, bolsas estratégicas de incentivo ao trabalho, informações e orientações sobre o trabalho e elaboração e divulgação de campanhas públicas sobre o Programa (OIT, 2004).

Dentre os limites apresentados para sua efetivação, na própria avaliação do Programa se encontram a instabilidade política e econômica dos países o que dificultava a efetivação dos prazos propostos e a complexidade burocrática na

---

<sup>171</sup> Instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo proporcionar serviços especializados de formação e capacitação para o trabalho. Apresenta como sócios estratégicos em suas parcerias a OIT, Banco Mundial, Oxfam Québec, dentre outras. <http://www.infocalp.org/infocal1/index.php/ct-menu-item-42>. Acesso em 11/02/2017.

<sup>172</sup> As informações sobre o Programa podem ser encontradas em OIT, (2004).

<sup>173</sup> Se trata de un diseño orientado hacia un modelo de intervención global, contemplando una política de formación con perspectiva de género y atención a los cambios en el mercado de trabajo, que afectan la incorporación de trabajadores/as en general, pero en especial a los grupos vulnerables, en situación de pobreza y exclusión social, formados en gran parte por mujeres.

gestão e transferências de fundos internacionais (OIT, 2004). Acrescentamos o contexto de resseção de direitos e implementação da política neoliberal nos países da América Latina.

Em relação à discussão sobre o tema de gênero este aparece como central em todas as atividades do Programa. “O aprendizado institucional em relação ao gênero inclui duas tendências: por um lado, a sensibilização e “descobrimto” do tema; por outro, o avanço conceitual e metodológico brindado pelo programa”. (OIT, 2004, p.6). Este avanço conceitual e metodológico é pautado nas seguintes orientações: gênero como construção social, gênero e estrutura no mercado de trabalho e gênero e formação profissional.

Um ponto central para análise na perspectiva de gênero trabalhada no programa é o fato da abordagem explicitar diretamente o campo da cultura, assim como das relações de poder. Tanto há uma separação entre sexo e gênero, interpondo o sexo ao biológico e o gênero ao cultural, quanto ao campo das desigualdades no âmbito do poder diferenciado que se exerce pelos homens e pelas mulheres.

O conceito de sexo remete ao biológico, e o conceito de gênero é um conceito de base social, é uma construção social/histórica/cultural. E esta relação entre a classificação de nascimento e determinação de papéis, modos de estar, atributos, habilidades e atitudes esperadas, é a que constrói a identidade de gênero e “produz” o pertencimento ou associação a um grupo social<sup>174</sup> (OIT, 2003, p.20, tradução nossa).

Esta concepção e apreensão dicotomizada entre gênero e sexo tem gerado análises diferenciadas no campo do feminismo e apresentado alguns limites que se referem à naturalização e biologização dos corpos e ao entendimento do “gênero” como apartado da dimensão biológica que também constitui homens e mulheres nas suas relações sociais.

---

<sup>174</sup> En tanto el concepto de sexo remite a lo biológico, el concepto de género es un concepto de base social, es una construcción social/histórica/cultural. Y esta relación entre la clasificación de nacimiento y la asignación de roles, modos de estar, atributos, habilidades y actitudes esperables, es la que construye identidad de género y “produce” pertenencia o membresía a un grupo social (p.20).

### **5.3.2 - Particularizando a análise do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego – GPE no âmbito da OIT.**

O GPE é um Programa que a OIT desenvolve mundialmente. Na América Latina, vem sendo implementado, desde 1999, em dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Chile, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai.

O objetivo do mesmo, de acordo com os manuais de orientação, é incorporar e fortalecer as dimensões de gênero nas políticas e programas de combate à pobreza e à exclusão social e de geração de emprego e renda. Está direcionado para gestores de políticas públicas (níveis federal, estadual e municipal); parceiros sociais (sindicatos, organizações empresariais, ONGs); pesquisadores, academia e agências de desenvolvimento locais e regionais.

No Brasil e pelo posicionamento do próprio governo brasileiro, o Programa foi ampliado para incorporar também a dimensão racial, passando a denominar-se Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). Em uma fase inicial o mesmo foi desenvolvido entre 2003 e 2006. Em 2012 a OIT Brasil lança o Programa na modalidade de Ensino a Distância (EaD), intitulado “Programa de capacitação em Gênero, Raça, Pobreza e Emprego”. Tal curso é ofertado na base do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e permanecia com turmas abertas até 2016<sup>175</sup>.

No entendimento do referido Programa, expresso no I módulo - *Introdução às questões de gênero, raça, pobreza e emprego* – a categoria “gênero” é posta como fundamental para entender as desigualdades no mercado de trabalho. No entanto, ao definir tal categoria aponta-se apenas para o fato de que a mesma “refere-se ao conjunto de características sociais e culturais atribuídas às pessoas em função do seu sexo”. Esta definição se pauta somente no campo cultural e não como expressão das relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade patriarcal e capitalista.

O entendimento da categoria “gênero” sobre este viés leva a respostas superficiais no enfrentamento de tais desigualdades, distanciando-se dos princípios

---

<sup>175</sup> Ver: <https://moodle.ead.serpro.gov.br/course/category.php?id=924> Acesso em 04/03/2017.

da maior parte dos movimentos feministas<sup>176</sup>. Tais princípios apontam para a luta pela superação da sociedade patriarcal e capitalista, compreendendo que os valores e papéis atribuídos a homens e mulheres estarão diretamente imbricados a esta sociabilidade. Ainda citando a compreensão de “gênero” pela OIT,

Trata-se dos comportamentos, valores e atitudes que a sociedade define como sendo próprios de homens ou de mulheres. Enquanto as diferenças de sexo são biológicas, as de gênero são culturais e dinâmicas, transformando-se de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade (OIT, 2005, p.78)

O que não se aponta é que estas relações que são consideradas como dinâmicas não tem mudado em suas noções estruturais. Desta forma, apesar das mulheres, no desenvolvimento histórico terem, por meio da luta de suas organizações políticas, conquistado alguns avanços, no que se refere à participação política e acesso ao mercado de trabalho esta participação e este acesso ainda é limitado e desigual.

O documento avança no reconhecimento de que as funções desempenhadas pelas mulheres no âmbito da reprodução social são consideradas menos importante do que as desempenhadas pelos homens em seus trabalhos profissionais. A esta situação a OIT (2006) caracteriza como discriminação de gênero que “expressa à desigualdade de tratamento e de oportunidades em função das características culturalmente atribuídas ao sexo e da valorização do masculino sobre o feminino”.

É inegável a importância desta temática ser abordada no âmbito da OIT, como uma ação de visibilidade as situações diferenciadas e desiguais que as mulheres vivenciam tanto no trabalho produtivo quanto reprodutivo. No entanto, reconhecer as situações apontadas não implica em concordar com todos os aspectos que a permeiam como a abordagem das desigualdades entre homens e mulheres como uma das características de estruturação do patriarcado.

Apontamos também para o fato de que a desigualdade não é apenas de tratamento e de oportunidades. As desigualdades expressam uma condição concreta de dominação e exploração vivenciada pelas mulheres no âmbito da sociedade patriarcal e capitalista. Neste sentido, não se trata de obter somente a

---

<sup>176</sup> Estamos nos referindo aqui, na particularidade do Brasil as organizações: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como exemplo de articulações que pautam este tema em seus princípios organizativos.

igualdade de oportunidades, mas a busca por uma igualdade real. Ao situar que as diferenças de gênero e raça estão, portanto, na base da desigualdade, apesar de ser importante não explicita em nenhum momento que a base da desigualdade está posta no âmbito das relações de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Como sabemos a resolução sócio-jurídica que tem como objetivo reconhecer os indivíduos como sujeitos de direitos é prerrogativa da sociedade de classes em sua particularidade burguesa. Somente em sociedades estruturalmente desiguais faz sentido pensar em instrumentos jurídicos capazes de amenizar os conflitos; obstaculizar formas de discriminação e de preconceito e, em períodos de crise, conter a ruptura com a institucionalidade burguesa e, no limite, com valores civilizatórios. Com isto, estamos afirmando que pensar a igualdade de oportunidade na perspectiva das relações raciais; de gênero e quanto à liberdade de orientação sexual, dentre outras, não são iniciativas antagônicas ao capitalismo. No entanto, entender a relação específica entre cada uma dessas questões e o sistema vigente remete à análise sócio-histórica, considerando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo nos diferentes contextos e a direção social das lutas desses segmentos oprimidos e a inserção das suas reivindicações numa agenda política anticapitalista (SANTOS, 2007, p. 2-3).

Desta forma, concordamos com Santos (2007) em sua análise de que o princípio da igualdade de oportunidade integra a agenda liberal e que “assim como o princípio da igualdade perante a lei, o princípio da igualdade de oportunidade se torna problemático pela sua impossibilidade objetiva de cumprir sua finalidade e resolver problemas ideológicos e culturais consolidados na vida real” (p.1-2).

### **5.2.3 - Contribuições à crítica do trabalho decente como alternativa à superação das relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade.**

No que se refere à interligação entre o trabalho e as desigualdades e discriminação vivenciadas entre homens e mulheres na sociedade, o trabalho é apontado como uma das alternativas de superação de tais desigualdades, assim também como forma de enfrentamento a pobreza<sup>177</sup>. Para a OIT a promoção do

---

<sup>177</sup> “Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, o trabalho decente e os quatro pilares do Programa de Trabalho Decente – Criação de emprego, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social – se converteram em elementos centrais da nova agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang-es/index.htm>. Acesso em 11/02/2017.

emprego e do trabalho decente constitui elemento essencial para o sucesso das estratégias de combate à pobreza.

O trabalho decente sintetiza as aspirações das pessoas durante sua vida laboral. Significa a oportunidade de ascender a um emprego produtivo que gere uma renda justa, segurança no local de trabalho e a proteção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para que os indivíduos expressem suas opiniões, se organizem e participem das decisões que afetam suas vidas, e a igualdade de oportunidades e igual tratamento a todos, mulheres e homens<sup>178</sup> (Tradução nossa).

Neste sentido, o combate à pobreza é posto no âmbito das relações de trabalho, o que leva ao debate acerca da sociedade salarial<sup>179</sup> e do processo de inclusão ou exclusão a partir da empregabilidade. Esta alternativa não dialoga com a contradição inerente ao modo de produção capitalista entre geração de pobreza e renda como frutos do mesmo processo, o que implica traçar que não há como combater a pobreza sem pautar o outro extremo da relação e o que gera esta pobreza.

Apesar de apresentar a concentração de renda como uma das fontes de origem da pobreza, as formas apontadas para sua superação não articulam com o elemento de sua origem. Neste sentido, mesmo que no Programa Trabalho Decente esteja explícito o reconhecimento da convivência entre abundância e pobreza isto é apontado de maneira superficial sem em nenhum momento falar do processo de exploração dos/as trabalhadores/as para a constituição da mais-valia. A OIT cita Boaventura (2002) para dizer que vivenciamos um tempo paradoxal entre os avanços e transformações por um lado e o regresso de “males sociais” como o considerado regresso as desigualdades sociais.

Sob esta forma de referenciar o paradoxo, apontamos que não se trata de um regresso, mas de uma intensificação do que o autor chama de males sociais, por meio das configurações das novas expressões da questão social. Neste sentido, as

---

<sup>178</sup> El trabajo decente sintetiza las aspiraciones de las personas durante su vida laboral. Significa la oportunidad de acceder a un empleo productivo que genere un ingreso justo, la seguridad en el lugar de trabajo y la protección social para las familias, mejores perspectivas de desarrollo personal e integración social, libertad para que los individuos expresen sus opiniones, se organicen y participen en las decisiones que afectan sus vidas, y la igualdad de oportunidades y trato para todos, mujeres y hombres. <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang-es/index.htm>. Acesso em 11/02/2017.

<sup>179</sup> Para leituras aprofundadas sobre o tema ver Castel (1998).

formas de enfrentamento a estas expressões são ao mesmo tempo históricas e atuais. Concordamos com Monteiro (2013, p.210), que o processo de construção do Trabalho Decente “deve estar alinhada com o entendimento da questão social inerente ao dualismo capital e trabalho”.

Atualmente, a pobreza tem se tornado um tema de grande discussão, por parte dos governos e Organismos Internacionais no que diz respeito as estratégias apontadas para sua superação. Entre elas a OIT apresenta os programas de formação profissional, às políticas de geração de trabalho e renda e ao empreendedorismo, às ocupações melhor remuneradas, aos postos de trabalho mais qualificados, etc.

O emprego produtivo e o trabalho decente são fatores chave para alcançar uma globalização justa e reduzir a pobreza. A OIT tem elaborado um programa para a comunidade do trabalho que se baseia na criação de emprego, os direitos no trabalho, a proteção social e o diálogo social, com a igualdade de gênero como um objetivo transversal<sup>180</sup> (Tradução nossa).

Falar de globalização justa é encobrir a lógica de como se organiza o processo de mundialização do capital. A ideia de justiça social é desconectada da superação das desigualdades estruturais que são características fundantes do modo de produção capitalista, sobre a qual está erguida uma sociabilidade imbuída de relações de discriminação.

Na particularidade dos programas de formação direcionados às mulheres, muitos deles são ofertados para ocupações historicamente determinadas como femininas, o que reproduz as relações patriarcais de gênero, a exemplo dos cursos de artesanato, de costura e de cozinha. Mesmo quando há o incentivo ao empreendedorismo, as mulheres não têm acesso ao mesmo valor de crédito que é ofertado aos homens, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Mulher.

A OIT corrobora com o entendimento de que as mulheres vivenciam condições desiguais de acesso ao mercado de trabalho, da importância do trabalho

---

<sup>180</sup> El empleo productivo y el trabajo decente son factores clave para alcanzar una globalización justa y reducir la pobreza. La OIT ha elaborado un programa para la comunidad del trabajo que se basa en la creación de empleo, los derechos en el trabajo, la protección social y el diálogo social, con la igualdad de género como un objetivo transversal. <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang-es/index.htm>. Acesso em 11/02/2017.

das mulheres na reprodução social, no cuidado com os membros da família, assim como compactua com o fato de que as responsabilidades familiares geralmente não são compartilhadas em igualdade de condições entre os pais e as mães, o que limita as possibilidades das mulheres para decidir sobre o uso do seu tempo e de sua força de trabalho. Contraditoriamente explicitam que

As mulheres dedicam muitas horas diárias a um trabalho que não é remunerado, mas **é imprescindível para a sobrevivência familiar e a reprodução social**: cuidar da casa e das crianças e cuidar da saúde dos membros da família e dos idosos (OIT, 2005, p. 29, grifos nossos).

Tal afirmação é feita sem apontar a responsabilidade do Estado com esses cuidados. Portanto, trata-se de um reconhecimento que não vem acompanhado de reflexões e ações concretas que busquem alternativas coerentes para sua superação além de apontar a superação dessas desigualdades apenas via relações de trabalho, na interface com a superação da pobreza, por meio do trabalho decente. Tal forma de trabalho é visto pela OIT como sendo capaz de garantir condições de vida dignas para as pessoas.

A agenda atual da OIT, que tem como eixo a promoção do trabalho decente, não afirma apenas o direito das pessoas a um trabalho, mas a um trabalho cujas características o qualifiquem como "trabalho decente", ou seja, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, de acordo com as condições socioeconômicas e as possibilidades de cada país. (OIT, 2005, p.82).

Ao condicionar o acesso ao trabalho decente às condições econômicas e possibilidades de cada país a OIT aponta para uma problemática que vem sendo posta como justificativa para negação e retração de direitos: a de que o Estado não tem como se responsabilizar pela oferta e expansão das políticas públicas, dado os considerados déficits no orçamento público<sup>181</sup>. Ainda sobre a relação entre trabalho e pobreza para a OIT, aprofundado o debate sobre o que seriam as características do trabalho decente este é

---

<sup>181</sup> Para um aprofundamento maior do debate sobre orçamento público, a composição do Fundo público e seu direcionamento ver Salvador (2010).



Um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna. Trata-se, portanto, do trabalho que permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. É também o trabalho que garante proteção social nos impedimentos de seu exercício (desemprego, doença, acidentes, etc), assegura renda na época da aposentadoria e no qual os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras são respeitados.

É um trabalho em que as relações entre cada trabalhador/a e seus empregadores/as estão regulamentadas por lei, especialmente no que tange aos direitos fundamentais do trabalho, e autorreguladas mediante acordos negociados em um processo de diálogo social em diversos níveis, o que implica o pleno exercício do direito à liberdade sindical, assim como o fortalecimento das formas de representação e organização dos atores sociais. (OIT, 2005, p.105).

Nossa crítica reside sobre os seguintes aspectos: a) Não há trabalho em condições de liberdade, quando os sujeitos não tem acesso aos meios de produção e necessitam vender sua força-de-trabalho; b) as necessidades humanas ultrapassam os elementos apontados como necessidades básicas, incluindo espaços de lazer e sociabilidade; c) a regulamentação não implica em superação da exploração.

Desta forma, entendemos que o trabalho decente, embora represente avanços significativos em contexto acentuado de instabilidade nas relações de trabalho e da existência ainda nos dias atuais, de trabalho escravo, não é suficiente como alternativa de superação da pobreza ou das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

#### **5.2.4 - Os documentos da OIT e abordagem do conceito de gênero**

Sobre a utilização do conceito de gênero este predomina em todas as documentações da OIT. Apenas em um número da Revista Trabalho da OIT, de 1996 é que pode ser visualizada a denominação de “discriminação por razão de sexo”.

A **discriminação por razão de sexo** abarca desde o ensino ao lugar no trabalho. Entre as formas mais evidentes de discriminação nos mercados de trabalho estão a aplicação de normas distintas em matéria de contratação e promoção, a desigualdade de acesso a formação e qualificação profissional, assim como ao crédito e outros

recursos produtivos, as diferenças de remuneração para um mesmo trabalho, a segregação profissional e a participação desigual no processo de tomada de decisões econômicas<sup>182</sup> (p.5, tradução nossa).

Na Política de Igualdade de gênero (1999) utiliza-se simultaneamente tanto igualdade de gênero como igualdade entre os sexos, sem distinção entre ambas o que demonstra ainda um período de transição e adequação ao termo de gênero que passará a predominar a partir de então como sinônimo de mulheres ou de homens e mulheres. Neste documento gênero também aparece como perspectiva de análise.

Para combater as **desigualdades entre os sexos** o melhor é recorrer a enfoques integrados. A este respeito, no Programa e pressupostos para 2000-2001 da OIT se registra que a **igualdade entre os gêneros** e o desenvolvimento são temas presentes nos quatro objetivos estratégicos. Agora é preciso que a Oficina proceda para garantir que o tema da **igualdade entre os sexos** fique incorporado em toda a OIT e se expresse em todas nossas elaborações técnicas, nas atividades operacionais e nos serviços de apoio<sup>183</sup> (p.1, tradução nossa, grifos nossos).

A aplicação desta **Política de Igualdade entre os sexos** e incorporação das **considerações de gênero** requer o compromisso, a participação e a contribuição constante de todos e cada um dos membros da equipe. A responsabilidade e a obrigação de render contas no que diz respeito à aplicação eficaz desta política é designada aos administradores principais, aos diretores regionais e aos administradores de programas<sup>184</sup> (p.2-3, tradução nossa, grifos nossos).

---

<sup>182</sup> la discriminación por razón de sexo abarca desde la enseñanza hasta el lugar de trabajo. Entre las formas más evidentes de discriminación en los mercados de trabajo figuran “la aplicación de normas distintas en materia de contratación y promoción, la desigualdad del acceso a la formación y la reconversión profesional, así como al crédito y otros recursos productivos, las diferencias de remuneración para un mismo trabajo, la segregación profesional y la participación desigual en el proceso de toma de decisiones económicas” (p.5).

<sup>183</sup> Para combatir las desigualdades entre los sexos lo mejor es recurrir a enfoques integrados. A este respecto, en el Programa y Presupuesto para 2000-2001 de la OIT se señala que la igualdad entre los géneros y el desarrollo son temas presentes en los cuatro objetivos estratégicos. Ahora, es preciso que la Oficina proceda a garantizar que el apego a la igualdad entre los sexos quede incorporado en toda la OIT y se refleje en todas nuestras labores técnicas, en las actividades operacionales y en los servicios de apoyo. (p.1).

<sup>184</sup> La aplicación de esta política de igualdad entre los sexos e incorporación de las consideraciones de género requiere el compromiso, la participación y la contribución constantes de todos y cada uno de los miembros del personal. La responsabilidad y la obligación de rendir cuentas en lo que respecta a la aplicación eficaz de dicha política incumben a los administradores principales, a los directores regionales y a los administradores de programas. (p.2-3).

Um tema que também aparece neste documento refere-se ao termo de necessidades estratégicas de gênero. Nele situa-se que “desde a **ótica do gênero** cabe analisar devidamente as funções no que diz respeito à produção, a reprodução, a família, a coletividade e os mandatários, e se podem individualizar as **necessidades estratégicas em matéria de gênero**<sup>185</sup>”. (p.2, tradução nossa, grifos nossos).

Sobre o Plano de ação para Igualdade de gênero 2010-2015 este continua destinado a todos os membros da equipe da OIT e a promoção da igualdade de gênero aparece aqui inserido no contexto do Programa de Trabalho Decente. Aponta-se mecanismos institucionais favoráveis a igualdade de gênero na Oficina da OIT a partir de três prioridades: em matéria de dotação de pessoal, nas orientações de documentos e em matéria de disposições institucionais. Tais prioridades refletem-se nas seguintes orientações:

- Paridade entre mulheres e homens do quadro orgânico em todas as unidades e oficinas;
- Igualdade de oportunidades e tratamento de toda a equipe da OIT;
- Luta contra o assédio no local do trabalho;
- Reflexo do compromisso com a igualdade de gênero na elaboração técnica e atividades operacionais;
- Disposições institucionais reforçadas para garantir uma efetiva incorporação das considerações de gênero em toda a Oficina<sup>186</sup> (p.28, tradução nossa).

### 5.3 - A CEPAL E O TEMA DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NA AMÉRICA LATINA.

A Cepal, no que se refere aos diálogos sobre a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade vem desde a década de 1970 direcionando-se para

---

<sup>185</sup> Desde el prisma del género cabe analizar debidamente las funciones en lo que atañe a la producción, la reproducción, la familia, la colectividad y los mandatarios, y se pueden individualizar las necesidades estratégicas en materia de género.

<sup>186</sup> ■ Paridad entre mujeres y hombres del cuadro orgánico en todas las unidades y oficinas  
 ■ Igualdad de oportunidades y de trato de todo el personal de la OIT  
 ■ Lucha contra el acoso en el lugar de trabajo (p.18).  
 ■ El compromiso con la igualdad de género se ha internalizado en toda la OIT y queda reflejado en toda la labor técnica, las actividades operacionales y los servicios de apoyo, incluida la gestión del conocimiento (p.24).  
 ■ Disposiciones institucionales reforzadas para garantizar una efectiva incorporación de las consideraciones de género en toda la Oficina (p.28).

elaboração de estudos sobre a participação das mulheres no desenvolvimento da região. Passou-se então a partir de 1973 a sistematizar informações e produzir conhecimentos com o propósito da “participação das mulheres em igualdade de condições no desenvolvimento das sociedades da região da América Latina e Caribe<sup>187</sup>”. Sobre a construção desses conhecimentos é importante atentar para o fato de

A continuação desenvolvida como institucionalização do discurso sobre “a mulher” é precisamente o processo e mecanismo por meio do qual as demandas das mulheres vão sendo incorporadas em uma institucionalidade que define o campo discursivo e as regras do jogo do mesmo, no qual progressivamente vão entrando com maiores ou menores resistências, as organizações, seus discursos e suas práticas, participando ativamente na construção e ampliação dessa agenda conforme seus interesses, mas dentro do campo do jogo estabelecido<sup>188</sup> (CANAVETE, 2008, p.262, tradução nossa).

Sobre o tema do desenvolvimento Canavete (2008) ainda aponta para o fato da ciência e a tecnologia contribuírem para “atualizar e difundir os ideais de progresso do projeto moderno, agora definido como desenvolvimento<sup>189</sup>”, assim como difundem as ideias sobre o papel da mulher como personagem central nas estratégias de enfrentamento a pobreza, como dialogamos nos capítulos anteriores. Para Cornwall; Harrison e Whitehead (2013, p. 3) “as mulheres aparecem nessas representações como vítimas abjetas, como o sujeito passivo a ser salvo pelo desenvolvimento, ou como heroínas maravilhosas cujas virtudes e contribuições ao desenvolvimento precisam ser levadas em consideração”.

A concepção WID<sup>190</sup>, baseando-se na ideia de que investir nas mulheres traz retornos econômicos e sociais, gerou pesquisas

---

<sup>187</sup> Informações obtidas no informe da Cepal: “La igualdad de género en América Latina y el Caribe, una meta para la CEPAL”. Boletim informativo, 2014.

<sup>188</sup> Lo que a continuación desarrollo como institucionalización del discurso sobre “la mujer”, es precisamente el proceso o mecanismo por medio del cual las demandas de las mujeres van siendo incorporadas en una institucionalidad que define el campo discursivo y las reglas de juego del mismo, en el que progresivamente van entrando con mayores o menores resistencias, las organizaciones, sus discursos y sus prácticas, participando activamente en la construcción y ampliación de esa agenda conforme a sus intereses, pero dentro del campo de juego establecido.

<sup>189</sup> “La ciencia y la tecnología contribuyen a actualizar y difundir los ideales de progreso del proyecto moderno, ahora redefinido como desarrollo”. (CANAVETE, 2008, p.262).

<sup>190</sup> Women in Development (Mulheres no Desenvolvimento)

centradas apenas nas mulheres, tratando-as como grupo isolado. Muitas vezes, os objetivos das intervenções realizadas com base nos estudos inspirados por esse enfoque não foram alcançados, justamente pela falta de análise do contexto mais amplo da iniciativa (RIBEIRO, 2013, p. 19).

Este enfoque, ainda de acordo com Ribeiro (2013) ao invés de observar os interesses e necessidades das mulheres no desenvolvimento passou a esboçar o que o desenvolvimento demandava das mulheres. “Assim, as mulheres passaram a ser vistas como um meio para realizar prioridades do desenvolvimento” (p. 20). Como exemplo dessas estratégias, a autora aponta as “estratégias antipobreza que passaram a ser desenvolvidas pelas agências internacionais, incluindo o Banco Mundial, nos anos 1970” (p.20).

Conforme explicitado por Luna (1998) a vinculação entre a mulher e o tema do desenvolvimento surgiu relacionado ao controle do crescimento populacional, por meio das Conferências de População do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUP). “Em um primeiro momento as mulheres foram identificadas como objeto de estudos e políticas, sem considerá-la como sujeito de desenvolvimento com autonomia. A ênfase estava posta no papel materno<sup>191</sup>” (LUNA, 1998, p. 65, tradução nossa).

Neste mesmo contexto, quase paralelamente, desde 1970, voltado para os países América Latina veio se desenvolvendo o enfoque chamado Mulheres no Desenvolvimento (MED)<sup>192</sup> que tinha como pressuposto a valorização da “participação das mulheres do Terceiro mundo na subsistência familiar<sup>193</sup> e considerava que estas não podiam ficar a margem dos benefícios do

---

<sup>191</sup> En este primer momento, se identificó a las mujeres como objeto de estudio y de políticas. sin considerarla como sujeto de desarrollo con autonomía y derechos. El énfasis estaba puesto en el rol materno (p.65).

<sup>192</sup> “O MED [Mulher no Desenvolvimento] é o marco do feminismo liberal com uma visão internacional, e o seu surgimento, nos primórdios da década de 70, é explicado por vários fatores, dentre os quais destacam-se: o fracasso da primeira década de desenvolvimento das Nações Unidas, que põe em xeque o modelo de desenvolvimento dos anos 50 e 60; a pressão dos estudos que demonstram os efeitos negativos da modernização sobre as mulheres do terceiro mundo; o fortalecimento dos movimentos sociais contra o colonialismo, o racismo e a favor dos direitos das mulheres” (PEREIRA; RAMBLA, 2010, p. 49-50).

<sup>193</sup> Ainda de acordo com Luna (1998) os programas derivados deste enfoque oscilavam entre a busca do produtivismo das mulheres pobres no âmbito doméstico e no mercado e a busca pela igualdade entre os sexos. Havia uma visão conservadora das mulheres como fora do processo de desenvolvimento por não estarem inseridas em determinadas relações de trabalho na produção.

desenvolvimento<sup>194</sup>” (LUNA, 1998, p. 65, tradução nossa). Tal enfoque teve como ponto de partida e visibilidade a realização da 1ª Conferência Mundial da Mulher, realizada no México em 1975.

Sobre tal enfoque, apesar de representar um avanço para a visibilidade da situação das mulheres nos países de economia dependente, apresenta alguns limites dentre os quais apontamos para o fato de que o MED ao suscitar a necessidade de integração das mulheres ao desenvolvimento desconsidera que as mesmas já fazem parte deste processo, inseridas nas relações desiguais de produção e reprodução social<sup>195</sup>.

Apesar do foco do nosso trabalho não ser a análise sobre o tema mulheres e desenvolvimento, este perpassa a discussão referente ao enfrentamento da pobreza e as alternativas postas para superação da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, principalmente nos países da América Latina. Tais orientações estão presentes em documentos e relatórios das Organizações Internacionais que analisamos e entre elas, de forma mais enfática, na Cepal.

Data de 1977 a Primeira Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e Caribe, promovida pela Cepal e realizada em Cuba<sup>196</sup>. Tal conferência geralmente acontece a cada três anos e paralela a ela vem se desenvolvendo o Fórum de Organizações Feministas como um espaço importante de articulação do movimento feminista na região<sup>197</sup>. Para esta tese estaremos analisando os relatórios das últimas quatro conferências: Consenso do México (2004); Consenso de Quito (2007); Consenso de Brasília (2010) e Consenso de São Domingo (2013).

---

<sup>194</sup> Participación de las mujeres del Tercer Mundo en la subsistencia familiar y consideraba que éstas no podían quedar al margen de los beneficios del desarrollo (p.65).

<sup>195</sup> “Outro ponto de crítica refere-se ao fato do feminismo econômico liberal não questionar o modelo dominante de desenvolvimento, que é considerado pelas liberais como sendo “bom” desde que incorpore a mulher [...]. O MED não discute se a dinâmica de acumulação capitalista permite o desenvolvimento; muito menos, considera se é desejável perseguir o modelo de desenvolvimento ocidental, que tem criado pobreza, desemprego, racismo, no primeiro mundo [...]. Outra limitação é a não articulação deste enfoque com uma leitura crítica do sistema de produção e dos padrões de segregação sexual no mercado de trabalho” (PEREIRA; RAMBLA, 2010, p. 50).

<sup>196</sup> No ano de 2016 se realizou a XIII Conferência regional sobre a mulher no Uruguay.

<sup>197</sup> Outro espaço importante de articulação política do feminismo latinoamericano diferenciando-se, em suas particularidades, do feminismo europeu e norte-americano, são os Encontros Feministas Latinoamericano e Caribenhos – EFLACs que desde sua primeira edição em Bogotá – Colômbia, em 1981 têm se constituído como espaços privilegiados de reflexão, intercâmbios e de formulação de estratégias para a atuação do movimento feminista na região.

Para além das Conferências, como atuação permanente, temos na Cepal a Divisão de Assuntos de gênero (DAG)<sup>198</sup> que opera como secretaria técnica dos governos da região para as Conferências Regionais estabelecendo vínculos entre os governos, os movimentos de mulheres e estudiosas da área de “gênero” com vistas a alcançar o cumprimento da agenda regional de “igualdade de gênero

A DAG também oferece cursos a distância em conjunto com o Instituto Latinoamericano e do caribe de Planificação Econômica e social (ILPES)<sup>199</sup>, sobre estatísticas e os considerados indicadores de gênero. Também desenvolvem pesquisas sobre a situação vivenciada pelas mulheres na América Latina e seus acessos a políticas públicas.

A DAG surgiu em 2008 como reestruturação da Unidade Mulher e Desenvolvimento que atuava desde 1977 na região por meio da Organização das Conferências Regionais sobre a Mulher, reuniões anuais com pesquisadoras na área dos estudos de gênero com o propósito de apontar estratégias para implementação da Plataforma de Ações de Beijing, entre outras ações de produção teórica sobre o tema<sup>200</sup>.

Por último, ainda como estrutura da Cepal no diálogo sobre os assuntos de gênero temos o Observatório da Igualdade de Gênero (OIG) criado a partir de 2007 como deliberação do Consenso de Quito. Tal observatório tem se configurado como principal espaço de produção de estudos e estatísticas sobre a situação das mulheres no acompanhamento das consideradas autonomias políticas, física e econômica como mecanismos de promoção da “igualdade de gênero”.

Sobre os Consensos frutos das Conferências Regionais sobre as Mulheres apontamos algumas considerações. Todos os consensos analisados reconhecem os direitos das mulheres como direitos humanos e o dever do estado em garanti-los, além de visibilizar que os ajustes estruturais agrava a situação de pobreza nos países da América Latina. Um ponto que ressaltamos nos Consensos de Quito

---

<sup>198</sup> Para mais informações consultar [www.cepal.org/mujer](http://www.cepal.org/mujer)

<sup>199</sup> Tal instituto faz parte da Cepal desde a década de 1960 com o objetivo de apoiar os governos da região no campo do planejamento e gestão pública por meio de prestação de serviços de capacitação, assessoria e pesquisas. <http://www.cepal.org/es/acerca-del-ilpes>. Acesso em 10/02/2017.

<sup>200</sup> <http://www.cepal.org/cgibin/getprod.asp?xml=/mujer/noticias/paginas/1/27331/P27331.xml&xsl=/mujer/tpl/p18f.xsl&base=/mujer/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em 10/02/2017.

(2007), Brasília (2010) e São Domingo (2013) é a afirmação do caráter laico do Estado como importante para eliminação da discriminação contra as mulheres.

A orientação sobre o Estado laico representa um avanço significativo para a luta das mulheres. No entanto, mesmo que se tenha este direcionamento, o que presenciamos é a existência de Estados cada vez mais conservadores e fundamentalistas como fortes barreiras principalmente na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O Consenso de Quito (2007) também avança em relação aos anteriores nos seguintes pontos: o reconhecimento da violência contra as mulheres como elemento estrutural na sociedade; a denominação de homicídios contra as mulheres como feminicídios e o reconhecimento do racismo, homofobia e xenofobia como fatores estruturantes das desigualdades e exclusão na sociedade.

Sobre o racismo, é relevante destacar que seu debate também se faz presente nos Consensos de Brasília (2010) e São Domingo (2013) e este é um ponto importante que não aparece da mesma forma nem nas Conferências da ONU, sobre as Mulheres, nem nos principais documentos da OIT. Tal situação demonstra como este é um debate mais presente e visibilizado na região da América Latina e como é estruturante para as análises sobre desigualdades sociais.

O Consenso de Brasília (2010) reforça a situação do trabalho doméstico não remunerado das mulheres como situação de subordinação e exploração. Neste documento, pela primeira vez aparece o debate da autonomia econômica das mulheres como resultado da articulação entre independência econômica, direitos sexuais e reprodutivos, uma vida livre de violência e paridade na política. Esta Conferência sistematiza as propostas apresentadas em 08 eixos.

1. Conquistar uma maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho;
2. Fortalecer a cidadania das mulheres;
3. Ampliar a participação das mulheres nos processos de tomadas de decisões e nas esferas de poder;
4. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres;
5. Facilitar o acesso das mulheres as novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios;
6. Promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;



7. Realizar atividades de capacitação, intercâmbio e difusão que permitam a formulação de políticas públicas baseados em dados do Observatório da Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe;
8. Promover a cooperação internacional e regional para a equidade de gênero.

Como características dos documentos norteadores em nível internacional, na temática da igualdade entre homens e mulheres na sociedade, as propostas refletem bandeiras de lutas históricas do movimento feminista o que suscita a participação de tais movimentos e/ou feministas no processo de elaboração das referidas propostas. No entanto, assim como as demais conferências não há garantias de sua efetividade, apesar de subsidiar e possibilitar a orientação de algumas políticas públicas nos espaços nacionais.

Sobre o Consenso de São Domingo (2013) há um redirecionamento da conceituação das propostas, aparecendo como central a ideia de empoderamento das mulheres em diferentes esferas da vida social. Nele também afirma-se a centralidade da igualdade de gênero no debate sobre o desenvolvimento. Sobre as propostas apresentadas elas estão sistematizadas em 06 eixos.

1. Igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e tecnologias da informação e as comunicações;
2. Igualdade de gênero e empoderamento econômico das mulheres;
3. Igualdade de gênero, saúde sexual e saúde reprodutiva das mulheres;
4. Igualdade de gênero e eliminação da violência contra as mulheres;
5. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres para a participação política e a tomada de decisões;
6. Igualdade de gênero e mecanismos para o empoderamento das mulheres.

Como pode ser visualizada em todas as propostas dos Consensos o que predomina é a conceituação de gênero em contraposição a sexo ou a homens e mulheres. Como já situamos anteriormente, tal conceito vem vazio de conteúdo e não contempla a discussão sobre os elementos estruturadores de tais desigualdades, a exemplo do patriarcado.

Sobre os Programas da Cepal 2014-2015 e 2016-2017, estes tem como objetivos a realização de atividades durante os respectivos biênios, por parte da

Cepal, que visem incidir no tema da Igualdade de gênero. Neles estão previstos a realização de reuniões com especialistas sobre o tema, elaboração de publicações periódicas, prestação de serviços de assessoramento técnico aos países e realização de cursos, seminários e oficinas de capacitação.

Por último, apresentamos o documento “Pactos para a Igualdade: para um futuro sustentável”. Podemos dizer que algumas de suas considerações se assemelham ao documento “O progresso das mulheres no mundo” da ONU no que se refere ao avanço das análises sobre a situação das mulheres e a apropriação de conceituações feministas sobre o tema.

O documento ressalta a evidência posta pelo movimento feminista da distância entre os discursos normativos sobre a igualdade e sua efetivação na vida cotidiana das mulheres. Também expressa que a igualdade de meios e a igualdade de oportunidades resultam insuficientes desde uma perspectiva de gênero. No entanto, apesar de avanços significativos, a perspectiva norteadora do documento não avança para críticas mais profundas sobre a situação da desigualdade entre homens e mulheres, situando tais desigualdades apenas como frutos de assimetrias de poderes.

#### 5.4 – EMPODERAMENTO X CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE.

Faremos aqui um breve debate sobre o conceito de empoderamento e como tal conceito se expressa nos documentos analisados. Este foi um tema que surgiu para além das temáticas analisadas, dado sua centralidade nas políticas, orientações e acordos direcionados para as mulheres no que se refere principalmente ao debate de participação política e luta em defesa de seus direitos.

Não aprofundaremos aqui a discussão sobre as vertentes teóricas que o conceito está vinculado<sup>201</sup>, mas como ele vem se delineando em detrimento do debate de conscientização e de ação coletiva das mulheres e como é incorporado pelo movimento e organizações feministas. Desta forma, como ponto de partida de nossas análises, concordamos com Carvalho (2014) ao afirmar que

---

<sup>201</sup> Para um debate mais aprofundado sobre o tema, ler Carvalho (2013).

O Empoderamento, ao designar, em sua aparência “dar poder”, acaba por despertar, à primeira vista, encantamento. Este fascínio é de tal proporção que, atualmente, no Brasil, o “conceito de empoderamento” tem sido mais asseverado como prática política por parte de algumas organizações e movimentos sociais de esquerda, bem como usado como estratégia interventiva por profissionais das políticas de saúde e assistência social. Ou seja, isso configura sua função ideológica, na medida em que a esquerda incorpora como seu um instrumento ou uma estratégia burguesa (CARVALHO, 2014, p.180).

Esta incorporação é fruto da disseminação do conceito por parte das organizações internacionais e está interligado a outras conceituações como capital social, cooperação e responsabilidade social (GOHN, 2004). Um dos principais propagadores do conceito de empoderamento, como estratégia de enfrentamento a pobreza é o Banco Mundial. No entanto, no que se refere ao empoderamento das mulheres, a ONU, OIT e Cepal também apresentam uma centralidade no debate.

Um dos documentos chaves de propagação da temática foi a Plataforma de Ação de Beijing, estando diretamente interligado ao debate sobre igualdade de gênero. Em outros documentos o tema de empoderamento está associado à ideia de desenvolvimento sustentável para a Cepal e de trabalho decente para a OIT.

O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo (ONU, 1995, p. 149).

#### Ainda sobre a abordagem do tema na PAM

O empoderamento e o avanço das mulheres, nesses incluído o direito à liberdade de consciência, religião e crença, contribuindo assim para atender às necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais de homens e mulheres, individual ou coletivamente, e, desse modo, lhes garantindo possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações (ONU, 1995, p.151).

O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz (ONU, 1995, p.152).

As abordagens sobre o empoderamento das mulheres também está presente em um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030, assim como na Plataforma de Cairo. No entanto, a forma como se apresenta, da mesma maneira que a busca por igualdade de gênero posta pelas Organizações Internacionais, tem limites em seu direcionamento e efetivação.

Um dos limites que visualizamos é o fato de que o desenvolvimento do potencial das mulheres está bem mais além do que o incentivo a ampliação de suas capacidades, assim como o acesso aos considerados espaços de poder não garante mudanças significativas na vida das mulheres. Segundo, as conquistas das mulheres são frutos de suas lutas históricas por meio de suas articulações políticas e não apenas pelo empoderamento individual do conjunto delas. Portanto, como apontado por Carvalho (2014), o empoderamento trata-se de um fetiche posto como mais uma das alternativas de enfrentamento à pobreza e às situações de desigualdade que não dialoga com os elementos geradores de tais situações.

Em nossa perspectiva, o fetiche do “empoderamento” deve-se ao fato de transparecer um papel social que atinge objetiva e subjetivamente a classe trabalhadora, uma vez que esta o incorpora como estratégia de luta, de aumento do poder. Todavia, em sua essência, impacta a mesma por se materializar enquanto um projeto concreto, parametrado em diretrizes políticas e econômicas do banco Mundial para os países periféricos, de modo a orientar as ações que devem tomar no trato às manifestações da “questão social”. Com isso, o projeto de empoderamento exerce um papel econômico e político, visto que o Estado, com o discurso de “empoderar” os cidadãos, transfere responsabilidades para estes; o capital toma o “empoderamento” como instrumento de gestão de pessoal visando aumentar a extração de mais-valia do trabalhador (responsabilizando-o mais por suas ações na empresa); os sujeitos são chamados a sair sozinhos da situação social em que se encontram, havendo deste modo a apologia ao empreendedorismo e ao autoemprego como alternativas (CARVALHO, 2014, p.180-181).

Esta noção de empoderamento é propagada desde a década de 1970, aparecendo de maneira mais permanente na década de 1990. O tema se tornou tão central que em 2011 aconteceu, por meio da articulação da ONU mulheres, a Conferência Internacional sobre empoderamento econômico das mulheres, realizada no Canadá. Tal conferência teve como uma de suas deliberações a criação de um portal mundial de conhecimentos<sup>202</sup> para o empoderamento econômico das

---

<sup>202</sup> [www.empowerwomen.org](http://www.empowerwomen.org). Acesso em 06/02/2017

mulheres o qual apresenta como um dos objetivos “revitalizar o empoderamento econômico das mulheres ao estabelecer conexões e relacionar as pessoas que tem recursos com aquelas que os necessitam<sup>203</sup>”.

Mais uma vez esta articulação não dialoga com as análises de porque as mulheres e a maioria da população não tem acesso a esses recursos, porque o desenvolvimento econômico mantém as desigualdades e porque o trabalho, por maior que seja a garantia de direitos, não pode ser exercido com todas as condições de liberdade. Tais análises não se dão via a conceituação de empoderamento, mas somente por uma discussão de entendimento da realidade social pautada na dimensão de consciência e ação política coletiva sobre tal realidade.

Aqui concordamos com Iasi (2011) na compreensão do processo de consciência como um desenvolvimento dialético, “como movimento e não como algo dado”, assim como para o fato dela ser “gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos e desses com a natureza.” (p.14). Portanto, não se trata de empoderar as mulheres como uma ação externa, mas de um processo contínuo e dialético de compreensão da realidade que gera não somente a ampliação do conhecimento individual, mas a formação da consciência militante feminista, articulado ao processo de formação de um sujeito coletivo, conforme descreve Cisne (2014).

Assim, quando falamos em consciência militante feminista, referimo-nos não apenas à formação de uma consciência associada em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas também a uma consciência associada de mulheres que adquiriram ciência da sua opressão e exploração (p.39-40).

Consideramos que somente a conceituação de consciência dá conta de articular as considerações sobre as dimensões particulares interligadas às coletivas. O conceito de empoderamento, como pressuposto de ter mais poder de decisão e de posicionamentos, a nosso ver não contribui para a articulação coletiva das mulheres, por meio da qual é possível as lutas de enfrentamento ao patriarcado e as relações de exploração e opressão que as mulheres vivenciam na sociedade.

---

<sup>203</sup><http://www.unwomen.org/es/news/stories/2013/9/knowledge-gateway-press-release#sthash.05L6su8J.dpuf>. Acesso em 06/02/2017.

## Conclusões



“Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considere a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.  
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.  
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.  
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.  
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,  
a vida presente”.

Carlos Drummond de Andrade

A escrita da tese e as leituras e reflexões para sua elaboração nos possibilitaram uma ampliação de conhecimento sobre o tema abordado, o qual exporemos em forma de síntese. Como já apontamos na apresentação deste trabalho tal síntese ainda representa um caminhar, com passos mais firmes, em nossa elaboração teórico-política sobre a temática. Esse caminhar também nos possibilitou um aprofundamento e afeto da nossa identidade como latino-americana e o desejo de conhecer cada vez mais de perto nossa realidade nas semelhanças e diversidade que a compõe.

Retomar as leituras sobre o patriarcado nos fez reafirmar sua atualidade nas diferentes expressões de opressão que as mulheres vivenciam na sociedade. Desta forma, expressamos que o patriarcado, interligado a sociedade capitalista, tem gerado processos de dominação e exploração das mulheres e a permanência da desigualdade nas relações de trabalho, de vivência da sexualidade e nos diferentes campos da vida cotidiana.

Compreender o patriarcado em sua dimensão histórica e conjuntural faz parte da análise das relações sociais que constituem o modo de organização da sociedade. Sem esta apreensão a caracterização da desigualdade e exploração vivenciada na sociedade capitalista deixaria de contemplar elementos fundantes de sua base de sustentação.

Sobre as relações patriarcais de gênero reafirmamos que nossa abordagem a contempla de forma totalmente interligada a sociedade patriarcal e capitalista e não apenas como sinônimo de mulheres ou como um conceito inserido somente nas elaborações culturais sobre o ser homem e o ser mulher na sociedade. Assim nos situamos na proposta de elaboração crítica do conceito de “gênero”, reconhecendo seus limites e suas diferentes abordagens no campo do feminismo, mas também sua contribuição nos estudos referentes à situação vivenciada pelas mulheres na sociedade patriarcal e capitalista.

É com base no reconhecimento da forma como se configura as relações sociais na sociedade patriarcal e capitalista que fizemos uma abordagem sobre a categoria trabalho. Tal caminho nos possibilitou uma aproximação maior às obras marxianas, tanto com releituras, quanto enveredando por obras que ainda não tínhamos leituras iniciais. Sobre este ponto reiteramos que a tese ainda representa passos iniciais e limitações de uma abordagem mais aprofundada sobre as

configurações do trabalho na sociedade capitalista desde sua configuração histórica aos tempos atuais de mundialização do capital.

As leituras sobre o trabalho também nos levaram aos caminhos de abordagens da constituição do ser social em sua dimensão ontológica e ao entendimento sobre o que se denomina como superexploração do trabalho e suas particularidades nos países da América Latina. Este debate, atrelado a divisão sexual do trabalho nos leva a afirmação da superexploração do trabalho das mulheres e sua funcionalidade na sociedade capitalista.

O trabalho alienado e a forma como se apresenta a falsa dicotomia entre produção e reprodução reforça a hierarquia entre as atividades de trabalho e se expressa em salários diferenciados para homens e mulheres na mesma função, além da sobrecarga de trabalho das mulheres nas duplas jornadas de trabalho. Esta situação de exploração tem implicações direta na saúde das mulheres e em suas condições de vida. Soma-se ainda neste contexto a desresponsabilização do Estado com políticas públicas e a responsabilização das mulheres pelos cuidados dos/as integrantes familiares, principalmente nos períodos de ajustes estruturais.

Frente a esta situação expressamos que as políticas dos Organismos Internacionais direcionadas para a América Latina, que tem como foco a superação da pobreza e a eliminação das desigualdades, não tem avançado na mudança das condições estruturais geradoras de tais desigualdades. Tais políticas, assim como as relações estabelecidas entre os países dos distintos continentes se inserem no processo de mundialização do capital e particularmente na América Latina se configura como uma inserção subordinada nos moldes do que é caracterizado como capitalismo dependente.

As propostas direcionadas pelos Organismos Internacionais para a América Latina se situam ainda no contexto do Imperialismo e da caracterização de propostas de desenvolvimento que prioriza as relações econômicas de competição e busca exacerbada de lucros em detrimento de uma perspectiva de desenvolvimento mais ampla que contemple o desenvolvimento humano e social.

Na particularidade das propostas direcionadas para o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, apesar destas avançarem historicamente em análises mais condizentes com a realidade vivenciada pelas mulheres no continente latino-americano ainda estão pautadas em uma perspectiva



de gênero de forma isolada sem situar o patriarcado e a sociedade capitalista como geradoras destas desigualdades.

Desta forma, as respostas indicadas pelos Organismos Internacionais de trabalho decente e empoderamento das mulheres, apesar de ser um avanço para melhoria das condições de vida e trabalho, frente a situações de exploração que elas vivenciam não contempla a superação da pobreza ou das relações de subordinação em que estão inseridas.

Aqui situamos e reafirmamos nosso pressuposto inicial de que os programas direcionados às mulheres pelos Organismos Internacionais estão permeados de contradição entre o atendimento às demandas postas pelas mulheres por meio de suas lutas e o direcionamento político ideológico que tais organismos assumem, no processo de mundialização do capital.

Na realidade, o que aparentemente é contraditório não passa de concessões feitas dentro da mesma lógica de ordenamento da sociedade capitalista. A garantia de direitos para as mulheres, como postos nos documentos dos Organismos Internacionais, não traz ameaças à configuração estrutural do patriarcado e capitalismo. A garantia dos direitos sobre uma perspectiva liberal é totalmente compatível com a chamada sociedade democrática.

A tardia incorporação da pauta do movimento de mulheres neste espaço expressa o próprio desenvolvimento histórico da organização política das mulheres e suas articulações em diferentes espaços de luta nacional e internacionalmente. É somente a partir das reivindicações dos sujeitos políticos organizados que as conquistas puderam ser alcançadas. Desta forma, explicitamos que a pauta dos direitos para as mulheres nos Organismos Internacionais não foi fruto de uma conscientização dos formuladores e gestores de tais Organismos, mas da participação política das mulheres e a busca por visibilidade e concretização de suas demandas.

Sobre a participação do movimento feminista junto aos Organismos Internacionais esta perpassa diversas correlações de força na tentativa de incorporação das pautas do movimento feminista nas políticas que são direcionadas para as mulheres. Há uma disputa política no direcionamento e conceituação da demanda das mulheres e esta se expressa entre outras instâncias na própria difusão e caracterização de conceitos que definem e explicam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade.

Sobre tais conceitos nossas análises se centraram no debate sobre “gênero”, empoderamento e trabalho decente. No que se refere ao primeiro, nosso ponto de partida estava na afirmação de que o conceito de gênero foi difundido pelos Organismos Internacionais e incorporado pelo movimento feminista, via conferências internacionais sobre as mulheres. No entanto, a partir da análise dos documentos apresentados na pesquisa pudemos observar que tal conceito surge no próprio campo do feminismo na década de 1970 e passa a ser utilizado nos Organismos Internacionais, como sinônimo de mulheres apenas no final da década de 1990.

A partir dos anos 1990, a criação de uma institucionalidade de gênero no Estado, responsável por abordar os problemas derivados da discriminação entre homens e mulheres é uma demanda compartilhada com o movimento feminista na região [América Latina], influenciando nas recomendações das distintas Conferências da ONU sobre a mulher e nos debates sobre a modernização do Estado e a redefinição de suas relações com a sociedade (GUZMÁN, 2001, p.16, tradução nossa).

A questão central nesta incorporação está na seguinte análise: a forma de incorporação e difusão do conceito de “gênero” junto aos Organismos Internacionais expressou o direcionamento político-ideológico de tais Instituições. Desta forma, dentre as distintas abordagens sobre o conceito de gênero, a que foi incorporada e difundida não era a que dialogava com a caracterização das relações sociais e patriarcais, mas a que adotava o conceito de gênero no viés culturalista.

Assim, a demanda das mulheres era posta na agenda internacional, sem questionar as determinações que dão sustentação e que mantem as mulheres em situação de desigualdade e exploração. Tal questionamento não caberia nos arcabouços ideológicos que os Organismos Internacionais representam. Desta forma, não tínhamos nenhuma crença de que as políticas e programas direcionados pelos Organismos Internacionais pudessem ter outro viés de contestação à sociedade vigente, uma vez que a criação de tais Organismos está totalmente inserida na manutenção de tal sociedade.

No entanto, analisar a correlação de forças existentes nestes Organismos e a participação do movimento feminista junto ao mesmo, para visibilidade de suas demandas, via Conferências, é importante na compreensão da dimensão política que perpassa a definição da agenda internacional e as possibilidades de garantias de direitos dentro da sociedade capitalista.

Por fim elencamos que somente a auto-organização das mulheres e da classe trabalhadora em suas lutas é capaz de gerar enfrentamentos estruturais nas determinações da sociedade patriarcal e capitalista. Os outros avanços são inegavelmente importantes, mas estão situados dentro dos limites que circundam esta sociedade.

## Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma forma de trabalho secundária? Trad. Olga Cafalcchio. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. (Série Trabalho e Sociedade). (pp.23-41).

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta. **Negociación colectiva y equidade de género en el contexto del Mercosur**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba (Coord.). **Cuestionando un mito**: Costos laborales de hombres y mujeres en América Latina. Lima: OIT, 2002.

AGRIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina (Coord.). **Trabajo, género y ciudadanía en los países del cono Sur**. Montevideo: Cinterfor, 2001.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBARRACÍN. Jesús. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian Nobre (orgs.). **O trabalho das mulheres**: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva Organização Feminista). (pp.43-61).

ALMEIDA, Janaiky Pereira. “¿Por qué cantamos?”: un análisis de las luchas y desafíos de la actuación política del movimiento feminista en América Latina. In: **Revista Ciencia Política**. Julio-diciembre 2014 · Vol. 9 - n. 18. Departamento de Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia. (pp. 21-46).

\_\_\_\_\_. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Recife: UFPE, 2010. (Dissertação de mestrado).

ALVAREZ, Sônia. Feminismos latino-americanos. In: **Revistas de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFSC/UFRJ-PPCIS/UERJ, n. 2, 1998, (p.265-284).

ALVAREZ, Sônia [et.al.]. Encontrando os feminismos Latino-americanos e Caribenhos. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol. 11. N.2. Florianópolis: UFSC, 2003. (p.541-575)

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e as suas regras. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

AMB. **Políticas Públicas para a igualdade**: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Brasília: CFEMEA, 2011.

AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. 2ed. Barcelona: Anthropos, 1991. (Pensamiento Crítico/Pensamiento Utópico;15).

ANDERSON, Jeanine. Intereses o justicia ¿Adónde va la discusión sobre la mujer y el desarrollo? In: **género en el desarrollo**: relaciones de poder e desarrollo. Lima, Perú: Entre Mujeres, 1992. (Red Entre Mujeres – “Un diálogo sur-norte”). (pp. 6-46)

ANTUNES, Ricardo. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. In: GALVÃO, Andréia [et al]. (Orgs.). **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: outras expressões, 2012.

ÁVILA, Maria Betânia (org). **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

ÁVILA, Maria Betania [et al]. (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano VI, N. 5 – Dez. 2012. (pp.32-43).

\_\_\_\_\_. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. In: Cadernos de Crítica Feminista. Ano V, N.4. Dez, 2011. (pp.48-71).

\_\_\_\_\_. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: ÁVILA, Maria Betania [et al]. (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. (pp.65-72).

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas. In: MELO, Hildete Pereira; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Chile: Cepal, 2005. (Série mujer y desarrollo, 66).

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS CORPO, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia. Trabalho, ser social e ética. In: **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (pp. 25-70)

BASBAUM, Leôncio. **Sociologia do materialismo**: introdução à história da filosofia. São Paulo: Símbolo, 1978.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BEDIA, Rosa Cobo. Aproximaciones a la teoría crítica feminista. **Cladem**: Boletín del Programa de Formación Nº 1 - Año 1 - Abril 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (pp. 69-86).

\_\_\_\_\_. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete. [et al.] (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. (pp.13-34).

BELTRÁN, Elena [et.al.]. **Feminismos**: debates teóricos contemporâneos. Madrid: Alianza editorial, 2008.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

BORON, Atílio Alberto. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2ed. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete. [et al.] (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. (pp.64-85).

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio. [et al.]. (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. (pp.93-120)

BROWN, Michael Barret. **A economia política do imperialismo**. Trad. Ney Krueh. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. (Série Trabalho e Sociedade). (pp.43-87).

CABRERO, Gregorio Rodríguez. Prólogo a la edición española. In: GOUGH, Ian; DOYAL, Len. **Teoría de las necesidades humanas**. Traducción de José Antonio

Moyano y Alejandro Colás. Barcelona: ICARA: FUHEM, D.L., 1994. (Economía crítica;7). (pp.11-18).

CAMURÇA, Sílvia. Nós mulheres e nossa experiência em comum. In: **Cadernos de crítica feminista**. Ano I, N.0 – dez. 2007. (pp. 12-23).

\_\_\_\_\_. Desproteção das mulheres no sistema previdenciário. In: ÁVILA, Maria Betania [et al]. (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. (p.151-162).

CANAVETE, Doris Lamus. La agenda global de las Naciones Unidas para “la mujer”. In: **Revista Polis**. Vol. 7. N.20, 2008 (pp.261-283).

CARLOTO, Cássia Maria. A saúde das trabalhadoras. In: BARRETO, Margarida; CARLOTO, Cássia Maria; COSTA, Maria Luiza. **Saúde das trabalhadoras**. São Paulo: SOF, 1998. (Cadernos Sempre Viva Organização Feminista). (pp. 9-37).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 9ed. São Paulo: Cortez, 2011. (pp.13-63).

CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”; do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, Carlos. (org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

CASTELLANOS, Gabriela. El feminismo lésbico dentro de la teoría política feminista. **Crítica Contemporánea**. Revista de Teoría Política, 1 (noviembre), 2011. (pp.127-145).

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: **Revista Crítica Marxista**. N. 11, 2000. (pp.98-108).

\_\_\_\_\_. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N.4. Dez, 2011. (pp.72-97).

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (pp. 216-251).

CEPAL. Relatório anual 2012: **Os bônus na mira: Aporte e carga para as mulheres**. Santiago do Chile: CEPAL, 2013.

\_\_\_\_\_. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina**. Resumo executivo. 2016.

\_\_\_\_\_. La igualdad de género en América Latina y el Caribe, una meta para la CEPAL. **Boletim informativo**, 2014.

\_\_\_\_\_. **Consenso de México**. Nona Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e Caribe. México, 2004.

\_\_\_\_\_. **Consenso de Quito**. Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América latina e do Caribe. Equador, 2007.

\_\_\_\_\_. **Consenso de Brasília**. Décima Primeira Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e do Caribe. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Consenso de São Domingo**. Duodécima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. São Domingo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pactos para la igualdad**: Hacia un futuro sostenible. Lima, 2014.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CNPq. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa. 2011.

CNS. Resolução nº 510, de 07 de Abril de 2016.

COLLIN, Françoise. Teoria da diferença dos sexos. In: HIRATA, Helena [et.al.]. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp. 59-66).

CORNWALL, Andréa; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. Introdução: reposicionando feminismo em gênero e desenvolvimento. In: Revista **Feminismos**. Jan-Abril, 2013.

COSTA, Albertina. [et al]. (Orgs). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA**: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas



universidades brasileiras. In: **Revista Estudos Feministas**. Ano 2. 2ºsem. 1994. (pp.384-400).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. Publicação original em 1994.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ,2013.

\_\_\_\_\_. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista materialista. In: **Temporalis**. Ano 14. N.28. Jul/Dez.2014. (pp.133-149).

COLLIN, Françoise. Práxis da diferença: notas sobre o trágico do sujeito. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano II, N.1 – dez. 2008. (pp.06-28).

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classe. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 23-43).

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COUCE, Carola salas; HERNÁNDEZ, Adriano García. Inversión extranjera directa y desarrollo: experiencias internacionales y enfoques de política. Lecciones principales y proposiciones para Cuba. In: STAY, Jaime; LEIVA, Orlando Caputo. [et al.]. **La inserción de América Latina en la Economía Internacional**. México: Siglo XXI:CLACSO, 2008. (Economía). (pp. 96-136)

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRUZ, Marúsia López; FRIEDMAN, Gail. (coords.). **Beijing + 10: Toda la plataforma**. México: Estilografía, 2006.

CUADERNOS MARXISTAS LATINOAMERICANOS DE EDUCACIÓN POLÍTICA. **Modos de producción y formaciones sociales en América Latina**. Ediciones El topo Obrero. S/A.

CURIEL, Ochy, MASSON, Sabine. FALQUET, Jules. Feminismos dissidentes em América latina y el Caribe. In: **Nouvelles Questions Féministes**. Vol.24. N. 2,2005.

D'ATRI, Andrea. **Pan y Rosas**: pertinência de gênero y antagonismo de classe en el capitalismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Trad. Ana LiéseThurler. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N.4 – dez.2011. (pp.6-28)

DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: In: HIRATA, Helena [et.al.]. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp. 173-178).

\_\_\_\_\_. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. N.17. Brasília, maio-agosto de 2015. (pp.99-119).

D'EAUBONNE. Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Trad. Manuel Campos e Alexandre de Freitas. Lisboa: Vega, s/a.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos. nº29. São Paulo: IFCM/UNICAMP, 1997.

DIAS, Jussara; YANNOULAS, Sílvia. Sistema e normas que regulam o trabalho feminino (1988-2002) In: **A Convidada de Pedra**: Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e Renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLACSO; Abaré, 2003. (pp.63-81).

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na saúde pública**. São Luís: EDUFMA, 2010.

DI MARCO, Graciela. **El pueblo feminista**: Movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno a la ciudadanía. Buenos Aires: Editorial Biblos; Sociedad, 2011.

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras**: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio

Grande do Norte. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Vol.3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1961.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FALCÃO, Raquel da Silva Marinho. **Serviço Social e direitos humanos**: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual. (a partir da crítica marxista ao conceito de direitos humanos). Recife: UFPE, 2014. (Tese de doutorado).

FALQUET, Jules. Hacia un analisis feminista y dialectico de la globalizacion neoliberal: el peso del complejo Militar-industrial sobre las “mujeres globales”. In: **Revista Internacional de Pensamiento Político** - I Época - Vol. 9 – 2014. (p.139-148).

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 2ed. Rev e Ampl. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERREIRA, Verônica. [et al.] (orgs.). **O patriarcado desvendado**. Teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

FIRESTONE, Sulamith. **A dialética do sexo**: Um Manifesto da Revolução Feminista. Trad. Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editorial labor do Brasil, 1976.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010,

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian Nobre (orgs.). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva Organização Feminista). (pp.9-37).

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Silvia. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdade**: Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001.

FRASER, Nancy. A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialista feminista da cultura política do capitalismo tardio. In: BONACCHI, Gabriela; GROPP, Ângela. (orgs.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1994. (pp.105-141).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 26ed. Ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Estudos latino-americanos, v.12).

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica. [et al.] (orgs.). O patriarcado desvendado. Teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. (pp.27- 99).

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Desigualdade de gênero no Mundo do Trabalho**: As trabalhadoras da confecção. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

GUZMÁN, Virgínia. **La institucionalidad de género en el Estado**: nuevas perspectivas de análisis. Santiago de Chile: Cepal, 2011. (Série mujer y desarrollo, n. 32).

GOHN. Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: **Saúde e Sociedade**. v.13, n.2, maio-ago, 2004 (p.20-31).

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOUGH, Ian; DOYAL, Len. **Teoría de las necesidades humanas**. Traducción de José Antonio Moyano y Alejandro Colás. Barcelona: ICARA: FUHEM, D.L., 1994. (Economía crítica;7).

GOUGH, Ian. Las necesidades del capital y las necesidades de las personas: puede el Estado de Bienestar reconciliarlas? In: **Capital global, necesidades básicas y políticas sociales**. Ensayos seleccionados, 1994-99. Buenos Aires: Centro interdisciplinario para el estudio de Políticas Públicas; Miño y Dávila Ediciones, 2003. (pp.19-52).

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de naturaleza. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. (comp.). **El patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

\_\_\_\_\_. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica. [et al.] (orgs.). O patriarcado desvendado. Teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. (pp.27-99).

GURGEL, Telma. **Feminismo e liberdade**: seu sujeito total e tardio na América Latina. Paraíba: UFPB, 2004 (Tese de doutorado em sociologia).

\_\_\_\_\_. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. In **Cadernos de Crítica Feminista**, n.4. SOS-CORPO. Recife-PE, 2011. (pp.30-46).

GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (Comp). Una nueva lectura: **Genero en el desarrollo**. Lima, Perú: Flora Tristán Ediciones, 1991.

GUZMÁN, Virginia. El género en la planificación social. In: BARRIG, Maruja; WEKHAMP, Andy (Eds). Sin Morir en el intento. **Experiencias de planificación de género en el desarrollo**. Perú: NOVIB – Entre Mujeres, 1994. (pp.143-207).

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**. N.22, 2004. (pp.201-246).

HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos. In: BORUERIAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmem (comp.). **Las mujeres y El trabajo: rupturas conceptuales**. Barcelona: Icaria: Fuhem, D.L. 1994 (economía crítica, 11). (pp 253-294).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. In: PANITH, Leo; LEYS, Colin (Comp). **El Nuevo desafío imperial**. Trad. Emilia Castorina e Ruth Felder. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (pp. 93-126).

HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder 10ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: Histórias e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, V.26, n.1. Junho 2014 (pp.61-73).

\_\_\_\_\_. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadja Araujo; HIRATA, Helea; SUGITA, Kurumi. (orgs.). **Trabalho flexível, Empregos precários?**: Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (pp. 145-167).

\_\_\_\_\_. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 63-78).

\_\_\_\_\_. **Nova Divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional. In: ÁVILA, Maria Betania [et al]. (Orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. (pp.23-32).

\_\_\_\_\_. A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: COSTA, Albertina. [et al]. (Orgs). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. (pp.17-31).

HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène. Os paradoxos da globalização. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian Nobre (orgs.). **O trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva Organização Feminista). (pp.9-37).

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. (Série Trabalho e Sociedade).

HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (pp.54-92).

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. In: [www.ipea.gov.br/retrato](http://www.ipea.gov.br/retrato). Acesso em 12/11/2015.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 13-22).

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. [et al.] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp. 67-75).

\_\_\_\_\_. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 79-93).

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOPNIN, Pável Vasílievich. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KRAPIVINE, Vladislav. **O que é materialismo dialético?** Moscovo: Edições Progresso, 1986.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LAMA, Alfredo G.; MASSOT, Marcelo del Castillo. La competencia mundial entre los bloques económicos. In: STAY, Jaime; LEIVA, Orlando Caputo. [et al.]. **La inserción de América Latina en la Economía Internacional**. México: Siglo XXI: CLACSO, 2008. (Economía). (PP. 37-57).

LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian Nobre (orgs.). **O trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempre Viva Organização Feminista). (pp.38-42).

LE DOARÉ, Hélène. Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México-Haiti). In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 45-61).

LEIVA, Orlando Caputo. Economía Mundial y las limitaciones de la reproducción económica en América Latina. In: STAY, Jaime; LEIVA, Orlando Caputo. [et al.]. **La inserción de América Latina en la Economía Internacional**. México: Siglo XXI: CLACSO, 2008. (Economía). (pp.13-36).

LE MOS, Flávia Cristina Silveira [et.al.]. Biopolítica, gênero e organismos internacionais: mercado dos direitos das mulheres. In: Fractal: Revista de Psicologia. V.27, n.3 (pp.203-210).

LENIN, Vladimir Ilith. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: COSTA, Albertina. [et al.]. (Orgs). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. (pp.33-56).

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. In: **La Manzana de la Discordia** 6(2) (julio-diciembre), 2011. (pp. 105-119).

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Pensamento Crítico; v.9).

\_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Coleção temas de Ciências Humanas**. Vol.4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.



LUNA, Lola G. **La relación de las mujeres y el desarrollo en América Latina: apuntes históricos de dos décadas (1975-1995)**. Artículo resume el curso dictado en agosto de 1998, en la maestría sobre Desarrollo Económico en América Latina de la Universidad Internacional de Andalucía. Disponível em: [https://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/44523/1/La%20relacion%20de%20las%20mujeres%20y%20el%20desarrollo%20en%20America%20Latina%20apuntes%20historicos%20de%20dos%20decadas%20\(1975-1995\).pdf](https://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/44523/1/La%20relacion%20de%20las%20mujeres%20y%20el%20desarrollo%20en%20America%20Latina%20apuntes%20historicos%20de%20dos%20decadas%20(1975-1995).pdf). Acesso em 16/04/2017.

LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, Evilásio. [et al]. (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. (pp.59-91).

MACHADO, Lia Zanota. Introdução. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (pp. 24-38).

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (pp. 131-172)

\_\_\_\_\_. Sobre a Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (pp.173-185).

\_\_\_\_\_. O conceito de trabalho produtivo – Nota metodológica. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (pp.187-197).

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (pp.213-216).

\_\_\_\_\_. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: **Cuadernos Políticos**, número 20, México, D.F., editorial Era, abril-junio de 1979, (pp. 18-39).

\_\_\_\_\_. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

\_\_\_\_\_. **América Latina, dependencia y globalización.** Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARQUES, Elídio Alexandre Borges. **Imperialismo e Direitos Humanos no Século XXI:** restrições legais e violações diretas às liberdades individuais na atual fase de acumulação capitalista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Tese de doutorado)

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad e Introd. Florestan Fernandes. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** Trad. Edgard Malagodi. [et al]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol.1. 2 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia política. Livro 1: O processo de Produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (versão digitalizada).

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da economia Política. Livro 3. Vol. 4: O processo global da produção capitalista. 3ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da economia Política. Livro 3. Vol. 5: O processo global da produção capitalista. 3ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia:** Respostas à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Filosofia.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad. José Carlos Bruni. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos.** 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). (pp.03-48)

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Teses contra Feuerbach. Trad. José Arthur Gianonotti. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). (pp.51-53)

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. Trad. Leandro Konder. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). (pp.57-99).

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). (pp.103-132).

\_\_\_\_\_. **Grundisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011. (versão digitalizada).

\_\_\_\_\_. **A Questão Judaica**. 6ed. São Paulo: Centauro, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano; Superv. Editorial de Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero In: FERREIRA, Verônica. [et al.] (orgs.). **O patriarcado desvendado**. Teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. (pp. 175-222).

\_\_\_\_\_. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena [et.al.]. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp.222-231 ).

MAZZEI, Claudia. Producción y Reproducción: la mujer y la división socio-sexual del trabajo. In: **Rumbos TS**, Año VII, nº 8, 2013 (pp.128-142).

MELLO, José Manoel Cardoso. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. (orgs). **Poder e dinheiro**: Uma economia política da globalização. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDIA, Irantzu; GUZMÁN, Glória. El movimiento de mujeres en América Latina. In: **Boletín de Recursos de Información** (Centro de Documentación HEGOA), 19 (octubre), 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, Ana. **Los feminismos a través de la histórica**. In: <http://creatividadfeminista.org/articulos>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MONTEIRO, Ana Lúcia de Oliveira. **Paradoxos do processo de formação da agenda de Trabalho decente no Brasil**. Brasília: UnB, 2013. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Política Social.

MORA, María Elena Hernández. Indicios de una reflexión política. In: **Cotidiano Mujer & Articulación Feminista Marcosur**. Desafíos feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes Montevideo: Imprenta Rojo, 2009. (pp. 75-86).

MOSER, Caroline O.N. La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (Comp). Una nueva lectura: **Genero en el desarrollo**. Lima, Perú: Flora Tristán Ediciones, 1991. (pp.55-124)

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO. José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. (PP.667-700).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: ICP, 2015.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO. José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 9ed. São Paulo: Cortez, 2011. (pp.64-93).

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e Práxis. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N.44. Ano XV. Abr.1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autires Associados, 2004.

OIT. **Política para Igualdad de género**: Igualdad entre los sexos e incorporación de las consideraciones de género en la Oficina Internacional del Trabajo. 1999.

\_\_\_\_\_. **Trabajo decente y equidad de género**: informe de actividades de la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 2005.

\_\_\_\_\_. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: guia para o leitor. Brasília: OIT, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gênero, raça, pobreza e emprego**: O Programa GRPE no Brasil. Brasília: OIT, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plan de Acción de la OIT sobre la igualdad de género 2010-2015**.

\_\_\_\_\_. **Iniciativa del centenario de la OIT sobre las mujeres en el trabajo** – dónde estamos, cuáles son nuestras metas.

\_\_\_\_\_. **Macroeconomía para el empleo decente en América Latina y el Caribe**. Oficina Internacional del Trabajo. - Geneva: ILO, 2011.

\_\_\_\_\_. **Análisis diagnóstico del empleo**: Una guía metodológica. Organización Internacional del Trabajo, Sector de Empleo – Ginebra: OIT, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Conferência Internacional do trabalho**. 2013.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo y empleo en América Latina y el Caribe**: una mirada hacia el futuro /Raymond Torres y Elva López Mourelo. Oficina Internacional del Trabajo, Departamento de Investigaciones. - Ginebra: OIT, 2014.

OIT. **Panorama laboral 2015** – América Latina y El caribe. Lima: OIT, 2015.

OIT/CINTERFOR. **Programa Formujer**: Género y formación por competencias – Aportes conceptuales, herramientas y aplicaciones. Montevideo: Cinferfor/OIT, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formujer**: una mirada integral sobre equidad y calidad en la formación. Argentina: OIT/Cinterfor, 2004.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher** - Beijing, 1995.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher** (Cedaw), 1979.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Milênio**, 2000.

\_\_\_\_\_. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

\_\_\_\_\_. **El progreso de las mujeres en el mundo 2015-2016: transformar las economías para realizar los derechos**. Eua: ONU Mujeres, 2015. (Resumo).

\_\_\_\_\_. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento** – Plataforma de Cairo, 1994.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993. (publicado originalmente em 1988).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem através do tempo. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v.14, n.1, p. 47-57, jan./jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002. (pp.7-42). Textos didáticos.

POU, Victor. **As organizações Internacionais**. Trad. Margarida Jacquet e Irineu Garcia. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. (Biblioteca Salvat de Grandes Temas).

PRADO JUNIOR, Caio. Método dialético In: **Dialética do Conhecimento**. I Tomo. São Paulo: Gráfica Urupês, 1960.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O liberalismo político**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. **Gênero e desenvolvimento na perspectiva do Banco Mundial**: a instrumentalização das mulheres para a realização da agenda neoliberal. Fortaleza: UFC, 2013. (Monografia do curso de direito).

RODRIGUEZ, Graciela. (org). **Estratégias das Mulheres para a OMC**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; IGTN; Instituto Equit, 2003.

ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. **Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate a pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROWLAND, Robyn; KLEIN, Renate. Feminismo radical: História, Política, Ação. In: **Radically Speaking**: Feminismo Reclaimed. North Melbourne, Victoria: Spinifex, 1997, (p.9-17). Materialfeminista.milharal.or.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christine et al. Recife, SOS CORPO, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (pp.183-215).

\_\_\_\_\_. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Sociologia Brasileira, v.9).

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Trad. Carlos Nelson Colinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

SALVADOR, Evilásio. **Crise do capital e socorro do fundo público**. In: BOSCHETTI [et. al.] (orgs). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6).

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Direitos, desigualdade e diversidade. In: Boschetti, Ivanete [et al]. (orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos**: instrumento de dominação ideológica e possibilidade de resistência. In: <https://www.academia.edu/11963753>. Acesso em 17/10/2016.

\_\_\_\_\_. Crítica à noção de igualdade de oportunidade e seus limites como estratégia dos sujeitos coletivos para conquista dos direitos. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís – MA, 2007.

SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependência**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. (Colección Claves Políticas de América, Nº 5).

SARAVIA, Alejandra. La incidencia de la apertura comercial en la estructura productiva de las economías latinoamericanas. In: STAY, Jaime; LEIVA, Orlando Caputo. [et al.]. **La inserción de América Latina en la Economía Internacional**. México: Siglo XXI:CLACSO, 2008. (Economía). (pp.61-74).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS CORPO, 1991.

SEGNANI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. In: **Cadernos Pagu** (10), 1998. (pp.147-168).

\_\_\_\_\_. Reestruturação dos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. In: **Revista Educação & Sociedade**. Ano XX, n.67, Ago/1999.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello. Afinidades entre as Conferências da ONU e Agenda Internacional de 1968-1978. In: **Revista SER Social**, Brasília, v. 17, n. 36, jan.-jun./2015 (p. 138-162).

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.



SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

STAY, Jaime; LEIVA, Orlando Caputo. [et al.]. **La inserción de América Latina en la Economía Internacional**. México: Siglo XXI:CLACSO, 2008. (Economía).

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI [et al.]. (orgs). **Política Social no Capitalismo**: Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

TABET, Paola. Mãos, Instrumentos, armas. In: FERREIRA, Verônica. [et al.] (orgs.). **O patriarcado desvendado**. Teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. (pp.101-174).

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. **Cadernos Marxistas**. São Paulo: Xamã, 2001.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (pp. 107-122).

\_\_\_\_\_. **Democracia ou Liberdade?** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs). **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UNRISD. **Igualdad de género**: la lucha por la justicia en un mundo desigual. Ginebra: UNRISD, 2006.

VALENCIA, Adrián Sortelo. **Teoria da Dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Trad. Fiorella Macchiavello. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2008.

VALENZUELA, Maria Elena; REINECKE, Gerhard. **¿Más y mejores empleos para las mujeres?** La experiencia de los países del Mercosur y Chile. Santiago/Chile: OIT, 2000.

WALBY, Silvia. **Theorizing Patriarchy**. Cambridge/USA. Basil Blackwell Ltd, 1991.

WILLIAMS, Mariana. Gênero e Políticas de comércio: um panorama das conexões e articulações. In: RODRIGUEZ, Graciela. (org). **Estratégias das Mulheres para a**

**OMC.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; IGTN; Instituto Equit, 2003. (pp. 30-35).

YANNOULAS, Silvia Cristina. Dossiê: **Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução: Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras:** Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013. (pp.31-65).

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A Convidada de Pedra:** Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e Renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLACSO; Abaré, 2003.

\_\_\_\_\_. Gênero e Mercado de trabalho: situando a problemática. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **A Convidada de Pedra:** Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e Renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLACSO; Abaré, 2003. (pp.48-62).

\_\_\_\_\_. **Perspectivas de género y políticas de formación e inserción laboral en América Latina.** Buenos Aires: Red Etis :IIPE : IDES, 2005.

YOUNG, Kate. Reflexiones sobre como enfrentar las necesidades de las mujeres. In: GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (Comp). Una nueva lectura: **Genero en el desarrollo.** Lima, Perú: Flora Tristán Ediciones, 1991. (pp 15-54).

# Apêndice 1 – Dissertações e teses sobre trabalho das mulheres, Organismos Internacionais e gênero e trabalho – BDTD/Brasil (2000-2016).

A Busca no banco de dados da BDTD/Brasil foi realizada no mês de outubro de 2015, e atualizada em fevereiro de 2017, utilizando os seguintes localizadores: Organismos Internacionais; Organizações Internacionais e Trabalho; Trabalho das mulheres; Precarização do trabalho das mulheres na América Latina; Trabalho das mulheres na América Latina; Mulheres e Políticas Públicas; Equidade de gênero; Gênero e trabalho; Gênero e Organismos Internacionais. Foram localizadas 47 produções, para o período de 2000 a 2016.

Os quadros abaixo organizam as produções localizadas a partir da classificação entre dissertação e tese e após esta por ano de publicação.

- I. Dissertações e teses sobre Trabalho das mulheres e precarização do trabalho das mulheres na América Latina.

<b>Título do trabalho</b>	<b>Dissertação o/Tese</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Disciplina/ Instituição</b>
O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária	Dissertação	Adriana Lucinda de Oliveira	2004	Serviço Social/ UFSC
Mulheres no terceiro setor da economia	Dissertação	Ivonete da Silva Ramos	2006	Economia/ UFSC
As transformações recentes no mundo do trabalho e seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras latino-americanas	Dissertação	Juliana Franchi da Silva	2006	Ciências Sociais/ UFSM
Alguns impactos da Soberania e da Globalização Sobre os Imigrantes e suas condições de trabalho.	Dissertação	Vivian Cristina Silveira Fernandez Dias	2010	Direito Político e Econômico /
As mulheres e as muralhas do patriarcado e do capitalismo: terceirização e precarização do trabalho no sistema do capital.	Dissertação	Elizângela Cardoso de Araújo Silva	2012	Serviço Social/ UFRN
"Mulher roceira": a alimentação das famílias agricultoras segundo o trabalho das mulheres	Dissertação	Érica Ramos Andrade	2014	Meio Ambiente/UnB
O trabalho das mulheres "sacoleiras": modos de trabalhar na informalidade	Dissertação	Noália Magna de Araujo	2015	Psicologia/ UNIFOR
Mulheres bolivianas em Indaiatuba: os silêncios sobre seu trabalho e as percepções dos agentes de saúde.	Dissertação	Josielle Martinuzzo Costa Mesquita	2016	Ciências Sociais/ UFABC
O Emprego das Mulheres e as	Tese	Vivian Aranha	2006	Políticas

Políticas Públicas de Emprego para além do Fordismo: as experiências social-liberais na França e no Brasil entre 1995-2005.		Saboia		Públicas/UFMA
Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea.	Tese	Vera Maria Daher Maluf	2009	Psicologia/PUC-SP
As Mulheres no trabalho e o Trabalho das Mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano.	Tese	Elizabete Rodrigues da Silva.	2011	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/UFBA
Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte	Tese	Maria Ilidiana Diniz	2014	Serviço Social/UERJ
Mulheres invisíveis, mas necessárias : a negação da feminização no trabalho da mineração	Tese	Anabelle Carrilho da Costa	2017	Serviço Social/UnB

II. Dissertações e teses sobre Equidade de gênero, gênero e trabalho, gênero e Organismos Internacionais e gênero e políticas públicas.

<b>Título do trabalho</b>	<b>Dissertação o/Tese</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Disciplina/ Instituição</b>
Gênero no contexto da reestruturação produtiva: algumas dimensões esquecidas	Dissertação	Antônia Egídia de Souza	2000	Administração/UFSC
Movimento de mulheres e Estado: ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina	Dissertação	Silvana Aparecida Mariano	2001	Sociologia/UFSC
Governo: Substantivo feminino? Gênero e Políticas Públicas em Governos Subnacionais.	Dissertação	Luis Fujiwara	2002	Administração Pública/ FGV
As relações de gênero no trabalho: uma análise da inserção das mulheres e homens na rede de fast food	Dissertação	Suzana da Cunha Joffer	2007	Serviço Social/UFRN
O Conceito de Gênero nas Políticas Públicas que orientam atenção à saúde da mulher: Revisão integrativa da literatura.	Dissertação	Leila Alcina Correia Vaz Bustorff	2010	Enfermagem/UFPB

A Relação/Tensão entre Movimentos Sociais e Estado no Processo de Implantação de Políticas Públicas para as Mulheres.	Dissertação	Graziela Maria da Silva Gatto	2011	Psicologia Social/UFS
Ações afirmativas de gênero e trabalho: o Programa Pró-equidade de Gênero na Eletronorte.	Dissertação	Anabelle Carrilho da Costa	2011	Política Social/UnB
Política de equidade de gênero e de raça/etnia na empresa Fersol Mairinque/SP: uma experiência em construção 1996/2010	Dissertação	Eliana Aparecida Francisco.	2011	Serviço Social/ PUC-SP
Relações de gênero no trabalho, modos de ser das mulheres gerentes.	Dissertação	Marcia de Mello Fonseca Corvino	2013	Administração/ UFES
Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: um estudo da informalidade na feira das trocas em Aracaju.	Dissertação	Sharlene Souza Prata	2013	Ciências Sociais/ UFS
Reciclando vidas: análise das relações de gênero e divisão sexual do trabalho com mulheres líderes de cooperativas de materiais recicláveis no estado do Rio de Janeiro.	Dissertação	Jurema Cabral Amaro	2014	Engenharia sanitária e ambiental/ UERJ
A evolução do programa pró-equidade de gênero: 2005-2013.	Dissertação	Andrea Rosa Bello	2014	Administração Pública/FGV
Reconhecimento, redistribuição e Equidade de Gênero: o trabalho doméstico na teoria social contemporânea.	Dissertação	Júlia de Souza Abdalla	2015	Sociologia/ UNICAMP
Programa Pró-equidade de gênero e raça da prefeitura municipal de Curitiba: estratégia para superar a divisão sexual de trabalho em uma instituição pública?	Dissertação	Luizene Coimbra Cruzzulini Wizenberg	2016	Tecnologia/ UTFPR
Trabalho e gênero : condições de saúde das mulheres no setor de bijuterias e folheados.	Tese	Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	2008	Saúde Coletiva/ UNICAMP
Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados.	Tese	Reginaldo Guiraldelli	2010	Serviço Social/UNESP

III. Dissertações e teses sobre Organismos Internacionais e Organizações internacionais e trabalho.

<b>Título do trabalho</b>	<b>Dissertação/Tese</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Disciplina/Instituição</b>
A imunidade de jurisdição dos organismos internacionais : uma análise teórica e jurisprudencial sob o prisma dos Direitos Humanos	Dissertação	Rubens Curado Silveira	2005	Direito/UnB
A influência dos Organismos Internacionais nas Políticas Educacionais para a Educação Superior no Brasil	Dissertação	Alvaro César Cattani	2006	Educação/ PUC-PR
As Orientações dos Organismos Financeiros Internacionais à Política de Saúde Brasileira no Contexto de Financeirização do Capital.	Dissertação	Joseane Barbosa de Lima	2011	Serviço Social/UFAL
Organizações internacionais e direitos humanos: uma análise dos casos brasileiros na organização dos estados americanos	Dissertação	Priscila Caneparo dos Anjos	2011	Direito/PUC-SP
Trabalho e formação em comunicação e saúde: análise discursivo-ideológica dos manuais sobre emergências e desastres produzidos por organismos internacionais (OMS e Opas)	Dissertação	Carla Macedo Martins	2011	Fiocruz
Transnacionalização das relações de trabalho: o caso da maquila estadunidense Johnson Controls (plantas FINSA e Interiores) e o papel da Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM)	Dissertação	Katiuscia Moreno Galhera Espósito	2012	Relações Internacionais/ UNESP
Poderes das organizações internacionais: fundamentos teóricos	Dissertação	Rodrigo Carneiro Cipriano	2012	Direito/ PUC-SP
Princípios constitucionais, organizações internacionais e as políticas públicas para a educação básica no Brasil (1988 a 2011).	Dissertação	Adelite Peixoto Silva e Cunha	2013	Direito/PUC-Goiás
Gestão democrática da educação: as orientações e recomendações dos organismos internacionais à gestão educacional na América Latina e no Caribe	Dissertação	Mendel Jean Baptiste	2015	Educação/ UNICAMP

A inserção internacional multilateral brasileira e a participação de organizações internacionais na gestão migratória brasileira	Dissertação	Marcela Tarter da Rosa	2016	Ciências Econômicas/ UFRGS
O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos Organismos Financeiros Internacionais.	Tese	Maria Valéria Costa Correia	2005	Serviço Social/ UFPE
O Jogo do Poder Internacional: unipolaridade, realismo multiculturalista e a fabricação de consensos no processo decisório do Conselho de Segurança da ONU (1990-2004).	Tese	Thales Cavalcanti Castro	2005	Ciência Política/UFPE
O Poder das Organizações Internacionais	Tese	Ricardo Rocha de Vasconcelos	2005	Direito/UFRS
Educação infantil e organismos internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional.	Tese	Rosânia Campos	2008	Educação/UFS C
Direito à Saúde, Direito à Igualdade e Universalidade: Uma análise de concepções de saúde e da atuação de Organismos Internacionais nas Políticas Públicas Sanitárias para a Região das Américas.	Tese	Edith Maria Barbosa Ramos	2012	Políticas Públicas/ UFMA
Avaliação Pública de Políticas Públicas Educacionais: concepções e práticas avaliativas dos Organismos Internacionais no Brasil.	Tese	Lanara Guimarães de Souza	2013	Educação/ UFBA
O papel das organizações internacionais e os novos movimentos sociais na negociação coletiva: os paradigmas da sociedade pós-industrial.	Tese	Rogéria Gladys Sales Guerra	2015	Direito/UFPE
O sujeito na gestão paradoxante em organismos internacionais	Tese	Mário Ibraim Salimon	2016	Administração/ UnB

## Apêndice 2 – Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação das mulheres em contextos de conflitos armados. (1999-2013)

**Observação inicial:** As primeiras resoluções do Conselho de Segurança da ONU que situavam a situação de violação de direitos humanos das mulheres o fazem incluindo-as dentro de um grupo mais geral como crianças, refugiados, etc. Apenas depois do ano 2000 é que temos resoluções específicas que dialogam diretamente sobre a situação de violência vivenciada pelas mulheres, ressaltando esta situação em contextos de conflito armados.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2016 a partir de informações referenciadas em relatórios da ONU sobre resoluções do Conselho de Segurança da Organização que abordavam a situação das mulheres. As resoluções mais atuais também faziam referência às resoluções anteriores as quais buscamos via site de pesquisa [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Tal pesquisa contemplou o período de 1999 a 2013. Não encontramos na pesquisa resoluções referentes a este tema entre os anos de 2014 a 2016.

**Resolução 1265/1999**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Reconhece os efeitos diretos e específicos dos conflitos armados para a situação das mulheres frente as diversas violações de direitos humanos. Aponta a necessidade de enfrentar as causas de conflito armado de maneira mais global garantindo uma maior proteção da população a longo prazo o que inclui o fomento ao crescimento econômico, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, a boa gestão dos assuntos públicos, a democracia, o império de direitos e o respeito e proteção aos direitos humanos.

**Resolução 1296/2000**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Reconhece a população civil como a grande maioria das vítimas dos conflitos armados e os atos de violência contra ela, especialmente contra as mulheres, as crianças e outros grupos vulneráveis incluindo os refugiados.

**Resolução 1325/2000**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Reconhece as mulheres e as crianças como a grande maioria dos que são afetados pelos conflitos armados, incluindo os refugiados e reafirma o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, acentuando a importância de sua participação nos esforços para manutenção e promoção da paz. Orienta a necessidade de aumentar a participação das mulheres nos espaços de decisões frente à prevenção e resolução de conflitos e de incluir a perspectiva de gênero como princípio geral em operações “multidimensionais” de apoio a paz.

**Resolução 1674/2006**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Reafirma o reconhecimento da população civil como a grande maioria das vítimas dos conflitos armados e os atos de violência contra ela, especialmente contra as mulheres, as crianças e outros grupos vulneráveis incluindo os refugiados. Condena mais uma vez “em termos mais enérgicos” todos os atos de violência e abusos cometidos contra civis em situações de conflito armado, entre eles “a violência de gênero e sexual”.

**Resolução 1820/2008**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – dispõe sobre a situação de violência sexual vivenciada pelas mulheres no mundo em contextos de conflitos armados e orienta para adoção de medidas de proteção as mesmas. Tipifica a violência sexual como um crime de guerra.



**Resolução 1888/2009**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – dispõe sobre a permanência da violência sexual contra mulheres em contextos de conflitos armados. Reitera a exigência de que todas as partes em conflitos armados ponham fim a todos os atos de violência sexual.

**Resolução 1889/2009**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Dispõe sobre a ausência de participação das mulheres nas negociações de processos de paz e em funções oficiais no processo de mediação de conflitos e orienta a participação das mulheres nestas instâncias.

**Resolução 1894/2009**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Situa o 10º ano em que o Conselho de Segurança da ONU começou a examinar periodicamente a proteção dos civis nos conflitos armados. Destaca mais uma vez que os conflitos armados têm particularidades na incidência junto a mulheres e crianças. Expressa preocupação ao fato da violência sexual nos conflitos armados.

**Resolução 1960/2010**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU - Dispõe sobre a permanência da violência sexual contra mulheres em contextos de conflitos armados. Reitera a exigência de que todas as partes em conflitos armados ponham fim a todos os atos de violência sexual. Solicita que se estabeleçam dispositivos de vigilância, análises e apresentações de informes sobre a violência sexual relacionada aos conflitos.

**Resolução 2106/2013**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU - Dispõe sobre a permanência da violência sexual contra mulheres em contextos de conflitos armados. Reitera a exigência de que todas as partes em conflitos armados ponham fim a todos os atos de violência sexual. Orienta para promoção de assistência e saúde incluindo a saúde sexual e reprodutiva e apoio psicossocial, jurídico e meios de subsistência para as vítimas de violência sexual.

**Resolução 2122/2013**, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU – Dispões sobre a situação de vulnerabilidade das mulheres em contextos de conflito armados expressas no deslocamento forçado e nos distintos abusos feitos contra elas. Solicita aos enviados especiais e representantes especiais da secretaria geral em missões da ONU que durante suas ações consultem regularmente as organizações e lideranças de mulheres social e economicamente excluídas.

## Apêndice 3 – Primeiras normas internacionais do trabalho que abordam a igualdade entre homens e mulheres no trabalho – OIT (1951 - 1962)

Dados sistematizados a partir do documento: “Igualdad de géneros: fuentes de información de la OIT”, 2016.

<b>Convênio (núm. 100) sobre igualdade de remuneração, 1951</b> – Define a adoção de medidas, por partes dos Estados membros da OIT, que promovam a igualdade de remuneração entre mão de obra masculina e feminina por um trabalho de igual valor.
<b>Convênio (núm. 102) sobre a seguridade social (norma mínima), 1952</b> – Tem como uma de suas orientações a garantia de direitos trabalhistas durante o exercício da maternidade.
<b>Convênio (núm. 111) sobre a discriminação (emprego e ocupação), 1958</b> – Afirma que todos os membros do convênio deve formular e efetivar uma política nacional que promova a igualdade de oportunidades em matéria de emprego com o objetivo de eliminar qualquer discriminação, seja de raça, cor, sexo, religião, opinião pública, ascendência nacional ou origem social.
<b>Convênio (núm. 117) sobre política social (normas y objetivos básicos), 1962</b> - Orienta sobre as condições de vida e trabalho para garantir o bem estar, a garantia das necessidades familiares essenciais dos trabalhadores e interpõe como um dos objetivos da política social a supressão de todas as discriminações entre os trabalhadores baseadas na raça, cor, sexo, crença, etc.
<b>Convênio (núm. 156) sobre os trabalhadores com responsabilidades familiares, 1981</b> – Orienta sobre a igualdade de oportunidades e tratamento entre trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares para conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais.
<b>Convênio (núm. 183) sobre a proteção da maternidade, 2000</b> – Reforça as determinações do Convênio n. 102 e aponta como objetivo promover cada vez mais a igualdade de todas as mulheres integrantes da força de trabalho por meio de legislações e práticas nacionais de proteção a maternidade.
<b>Recomendação (núm. 4) sobre o saturnismo (envenenamento por chumbo) (mulheres e crianças), 1919</b> – adota diversas proposições relativas ao trabalho de mulheres e crianças em situações de insalubridade.
<b>Recomendação (núm. 13) sobre o trabalho noturno das mulheres (agricultura), 1921</b> – orienta que as empresas agrícolas com trabalho noturno garanta um período de descanso para as mulheres em conformidade com as exigências de sua condição física.
<b>Recomendação (núm. 102) sobre os serviços sociais, 1956</b> – dispõe sobre condições de trabalho desde o transporte a espaços para descanso.
<b>Recomendação (núm. 116) sobre a redução da duração do trabalho, 1962</b> – Orienta a efetivação do limite máximo de 48 horas de jornada de trabalho, sem redução de salário.

## Apêndice 4 – Publicações da Cepal sobre o tema “gênero”

A maioria das publicações sobre o tema estão no idioma espanhol, fazem parte da Coleção “Asuntos de género” e foram coletadas no site <http://www.cepal.org/es/publicaciones/selecciones/asuntos-de-genero>. Acesso em 04/03/2017

Dado o grande quantitativo de publicações delimitamos as publicadas entre os anos de 2014 a 2016 contemplando um total de 34 publicações.

<b>Título da publicação</b>	<b>Ano de edição</b>
El nuevo paradigma productivo y tecnológico: la necesidad de políticas para la autonomía económica de las mujeres.	2014
La industria del software y los servicios informáticos: un sector de oportunidad para la autonomía económica de las mujeres latinoamericanas.	2014
Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe: caminos recorridos y desafíos hacia el futuro.	2014
Mujeres indígenas: nuevas protagonistas para nuevas políticas.	2014
Políticas públicas para la igualdad de género: un aporte a la autonomía de las mujeres.	2014
El horizonte de la igualdad de género: Colombia y Cuba frente a los retos del cuidado.	2015
Hacia la construcción de pactos para la autonomía económica de las mujeres: la experiencia de Costa Rica, El Salvador, Panamá y el Perú.	2015
Política de cuidados en El Salvador: opciones, metas y desafíos.	2015
Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales.	2015
Avanzando hacia la corresponsabilidad en los cuidados: análisis de las licencias parentales en el Uruguay.	2015
El aporte de las familias y las mujeres al cuidado no remunerado de la salud en el Uruguay.	2015
Corresponsabilidad de los cuidados y autonomía económica de las mujeres: lecciones aprendidas del Permiso Postnatal Parental en Chile.	2015
Instituciones laborales y políticas de empleo: avances estratégicos y desafíos pendientes para la autonomía económica de las mujeres.	2015
Estudio sobre la autonomía económica de las mujeres en Costa Rica, El Salvador y Panamá.	2015
Violencia de género en el transporte público: una regulación pendiente.	2015
Autonomía de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible.	2016
40 años de agenda regional de género.	2016
Otras formas de violencia contra las mujeres que reconocer, nombrar y visibilizar.	2016
Territorio e igualdad: planificación del desarrollo con perspectiva de	2016

género.	
La nueva ola de reformas previsionales y la igualdad de género en América Latina.	2016
La brecha de género en jubilaciones y pensiones: los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay.	2016
Políticas de cuidado en América Latina: forjando la igualdad.	2016
¿Quién cuida en la ciudad?: oportunidades y propuestas en la Ciudad de México.	2016
¿Quién cuida en la ciudad? Oportunidades y propuestas en Montevideo (Uruguay).	2016
¿Quién cuida en la ciudad? Oportunidades y propuestas: la comuna de Santiago de Chile.	2016
Desafíos demográficos para la organización social del cuidado y las políticas públicas.	2016
Violencia contra las mujeres y políticas públicas: implicancias fiscales y socioeconómicas.	2016
Manual de formación regional para la implementación de la resolución 1325 (2000) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas relativa a las mujeres, la paz y la seguridad.	2016
Niñas y adolescentes en América Latina y el Caribe: deudas de igualdad.	2016
Privaciones múltiples en la Argentina: diferencias entre hogares con jefatura masculina y hogares con jefatura femenina.	2016
Determinantes de las horas de trabajo de las mujeres en México: un enfoque de pseudopanel (2005-2010).	2016
Intersección entre la clase y el género y su efecto sobre la calidad del empleo en Chile.	2016
Las mujeres en el sector minero de Chile: propuestas para políticas públicas de igualdad.	2016
Pobreza y desigualdades rurales: perspectivas de género, juventud y mercado de trabajo.	2016

## Apêndice 5 – Temas abordados em documentos ONU, OIT, CEPAL

	Temas abordados	Documentos
ONU	Acesso a terra	PAM (1995); Agenda 2030
	Aborto	Cairo (1994)
	Ajustes estruturais	PAM (1995)
	Análises de gênero	PAM (1995)
	Cooperação internacional entre os governos e os povos baseada num espírito de associação	PAM (1995)
	Desenvolvimento sustentável	Cairo (1994); PAM (1995); Agenda 2030
	Desigualdade no acesso à educação e à capacitação.	CEDAW (1979) PAM (1995)
	Desigualdade no acesso aos serviços de saúde.	CEDAW (1979) PAM (1995)
	Discriminação contra a mulher.	CEDAW (1979); Cairo (1994); PAM (1995); Agenda 2030.
	Dívida externa	PAM (1995)
	Divisão equitativa das responsabilidades familiares	CEDAW (1979); Cairo (1994) PAM (1995).
	Empoderamento das mulheres	Cairo (1994); PAM (1995); Agenda 2030.
	Dignidade humana	Agenda 2030
	Equidade/distribuição equitativa	CEDAW (1979); Cairo (1994); PAM (1995); Agenda 2030
	Emancipação da mulher	Cairo (1994).
	Erradicação da pobreza	Cairo (1994); PAM (1995) Declaração do Milênio (2000); Agenda 2030
	Eliminação de preconceitos	CEDAW (1979)
	Enfrentamento as formas de violência contra a mulher	Cairo (1994); Objetivos do Milênio (2000); PAM (1995)
	Falta de oportunidades	PAM (1995)
	Função da mulher na procriação	PAM (1995)
	Igualdade aos recursos produtivos	PAM (1995)
	Igualdade de condições/oportunidades	CEDAW (1979) PAM (1995); Agenda 2030
	Igualdade entre homens e mulheres	CEDAW (1979); Cairo (1994); PAM (1995)
	Igualdade de gênero	CEDAW (1979 - apresentação); Cairo (1994); Agenda 2030
	Igualdade entre os sexos	Cairo (1994); Declaração do Milênio (2000)
	Independência econômica das mulheres	PAM (1995)
	Mulheres socialmente marginalizadas	PAM (1995)
	Maternidade como função social	CEDAW (1979)
	Necessidades básicas sociais	PAM (1995)
	Participação da mulher no processo de desenvolvimento econômico e social.	PAM (1995)
	Perspectiva de Gênero	PAM (1995)
	Potencial produtivo da mulher	PAM (1995)
	Sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado com crianças e pessoas idosas	PAM (1995)
	Saúde sexual e reprodutiva	Cairo (1994); Agenda 2030
Solidariedade global	Agenda 2030	
Status da mulher	Cairo (1994)	
Trabalho não remunerado executado pelas mulheres	PAM (1995); Agenda 2030	
Tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação	PAM (1995)	
Trabalho Decente	Agenda 2030	

	<b>Temas abordados</b>	<b>Documentos</b>
<b>OIT</b>	Desigualdade entre os sexos	Política para Igualdade de gênero (1999). Revista OIT. N.17(1996);
	Desigualdades no mundo do trabalho	Revista OIT. N.17(1996); Macroeconomia para o emprego decente (2011); Conferência Internacional do trabalho (2013).
	Equidade	Política para Igualdade de gênero (1999). Macroeconomia para o emprego decente (2011);
	Equilíbrio entre os gêneros	Política para Igualdade de gênero (1999).
	Erradicação da pobreza	Análise sobre o emprego (2012). Conferência Internacional do trabalho (2013).
	Emprego produtivo	Análise sobre o emprego (2012).
	Globalização equitativa	Plano de Ação 2010-2015.
	Justiça social	Plano de Ação 2010-2015.
	Igualdade entre os gêneros	Política para Igualdade de gênero (1999). Plano de Ação 2010-2015.
	Igualdade entre os sexos	Política para Igualdade de gênero (1999).
	Igualdade entre homens e mulheres	Plano de Ação 2010-2015
	Igualdade de oportunidades	Revista OIT. N.17(1996); Política para Igualdade de gênero (1999). Plano de Ação 2010-2015.
	Informalidade no trabalho	Conferência Internacional do trabalho (2013).
	Necessidades estratégicas	Política para Igualdade de gênero (1999).
	Paridade entre homens e mulheres	Plano de Ação 2010-2015.
	Proteção Social	Macroeconomia para o emprego decente (2011); Conferência Internacional do trabalho (2013).
	Participação da mulher no mercado de trabalho	Conferência Internacional do trabalho (2013).
	Trabalho decente	Macroeconomia para o emprego decente (2011); Análise sobre o emprego (2012). Plano de Ação 2010-2015.
	Sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado com crianças e pessoas idosas	Conferência Internacional do trabalho (2013).

	<b>Temas abordados</b>	<b>Documentos</b>
<b>Cepal</b>	Acesso à tecnologia e informação	Consenso do México (2004); Consenso Brasília (2010); Consenso de São Domingo (2013)
	Adiantamento da mulher	Consenso do México (2004); Consenso Equador (2007); Programa 2016-2017.
	Acesso a terra	Consenso Equador (2007); Consenso Brasília (2010)
	Autonomia	Boletim Informativo (2014)
	Cidadania plena	Consenso Equador (2007)
	Cooperação regional e internacional	Consenso Equador (2007); Consenso Brasília (2010)
	Democracia participativa	Consenso Equador (2007)
	Democracia institucional	Consenso Equador (2007)
	Discriminação contra a mulher	Consenso do México (2004); Boletim Informativo (2014)
	Direitos sexuais e reprodutivos	Consenso do México (2004); Consenso Equador (2007); Consenso Brasília (2010); Consenso de São Domingo (2013)
	Desenvolvimento sustentável/equitativo	Consenso do México (2004); Programa 2016-2017.
	Divisão das responsabilidades familiares	Consenso Equador (2007)
	Erradicação da pobreza	Consenso do México (2004)
	Equidade	Consenso do México (2004); Consenso Equador (2007); Consenso Brasília (2010).
	Eliminação das formas de violência	Consenso do México (2004); Consenso Equador (2007); Consenso Brasília (2010); Consenso de São Domingo (2013)
	Empoderamento	Consenso Equador (2007); Consenso de São Domingo (2013)
	Igualdade de condições	Consenso do México (2004); Boletim Informativo (2014)
	Igualdade de gênero	Consenso do México (2004); Consenso de São Domingo (2013); Programa 2016-2017.
	Inclusão igualitária	Consenso Equador (2007)
	Paridade de gênero	Consenso Equador (2007)
	Sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado com crianças e pessoas idosas	Consenso do México (2004);
	Seguridade Social	Consenso Equador (2007)
	Situação das mulheres afrodescendentes e indígenas	Consenso Equador (2007)
	Trabalho doméstico/trabalho não remunerado	Consenso do México (2004); Consenso Equador (2007)
Trabalho das mulheres no setor informal	Consenso do México (2004);	
Trabalho Decente	Consenso Equador (2007)	